

R U M O A V I T Ó R I A

(As tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional)

Relatório feito ao Comité Central
do Partido Comunista Português em Abril de 1964
por Álvaro CUNHAL
Secretário-Geral do Partido.

RUMO A VITÓRIA

(Índice)

INTRODUÇÃO

- 1 - PORTUGAL NO ÚLTIMO LUGAR DA ESCALA EUROPEIA
- 2 - PELA ABOLIÇÃO DO PODER DOS MONOPÓLIOS
- 3 - A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA
- 4 - PELA ELEVAÇÃO DO NÍVEL DE VIDA E DA CULTURA DAS CLASSES LABO-
RICIASAS
- 5 - PELA LIBERTAÇÃO DE PORTUGAL DO DOMÍNIO IMPERIALISTA
- 6 - PELO RECONHECIMENTO AOS POVOS DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS DO DI-
REITO A INDEPENDÊNCIA
- 7 - POR UMA POLÍTICA DE PAZ E AMIZADE COM TODOS OS POVOS
- 8 - PELA INSTAURAÇÃO DE UMA ORDEM DEMOCRÁTICA
- 9 - UNIDADE DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS E PATRIÓTICAS, IMPERATIVO DA
SITUAÇÃO NACIONAL
- 10- LEVANTAMENTO NACIONAL, PERSPECTIVA REVOLUCIONÁRIA NO MOVIMEN-
TO ANTI-FASCISTA
- 11- A LUTA POPULAR DAS MASSAS, MOTOR DA REVOLUÇÃO
- 12- SEM ORGANIZAÇÃO NÃO HÁ VITÓRIA POSSÍVEL
- 13- CAMINHOS ILUSÓRIOS E OS PERIGOS QUE COMPORTAM
- 14- UM GRANDE PARTIDO COMUNISTA, FACTOR DECISIVO PARA O TRIUNFO DA
CAUSA DEMOCRÁTICA

RUMO A VITÓRIA

(As tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional)

Relatório feito ao Comité Central
do Partido Comunista Português
em Abril de 1964
por Álvaro CUNHAL
Secretário-geral do Partido

Comaradas,

A linha política e táctica do Partido na actual etapa da Revolução constitui o objecto deste relatório. No prosseguimento le recolções anteriores do Comité Central, procura-se caracterizar a situação política portuguesa, precisar os objectivos da revolução democrática e nacional, tratar de forma mais aprofundada a via para o derrubamento da ditadura fascista e defender as tarefas do Partido.

A luta da classe operária e do povo do nosso país não se podem desligar da situação internacional, que lhe é altamente favorável. A presente situação caracteriza-se pelo poderio e influência crescente do sistema socialista mundial, pela derrocada do sistema colonial, pela decomposição do imperialismo. As vitórias históricas da classe operária, criando o sistema socialista mundial a que pertence um terço da humanidade, alteraram radicalmente a correlação mundial das forças a favor da democracia, da independência nacional, da paz e do socialismo. Estas vitórias impulsionaram e ajudaram de forma decisiva o movimento libertador dos países secularmente oprimidos. O sistema colonial está ruindo aos nossos olhos. Desenvolve-se o movimento operário nos países capitalistas. O imperialismo decompõe-se e caminha para o seu desaparecimento. O sistema socialista mundial, criação e fortaleza da classe operária internacional à frente do qual está a União Soviética torna-se o factor decisivo da evolução da sociedade humana. Com a mudança da correlação mundial de forças, que se irá inevitavelmente acentuando, torna-se possível manter em respeito o imperialismo, evitar uma nova guerra mundial, impor uma política de coexistência pacífica. A coexistência pacífica, é uma forma de luta de classes e um factor de desenvolvimento do processo revolucionário mundial.

A construção do comunismo na União Soviética e a construção do socialismo na Albânia, na Alemanha Oriental, na Bulgária, na Jugoslávia, na Mongólia, na Polónia, na Roménia, no Vietnam do Norte, aumentam dia a dia a força económica e o potencial defensivo do campo socialista e influem de forma decisiva nos acontecimentos mundiais.

As realizações económicas dos países socialistas, o bem-estar material dos povos respectivos, as suas realizações no domínio da ciência, da cultura e da técnica, têm um extraordinário poder de atracção sobre as classes trabalhadoras e sobre os povos oprimidos, impulsionam a sua luta revolucionária e trazem consigo a ajuda directa ou indirecta crescente do campo socialista à classe operária dos países capitalistas e aos movimentos nacional-libertadores. Construindo o comunismo e o socialismo, os povos do campo socialista cumprem o seu dever internacionalista.

Apoiados e ajudados pelo campo socialista e pelo proletariado internacional, os movimentos nacional-libertadores desenvolvem-se impetuosamente nos países coloniais e dependentes (na Ásia, na África, na América Latina) e minam as bases do imperialismo. Cada dia, novos povos alcançam a independência política. Outros estão em vias de alcançá-la. A libertação completa do jugo colonial é um fenómeno irreversível e próximo.

Nos países capitalistas, a classe operária, guiada pelos partidos marxistas-leninistas, faz frente às ofensivas do capital e à reacção, encabeça a luta pela democracia e pela paz e procura assim abrir caminho para o socialismo.

O capitalismo atravessa a última fase da sua crise geral. Perde posições na competição económica com o campo socialista; perde o domínio colonial; agravam-se as suas contradições. Mas, não se dando por vencido, não

depois as armas. Recorre à exploração cada vez mais desenfreada das classes trabalhadoras, procura no neo-colonialismo novas formas de exploração colonial, recorre a formas de governo reaccionárias e fascistas, organiza intervenções militares e blocos de agressão. O imperialismo e a reacção, tendo como principal baluarte os Estados Unidos, não conseguem porém fazer es tacar o curso do desenvolvimento social.

O campo socialista em breve ultrapassará e derrotará o capitalismo na esfera da produção material. Os povos ainda hoje submetidos ao domínio colonial em breve alcançarão a independência. A classe operária dos países capitalistas conhecerá novos sucessos. Quaisquer que sejam as vitórias temporárias do imperialismo num ou noutro país, ele caminha inevitavelmente para a derrota à escala mundial.

A construção do comunismo na URSS, a construção do socialismo nos outros países do campo socialista, os movimentos nacional-libertadores nas colónias e países dependentes, a luta da classe operária nos países capitalistas, constituem uma poderosa ajuda ao povo de Portugal na sua luta pela democracia, a independência nacional e a paz.

O povo português tem razão para saudar os êxitos do campo socialista onde tem o seu mais poderoso apoio. A força do campo socialista e a sua influência nos acontecimentos internacionais, criam dificuldades crescentes ao regime fascista de Salazar e aos seus patrões imperialistas. Também o bem-estar dos povos dos países socialistas, a sua cultura e a liberdade de que gozam, é motivo de alegria profunda para o povo português, hoje condenado à fome, à miséria, ao obscurantismo, à opressão. Ele vê aí a luminosa perspectiva futura da sua luta presente. Quanto mais feliz e farta for a vida na URSS e nos outros países socialistas, mais próximo se sentirá o povo português a sua completa libertação.

O povo português tem razões para saudar os êxitos da luta nacional-libertadora, que se desenvolve nas colónias portuguesas em África. Cada vitória dos povos coloniais na sua justa luta pela independência é uma machadada na ditadura fascista de Salazar, é uma ajuda directa à luta do povo português.

O povo português tem razões para saudar os êxitos da luta da classe operária nos países capitalistas, cuja solidariedade activa é já hoje um factor de alta importância para o desenvolvimento do movimento democrático português.

O povo português tem razões para saudar os êxitos da paz e do progresso em todo o mundo. Cada vitória na luta contra a política de guerra e de reacção do imperialismo, enfraquece a posição do governo fascista e dificulta a ajuda que lhes prestam as grandes potências imperialistas ocidentais.

A situação internacional é favorável ao desenvolvimento da luta do povo português contra a ditadura fascista. Mas só o povo português, pelas suas mãos, poderá libertar-se.

Ao Partido Comunista, como vanguarda da classe mais revolucionária, o proletariado, como o mais forte partido anti-fascista, cabe uma responsabilidade especial. Cabe-lhe analisar a situação e as contradições da sociedade portuguesa na actualidade, encontrar as soluções políticas e táticas adequadas e encabeçar decididamente a luta do povo português até à vitória.

1. Salazar sempre atribuiu o atraso e a miséria de Portugal à "pobreza natural do país". Sobre o tema fez alguns discursos e deu umas tantas entrevistas. Quem o ouvisse e acreditasse, diria que a nós, os portugueses, nos coubera o pior quinhão do planeta. Apenas ficaria a dúvida acerca da razão que levou Deus (que na boca deles, atribuiu uma missão providencial aos portugueses) a reservar-nos tal sorte. O solo agrícola seriam pedras e calhaus. O clima desfavorável à agricultura. Minérios e fontes de energia quase inexistentes. Nestas condições como poderia a ditadura fazer mais do que faz?

A explicação portende apenas absolver as classes dominantes e o governo fascista dos males que nos afligem. Em nenhuma base séria assenta. Como se podia, e pode falar na "pobreza natural do país", se não são feitas prospeções todo o sub-solo nacional? se ainda hoje não está calculado com rigor o potencial hidro-eléctrico dos rios portugueses? se não estão convenientemente estudadas as áreas susceptíveis de rega? e se na indústria estamos atrasados muitas dezenas de anos em relação a outros países europeus?

A própria evolução da economia nacional tem vindo a destruir uma a uma as "bases" da explicação. Na medida em que os capitalistas portugueses e os imperialistas estrangeiros vão aproveitando as riquezas nacionais, e da vez menos Portugal aparece como um país pobre de recursos.

Em 1949, os fascistas calculavam que a produção anual hidro-eléctrica nunca podia exceder 3 ou 4,000 milhões de KwH. Em 1956, falando a um jornalista suíço da escassez dos recursos nacionais, Salazar afirmava que, dentro de 6 anos, "toda a energia estará aproveitada". Que se passou na realidade? Ao fim desses 6 anos a produção hidro-eléctrica não atingia 3,5 milhões de KwH e entretanto, as estimativas tinham corrigido o potencial hidro-eléctrico dos rios portugueses para cerca de 20.000 milhões de KwH (o que parece ser ainda inferior ao real). Aproveitados, estes recursos poderiam dar a Portugal uma captação de produção eléctrica no nível da actual captação da Alemanha Ocidental e superior à da França, Bélgica, ou Itália.

Durante longos anos os fascistas afirmaram que os minérios de ferro de Loncorve estão inexplorados, muito difficilmente poderiam, dada a percentagem de sílica, servir para alguma coisa. Mas, quando os alemães proprietários das minas resolveram começar a exportar o minério e se interessavam na instalação de uma siderurgia em Portugal, logo se revelou que os minérios de Loncorve não eram tão maus como os fascistas os pintavam. A verdade é que só as reservas já conhecidas de 500 milhões de toneladas de minério de alto teor podem garantir ao país durante gerações um elevado consumo de ferro e aço.

Em 1936, Salazar afirmava que as possibilidades de alargamento de terras regadas no Continente não iam além de 150.000 hectares. Mas, quando os grandes capitalistas e os latifundiários começaram a interessar-se pelo progresso técnico da agricultura, logo se revelou que com uma só barragem em Tancos se poderiam regar 100.000 hectares ao longo do Tejo e do Sobraira, que na região de Leja e podiam ser mais de 100.000 hectares e, que ainda ao sul do Tejo, mais de 400.000 hectares de terras pobres poderiam beneficiar das águas do Tejo.

Vinte e cinco anos atrás, Salazar afirmava que já não existiam incultos e que estava aproveitada e que podia sê-lo. Entretanto de 1939 para 1957, a superfície agrícola aumentou de 22% e as estatísticas oficiais continuam a referir a existência de terra inculta mas cultivável correspondente a 15% da superfície agrícola.

Quanto às condições de solo e de clima, como se pode dizer que são das favoráveis para a agricultura, quando, apesar do tremendo atraso técnico, a densidade das vinhas é a mais elevada da Europa e se produzem dos melhores vinhos do mundo; quando as raras condições para a fruticultura são geralmente reconhecidas; quando há 400.000 hectares de olival; quando não se tentou ainda sequer numa escala comercial a cultura do algodão, da beterraba e do tabaco; quando Portugal é o primeiro produtor mundial de cortiça e quando a produção de cereais (embora a cultura seja pelos processos mais primitivos) quase chega para o abastecimento nacional?

Vê-se a colossal mentira que constitui a explicação do atraso e da miséria por uma suposta "pobreza dos recursos naturais".

O potencial hidro-eléctrico, os recursos mineiros, as possibilidades agrícolas e florestais convenientemente aproveitados assim como a riqueza do peixe e outros, são suficientes para garantir o bem-estar material a todos os portugueses.

É apenas porque meia dúzia de grupos monopolistas, algumas centenas de latifundiários e o imperialismo estrangeiro têm nas suas mãos e exploram em seu proveito os recursos nacionais, é apenas porque o país é dominado por um governo fascista que os serve, que Portugal se mantém no atraso e na miséria, no último lugar na escala dos países europeus.

2. É curioso o contraste entre as lamentações de Salazar e dos seus acólitos acerca da "pobreza natural" do país e o ridículo exagero com que apregam a sua "obra de renovação". Go nos estudos oficiais reservados a especialistas se vai até reconhecer que Portugal ocupa uma "posição intermédia" entre os países de economia industrializada e os países de economia sub-desenvolvida (Relatório do decreto que criou o Banco do Fomento), nas discursatas só se ouve dizer que Portugal está em pleno desenvolvimento graças à "obra de progresso e renovação sem paralelo na história do país" realizada por Salazar. Repetem esta afirmação por cada fábrica ou fabriqueta inaugurada, por cada quilovatio a mais na produção. Por cada ovo que a economia portuguesa põe, cacarejam 24 horas.

Por muita que as mentiras sejam repetidas, elas não mudam as realidades. O rendimento nacional, o consumo de ferro, de aço, de electricidade e de energia em geral, a estrutura do comércio externo, o nível de vida dos trabalhadores, mostram sem sombra de dúvida que a economia portuguesa se encontra num grau de desenvolvimento incomparavelmente inferior ao dos outros países europeus, se exceptuarmos a Espanha franquista e a Grécia reacçãoária, que, nos varios aspectos da situação económica, ocupam sempre com Portugal, embora à sua frente, os três últimos lugares da escala europeia.

O rendimento nacional por habitante em Portugal orça pelos 242 dólares por habitante. Nenhum outro país da Europa acusa tão baixa capitação. Mesmo a miserável Espanha franquista acusa uma capitação superior em um sexto à verificada em Portugal; a Grécia acusa já maior avanço. Daí para cima, as diferenças da capitação de rendimento mostram que Portugal caminha com meio século de atraso. Na Irlanda, na Itália, na Austria e na Holanda, o rendimento por habitante é de 500 a 1000 dólares; na Bélgica, França, Dinamarca, Alemanha Ocidental, Noruega, Inglaterra e Luxemburgo de 1.000 a 1.200 dólares; na Suécia e na Suíça ultrapassa os 1.500 dólares por habitante.

No consumo de ferro e aço, indicativo certo do desenvolvimento económico, o mesmo se verifica. O consumo de Portugal em equivalente de aço bruto é cerca de 50 quilos por habitante. Tirando a Grécia e a Espanha, os outros países consomem de 1 a 9 vezes mais que Portugal. O mesmo no consumo de electricidade: A capitação da produção em Portugal é de cerca de 400 quilovattios-hora por habitante. Tirando a Grécia e a Espanha (esta com uma capitação quase dupla da portuguesa) os outros países europeus produzem por habitante de 3 a 24 vezes mais que Portugal. No consumo total de hulha, lignite, produtos de petróleo, gaz natural e energia hidro-eléctrica, Portugal está a grande distância de todos os outros países da Europa; a Grécia consome mais um terço; a Espanha mais do dobro; os outros países de 5 a 12 vezes mais por habitante.

A estrutura do comércio externo caracteriza também com nitidez a posição de Portugal como país sub-desenvolvido, como comprador de produtos industriais e fornecedor de matérias primas e produtos alimentícios. Em 1962 as exportações de matérias-primas e produtos semi-manufacturados subiram a 52% do total das exportações e as importações de produtos industriais subiram a 61% do total das importações.

É de notar que a situação aparece com nitidez apesar da existência das colónias portuguesas, com as quais o comércio tem a característica inversa: vendem-se produtos manufacturados e importam-se matérias-primas.

As relações comerciais com os países europeus economicamente mais desenvolvidos mostram o atraso da economia portuguesa e a situação de dependência. Em 1962 por cada tonelada importada pela Inglaterra pagaram-se 7,7 contos; por cada tonelada que para lá se exportou receberam-se 3,6 contos. Por cada tonelada importada da Alemanha pagaram-se 11,7 contos; por cada tonelada que para lá se exportou receberam-se 3,6 contos. É precisamente o inverso do que sucede no comércio com as colónias; no mesmo ano pagaram-se 3,5 contos por cada tonelada importada e receberam-se 9,8 contos por cada tonelada exportada. Esta comparação mostra que a economia portuguesa está para os países capitalistas mais desenvolvidos como a economia das colónias portuguesas está para Portugal. Esta é a verdade da "posição intermédia" de que falam os fascistas. Longe de acusar um desenvolvimento satisfatório da economia nacional, mostra apenas o seu trágico atraso.

Dado o desenvolvimento desigual do capitalismo, a situação, (embora com oscilações) tende a agravar-se em prejuízo de Portugal. No comércio com os países mais desenvolvidos vai baixando o preço relativo do que se vende e aumentando o preço do que se compra, registando-se desde 1953 um agravamento de 7 a 40% conforme os anos. Isto mostra que, longe de "estarmos a aperturar" os países mais desenvolvidos, como os fascistas pretendem, estamos a ficar cada vez a maior distância.

Correspondendo ao atraso geral do país, o nível de vida em Portugal é o mais baixo da Europa. A alimentação diária dos portugueses contém uma média de 2.500 calorias. Dos restantes países capitalistas da Europa, em 2 contém cerca de 2.000, em 7 de 2.900 a 3.000 calorias e em 5 mais de 3.000 calorias. Em nenhum outro país da Europa se consome menos carne, menos ovos, menos leite, menos laticínios. Cada português come em média 20 quilogramas de carne por ano, quando na maior parte dos outros países se consome em média 50, 60, 70 quilos e mais. Cada português come em média 4 quilos de ovos por ano, quando nos outros países se come de 8 a 16 quilos. Cada português consome em média 2 quilos de leite e laticínios por ano, quando nos outros países se consome de 8 a 20 quilos.

É evidente que as médias não têm em conta a distribuição do consumo entre as várias classes sociais. Os trabalhadores portugueses sabem bem que a carne só aparece em dias de festa e que os ovos e o leite são para as mesas dos ricos.

Também no que respeita a outras condições de vida, a situação do povo português cada vez mais se distancia da dos outros povos europeus. Que vemos por exemplo, em relação à habitação? Os fascistas fazem grande propaganda do que se constrói, afirmando mesmo que se constrói demasiado. Entre tanto em Portugal constroem-se em cada ano 3,5 fogos por 1.000 habitantes quando nos outros países europeus (salvo a Espanha) se constroem de 5 a 9 fogos.

Tudo isto mostra o atraso do país, a sua posição como país "sub-desenvolvido", mesmo que os fascistas lhe queiram chamar "posição intermédia". Estar a meio caminho entre os países submetidos secularmente à escravidão colonial e os países capitalistas desenvolvidos não pode alegrar os portugueses. Não os pode alegrar que Portugal seja o país mais pobre e mais atrasado da Europa.

3. Um facto à primeira vista surpreendente, para quem estuda a composição do capital na indústria portuguesa é o ser elevada a relação entre as matérias primas, amortização do equipamento, energia por um lado, e os salários por outro, e que nos países evoluídos é sinal de progresso industrial. No conjunto de 20 principais ramos industriais essa relação (composição orgânica do capital) é igual a 6,5. Isto é, no valor do produto desses ramos, a parte relativa a equipamento, matérias primas, energia etc. (capital constante) é quase 7 vezes superior à parte relativa aos salários (capital variável). Esse número é muito próximo do que se obtém em países industriais desenvolvidos, onde pesa o equipamento, a mecanização, o nível técnico, a automatização. Pode porém em Portugal, essa elevada composição orgânica do capital ser entendida como indicadora de uma situação semelhante? Não pode. Só em medida escassa e em sectores muito limitados (como nos adubos químicos com a composição orgânica de 14, nos cimentos com 6, na borracha com 7) ela reflete certa importância do equipamento. No fundamental essa elevada composição orgânica acusa o peso das matérias primas em indústrias preparadoras e atrasadas (53 nos resinosos, 34 na refinação do açúcar, 29 na manganês, 12 nos curtumes, 7 nas cortiças) e o baixíssimo preço da força de trabalho.

De facto a indústria portuguesa é em larga medida preparadora de matérias primas, como tal devendo ser consideradas as principais indústrias de exportação (cortiças, conservas, resinosos, madeiras). As matérias primas representam mais de 95% do capital constante na cortiça, resinosos, dos cascos, manganês, sabões, curtumes; de 80 a 95% nas conservas, adubos químicos, algodão, lanifícios, papel, borracha, corte do pelo, açúcar, tintas e vernizes, cutelaria.

Assim a elevada composição orgânica do capital, que à primeira vista parecerá indicar uma indústria evoluída indica apenas o atraso da indústria.

Só nos fósforos, cimentos, cerveja, lanifícios, cal hidráulica, e porcelanas e faianças o equipamento sobe a mais de 10% do capital constante. Isto resulta mais do processo industrial que do avanço técnico. Na generalidade dos ramos industriais oscila entre 2 e 3%.

Compreendo-se esta situação, notando que em muitos ramos da indústria, a maquinaria e o equipamento são antigos, antiquados, cansados, gastos. Segundo números apresentados no IIº Congresso das Indústrias, os maquinismos representam 97% na fundição do ferro, 85% no papel, 80% na moagem do trigo, no açúcar e nos artigos de borracha, 75% nas tintas e vernizes, descasque do arroz, colhas de tijolos e louças de barro vermelho, 70% nos vidros, de 50 a 70% na fição do cardado e chocolates e cacaus, 30 a 50% no cimento, cerâmica, lacticínios, fição de algodão, parafusos de metal e pregos. Estas números seriam para fazer corar de vergonha (se a tivessem) os fascistas que falam da "obra do progresso e renovação que não tem paralelo na nova história". Vê-se que, em alguns ramos da indústria, se tem de fazer um reequipamento quase total. Nada de admirar que técnicos estrangeiros de visita ao nosso país tenham dito de alguns ramos industriais que a maquinaria está boa para a sucata.

Que se vê por exemplo na têxtil de algodão de que se gaba tanto o equipamento? A idade média dos fusos é de 20 anos e 15% têm mais de 50 anos, e a densidade por operário é de 70 fusos, - menos do metade da Inglaterra e cerca de um terço da França. O que se passa na têxtil de algodão passa-se em muitos outros ramos da indústria.

Também os transportes ferroviários se destacam na Europa pelo seu atraso. Em 1962 estavam em serviço 470 locomotivas e 11.592 carruagens e vagões, correspondendo respectivamente a 5 e 127 por 100.000 habitantes. Os países mais desenvolvidos têm em relação ao número de habitantes de 3 a 6 vezes mais locomotivas e de 3 a 7 vezes mais carruagens e vagões que Portugal. O tráfego em Portugal muito menos intenso. O número de toneladas-quilómetro nos outros países é de 2 a 30 vezes superior ao registado em Portugal e o número de passageiros-quilómetro de 3 a 10 vezes superior. Os fascistas mostram as linhas electrificadas aos estrangeiros como se fossem assim todos os caminhos de ferro portugueses. Mas também essas linhas comparadas com as outras, retratam não o progresso do país, mas uma típica política de classe num país industrialmente atrasado; expressos luxuosos no Lisboa-Porto e correios ronciores em todo o resto, bons acessos (onde os há) nas vias turísticas e falta de via na maior parte do país, bofes salões de primeira para os burgueses e caranguojolas a desconjuntarem-se para os trabalhadores.

O atraso na indústria e, nos transportes é acompanhado pelo atraso na agricultura. Um confronto da agricultura portuguesa com a dos restantes países da Europa capitalista (na base do uso de tractores e adubos químicos, do efectivo pecuário e das produções por hectare dos principais produtos agrícolas) mostra que apesar de Portugal ser "um país essencialmente agrícola" também na agricultura está atrás dos outros países europeus.

Que sucede em relação ao uso de tractores? Em 1961 havia em Portugal 10.740 tractores, o que corresponde à média de 26 tractores por 10.000 hectares de superfície agrícola. Só a Espanha e a Grécia igualmente atrasadas e dominadas por governos reacionários se não distanciam de Portugal. Todos os outros países têm uma densidade de tractores incomparavelmente superior. A grande maioria utiliza por hectare 10 vezes mais tractores que Portugal e alguns 15 e 20 vezes mais. Para nosso domínio, Portugal estar equipado ao nível dos países capitalistas mais evoluídos da Europa, teria de passar dos 10.000 tractores para 100.000 ou 150.000. Classificando os países da Europa capitalista, segundo a densidade de tractores, Portugal aparece no fim da escala com 1/4 dos tractores em relação ao país que ocupa o 1º lugar.

Que sucede em relação aos adubos? Em 1961, consumiram-se em Portugal 130.200 toneladas de adubos químicos (elementos nobres), o que corresponde a 32,5 quilogramas por hectare de superfície agrícola. A maior parte dos

países têm um consumo por hectare incomparavelmente superior atingindo os países de agricultura mais desenvolvida 4 a 5 vezes mais do que Portugal. Classificando os países segundo o consumo de adubos químicos, Portugal aparece com 16% em relação ao país que ocupa o primeiro lugar.

Que sucede em relação ao efectivo pecuário? Em 1961 havia em Portugal 60.000 cavalos, 126.000 muares, 232.000 asininos e 395.000 bovinos, havia 1,5 milhões de suínos, 5 milhões de ovinos e 600.000 caprinos. Reduzindo o efectivo a "cabeças normais" para tornar possível a comparação, vê-se que em Portugal havia 506 "cabeças normais" por 1.000 hectares de superfície agrícola e 244 por 1.000 habitantes. Para se atingir o nível dos países mais evoluídos teria de se duplicar e mesmo triplicar todo o efectivo pecuário. Classificando os países segundo a existência pecuária em relação à superfície agrícola e ao número de habitantes Portugal aparece de novo no último lugar da escala com 23% do país que ocupa o primeiro lugar.

Que sucede em relação à produção por hectare dos principais produtos agrícolas? Neste aspecto directamente relacionado com o uso de adubos e o efectivo pecuário, a situação de Portugal é de longe a pior da Europa. Acuram-se produções médias que, vistas do resto da Europa são inacreditáveis: 6,5 quintais de trigo, 4 quintais de aveia e cevada, 2,4 quintais de aveia, 12,0 quintais de milho, 03 quintais de batata. Para que Portugal atingisse o nível dos países mais evoluídos, teria de produzir por hectare de 3 a 5 vezes mais trigo, de 4 a 7 vezes mais cevada e milho, de 5 a 15 vezes mais de aveia, de 2 a 3 vezes mais batata. Classificando os países da Europa capitalista segundo os rendimentos por hectare dos principais produtos agrícolas, Portugal, apesar de favorecido graças à produção vinícola, aparece no conjunto no último lugar, com rendimentos unitários correspondentes a 23% do país que ocupa o primeiro lugar.

Fazendo uma classificação geral nestes quatro importantes aspectos da agricultura, Portugal aparece no último lugar com um índice de 20 em relação ao índice 100 do país que ocupa o primeiro lugar (Holanda). Isto correponde a dizer, embora apenas como imagem, mas como imagem próxima da verdade: Para que a agricultura portuguesa alcançasse o nível das mais adiantadas da Europa, precisáramos de ter cinco vezes mais tractores, consumir cinco vezes mais adubos, ter cinco vezes todo gado actualmente existente e produzir cinco vezes mais por hectare de todos os produtos agrícolas.

Tal o triste estado a que o poder dos grupos monopolistas e dos latifundiários reduziu a agricultura portuguesa. Um país, como Portugal, em que 47% da "população activa com profissão" se dedica às actividades agrícolas, um tal atraso representa necessariamente uma pobreza geral e baixíssimo nível de vida.

Já se tem afirmado que afinal o país não está muito atrasado, pois no produto interno bruto a parte das indústrias transformadoras e da construção sobe a 30,0% do total, ao passo que a parte da agricultura é apenas 23,5%. Não será verdade, (dizem os defensores do regime) que é característica dos países sub-desenvolvidos a maior importância relativa da produção agrícola? A verdade é que estes números não representam qualquer notável avanço industrial, antes reflectem apenas o tremendo atraso agrícola. O produto interno bruto na indústria orça por 40 contos por pessoa activa com profissão no sector (o que é muito pouco) mas na agricultura não passa de 9 contos (o que é miséria).

Uma pesada herança nos deixará a ditadura fascista. Para que a indústria, os transportes, a agricultura, atinjam nível que os aproxima dos outros países capitalistas mais evoluídos será necessário um esforço gigantesco do povo português partindo em muitos aspectos do que, na actualidade se pode considerar um zero.

E é sobre o país atrasado, miserável e faminto que cai o inoportuno peso de pagar toda uma pesada máquina de Estado, militar e burocrática, cuja única missão é defender os interesses daqueles que o reduzem ao atraso, à miséria e à fome.

Para sustentar essa máquina parasitária, o governo fascista aumenta de ano para ano os impostos fazendo cair o grosso da carga tributária sobre as classes trabalhadoras e a classe média. E, como isso mesmo não chega, recorre aos empréstimos de forma crescente. A dívida pública, na maior parte absorvida por despesas improdutivas, alcança já cerca de 20

milhões de contos, tornando-se um permanente servidoiro de recursos.

O conveniente aproveitamento das riquezas nacionais, a industrialização, a modernização da agricultura, a libertação dos encargos parasitários do Estado, são condições para se produzir o necessário para o bem-estar do povo e a independência do país. Essa obra não pode ser realizada na actual ordem económica e política.

E não pode porque, se Portugal se encontra no último lugar da escala europeia, próximo apenas da Espanha fascista e da Grécia reacçãoária, mas a grande distância de todos os outros países, se Portugal tem uma industria incipiente e uma agricultura indigna de nosso século, isso não se deve à pobreza irremediável dos recursos naturais, mas ao facto de que Portugal é dominado por um pequeno número de grupos monopolistas e de latifundiários que em benefício próprio sacrificam os interesses do povo e do país. Ao facto de que em Portugal, o imperialismo estrangeiro tem nas suas mãos as principais riquezas nacionais e ramos importantes da economia portuguesa. Ao facto de que sendo um país dependente, Portugal é, ao mesmo tempo, um país colonialista, do que tem resultado o desinteresse das classes dominantes pelo desenvolvimento económico geral. Ao facto de que as classes trabalhadoras são sujeitas a uma exploração desapidada que as condena à mais negra miséria, o roubo e seu poder de compra. Ao facto de que se segue uma política de guerra que absorve uma parte considerável dos recursos nacionais. Ao facto de que há 20 anos o país é tiranizado por uma ditadura fascista, que abafa as reacções populares, é impoído pela violência e o terror a política dos monopólios e dos latifundiários.

Para que Portugal possa tornar-se um país economicamente desenvolvido, para que possa ser assegurado o bem-estar do povo e a independência à pátria é necessário não apenas substituir um governo, mas arrancar as raízes do mal.

O governo fascista é o governo terrorista dos monopólios, associado ao imperialismo estrangeiro, e dos latifundiários. O movimento nacional contra a ditadura fascista é um movimento anti-monopolista e anti-imperialista. O derrubamento da ditadura fascista tem de ser acompanhada da liquidação da sua base social e da realização duma transformação social profunda da sociedade portuguesa que sirva os interesses do povo e assegure a independência do país.

A Revolução por que lutamos é uma revolução democrática e uma revolução nacional.

PELA ABOLIÇÃO DO PODER DOS MONOPÓLIOS

1.º golpe militar de 1926, que levou à instauração da ditadura fascista, foi preparado e executado pelas forças reacçãoárias do grande capital e dos grandes agrários. O objectivo foi por o aparelho do Estado ao seu serviço, arriar de poder a pequena e a média burguesia, travar o movimento operário. Em 1926, na industria como na banca e no comércio, ainda estava ausente o domínio monopolista. Ainda o capital industrial e o capital bancário se não tinham fundido tão intimamente que lhes assegurassem o controle da vida económica nacional. Instaurado o governo fascista, o grande capital começou a impor com a força do Estado a defesa dos seus interesses.

A acção das leis de desenvolvimento do capitalismo, particularmente a livre concorrência, conduzem à centralização, à concentração e ao monopólio. Mas essa acção, por si só, é lenta num país atrasado. Os pequenos e médios capitalistas resistem desesperadamente à acção aniquiladora do grande capital. A missão histórica da ditadura fascista, ao serviço do grande capital e dos grandes agrários, foi apressar esse processo.

Toda a acção do governo fascista, ao longo dos 30 anos do seu domínio, tem sido intensificar a exploração da classe operária e das outras classes laboriosas para permitir à burguesia mais lucros e a mais rápida acumulação de capital. Tem sido proteger os grandes e perseguir os pequenos. Tem sido a entrega das riquezas nacionais e dos principais ramos da actividade económica a um pequeno número de grandes capitalistas. Para isso, o governo põe todo o aparelho do Estado, todo o aparelho repressivo, as armas, as leis, os tribunais, ao serviço do grande capital. Para isso criou um gigantesco aparelho de coordenação, direcção e domínio económico que é a organização corporativa.

Assim, a centralização, a concentração e o monopólio não têm sido apenas o resultado natural, a longo prazo, da livre concorrência. Graças à política do governo fascista, os monopólios têm sido e são estabelecidos violentamente, coercivamente, a curto prazo, por medidas legislativas, por despachos ministeriais, pela força e o terror que vencem as resistências e impedem a execução dos planos do grande capital.

Na indústria, seguindo o exemplo da concentração na moagem, a que o falecido fascista Botelho Moniz chamou "o primeiro bom exemplo de corporativismo", como após isso, foram-se criando maiores unidades, foram sendo arruinadas as mais pequenas, foram-se impondo fusões e absorções das mais pequenas empresas pelas maiores.

A concentração industrial e o estabelecimento de monopólios na indústria facilitou e estimulou a concentração bancária e a formação de monopólios bancários. Em 1928, o activo dos mais pequenos bancos (chamados "casas bancárias") representava 13% do activo total dos bancos; em 1949 representava apenas 1,6%. Em 1928 os depósitos à ordem nas casas bancárias representavam mais do que 20% do total dos depósitos à ordem; em 1949 representava apenas 1,7%. Em 1928 quatro grandes bancos detinham 64% dos depósitos à ordem; em 1949 tinham já 71%. Os bancos passaram a ter um lugar de relevo no estabelecimento do domínio dos monopólios em todos os sectores da vida nacional.

Resultado inevitável do desenvolvimento do capitalismo, mas apressado violentamente pelo governo fascista, a concentração industrial e a concentração bancária, a criação de monopólios industriais e monopólios bancários, a fusão ou enlace dos bancos com a indústria, deram à oligarquia financeira uma posição dominante em toda a economia nacional. Se até ao princípio da segunda guerra mundial, o mais característico da política fascista foi a facilitação da criação de grandes grupos financeiros, depois da segunda guerra mundial, ligada aos planos de "industrialização" e de "fomento", a política fascista caracterizou-se pelo auxílio a esses grupos para se apressarem de toda a vida económica nacional, através da exploração desenfreada da classe operária e duma violenta e desapiadada ofensiva para liquidarem as pequenas empresas.

2. No processo de concentração e centralização têm representado um papel de relevo as sociedades anónimas.

De há muito, o desenvolvimento do capitalismo e as exigências de capital para a instalação de grandes empresas chocam com a limitação dos capitais individuais. Foi a centralização dos capitais individuais em sociedades por acções (ou anónimas) que permitiu os investimentos exigidos pelas grandes obras industriais.

Larx sublinhava que, "na medida em que o aumento da força produtiva social do trabalho exige uma produção em grande escala" e portanto investimentos de capital-dinheiro em grandes quantidades pelo capitalista individual, "esse resultado é em parte atingido pela centralização dos capitais em poucas mãos", o que não significa o aumento da sua soma social mas apenas "uma repartição diferente dos capitais individuais" (Capital - livro II, T. II, cap. XVIII).

Em Portugal, desde a segunda metade do século XIX que as sociedades anónimas têm vindo a ganhar importância crescente. É por aí depois da instauração da ditadura fascista, com a política de protecção aos monopólios, da entrega de todas as riquezas nacionais e da vida económica ao capital financeiro, que as sociedades anónimas ganharam importância. Sobretudo depois da segunda guerra mundial, a construção e instalação de ramos novos de indústria e de grandes centrais hidro-eléctricas, exigindo vultuosos investimentos, deram novo impulso à centralização de capitais através das sociedades anónimas.

De 1925 a 1939, foram constituídas 95 sociedades anónimas com um capital total de 113.505 contos, correspondentes a 27% do capital de todas as sociedades constituídas, e 4,7% das sociedades por quotas com o capital de 253.737 contos correspondentes a 61% desse capital. Em 1955-1959, o capital das sociedades anónimas constituídas subiu a mais de 1.300.000 contos, ou seja mais do dobro de das sociedades por quotas constituídas; enquanto o capital daquelas representou nesses anos 70% do capital de todas as sociedades constituídas, o capital das últimas representou já só 29%. Ao mesmo tempo as sociedades em nome colectivo perderam progressivamente a sua importância. Em 1925-39 ainda o capital das sociedades em nome colectivo constituídas subiu a 12% do capital de todas as sociedades constituídas; em 1955-59 representou apenas 1%.

Se considerarmos o capital médio das sociedades constituídas, igualmente sobressai a importância das sociedades anónimas; o capital médio das sociedades por quotas constituídas tem-se mantido deste antes da guerra, sem modificações sensíveis; entre 50 e 100 contos. O das sociedades anónimas passou de 1,195 contos em 1935-39 para 11,152 contos em 1955-59.

Aposar do que existem ainda algumas grandes sociedades por quotas, a tendência é a sua transformação em sociedades anónimas com o fim de mobilizarem novos capitais. Através das sociedades anónimas, os grandes capitalistas atraem, iludem, utilizam e dominam em seu proveito os pequenos capitais e mesmo as economias de homens das profissões liberais, funcionários etc.. Pela crescente de obrigações (5 milhões de contos em circulação em fins de 1957 e 7 milhões em fins de 1960), as grandes sociedades exercem de certa forma funções bancárias, pois a emissão de obrigações equivale a receber em depósito a prazo e a baixo juro "capitais disponíveis" e a colocá-los (na sua própria empresa) em actividades mais lucrativas. As grandes sociedades recebem assim o lucro de vastos capitais que não lhes pertencem. Nojo em Portugal, grande empresa, grande fábrica, grande companhia, associação monopolista são sinónimos da sociedade anónima e vice-versa. Assim, enquanto o capital nominal médio das sociedades anónimas passa dos 20.000 contos, o capital médio das outras sociedades não alcança os 200 contos. Enquanto as sociedades anónimas têm em média 32% assalariados, as restantes sociedades têm em média 17.

É evidente que o capital nominal está muito longe de ser o capital efectivo. Este é muitas e muitas vezes superior ao capital nominal. Basta dizer que, calculando pelas cotações da Bolsa, o capital é em regra de 3 a 10 vezes superior ao capital nominal, e em muitos casos ainda mais: 100 vezes superior o da CUF, 300 vezes o da Companhia das Lousias. Os investimentos de muitas grandes companhias, excedendo de longo os capitais nominais respectivos mostram como estes ocultam os capitais reais. A CCH, por exemplo, tem o capital de 150.000 contos, mas os seus investimentos na freta sobem a mais de 1.700.000 contos. A CCH tem um capital de 100.000 contos, mas o seu capital investido ultrapassa 1 milhão de contos. O capital nominal de todas as sociedades dos vários ramos de indústria têxtil orça por 700.000 mas só na têxtil de algodão os investimentos passam de 4 milhões de contos.

Além disso, o chamado capital das sociedades não inclui os "fundos de reserva" e estes tornam-se cada vez mais a forma preferida da acumulação do capital dentro de cada grande companhia. Considerando 5 dezenas das maiores companhias, as reservas representavam em 1939 39% do total do capital e das reservas. Em 1961 representavam já 49%.

Por esta forma, um número cada vez menor de grandes companhias, centralizando de forma crescente capitais que antes se encontravam separados em muitas outras e concentrando por acumulação dos lucros crescentes, capitais crescentes, ganha dia a dia uma posição preponderante. Na pesca, no papel, na borracha, na moagem, no comércio, transportes e comunicações, um número reduzido de sociedades anónimas, representando de 2 a 7% do número das sociedades, detem de 50 a 85% do capital do ramo respectivo. Nos cimentos, indústria química, máquinas e aparelhos eléctricos 11 a 20% do número detem 70 a 99% do capital. Em 1961, no total de mais de 20.000 sociedades existentes, cabiam às 200 maiores, com capital superior a 10.000 contos (menos de 1% do número das sociedades, 15 milhões de contos (ou seja quase 75%) do capital nominal de todas as sociedades. Se de 1956 a 1961 a percentagem das maiores sociedades passou de 66% a 75%.

3-Seria porém erro concluir que a existência de algumas poucas centenas de grandes sociedades dominantes significa que essas poucas centenas são sociedades diferenciadas e concorrentes. Luito longe disso. Por um sistema de participações no capital, o domínio efectivo da economia nacional pertence a um pequeno número de grupos financeiros (grandes bancos e grandes empresas industrialistas associadas). Cada grupo monopolista não se limita a dominar um ramo de indústria. Com a concentração de capitais, cada grupo investe capitais noutros ramos. Champalimaud passou de cimento para a siderurgia; Delfim Ferreira da têxtil para a electricidade; Manuel de Lello para uma imensa pluralidade de actividades.

Os bancos e os banqueiros tornaram-se grandes industriais, os grandes industriais tornaram-se banqueiros. Não há hoje banco que não tenha fortes posições na indústria. E não há grande industrial que não tenha posição nos bancos. Os próprios grandes senhores da terra se tornaram industriais e banqueiros e vice-versa.

Com a fusão do capital bancário e do capital industrial, com o desenvolvimento das sociedades anónimas, tornou-se possível a situação hoje existente em Portugal: Onze grandes grupos monopolistas controlam e dominam as mais importantes sociedades e muitos milhares de outras. Controlam e dominam os sectores fundamentais da economia portuguesa.

Ele é a CUF, com as suas unidades industriais próprias, as suas posições nos transportes marítimos e nas construções navais (Sociedade Geral, Companhia Nacional de Navegação e Soponata), e o seu grande banco (Totta-Aliança) e as suas companhias de seguros, as suas grandes fábricas de tabacos, de adubos químicos, de celulose, de produtos farmacêuticos, de artigos eléctricos, etc..

Ele é o grupo do Banco Espírito Santo, intimamente associado ao trust dos petróleos, com as suas companhias de seguros, as suas posições nos transportes, na electricidade, na cerveja.

Ele é o grupo Delfim Ferreira e Banco Atlântico, com fortíssimas posições na indústria têxtil e na electricidade.

Eles são ainda o grupo do Banco Nacional Ultramarino que controla outros bancos como F. Alves Pinto Leite e Raposo de Magalhães e tem uma gigantesca rede de interesses além das companhias coloniais; o grupo Pinto de Azevedo e Banco Borges & Irmão (na têxtil e nos vinhos); o grupo Sommer (nos cimentos e siderurgia); o grupo C^a Portugal e Colónias e Banco Lisboa e Açores (na moagem e nos transportes); e as constelações de grandes empresas e interesses polarizados em volta dos bancos de Portugal, Fonseca Santos e Viana, Sotto Mayor e Agricultura-Alentejo.

Entre estes grupos existem naturalmente rivalidades de interesses; Mas as rivalidades entre esses grandes grupos são hoje menos agudas que a competição que os opõe, a todos ou a alguns, aos pequenos e médios competidores. O que actualmente caracteriza as relações entre eles é a crescente aproximação dos seus interesses, é o facto de que, de forma crescente, eles se entendem com o objectivo de esmagarem toda a multidão dos mais pequenos concorrentes e dominarem como senhores absolutos a economia nacional.

Numerosas grandes empresas e monopólios (tal o caso da electricidade e dos adubos químicos), foram criadas com a participação de vários grandes grupos financeiros. Em centenas de outros empreendimentos (moagem, sabões, vidros, cerâmica) os grandes grupos estabelecem ligações e acordos. O Banco do Fomento Nacional, criado em 1959, é uma nova e superior forma de associação da grande banca e da grande indústria em ligação com a finança internacional, através da qual todos os grandes bancos ficaram associados e solidariamente interessados na actividade da grande indústria. Outras associações do mesmo tipo se têm formado. Ainda recentemente, igualmente ligados à finança internacional, os Bancos do Atlântico, Pinto & Sotto Mayor, Agricultura e Comercial de Angola criaram a Sociedade de Estudos Financeiros (LUSOFINO) com o fim de coordenar e planificar os investimentos comuns.

Dia a dia é mais densa a rede dos interesses comuns dos grandes grupos monopolistas. Todos em conjunto opõem-se a todas as restantes classes sociais. De braço dado com o imperialismo estrangeiro, são os senhores onnipotentes da vida portuguesa.

4. Foi servindo o grande capital que o governo fascista promoveu a centralização e a concentração e tornou possível o domínio da economia nacional por um tão reduzido número de grupos monopolistas. É servindo esse punhado de grandes grupos monopolistas que o governo fascista impulsiona ainda mais o processo de centralização e concentração, com vistas à completa liquidação da pequena e média indústria.

O "condicionamento" industrial, lei básica do desenvolvimento industrial sob a ditadura fascista, que torna dependente de autorização do governo a montagem, modificação e transferência dos estabelecimentos fabris, é uma lei "reguladora" da concorrência, uma lei de protecção monopolista. O "condicionamento" industrial é um instrumento do grande capital para apressar a centralização e a concentração e manter e reforçar o domínio dos monopólios em toda a indústria portuguesa. Abrindo o passo aos grandes e

cortando o passo aos pequenos, o condicionamento, que cada qual puxa a si, é (nas palavras do deputado fascista A. Neto) "amanta curta, ótima quando tuga e péssima quando destaga". Onde há grande indústria, ou em novos ramos industriais concedidos aos grandes, o governo "condiciona" (isto é proíbe a criação de novas unidades) para impedir outros concorrentes. Onde não há grande indústria, o governo "liberaliza" (isto é, torna de certa forma livre a instalação de novas unidades) para que a grande indústria entre em cena e esmague as pequenas unidades. As grandes companhias monopolistas tornam-se arautos da liberalização e da livre concorrência nos sectores onde pretendem penetrar, e arautos do "condicionamento" nos sectores mais lucrativos que tornam contadas suas.

Nos ramos em que dominam os monopólios, vedando estes o afluxo dos capitais, diminui a concorrência e lucros superiores são assegurados. Ao invés, há mais afluência de capitais aos ramos "liberalizados", agudiza-se aí a concorrência e desce a taxa de lucro. Pelo jogo dos preços no mercado e pela existência de preços de monopólio, dá-se uma partilha da mais-valia entre os vários ramos, ou (se é baixa a técnica e elevada a taxa de mais-valia nos sectores monopolistas) impedem que os outros partilhem da mais-valia neles criada. No primeiro caso cobram à restante indústria um "imposto invisível", no segundo fogem com a sua "matéria colectável" a quem sobre ela teria direito à cobrança. Isto significa que não só a pequena e a média indústria do determinado ramo é levada parte da mais-valia pelos monopólios do mesmo ramo, como estes se **apropriam do parte da mais-valia** obtida em outros ramos não condicionados. Estabelece-se a lei dos maiores lucros dos sectores e empresas monopolistas, e que acentua a sua preponderância em todos os ramos (estejam ou não lá) e a sua aptidão para aniquilar as pequenas e médias empresas.

A eficiência do "condicionamento" ao serviço dos monopólios revela-se mais claramente quando, por suspensão temporária e parcial do "condicionamento", aparecem rapidamente centenas, e mesmo milhares de pequenas empresas (panificação, barro, tipografia, moagem). Logo porém o governo fascista intervém com novas medidas de condicionamento, salientando que tal ou tais grandes empresas, só por si, têm uma capacidade de produção superior à capacidade de absorção do mercado nacional. Para quê desperdício em equipamentos não utilizados? E os homens dos monopólios vestem a pele de defensores dos interesses dos pequenos. "Se estas instalações novas estão condenadas à morte (pergunta o economista oficial do "Diário da Manhã", 19/5/63) então para que coizá-las nascer?"

A voz dos pequenos há muito foi abafada. Ao invés do que seria de esperar, as queixas que se ouvem nos anfiteatros da concorrência, não são as de pequena indústria em vias de ruína e liquidação (essa não pode falar), mas as das grandes companhias pretendentes ao completo monopólio que atribuem todas as dificuldades à concorrência das pequenas, acusam estas de não pagarem impostos bastantes e dizem não poder viver se não forem compulsivamente aniquiladas a "indústria caseira" e a pequena indústria, acusadas de "concorrência desleal...". Com o "condicionamento" o governo salazarista intervém na competição entre as grandes e as pequenas **empresas** para decidir mais rapidamente a batalha em benefício das primeiras, para liquidar mais rapidamente as segundas, para apressar a centralização e a concentração, para facilitar o estabelecimento e engrandecimento dos monopólios e do capital estrangeiro a que estão ligados.

Através dos longos 30 anos de seu domínio, mas particularmente a partir do fim da segunda guerra mundial, o governo de Salazar (arrastando as grandes companhias) tem levado a cabo uma verdadeira cruzada de aniquilamento e expropriação da pequena produção industrial (assim como da pequena produção agrícola e do pequeno comércio). Ataca a "pulverização", a "poceira industrial", a diminuta dimensão das unidades, a ineficiência, a baixa tecnologia, a "concorrência anárquica". Afirma que os objectivos da centralização são " eminentemente nacionais", porque com ela se pretende ganhar apetrechamento, eficiência, produtividade, qualidade, rentabilidade, preços de competição no mercado internacional. E a coberto dessas justificações (técnicamente verdadeiras, politicamente demagógicas) impulsiona, força, impõe a centralização.

Num país atrasado cuja industrialização mal dá os primeiros passos e em que é baixíssimo o consumo, o governo tem o descaro de falar em "super-g

petrochamento" e "excesso de capacidade" das nossas indústrias e justificar também a necessidade da centralização pela necessidade de eliminar "esse excesso". Se, por exemplo, na fundição de aço, no fabrico de limas, o do parafusos metálicos, a indústria está educada para produzir 12 vezes o actual consumo nacional, se nos contraplacados, trofilaria, tubos de aço, condutores eléctricos, está equipada para produzir de 3 a 5 vezes mais, a conclusão imediata que daqui tiram os fascistas não é da necessidade de aumentar o consumo, mas a de aniquilar as pequenas empresas para entregar toda a produção a monopólios tecnicamente melhor equipados. É verdade que não têm no poder, nem interesse, em fazer outra coisa.

A contradição entre a capacidade de produção e a capacidade de consumo não é resolúvel dentro do capitalismo. No capitalismo a utilização mais ampla das forças produtivas existentes leva a produção a exceder as possibilidades da sua venda. Cria-se então um ciclo vicioso: para produzir mais, seria necessário poder vender mais; para vender mais seria necessário baixar os preços; para baixar os preços nas condições presentes seria necessário acumular menos; acumulando menos não se poderiam fazer inovações técnicas; não se fazendo tais inovações, produz-se mais caro; produzindo-se mais caro, vende-se menos; vendendo menos não se pode produzir mais. Solução fascista: aniquilam-se as pequenas empresas; elimina-se a sua quota na produção, entregue-se esta aos monopólios.

É verdade que o desenvolvimento das forças produtivas exige o desaparecimento das indústrias fragmentárias. Mas, sob o capitalismo e mais particularmente sob uma ditadura fascista, tal desaparecimento não aproveita o país no seu conjunto, não aproveita a amplas camadas populares, mas apenas um punhado de milionários, à custa da miséria e sofrimento dos trabalhadores e da ruína dos pequenos industriais. Em alguns ramos, o aniquilamento dos pequenos e a centralização foram rápidas e espectaculares (lacteínios, megalom, chapéus). Noutros ramos (papel, cutelaria, golo,), fundem-se ou são absorvidos muitos dos mais pequenos acompanhando a inauguração de novas unidades. Noutros ramos, o número de fábricas de menos de 20 operários desce e o número de fábricas de centenas de operários aumenta - o que se opera mais rapidamente quando a crise atinge o ramo. Nas conservas, nas cortiças, nos resinosos, as crises têm provocado o encerramento massivo de pequenas fábricas e a imediata e correspondente centralização. Os operários das fábricas de menos de 21 operários, que em 1949 representavam 11% do total de operários, representavam já só 9% em 1961.

Salvo ramos novos na indústria, nos quais aumenta naturalmente o número de fábricas, é quase geral a diminuição do número de fábricas, acompanhando o aumento do número de operários e do força motriz por fábrica e o aumento de produção.

O número médio de operários por fábrica passa de 1957 para 1961 de 7 para 14 nos lacteínios, de 08 para 90 nas conservas de peixe, de 44 para 66 nos chocolates, de 200 para 262 na cerveja, de 44 para 52 nos lanifícios, de 117 para 128 nos algodões, de 113 para 109 no corte de pelo, de 45 para 73 nos folhados e contraplacados, de 40 para 60 no papel e cartão, de 114 para 136 nos artigos de borracha, de 11 para 19 nos explosivos, de 279 para 324 no vidro, de 192 para 211 nas porcelanas e faianças, de 45 para 69 na cal hidráulica, de 430 para 483 no cimento, de 73 para 110 nos cabos e condutores eléctricos.

O aumento da força motriz instalada em média por fábrica é quase geral. De 1949 para 1961, o número de cavalos-vapor por fábrica passou de 4 para 22 nos resinosos, de 79 para 246 nos vidros, de 03 para 140 na cerâmica, de 440 para 965 na cerveja, de 209 para 255 nos fósforos, de 8.436 para 11.206 no cimento, de 71 para 123 nos lanifícios.

As pequenas fábricas vão perdendo a sua importância, vivendo em dificuldades crescentes, entrando num ciclo de dificuldades que as leva à ruína e à falência. Cresce o papel das grandes empresas, que tomam conta dos ramos respectivos da produção, que comandam os preços, que dominam o mercado e acabam por levar à falência ou absorver as pequenas unidades.

Este processo deve ser entendido à escala portuguesa, isto é: de um país industrialmente pouco evoluído. O aumento do número de fábricas pode

dar-se (sem que isso represente "desconcentração") em ramos mais atrasados em substituição de oficinas artesanais, ou em ramos agora introduzidos no país. Logo porém se observa a luta para a centralização de unidades criadas e (mais ainda) os grandes a exigirem o "condicionamento" e a "reorganização".

O grau de concentração aparece no facto de que, no conjunto dos principais ramos industriais, enquanto 3.200 fábricas de menos de 21 operários, correspondendo a 67% do número de fábrica, empregam 32.060 operários, correspondendo apenas a 14% do total, 529 fábricas de mais de 100 operários, correspondendo apenas a 11% do número, empregam 148.000 operários correspondendo a 61% do total. Esse grau de concentração é julgado insuficiente pelas grandes companhias e toda a acção do governo se dirige no sentido de lhes dar satisfação através da "organização industrial".

Justificando-se com a produtividade exigida pela baixa das barreiras alfandegárias resultantes do Acordo dos Sete, o governo prepara uma rápida centralização compulsiva para cerca de 20 ramos (conservas, vidros, têxtil, metalurgia, cortiças, papel, calçado, cutelaria, lacticínios, refinação de açúcar, curtumes resinosos e outros). Acusam-se os pequenos industriais de que são "um peso morto", de que "mais complicam do que servem a indústria". A sua resistência chama-se "individualismo" e "espírito de desconfiança". A Presidência do Conselho opõe-se à indemnização dos expropriados. No Relatório Preparatório do IIIº Plano de Fomento da Presidência do Conselho diz-se clinicamente que "não deverá adoptar-se a prática de indemnizar os empresários das fábricas que houverem de fechar" porque "os mais aptos" são os que ficam e não se deve por "sentimentalismo" (sic) "sacrificar toda a comunidade" (re-sic). E o ministro da Economia ameaçava não há muito: "Tratem de mudar de vida!".

Os projectos de reorganização mantêm-se no segredo do governo e das grandes companhias. Mas, por vezes, levanta-se um pouco o véu. Então os maiores industriais e os seus porta-vozes fascistas vão ao ponto de dizer quantas fábricas devem continuar laborando e quantas devem encerrar as portas. O governo toma medidas para impor ao país tais ambições.

Na moagem, o governo não só prepara nova ofensiva de liquidação dos milhares de pequenos moinhos e asenhas, como, no sector de farinhas, não contente com a redução do número de fábricas, de 240 em 1934 para 76 em 1960, diz agora que 58 destas "se situam abaixo da dimensão aconselhada" e se procura entregar toda a moagem a meia dúzia de companhias dominantes no ramo. Na tipografia, o regulamento do funcionamento do ramo publicado em fins de 1962, põe tais exigências de equipamento às pequenas empresas que se calcula que, das 900 tipografias existentes, dois terços serão simplesmente suprimidas. Noutros ramos industriais, as intenções e planos de "reorganização" ainda aparecem de forma mais clara. A Sena Sugar (inglesa); cuja refinaria de açúcar detem um terço da produção defende a centralização compulsiva das 21 unidades existentes no máximo de 4. Nos vidros projecta-se a concentração das fábricas de garrafas e garrações em uma ou duas unidades de produção automática, as quatro empresas fabricantes de vidro neutro numa só, as de cristalaria numa só. Na chapelaria, defende-se o exclusivo de uma fábrica de chapéus de dia e a centralização compulsiva em 3 unidades das 18 fábricas de feltros de pele. Na leiça de alumínio, pretende-se a centralização das 34 unidades existentes em duas ou três. Nos condutores eléctricos anuncia-se a centralização das 7 unidades em uma só. Nos curtumes, pretende-se centralizar as 400 fábricas e oficinas no máximo de 30. Nos lacticínios da ladeira decretou-se a concentração numa só fábrica das 17 existentes.

A "reorganização" das indústrias, agora impulsionada, é a política industrial ao serviço do capital financeiro, é a centralização e concentração forçadas pela acção coerciva do Estado fascista.

Para os pequenos industriais e sectores importantes da média indústria, a "reorganização industrial" é literalmente uma questão de vida ou de morte. Em alguns casos (moagem, lacticínios, etc.) é-o também para importantes sectores da lavoura, aos quais a grande indústria procura reduzir a simples fornecedores de matéria-prima a baixo preço.

5. Se, por vezes, o capital financeiro e os fascistas dizem elnicamente aos pequenos industriais "tratam de mudar de vida!", outras vezes apresentam-lhes a possibilidade de um futuro mais risonho ao abrigo da centralização e da concentração. Procuram então mostrar aos pequenos capitalistas as vantagens da concentração. Num regime de concorrência (dizem) a pequena indústria está inevitavelmente condenada à derrota e à ruína. Porque não aceitar voluntariamente o seu desaparecimento a troco duma indemnização? ou porque não aceitar a sua modesta mas "sólida" integração na grande empresa? Porque não se tornam accionistas das grandes companhias? Não será verdade que se as pequenas e médias empresas se fundem em empresas maiores (à sombra protectora dos grandes potentados) têm uma certeza quanto ao futuro que não podem ter se prosseguirem nas suas pequenas e médias empresas condenadas à derrota na competição com o grande capital? Tal trabalho de convencimento e chantagem parece aliciador. Não se distingue porém do tom manso com que um bandido pode dizer "a bolsa ou a vida" apontando a arma à vítima.

Aqui intervem a já velha teoria da "democratização do capital" completamente estafada e desacreditada em todo o mundo, mas que os propagandistas salazaristas parecem ter agora descoberto.

Segundo eles, as sociedades anónimas são uma forma de "democratização do capital", uma vez que muitos milhares de pessoas, pequenos capitalistas e até trabalhadores podem, comprando acções de grandes companhias, tornar-se eles próprios seus participantes, partilharem dos grandes "bolos" do capital. Por essa forma atenuar-se-iam, desapareceriam até, as contradições entre capital e trabalho, entre o grande capital e os pequenos capitalistas.

A verdade é que sociedades anónimas que os ideólogos do imperialismo apresentam há muito como prova da tendência para a "democratização do capital" desmentindo a teoria de Marx segundo a qual o desenvolvimento do capitalismo conduz à centralização e concentração do capital e esta aos monopólios, é a melhor comprovação da lei que pretende contestar.

Formalmente todo aquele que compra uma acção duma sociedade anónima intervem na orientação da "sua empresa" e participa nos lucros em proporção ao valor do seu papel. Mas a realidade é outra.

Nas assembleias gerais os pequenos accionistas não têm voto. Os estatutos das sociedades estipulam o mínimo de papel que devem ter os accionistas para poderem participar e ter voto nas assembleias gerais. Na sociedade de Nitratos, por exemplo, é preciso ter acções no valor de 200 contos; na Cimento Tejo mais de 500 contos. Como se vê, os pequenos accionistas são simplesmente excluídos das assembleias gerais, não tendo qualquer participação nas decisões das sociedades em que são também "capitalistas".

Por esta forma, um pequeno punhado de grandes accionistas reúnem-se em assembleia geral e decidem, só eles, segundo os seus interesses e contra os interesses das centenas ou milhares de pequenos accionistas. Para isso não precisam de ter sequer a maioria do capital. Há companhias onde os estatutos autorizam uma pequena percentagem de grandes accionistas a resolverem todas as questões. Assim, por exemplo, a Açucareira do Cuanza autoriza a realização de assembleias gerais com 10 accionistas que detenham 25% do capital. Este exemplo, a que se podia juntar muitos outros, mostra que os grandes capitalistas detendo apenas uma parte do capital, dominam como senhores onnipotentes as sociedades.

E que participação nos lucros dão eles aos pequenos e médios accionistas? Como mostram eles na prática a "democratização do capital"? Duma maneira simples e cínica; atiram umas migalhas aos pequenos e médios accionistas; outras vezes nem migalhas lhes dão; descaradamente apropriam-se eles, dos lucros obtidos.

A burla da "democratização do capital" aparece com toda a evidência na desigual partilha dos lucros dentro de cada sociedade, entre os grandes e os pequenos accionistas.

É curioso ver como os "teóricos" do capitalismo monopolista acomodam a "teoria" aos seus interesses. As velhas "três fontes de renda" (Natureza, Capital e Trabalho), correspondendo a três classes sociais, dão agora lugar, pela especulação dos "teóricos" do imperialismo, a "três factores de produção". Recebe o juro pela "cooperação do capital"; recebe o lucro, pagando a "iniciativa" e o "risco"; recebe vencimentos e gratificações nos corpos gerentes das sociedades, remunerando o "trabalho directivo". É a teoria do "venha a nós" sem reboço nem máscara.

Claro que o "risco" correm-no os pequenos capitalistas. E, quanto ao trabalho directivo, quem o realiza, na generalidade dos casos, são altos funcionários e assalariados das grandes companhias. Os grandes capitalistas instalam-se nos corpos gerentes, não para trabalharem, mas para receberem desde logo uma parte substancial dos lucros. A juntarem aos "vencimentos", um pequeno grupo dos grandes capitalistas atribuem a si próprios "gratificações", que atingem em geral de 4 a 12% dos lucros líquidos atribuídos sob a forma de dividendo às centenas ou milhares de accionistas. Como ainda consideram isso pouco, recebem verbas complementares sob a forma de "ajudas de custo", "emolumentos", etc..

Satisfeitos por essa forma para seu consumo, os grandes capitalistas destinam os lucros de forma crescente para acumulação, isto é, para aumentarem o seu capital, para tomarem posições em novas sociedades, para se lançarem em novos empreendimentos, para os quais atrairão mais pequenos capitalistas, do oujos capitais se servirão, esbulhando-os nos seus interesses.

Não fica por aí a cobiça e avides de dinheiro dos grandes senhores do capital. Quando se trata de distribuir dividendos, nunca o fazem em proporção dos lucros obtidos. Muitas sociedades chegam ao cúmulo de fixar estatutariamente em 4 ou 5% o máximo de dividendo a distribuir, quaisquer que sejam os lucros. Em muitos casos os lucros aumentam, mas o dividendo mantém-se com uma percentagem fixa do capital nominal. Dado o aumento do capital efectivo, através da acumulação, esta percentagem fixa corresponde a uma diminuição da taxa de lucro dos pequenos accionistas. A situação dos pequenos accionistas acaba por identificar-se com a dos obrigacionistas. E isto torna clara a intenção da emissão e venda de acções. Tem-se em vista mobilizar os pequenos capitais e as economias, sob a forma de empréstimos a juro módico. As sociedades podem tirar 20 a 30% dos lucros. Dão aos pequenos capitalistas uma pequena percentagem. Do resto apropriam-se os grandes. É tendência verificada que, ao mesmo tempo que aumenta a apropriação dos lucros sob a forma de vencimentos, gratificações, etc., ao mesmo tempo que aumenta a acumulação sob a forma de reserva, os dividendos diminuem.

Em relação ao capital e fundos de reserva, algumas dezenas das maiores sociedades, cujo capital corresponde a cerca de dois quintos do capital de todas as sociedades, distribuíram 6,4% do dividendo, em 1939; 5,8% em 1946; 5,4% em 1956; 5,0% em 1961.

Entendem ser ainda pouco esse abuso inqualificável. Eles, que atraem os pequenos capitalistas com o engodo dos lucros e garantia dos grandes empreendimentos, eles, que apregoam a "democratização do capital" pelas sociedades anónimas, recusam na maior parte dos casos qualquer participação nos lucros aos pequenos accionistas. Isto não é invenção, nem calúnia. São as estatísticas oficiais que o dizem. Em 1961, por exemplo, de 697 sociedades anónimas que exerciam a sua actividade em Portugal, apenas 249, ou seja 36% deram dividendo. Esta recusa a dar mesmo insignificantes migalhas aos pequenos accionistas tem-se tornado cada vez mais descarada e generalizada. Em 1956, 42% das sociedades ainda haviam distribuído dividendos; em 1961, como vemos, apenas 36%. Por esta forma dá-se um locupletamento total pelos grandes accionistas da totalidade dos lucros, o esbulhamento completo dos pequenos accionistas.

Quando, nas assembleias gerais, alguns médios accionistas reclamam, os grandes dão "explicações" e referem "dificuldades". Ao mesmo tempo, fora das assembleias, quando se trata de atrair os pequenos capitalistas

cantam os êxitos e vitórias da empresa...

A situação é de tal forma escandalosa que na própria Assembleia Nacional fascista, oradores, talvez com acções no bolso, têm de reconhecer que os pequenos accionistas "são pura e impiedosamente imolados, negando-se-lhes, ano após ano, a devida comparticipação nos lucros" e falam nos "infimos dividendos" que "constituem sobejos apenas" (Ernesto Lacerda, "Século", 26/12/63).

Esta desigual partilha do lucro dentro de cada sociedade (com effectivas taxas elevadíssimas para os grandes accionistas e taxas moderadas ou recusa de participação nos lucros para os pequenos) é actualmente um importante factor para a acumulação do capital que se processa também em ritmo diferente e progressivamente diferenciado dentro de cada sociedade entre os pequenos e os grandes accionistas.

Os pequenos capitais atraídos às grandes sociedades, são pois aí esbulhados e contribuem para o fortalecimento do poder omnipotente do grande capital que conduz os pequenos capitalistas à ruína. Os pequenos accionistas acabam por vender ao desbarato as suas acções...

Utilizando em seu benefício os capitais dos pequenos capitalistas, pagando (quando pagam) um "juro" módico ao pequeno capital, os grandes capitalistas asseguram para si lucros elevadíssimos respeitantes tanto ao seu próprio capital, como aos capitais que lhes não pertencem, consomem à tripa-forra, acumulam na própria empresa, tomam conta de novas empresas por uma rede de comparticipação de capital, controlam capitais incomparavelmente superiores aos seus próprios, alargam a rede dos seus interesses e o seu domínio, levam a cabo novos passos da centralização e concentração do capitais.

O governo fascista, instrumento dessa aristocracia da finança, auxilia com todo o poder do Estado a acentuação do poder dos grandes potentados da finança, põe os médios e pequenos capitais ao serviço dos grandes, estimula, protege e força a centralização, a concentração, o domínio dos monopólios.

Através da comparticipação do Estado no capital das grandes empresas, o governo põe os recursos que pertencem ao país, ao serviço da aristocracia da finança. Meio milhão de contos na SACOR, centenas de milhares de contos nas companhias de electricidade, centenas de milhares de contos em bancos, centenas de milhares de contos em muitas outras grandes companhias. Tornando-se, como a si próprio se afirma, "co-empresário", o Estado fascista, que se diz "neutral" entre classes, que diz estar acima delas, desmascara-se totalmente como instrumento do capital financeiro. Participando no capital das grandes companhias, o Estado fascista não pretende obter lucros, antes em muitos casos os dispensa. Ele pretende apenas servir os monopólios. Em alguns casos só a participação do Estado torna possível que os grandes capitalistas, arriscando muito pouco, possam tomar conta de gigantescos empreendimentos tanto em Portugal como nas colónias portuguesas. Tal o conhecido e escandaloso caso da SONEFE, à qual foi concedido o aproveitamento do Quanza, em Angola; para o primeiro escalão do qual estava calculado um investimento de 1 milhão de contos, quando a sociedade tinha apenas...6.000 contos!

O apoio e auxílio financeiro do Estado aos monopólios são dados das mais diversas formas: protecção aduaneira, isenção do pagamento de direitos de importação de mercadorias necessárias à indústria, isenções de contribuição industrial, redução de impostos sobre a aplicação de capitais, perdão de dívidas ao Estado, dádivas, aval a empréstimos contraídos no estrangeiro, expropriação dos fundos das Caixas Sindicais de Previdência para os aplicar em acções e obrigações das grandes companhias, etc.. No domínio das finanças públicas o escândalo vai ao ponto de poupar dos impostos os grandes lucros, ao mesmo tempo que se agravam enormemente os im-

postos que atingem directamente as classes trabalhadoras e médias. De 1960 para 1961, por exemplo, os lucros líquidos de 12 dos principais bancos aumentaram de 25%, mas pagaram de contribuições e impostos apenas mais 1%.

Tendo o Estado inteiramente ao seu serviço, os grandes grupos monopolistas, associados ao imperialismo estrangeiro, dominam toda a vida nacional, exploram desenfreadamente a classe operária, arruinam e expropriam as classes médias, põem todos os recursos nacionais ao seu serviço. Liberte-se Portugal da dúzia de grandes grupos monopolistas e o povo e o país libertar-se-ão dos seus maiores e principais inimigos.

A nacionalização dos bancos e dos grupos monopolistas arrancará às mãos gananciosas de uma centena de famílias parasitárias os sectores fundamentais da economia nacional. Tal nacionalização pode operar-se sem qualquer perturbação séria no curso da produção e da vida económica e financeira do país. Os empregados e operários passam a ser funcionários do Estado, este pagar-lhes-á os seus vencimentos e o funcionamento da banca, da industria e do comércio estão assegurados. A diferença será que os grandes exploradores do nosso povo não porão mais os pés naquilo que deixa de ser deles e que aquilo que hoje possuem e comandam passará ao serviço do povo e da nação.

A liquidação do poder dos monopólios terá de ser acompanhada por uma política de rápido desenvolvimento industrial, onde a direcção superior do Estado não só não exclua como anime a iniciativa das empresas privadas; pela protecção aos pequenos industriais e comerciantes; por uma regularização do comércio externo que defenda os interesses da economia nacional; pela reorganização do comércio por grosso de forma a banir a especulação e a limitar o agravamento dos preços que resulta da avidez dos intermediários e grandes armazenistas; por uma reforma tributária que alivie as classes mais desfavorecidas da incomportável carga que hoje sobre elas pesa; Pelo estabelecimento de um imposto progressivo sobre os rendimentos, sucessões e doações.

Só a libertação do poder dos monopólios poderá permitir o aproveitamento das riquezas nacionais, o amplo desenvolvimento da economia, a criação de uma base industrial que assegure a independência do país, a eliminação da principal base social da reacção e do fascismo.

Lutar contra a ditadura fascista é lutar contra os monopólios. Lutar para libertar Portugal do domínio fascista é lutar para libertar Portugal do domínio dos monopólios. A liquidação do poder dos monopólios é um objectivo central da revolução democrática.

1- Portugal encontra-se dividido, quanto ao regime de propriedade, em duas zonas bem diferenciadas, separadas pelo Tejo: ao Norte predomina a pequena propriedade, ao Sul predomina a grande propriedade. Neste panorama geral, aparecem algumas importantes manchas discordantes: por um lado, a da pequena propriedade no litoral algarvio, por outro lado as de grande propriedade no Alto Douro, na região fronteiriça do Nordeste e, como que num prolongamento do Alentejo para o norte do rio, no distrito de Castelo Branco até às serras da Gardunha e da Estrela e nos concelhos ribeirinhos dos distritos de Lisboa a Samtarém.

Na zona da grande propriedade, a terra está praticamente nas mãos dos grandes e muito grandes proprietários. Nos distritos de Portalegre, Évora, Beja e Setúbal, 50.644 de menos de 50 ha, ou seja, mais de 90% do total de 55.850 explorações, têm apenas 18% da terra. Quanto às grandes explorações, 3.019 de mais de 100 ha, ou seja 5,4% do número, ocupam mais de um milhão e meio de ha de cultura arvensa, ou seja três quartas partes da terra de cultura arvensa (cereais e leguminosas em cultura extensiva). As 777 explorações maiores (de mais de 500 ha), que representam apenas 1,4% do número, cabe metade da terra de cultura arvensa.

Ao sul do Tejo, há centenas de explorações agrícolas com mais de mil ha, muitas dezenas com mais de 1.500 ha e são mais numerosas do que em geral se cuida as explorações de 5 mil, 10 mil ha, e mais.

O contraste entre estes grandes domínios territoriais e a escassez de terra dos mais pequenos agricultores é de tal forma chocante que algumas comparações não podem deixar de provocar indignação e revolta. As herdades de Palma e Rio Frio, por exemplo, têm cada qual cerca de 16.000 ha. Só qualquer destas duas herdades ocupa mais terra que numerosos concelhos, onde entretanto existem 50.000, 70.000, 90.000 e mais prédios rústicos.

Apesar da nítida diferenciação regional das zonas de grande e pequena propriedade, seria errado supor que nestas últimas, os pequenos proprietários dominam de facto as actividades agrícolas. É um erro deduzir das pequenas áreas dos prédios rústicos nas regiões de pequena propriedade que aí impera de facto a pequena propriedade, que "a terra está bem dividida", que "cada qual tem o seu bocado". Como já Lênine ensinou os números relativos à divisão da propriedade "são fictícios e produzem a ilusão do bem estar geral" ("O desenvolvimento do capitalismo na Rússia", capítulo II, 2). Nas regiões de grande propriedade, as áreas médias dos prédios ou das explorações escondem a enorme extensão dos grandes prédios e explorações. Nas regiões de pequena propriedade escondem tanto a escassez de terra ao dispor dos pequenos agricultores como a existência de grandes proprietários. A verdade é que, mesmo nas regiões de pequena propriedade, a pequena produção está longe de ter a posição predominante que lhe é atribuída.

Quando verificamos que as áreas médias dos prédios rústicos oscilam nos distritos dessas regiões entre 0,3 e 0,6 ha, as áreas médias das explorações agrícolas entre 14 e 17 ha e as áreas médias por proprietário entre 3 e 9 ha, isso é um sintoma de que há grandes explorações e há grandes proprietários com dezenas de pequenos prédios.

Além disso, em algumas regiões de pequena propriedade, um número muito elevado de explorações não são por conta própria, mas de rendeiros e parceiros (40% no distrito do Porto, 32% no distrito de Braga). São os camponeses pobres que trabalham em pequenos casais ou quintas. Mas são os ricos proprietários que guardam o fruto desse trabalho das numerosas parcelas que arrendam. Nesses casos, vemos predominarem a um tempo os grandes proprietários e os pequenos agricultores. Nas regiões de grande propriedade a quase totalidade da terra pertence a explorações com centenas e milhares de hectares, as pequenas explorações quase desapareceram, predomina em absoluto o proletariado rural. Nas regiões de pequena propriedade, fortalece-se o poder de grandes proprietários de pequenas propriedades e uma classe ainda numerosa de pequenos agricultores em vias de ruína e de proletarização é confinada numa superfície agrícola cada vez mais reduzida.

Pode dizer-se, em relação conjunto continental, que em Portugal predominam as grandes explorações agrícolas. Um inquérito feito em 1952-54 revelava que, num total de 801.162 explorações agrícolas existentes no Continente, 400.469 tinham menos de um hectare e 3.546 mais de 100 hectares. As estas 3.546 maiores explorações, que representavam apenas 0,4% do número total das explorações, cabiam cerca de 45% do total

da terra, dez vezes mais terra do que aquela que cabia às 400 mil mais pequenas explorações!

A concentração da terra nas mãos de um pequeno número de famílias, fica ainda mais evidenciado, ao considerarmos que menos de dez mil proprietários possuem mais de metade da terra de Portugal Continental; que 848 explorações com mais de 500 hectares cabe mais de um quarto do total da terra; que os 500 maiores proprietários têm mais terra que os 500 mil mais pequenos!

Que indica uma tal situação? Indica a necessidade urgente de uma Reforma Agrária que entregue a terra, hoje em poder de um pequeno número de latifundiários, aos assalariados rurais e aos camponeses pobres. Uma tal reforma atingirá um número muito pequeno de famílias parasitárias e beneficiará muitas centenas de milhares de famílias camponesas.

A questão, na prática, é sem dúvida complexa. Não se pode levar a terra do sul para o norte, nem é fácil a deslocação para o sul de milhares de pequenos proprietários nortenhos. Dada a grande diferenciação regional, quanto à divisão da propriedade, pode quase dizer-se que em Portugal se impõe a realização não de uma reforma agrária, mas de duas reformas agrárias, uma na zona de grande propriedade, outra na zona de pequena propriedade, reformas que tenham em conta as características especiais de cada região, o peso relativo do proletariado rural e do campesinato e dentro destas dos seus vários estratos. Mas, a divisão da propriedade mostra claramente que um primeiro e decisivo passo pode ser alcançado em benefício da quase totalidade da população activa nos campos, atingindo apenas uma mão cheia de parasitas.

Repare-se: se a terra que cabe às 3.500 milhares explorações agrícolas fosse distribuída pelas 400 mil mais pequenas, estas ficariam cada uma com cerca de 10 vezes mais terra do que tem na actualidade. Se se expropriassem apenas os 500 maiores proprietários e as terras fossem distribuídas pelo meio milhão de pequenos agricultores, estes veriam duplicadas as suas terras!

É evidente que dadas as grandes diferenças regionais (de fertilidade de terrenos, de cultura, de rega, etc.) não pode haver uma dimensão única à escala de todo o país, para as grandes e para as pequenas explorações agrícolas, para as grandes e para as pequenas propriedades. Dez hectares de regadio, por exemplo, podem constituir de facto uma exploração agrícola de "maior dimensão do que com hectares de sequeiro. Tendo em conta essas diferenças regionais, impõe-se como primeiro passo da Reforma agrária no que respeita à propriedade e posse da terra, a expropriação e a entrega aos assalariados rurais e camponeses muito pobres das muito grandes propriedades. Tal medida atingirá um número muito reduzido de grandes proprietários e beneficiará centenas de milhares de trabalhadores da terra.

2 - Tempos atrás na discussão deste problema, alguns camaradas lembraram as reclamações da lavoura, incluindo grandes proprietários, contra a política agrária do governo fascista. Não irá a reclamação da Reforma Agrária modificar essa sua posição? não são os grandes proprietários rurais possíveis aliados contra a ditadura fascista?

Sem dúvida que existem contradições sérias entre os monopólios industriais e bancários e os grandes senhores da terra. Em muitos pontos, os interesses dos monopólios industriais e bancários e os interesses dos grandes proprietários rurais são contraditórios. Os industriais (ao contrário dos lavradores) estão interessados nos baixos preços das matérias primas agrícolas e dos produtos alimentares, que lhes permitem pagar mais baixos salários. Os lavradores (ao contrário dos industriais) estão interessados no alto preço dos produtos agrícolas e os lavradores protestam contra os altos preços dos adubos, das máquinas, dos tecidos, etc. Os industriais pretendem roubar ao domínio da agricultura as indústrias subsidiárias desta; os grandes lavradores pretendem alargar a sua actividade a tais ramos industriais.

Se os grandes moageiros conseguem impedir a montagem de fábricas de descasque de arroz pelos grandes proprietários, estes protestam. E se estes conseguem instalá-las, os moageiros fazem barulho.

Se os grandes lavradores conseguem estabelecer uma instalação industrial, "piloto" para a penteação de lãs, é a vez de protestarem os industriais. E como os lavradores que penteiam podem fiar, e os industriais que fiam pretendem pentear, as escaramuças sucedem-se na zona fronteiriça dos seus interesses.

O mesmo sucede nos lacticínios, nas conservas de fruta, legumes e carnes, na moagem, etc.

O mesmo sucede com os transportes. Se a CP alcança o exclusivo do transporte de adubos e não assegura a sua entrega a tempo e horas, reclamam os lavradores; e se os lavradores, pressionados pela necessidade, fazem transportar por sua conta os adubos, reclama a CP o pagamento do transporte.

O mesmo sucede com o crédito. Se os bancos põem restrições ao crédito e exigem maiores amortizações aos proprietários devedores, estes impacientam-se, protestam, exaltam-se, perdem as estribeiras e chegam a reivindicar "a reforma bancária ou a sua nacionalização". No órgão União Nacional o podemos ler (D. Manhã, 9/7/63).

Existem assim uma série de interesses contraditórios que colocam constantemente em conflito os grandes lavradores e os grandes industriais e banqueiros. E, porque, com a criação e domínio dos monopólios, "a desproporção entre o desenvolvimento da agricultura e o da indústria, característica do capitalismo em geral, ainda se acentua mais (Lenine, "O Imperialismo", I) as crises da lavoura são frequentes e adquirem por vezes aspectos agudos. Mas, quando os grandes proprietários e capitalistas da agricultura reclamam modificações da política agrária do governo fascista, quando o grande proprietário Picão Caldeira fala na "situação aflitiva da lavoura (30/3/62), ou o grande proprietário Nunes Mexia afirma que "nalgumas regiões não se está longe do limite máximo da resistência possível" (26/3/63), quando o fascista Nunes Barata reclama na Assembleia fascista contra a "distorção entre os preços dos produtos agrícolas e os preços dos produtos industriais" (Século, 13/12/60), quando nas jornadas cerealíferas e leiteiras (Junho de 1963) os grandes lavradores reagem contra uma política demasiado favorável ao capitalismo industrial; - eles não estão contra o governo, antes exigem do seu governo mais atenção pelos seus interesses, uma posição mais equitativa entre as várias classes que o governo serve.

Apesar porém destas contradições de interesses, os grandes proprietários e capitalistas da agricultura estão cada vez mais intimamente ligados ao capital financeiro. Os grandes agrários tornam-se banqueiros e industriais e quase não existe um grande industrial ou um grande banqueiro que não se torne um grande proprietário. Quem ignora que o Banco Lisboa & Açores está na agrícola Barrosinha, o banco Espírito Santo na herdade da comporta e o banco Borges & Irmão nos Vinhos do Porto? Quem ignora que os grandes proprietários Manuel Vinhas, Calheiro Lopes, Carreiras de Sousa, Andrade Lopes, Condes de Vilalva e outros são grandes banqueiros e industriais? Quem ignora que os grandes industriais Ferrreiras do Ave e Os Pintos de Azevedo são muito grandes proprietários? Quem ignora que os grandes proprietários do Alentejo criaram os seus próprios bancos (do Alentejo e da Agricultura) e intervêm assim em larga escala na indústria e nos negócios bancários?

Não. Os grandes proprietários, disputam aos grandes industriais e banqueiros a partilha do bolo, mas de braço dado com eles, apoiam e dirigem a política do governo fascista, exploram e oprimem as classes laboriosas e as mais vastas camadas da população. Não se espere dos grandes proprietários uma posição favorável à revolução democrática. Não haja ilusões. Eles não encabeçam a luta do campesinato. Eles procuram sim uma política mais favorável do governo, mas favorável para eles, grandes proprietários e capitalistas da agricultura em geral. Eles pretendem resolver as suas dificuldades à custa do proletariado e do campesinato em geral. Eles que já hoje têm nas suas mãos a maior parte, têm em vista ainda uma maior exploração das classes laboriosas, têm em vista apressarem ainda mais a liquidação dos pequenos agricultores. A Revolução Democrática não pode ser deles, pois é contra eles. Esses poucos milhares de parasitas, que exploram quase um milhão de proletários rurais e que têm mais terra que o meio milhão dos pequenos agricultores, são dos maiores inimigos do nosso povo e da nossa Pátria. Uma Reforma Agrária deve arrancá-los das terras e entregá-las a quem as trabalha.

Uma outra objecção surgiu ainda. Alguns camaradas lembraram que, entre os anti-salazaristas, poderia eventualmente haver alguns proprietários abastados. Não iriam eles assustar-se com a Reforma Agrária, passar a uma posição anti-comunista e ligar-se ao salazarismo? E não seria mesmo de cortar o coração ver atingidas pela Reforma Agrária algumas boas pessoas de sentimentos democráticos? Naturalmente que, ao anunciar o Partido as linhas gerais de uma Reforma Agrária, alguns raros grandes proprietários de opiniões liberais, vão medir melhor as suas terras, a ver se serão ou não expropriadas. Que se assustem ou não se assustem é lá com eles. A Revolução democrática e nacional em que o povo português está empenhado não é a revolução do Senhor Fulano ou do Senhor Beltrano. É como todas as revoluções, a revolução de certas classes sociais contra outras classes sociais. É a revolução do proletariado, do campesinato, da pequena burguesia, de certos sectores médios da burguesia, contra as classes que constituem a base social do fascismo - o grande capital mono-

polista e os latifundiários. Se há um ou outro latifundiário que, não evidentemente por isso representar os interesses dos latifundiários, mas por uma posição individual, esteja pela revolução democrática, não é esta naturalmente que tem de alistar os seus objectivos políticos. A semelhança da palavra de ordem dada anos atrás para que os operários não assustassem com a sua luta os patrões anti-salazaristas, renunciar à Reforma Agrária, a pretexto de tais alianças, seria do mais puro oportunismo.

Mas que não se preocupem os camaradas de corações sensíveis. Os grandes proprietários que sofrem atingidos pela Reforma Agrária, têm sido uma das bases da ditadura fascista. São eles, juntos com os monopolistas, que traçam a política de perseguições, de fome, de terror que o povo português tem duramente sofrido nos últimos 38 anos. São eles que, em relação à agricultura, têm sacrificado, em defesa dos seus interesses próprios, toda a população laboriosa dos campos.

3 - A política agrária do governo fascista tem estado inteiramente ao serviço dos latifundiários e do grande capital, contra todas as camadas laboriosas dos campos. Bater, arruinar, aniquilar a pequena produção agrícola, explorar sem limites o assalariado rural - tal tem sido a política do governo fascista.

A pequena produção está irremediavelmente condenada pelo desenvolvimento do capitalismo. Em todos os aspectos está em situação desvantajosa em relação à grande exploração.

No que respeita a tractores, a distribuição regional mostra, sem sombra de dúvida, que só praticamente os utilizam os Grandes lavradores; 82% dos tractores são utilizados nas zonas de grande propriedade.

No que respeita a gado, a grande maioria de pequenos agricultores não tem qual quer gado de trabalho, ao passo que são frequentes as grandes explorações com 200, 300 e mesmo 400 cabeças de gado de trabalho. No total há 400 mil explorações de menos de um hectare, cerca de 300 mil não têm gado de trabalho. Em contrapartida, as explorações de 500 a 2.500 ha têm em média 40 animais de trabalho por exploração e as de mais de 2.500 ha, 112 animais de trabalho.

No que respeita à venda dos produtos, cada ano, com a batata, com o vinho, com as frutas, torna-se de clamorosa evidência que o pequeno produtor está à mercê dos grandes lavradores, armazenistas e intermediários que, encaixados nos Grémios, Juntas de Federações fixam preços, organizam estrangulamentos no mercado, provocam a baixa e obrigam o pequeno produtor a vender apressadamente os produtos ruinosos para depois eles venderem a altos preços. A fruta e a batata apodrecem no produtor, quando faltam no mercado, ou são pagas por aquele para serem vendidas a 5 neste. Importa-se, quando o agricultor não consegue vender. Baixa o preço do gado e sobe o preço da carne. Bom vinho dos pequenos vai para a queima para que se coloque a zurrapa dos grandes. Toda a política fascista dos preços e dos mercados está dirigida contra o pequeno agricultor.

No que respeita aos impostos, observa-se o facto singular de serem eles tanto maiores quanto menores são as explorações. Tal situação tende e tenderá a agravar-se tal como mostra o facto de a contribuição predial rústica aumentar mais rapidamente nas zonas de pequena propriedade que nas de grande.

No que respeita ao crédito, enquanto os grandes podem de certa medida obter empréstimos em bancos e outras instituições de crédito a juro moderado, os pequenos caem nas mãos dos usurários, que lhes emprestam pequenas quantias a juros elevadíssimos para depois em muitos casos lhes arrebatarem as terras.

A pequena produção agrícola não tem condições para competir vitoriosamente com a grande. Tem por si todas as desvantagens. Terra escassa, pior e muitas vezes parcelada em courelas insignificantes e distantes, impossibilidade de usar máquinas e uma técnica progressiva, penúria de gado, falta de dinheiro e de crédito, dificuldade de colocação de produtos no mercado, venda na pior altura e aos piores preços.

Os pequenos produtores lutam desesperadamente para sobreviver. A intensidade do trabalho, através do qual dão à sociedade, como "presente gratuito", milhões de horas de trabalho, o trabalho das mulheres e das crianças, as privações familiares, são as únicas "armas" ao dispor dos pequenos agricultores para resistirem à exploração de que são vítimas por parte dos grandes proprietários e dos capitalistas, dos armazenistas e dos comerciantes, dos usurários e do governo. Não se salvam em tretanto da derrota. Num processo lento ao longo dos anos os pequenos produtores são conduzidos a dificuldades crescentes, ao endividamento e à ruína.

O governo fascista, prosseguindo uma política de protecção aos grandes proprietários rurais e aos grandes capitalistas na agricultura, criando para uns e para outros a organização corporativa, pondo o aparelho do Estado ao seu serviço, apressa o processo de liquidação da pequena "produção independente".

4 - Toda a política fascista visa aniquilar de facto a pequena produção e pôr a agricultura nacional nas mãos de um número cada vez menor de latifundiários e de capitalistas.

As tão faladas leis do emparcelamento, da "colonização" e do "repovoamento" florestal do sul do país, são exemplos esclarecedores dessa política.

Qual o objectivo dos sucessivos projectos de emparcelamento? O objectivo tem sido não a defesa dos interesses dos pequenos agricultores, pelo emparcelamento das suas pequenas leiras de terra de forma a tornar viável a exploração, mas sim a expropriação das melhores terras aos pequenos proprietários, a fim de que os grandes proprietários nas regiões de pequena propriedade possam centralizar mais terra nas suas mãos e constituir grandes explorações de tipo capitalista e mais "rentáveis", onde seja viável o emprego de máquinas e de melhores processos técnicos.

Em 1951, foi apresentado à Assembleia Nacional fascista um projecto de emparcelamento. Que estabelecia logo o primeiro artigo? Que o proprietário "pode ser obrigado por aquele que tenha terreno (confinante) com maior superfície (tripla) a trocá-lo por terreno da mesma natureza". No artigo 3 "na hipótese do prédio do requerido ser encravado ou quando a área do prédio do requerente seja dez vezes superior à da quele, o maior confinante pode obrigar o requerido à venda do Prédio". É evidente que se tinha em vista o emparcelamento compulsivo, que (a ser aprovado o projecto) seria uma arma violenta nas mãos dos grandes proprietários e pretexto para uma brutal cruzada de expropriações dos pequenos proprietários. O projecto não foi por diante, dada a encarniçada resistência a que previsivelmente viria dar lugar. Os grandes proprietários e os fascistas recuaram temporariamente.

Em fins de 1959 o governo voltou à carga. Uma nova proposta de lei admitia o emparcelamento coercivo. A discussão prolongou-se cerca de dois anos. O "Diário da Manhã" afirmava "não ter razão de ser a dúvida que paira no espírito de muita gente" receosa que o emparcelamento conduza à constituição de grandes explorações, à custa da expropriação dos pequenos agricultores" (27/10/62). Mas outros fascistas foram demasiado claros. O emparcelamento estava de tal forma na sua ideia ligado à expropriação dos pequenos agricultores e sua expulsão das terras, que defendiam que estes fossem povoados... as colónias. O secretário da Agricultura teve a audácia de dizer: "o emparcelamento devia ser conjugado com a fixação em África do nosso excedente demográfico" (19/1/62). E o Sr. Nunes Barata, apregoava: "eis como as realidades da metrópole se conjugam com as necessidades de ocupação de vastos territórios das províncias ultramarinas" (D. Manhã, 21/1/62). Os grandes proprietários gostariam de impor o princípio do emparcelamento coercivo, ou seja de obrigarem pela força os pequenos proprietários a entregar-lhes as suas terras. Muitos dos seus representantes na assembleia fascista assim o disseram. Não tiveram entretanto coragem de levar por diante o projecto inicial. Em primeiro lugar porque, tocando no "sagrado direito da propriedade individual" dos pequenos poriam em causa também o "sagrado direito" dos grandes. Em segundo lugar porque o emparcelamento coercivo provocaria sem dúvida alguma uma onda de revoltas camponesas. Cuidado! - alertava um deputado fascista mais previdente. Cuidado com a antipática reacção por parte das classes rurais ("Diário das Sessões", 18/1/62). Foi o medo que os fez recuar.

Ninguém pode negar que o emparcelamento poderia ser útil, se dirigido pelos pequenos proprietários e para benefício destes. Mas também ninguém pode negar que nas mãos dos grandes agrários e dos fascistas é uma perigosa arma dirigida contra os pequenos agricultores tendo em vista a sua liquidação.

Ficaram ainda na lei algumas disposições que permitem aos grandes proprietários e ao governo forçar os pequenos proprietários a entregarem as suas terras. Segundo a lei (artigo 39), o Conselho de Ministros pode aprovar e obrigar o emparcelamento desde que o projecto tenha sido aprovado pela maioria dos proprietários com maioria do rendimento colectável, "entendendo-se que o aprovam os proprietários que não tenham apresentado qualquer reclamação". Sono as comissões "arbitrais" para efeito de avaliação dos terrenos e para dirigirem as operações de emparcelamento são compostas por grandes proprietários e por funcionários do Estado

salazarista, é fácil de ver até onde podem ir os abusos. Daí ser necessário da parte dos pequenos agricultores uma grande vigilância e a disposição para uma resposta pronta e enérgica a quaisquer propósitos de os esbulharem das terras.

Os fascistas dizem entretanto por vezes que visam apenas corrigir os "defeitos da estrutura agrária", que são os interesses dos camponeses pobres que defendem com os emparcelamentos nas zonas de pequena propriedade. A melhor prova disso seria que, nas zonas de grande propriedade, defendem o parcelamento da grande propriedade, a criação de núcleos de novas pequenas explorações.

Qual porém de facto o objectivo dos parcelamentos no sul? O que se pretende com a "colonização"? Pôr termo à grande exploração agrícola capitalista? De forma alguma. O que se pretende é a transformação da cultura extensiva dos grandes latifúndios de muitos milhares de hectares em grandes explorações agrícolas de algumas centenas de hectares mas com investimentos de capital (constante e variável) incomparavelmente superiores. Ao dividir-se uma parte dum latifúndio em pequenas glebas, tem-se em vista atrair trabalhadores de outras regiões e fixá-los junto da grande exploração capitalista para aí trabalharem como assalariados. É esse o espírito dos recentes planos para a instalação de famílias de trabalhadores em pequenas glebas em volta das zonas beneficiadas pelas obras da hidráulica agrícola. Que é este o objectivo fica bem evidenciado no facto de que as glebas já distribuídas ou a distribuir nunca asseguram ou assegurarão a manutenção da família dos "colonos", antes que constituem apenas um "complemento do salário" ganho na grande exploração confinante. Tais "pequenas explorações" nas zonas de grande propriedade são apenas "apêndice" das grandes explorações capitalistas, criadas apenas para obter mão de obra garantida e a baixo preço para a grande exploração.

Uma tal orientação não é aliás aplicada exclusivamente no Alentejo. Sempre com o mesmo objectivo de obter mão de obra a baixo preço para a grande exploração capitalista, seja na zona fronteiriça da Beira seja na região demarcada do Douro, até ao Minho aparecem empresas pulverizadas.

Se os demagogos fascistas muitas vezes berram o humanitarismo dos seus planos, os técnicos da Junta de Colonização Interna são mais explícitos ao definirem como orientação da colonização "completar a economia da família (de assalariados rurais) com o hortejo ou a courela onde nos períodos de menor actividade e nas horas vagas, o trabalhador encontrará forma de, cultivando a terra, conseguir um acréscimo nas receitas do seu parco orçamento doméstico".

A coisa é tão evidente, que o mesmo pensamento existe em certas regiões (como Vieira de Leiria) da parte de industriais, que consideram as glebas como "verdadeiros complementos dos salários da indústria" e onde os operários "empregam parte dos seus ócios em contactos vivificadores com a natureza" (D. Notícias, 1/5/62)...o mesmo da parte dos industriais, que projectam instalar-se no Alentejo e propõem que se distribuam glebas complementares de salário nos arredores da fábrica, onde depois do trabalho, poderiam matar o vício (sic) e ajudar a economia familiar" (eng. J. Sampaio, "Jornal do Comércio", 30/8/63).

Os parcelamentos do sul inscrevem-se assim, tal como os emparcelamentos do norte, na mesma política de protecção aos grandes agrários e capitalistas, na mesma política de centralização e concentração na agricultura.

Quais os objectivos dos novos planos do povoamento florestal no Alentejo?

Segundo as declarações do Secretário da Agricultura feitas em Novembro do ano findo, referentes à "reconversão agrícola" ao sul do Tejo, a cultura agrícola de sequeiro passará 2.020.000 ha para 750.000 ha, a florestal de 200.000 para 2:230.000 ha e a de regadio de 60.000 para 230.000 ha. A primeira coisa que salta à vista é o propósito aberto de liquidar a cultura cerealífera. Durante dezenas de anos toda a política do governo foi no sentido do fomento, da extensão, do "encorajamento" da cultura do trigo. Do pé para a mão, o governo resolve, nas palavras do secretário da agricultura "desencorajar" a cultura do trigo e reduzir em mais de um milhão de hectares a cultura cerealífera no sul, ou seja, reduzir esta a um terço da superfície actual. Desde logo se poderia dizer que, ou tem sido completamente inbecil a política do governo ao longo de dezenas de anos, ou é completamente inbecil a política que agora se propõe seguir. Mas na verdade, contrária aos interesses da nação, sim completamente irresponsável, também, inbecil de todo talvez não seja. Durante dezenas de anos o governo, com a sua política do trigo, com os subsídios dados aos grandes lavradores, garantiu a estes uma vida desafogada fundada na exploração miserável dos trabalhadores, na rotina, na preguiça, no desprezo pelos interesses nacionais. Só assim se tornou possível que se alargasse sempre mais e mais a cultura do

trigo, apesar de se verificarem baixíssimos rendimentos médios de 6 quintais por hectare, que se exageraram e falsificaram para mais enquanto se seguiu a política do fomento da cultura trigueira, o que agora, para "desencorajar", se afirma também exageradamente terem sido apenas de 5 quintais. O governo serviu assim os grandes latifundiários seus patrões.

Agora, que objectivos têm os novos planos?

Um é responder às exigências do capital industrial e dos monopólios estrangeiros, que pretendem oriar no sul grandes fábricas (celulose e outras) utilizando a madeira como matéria prima. Os alemães financiam a irrigação do sul, mas além dos juros, exigem outras vantagens. E o dócil governo de traição nacional classifica rapidamente um milhão e 200.000 ha como terras "não aptas" para a cultura de cereais e determina que "devem ser dadas à exploração florestal para desenvolver indústrias que tenham a madeira como matéria prima e para exportar esta" (D. Manhã, 28/8/62).

No que respeita à lavoura, o ministro da Economia tornou recentemente clara a intenção dos planos. No entender dos salazaristas, qual a causa de tão fracos resultados da cultura do trigo? "Parece que a grande questão (disse o ministro da Economia na Assembleia Nacional fascista) se encontra nos muitos milhares de pequenos produtores, que obtêm produtividades de 2 e 3 sementes e vão esgotando progressivamente os solos" (D. Manhã, 14/2/64). Por esta forma os fascistas atiram com a responsabilidade para cima dos pequenos produtores e procurarão impedi-los de cultivar trigo. Os planos têm assim claramente em vista entregar o monopólio da cultura do trigo aos maiores lavradores (os que têm as terras "aptas") dando-lhes para isso obras de rega e créditos e abrindo-lhes ao mesmo tempo a possibilidade de, em ligação com os monopólios industriais, virem a obter chorudos lucros com a floresta. Quanto aos pequenos agricultores, ainda existentes no sul, possuidores das terras "não aptas", impossibilitados de cultivar cereais, como podem eles passar à cultura da floresta e esperar que as árvores cresçam? E tudo quanto o governo tem para lhes oferecer é, nas palavras do Secretariado da agricultura, "entrarem para as empresas industriais com a terra a constituir a sua quota" (D. Manhã, 7/11/63). Isto é, o governo prepara-se para liquidar a pequena produção de trigo e expropriar os pequenos agricultores.

O plano não irá por diante na escala pretendida. Mas dará lugar sem dúvida a medidas que atingirão ainda mais fortemente os pequenos agricultores.

O que se verifica em relação aos planos de emparcelamento, de parcelamento, de "reconversão agrária" no sul, verifica também em relação à hidráulica agrícola de que beneficiam os grandes proprietários do Sado, e contra a qual se ouvem os "queixumes" e os "clamores" dos pequenos agricultores do Liz; verifica-se em relação ao aproveitamento dos baldios, de que cantam louvores os grandes senhores que se apossaram indevidamente de boas terras e contra o qual se erguem indignados os pequenos lavradores serranos, esbulhados dos pastos e das folhas de cereais; verifica-se em relação ao arrendamento, cujo novo prazo mínimo de 6 anos fixado na lei, visa incitar os rendeiros a fazerem melhoramentos para beneficiar o proprietário.

Assim como na indústria, a política fascista tem sido a de apressar a centralização e a concentração, arruinando e liquidando a pequena indústria, e estabelecendo o domínio absoluto dos monopólios - assim na agricultura tem sido a de impulsionar o desenvolvimento do capitalismo, apressando a ruína e a proletarianização dos pequenos agricultores e dando o domínio absoluto da agricultura aos grandes proprietários e capitalistas. Tal como sucede com a pequena indústria, o governo fascista estimulou e estimula uma verdadeira onda de expropriações dos pequenos agricultores.

5- De 1926 para agora, podem calcular-se em mais de 200.000 o número de pequenas explorações desaparecidas. O processo continua e tão clamoroso que até os fascistas são obrigados a reconhecê-lo. O presidente dum Conselho Regional da Agricultura dizia não há muito: "Estão a desagregar-se os últimos quadros da economia de subsistência" (Século, 25/4/62). De facto sectores cada vez mais vastos de pequenos proprietários e rendeiros passaram sucessivamente à condição de semi-proletários.

Em 1950, o censo geral da população mostrou claramente o grau adiantado da decomposição da pequena produção e o elevado grau do desenvolvimento do capitalismo na agricultura portuguesa. Na base desse censo, pode calcular-se que o número de proletários rurais se elevava já então a cerca de 950.000, enquanto que o de pequenos e médios agricultores (activos na agricultura) era já só de 450.000 dos quais apenas 335.000 proprietários.

O censo indicava ainda que os pequenos agricultores que nem trabalham como assalariados para outrem, nem têm assalariados a trabalhar para si (os chamados "isolados") representavam apenas 21,5% da população agrícola activa e os "isolados proprietários" apenas 15,3%. Apenas no distrito de Viana do Castelo os "isolados" representavam mais de 50% da população agrícola

(1).. campanha

la activa e apenas em 83 concelhos do total de 273 representavam mais de 50%.

O reduzido peso dos pequenos agricultores "independentes" mostra bem a que ponto chegou já a sua ruína e proletarização. Estas não se dão subitamente. O pequeno agricultor não passa em geral directamente de agricultor "independente" a "camponês sem terra". Ele começa por ir trabalhar à jorna de quando em quando, ou ir em ranchos trabalhar noutras regiões, ou mandar os filhos trabalhar à jorna. São ainda pequenos agricultores e já são também assalariados. São aqueles a que Lénine chamou os "semi-proletários". Em Portugal, dado o adiantado grau de decomposição da pequena produção, uma grande dos pequenos agricultores estão já reduzidos à condição de semi-proletários.

Um inquérito realizado à cerca de dez anos pelo Instituto Nacional de Estatística, mostra que no total de 700.000 explorações "familiares" (por conta própria ou por arrendamento) existentes no continente, em 425.000, ou seja, 61%, os pequenos produtores trabalham também como assalariados, são semi-proletários, e que no total de 418.000 "explorações de conta própria" (isto é, explorações de pequenos proprietários), em 225.000, ou seja também 61%, os pequenos proprietários têm que vender a sua força de trabalho, são semi-proletários.

Nada tem acusado porém mais claramente o desenvolvimento do capitalismo na agricultura portuguesa e a liquidação da pequena produção do que o aumento do número de assalariados rurais de modo a ser hoje de longe o proletariado a classe predominante nos campos. De 1940 para 1950, o número de assalariados aumentou mais de cem mil, atingiu em 1950 cerca de 950.000 e passou de 57,4% para 67,5% da população agrícola activa.

Nos distritos alentejanos, os assalariados representam de 87 para 91% da população agrícola activa e nos de Lisboa, Santarém e Castelo Branco andam à volta de 75%. O que porém pode surpreender aqueles que falam de estabilidade e das vantagens da pequena produção é o facto de que também em regiões de "pequena propriedade" (distritos de Braga, Coimbra, Guarda, Leiria, Porto, Vila Real, Viseu) predominam os assalariados rurais. Talvez que os nossos camaradas das Beiras nunca tenham notado que no distrito de Viseu há cerca de 60.000 assalariados rurais e no de Coimbra cerca de 50.000. Só em dois distritos, (o de Aveiro e o de Viana do Castelo) os assalariados não representam a maioria da população agrícola activa, embora aí também atinjam as elevadas percentagens de 47 e 36% respectivamente. De 273 concelhos no Continente, apenas em 49 os assalariados representam menos de metade da população agrícola activa e em 120 concelhos representam mais de 70%. Em 100 concelhos, por cada pequeno agricultor independente, há de 3 a 9 assalariados, em 62 concelhos mais de dez assalariados, em 28 mais de 20 assalariados.

Infelizmente só ainda estão publicados parcialmente os resultados do censo da população de 1950. Os números de 1950 mostravam porém já com inexcusável clareza, o grau adiantado de liquidação da pequena produção e o grau elevado do desenvolvimento das relações de produção capitalista nos campos.

Até 1950, um dos principais índices do desenvolvimento do capitalismo nos campos portugueses foi o rápido aumento numérico do proletariado rural. Esse aumento foi provocado pela liquidação vertiginosa da pequena produção, pelos lentos processos técnicos na agricultura, designadamente da utilização de máquinas, pelo lento progresso industrial e a consequente lenta absorção pela indústria da mão de obra libertada da agricultura.

Entretanto, numa fase mais adiantada do desenvolvimento do capitalismo, diminui o número absoluto dos proletários rurais. Marx ensinou que "na agricultura o capital variável requerido para trabalhar num campo dado diminui em sentido absoluto" ("O Capital", L.I, XV, e X, e L.III). E Lénine escreveu, falando dos proletários rurais:

"Quando se chega a certo grau do desenvolvimento do capitalismo, quando a agricultura em todo o país se organiza por completo de modo capitalista e se torna geral o emprego de máquinas para as operações mais diversas, então verifica-se a diminuição do seu número absoluto" ("O desenvolvimento do capitalismo na Rússia").

Em Portugal, nota-se nos últimos anos o apressamento do ritmo do desenvolvimento capitalista. Só de 1952 para 1962, o número de tractores passou de 2.961 para 11.806 e o número de debulhadoras de 3.121 para 5.288. O alargamento das relações de produção capitalista a todo o território nacional, o crescente uso de máquinas, a generalização da debulha mecânica, a utilização da sonda química e outros progressos técnicos, estão repelindo da agricultura um número crescente de braços a que dantes davam trabalho.

Dada a diversidade da divisão da propriedade nas várias regiões do país, são entretanto de esperar grandes diferenças regionais. É natural que o proletariado rural continue a aumentar nas regiões de pequena propriedade e comece a diminuir nas regiões de grande

propriedade. O prosseguimento da emigração tradicional dos pequenos agricultores do norte e o fenómeno novo da emigração maciça dos assalariados rurais alentejanos, parece indicar que assim é.

Os grandes agrários e capitalistas e os seus porta-vozes fascistas por vezes sentem-se inquietos com o desenvolvimento social. Por um lado liquidam e expropriam a pequena produção; por outro, vêem crescer nos campos como resultado desse processo, o proletariado rural revolucionário. Daí lamentarem por vezes a liquidação da pequena produção que eles próprios levam a cabo; daí procurarem por vezes reanimá-la, criando núcleos de pequenos agricultores remediados, que criem ilusões ao proletariado rural e sirvam de tampão entre a grande propriedade e o proletariado. O capitalismo não pode resolver a insanável contradição que o rói e lhe cavará a tumba. Expropriando os pequenos produtores na indústria e na agricultura e reduzindo-os ao assalariado, a burguesia está criando os seus próprios expropriadores. O capitalismo não pode fugir a esse destino histórico.

Nós, comunistas, temos razões para nos alegrarmos com o peso numérico dominante do proletariado rural nos campos portugueses. O proletariado rural de todo o sul do país das zonas de grande propriedade, tem mostrado em milhares de lutas heróicas contra a ditadura fascista, o seu elevado espírito revolucionário. O nosso Partido tem razão para se sentir orgulhoso da confiança que nele tem depositado o proletariado rural, como um factor da mais alta importância para o desenvolvimento da luta contra a ditadura fascista, para a realização da Reforma Agrária, para a construção do Portugal democrático de amanhã.

Isto não significa entretanto que nós possamos aplaudir, ou entusiasmar a política de exploração, de ruína, de expropriação, de liquidação dos pequenos agricultores, pelo facto de engrossarem o proletariado rural. Nós dizemos aos pequenos agricultores que a sua situação dentro do capitalismo é sem esperança. Nós repetimos-lhes as palavras de Engels, apresentando-lhes "a absoluta certeza de que a grande produção capitalista passará por cima da sua impotente e antiquada pequena exploração como um combóio por cima de um carro de mão" ("O problema camponês na França e na Alemanha"). Nós defendemos intransigentemente os seus interesses contra a política do governo fascista ao serviço do capital financeiro e dos latifundiários, e apresentamos-lhe a única solução que os pode salvar da completa miséria.

A Reforma Agrária não beneficiará só os assalariados rurais. Ela beneficiará também a maioria esmagadora dos camponeses. As terras expropriadas aos grandes agrários devem ser entregues aos assalariados e aos camponeses pobres para que as utilizem como melhor entenderem: ou em explorações individuais, que só poderão garantir uma vida folgada aos camponeses se associados em cooperativas, ou como herdades do Estado. A Reforma Agrária não poderá ser apenas a entrega da terra expropriada. Ela implica, além da garantia de trabalho e de melhores salários aos assalariados rurais, a concessão de créditos aos pequenos agricultores, a diminuição dos impostos dos pequenos proprietários ao Estado e às Câmaras, o auxílio em máquinas e técnica, a abolição de formas feudais de exploração (foros, parceria, etc.), a diminuição ou extinção das rendas, o perdão das dívidas dos camponeses pobres às instituições de crédito e aos usurários, a reorganização completa do comércio dos produtos agrícolas, o estabelecimento de preços compensadores.

Na realização da Reforma Agrária estão interessadas todas as classes e camadas laboriosas dos campos. E está interessada a nação portuguesa no seu conjunto.

Num país em que a maioria da população trabalhadora se emprega na agricultura, o atraso agrícola e o consequente baixo poder de compra da população rural, restringe o mercado para os produtos industriais. A Reforma Agrária é condição indispensável para o desenvolvimento geral do país. Só a Reforma Agrária (conjugada com outras reformas profundas na estrutura económica e social) poderá permitir a transformação da atrasada agricultura portuguesa numa agricultura progressiva e florescente, base indispensável duma vida desafogada para todos os portugueses e duma economia nacional próspera e independente.

PELA ELEVAÇÃO DO NÍVEL DE VIDA E DA CULTURA DAS CLASSES TRABALHADORAS

49 - 1

A grande burguesia, debatendo-se, nas palavras de Marx, no "conflito de Fausto entre a paixão da acumulação e o desejo de prazer", ao mesmo tempo que acumula capitais e sai da timidez dos investimentos, vai levando uma vida de regalo, luxo, prazer e ostentação, que insultam a miséria geral.

A exibição da riqueza não é porém apenas o fruto do prazer e da vaidade. Ela tem o seu fim prático: é fonte de prestígio económico e de crédito. O luxo, a prodigalidade, até a "beneficência" são no mundo de hoje "despesas de representação do capital". O banqueiro

Espírito Santo fazia acompanhar a vertiginosa acumulação de capital do seu grupo com espectaculares dádvas ao Estado e com festas sumptuosas em que gastava milhares de contos. Os Sain da SACOR acharam mais eficiente fundar com 14.000 contos uma colónia de cegos com o seu nome. Os colonialistas manos Vieira de Brito, guerreando pelos negócios que eram do pai, empunharam também a beneficência como arma de prestígio: Destina um 10.000 contos a uma Fundação com o seu nome para o tratamento de paráliticos cerebrais? Responde o outro com outra Fundação para "protecção dos indígenas". Ao mesmo tempo é o regabofe. Erguem-se palácios e palacetes para as mulheres e para as amantes, os níveis de conforto e alimentação atingem o escândalo, gastam-se fortunas em inutilidades, há homens que mudam de automóvel como quem muda de camisa e mulheres que têm mais vestidos do que dias tem o ano.

Os fascistas enaltecem o consumo pelas classes ociosas e parasitárias. O falecido Botelho Moniz apregoava que "O luxo constitui imposto que os ricos pagam aos pobres". Um sub-secretário do Comércio salientava "os benefícios para o Estado e para a colectividade" das importações dos artigos de luxo. A verdade é que a vida de luxo da grande burguesia, pelos gastos improdutivos que representa e pelas importações vultosas de artigos de luxo a que obriga (quase 10% do total das importações), delapidada recursos financeiros, contraria o progresso geral do país e assenta na exploração e na vida de espantosa miséria dos trabalhadores e nas dificuldades das classes médias.

Como Marx ensinou, a acumulação capitalista dá-se em dois polos: Num polo a acumulação da riqueza, no outro a acumulação da miséria. A acumulação da miséria que torna possível a acumulação da riqueza. Cada escudo acumulado nas fortunas dos capitalistas é um escudo tirado ao estômago e ao bem-estar das famílias dos trabalhadores.

As estatísticas oficiais acusam a existência, para efeitos de imposto, de quase 5.000 pessoas com rendimentos de mais de 200 contos anuais, cerca de mil com mais de 500 contos e mais de 200 com mais de mil contos. Acusam também para o mesmo efeito que 96 pessoas recebem rendimentos e ordenados superiores a 500 contos anuais e 20 pessoas mais de 1.000 contos! Naturalmente que estes números declarados para efeito de impostos, são muito inferiores aos reais, tanto no que respeita ao número de pessoas como aos rendimentos respectivos. Comparem-se porém com os salários dos operários que as mesmas estatísticas oficiais permitem calcular: salários médios de 5 a 6 contos anuais na maior parte dos ramos industriais. Enquanto uns não sabem que fazer ao dinheiro, outros não sabem que fazer à vida.

Ao contraste entre os dois polos da acumulação, da riqueza e da miséria, chamou o padre Santos Carreto, deputado fascista na Assembleia Nacional, "Uma diversidade maravilhosa" criada por deus e determinando "a diversidade das situações económicas e sociais". Qual porém o trabalhador português, católico ou não católico, que possa considerar "diversidade maravilhosa" a acumulação capitalista, que permite a escasas dezenas de milhares de ociosos e parasitas explorarem milhões de portugueses, permite se amontuem num polo fortunas de milhões de contos como são as de Manuel de Mello, dos Espíritos Santo, dos Ferreira de Aze, se multiplique o capital e se alarguem os gastos, e provoca no outro polo cada vez mais falta de pão, de agasalho, de tecto, de saúde, de instrução, de segurança? Mais respeito pela palavra de Deus em que muitos portugueses acreditam ainda, monsenhor Carreto. Seria vergonha para qual quer Deus criar tão ignominiosa realidade. A verdade é que ela foi criada pelo capitalismo, agravada pelo governo fascista, e desaparecerá no dia em que punhanos termo a um e a outro. E poremos primeiro a um, depois a outro, podem disso estar certos. O aumento mais rápido dos lucros que dos salários mostra que a parte do rendimento nacional que cabe aos trabalhadores é cada vez menor. Desde o fim da segunda Guerra Mundial, os salários nominais (segundo os números oficiais) aumentaram cerca de 40% mas no conjunto de 60 grandes companhias (incluindo as maiores) os lucros aumentaram 80%. Tem sido muito citado e aceite como válido um cálculo segundo o qual, do produto nacional português, 60% seriam para o capital e 40% para o trabalho. Mas calculando nós na base dos elementos disponíveis, o grau de exploração existente, ou seja a relação entre os salários e a mais-valia, chegamos a um resultado ainda mais grave: em Portugal, do rendimento nacional (ou seja o produto nacional, deduzido o capital constante consumido) cerca de 70% cabem aos capitalistas e apenas 30% aos trabalhadores.

2- Os capitalistas falam nos seus investimentos de capital, no aumento do seu capital, como se o capital lhes nascesse nos bolsos ou fosse protuto do seu trabalho,

como se fosse "uma contribuição" por eles dada à sociedade. Esse capital o que é? É apenas o trabalho não pago ou mais valia, é apenas o produto das horas de trabalho gratuito que a classe operária é obrigada a dar aos capitalistas. Se do fim da guerra a 1961 se constituíram em Portugal sociedades novas com um capital de 6 milhões de contos, isso não significa senão que estavam "disponíveis" nas mãos dos capitalistas 6 milhões de contos de trabalho não pago.

Quando, ao lançarem o segundo plano de Fomento, os fascistas acusaram a "formação bruta de capital fixo" de 45 milhões de contos no espaço de 5 anos, isso não significa outra coisa senão que, só por essa forma de acumulação do capital (que representa apenas uma parte da acumulação verificada no país), foram em média acumulados em cada ano 9 milhões de contos de trabalho não pago.

Quando os capitalistas, nas palavras do actual ministro da Economia, admitiram para os seus planos de acumulação a que chamam "de Fomento" o "acréscimo (até 1970) do volume de capital fixo da ordem dos 240 milhões de contos" (L.M. Teixeira Pinto, "Técnica de programação global", in "Problema do acréscimo económico português", pag. 47) isto significa que, a não haver gigantescas importações de capital estrangeiro, se prepararam para arrancar anualmente, só por essa forma de acumulação, 16 milhões de contos de trabalho não pago, dois terços mais que nos anos anteriores.

Quando os capitalistas inauguram novas fábricas e anunciam que investiram nelas centenas de milhares de contos, isso não significa senão que centenas de milhares de contos de trabalho não pago são por eles utilizados para, em novas fábricas, compensar a mais força de trabalho, obrigar mais operários a trabalhar para eles e a produzir mais mais-valia, sempre mais mais-valia. Vendo uma nova fábrica, os operários podem dizer com inteira razão: "Ali está produto do nosso trabalho, pago com produto do nosso trabalho". Tudo quanto os capitalistas acumulam é o produto do trabalho da classe operária, representa fome, miséria, privações, doenças, tragédias, lágrimas de milhões de trabalhadores.

Os marxistas sabem que a jornada de trabalho se divide em duas partes: uma em que o operário produz o valor correspondente ao seu salário (chamado tempo de trabalho necessário), outra em que produz para o capitalista (chamado tempo de trabalho suplementar ou mais-valia). A relação entre a ~~mais-valia~~ e o salário é a chamada "taxa de mais-valia" que traduz o grau de exploração existente.

Qual a situação que a este respeito se oferece em Portugal? Em primeiro lugar deve notar-se que, como é próprio dos países atrasados, a taxa de mais-valia não é uniforme em todos os ramos industriais, oscilando entre 100% e 700%. Isto é, consoante os ramos industriais, por cada hora que o operário trabalha para reproduzir o valor da sua força de trabalho, trabalha gratuitamente de 1 a 7 horas para o capitalista. Na indústria portuguesa, numa jornada de 8 horas, o trabalho necessário (para o operário) vai de uma a 4 horas e o trabalho suplementar (para o patrão) de 4 a 7 horas. No conjunto dos 30 principais ramos industriais, a taxa de mais-valia sobe a 240%, o que significa que, em média, numa jornada de 8 horas de trabalho, apenas 2 horas e 21 minutos são de trabalho necessário e cinco horas e 39 minutos são de trabalho suplementar ou gratuito para o capitalista. Em média, ao fim das primeiras 2 horas e 21 minutos de trabalho, o operário português pode dizer: "Produzi já o meu salário. Desde este momento até ao fim do dia, estou a trabalhar de graça para o patrão".

O grande capital não se satisfaz porém com o grau de exploração existente. Ele procura sempre maiores lucros, aumentando cada vez mais, na jornada de trabalho, o "tempo suplementar" e diminuindo o "tempo necessário". Para isso, apoiando-se na força do estado fascista, diminui os salários reais, aumenta a intensidade e a produtividade do trabalho, apura os métodos mais variados para agravar a exploração dos trabalhadores.

3- Ao longo dos anos, o governo fascista, a mando do capital financeiro, tem seguido uma política de "congelamento dos salários". O governo proíbe por vezes os aumentos que alguns patrões se mostram decididos a dar e fabrica, com laços que coloca à frente dos Sindicatos Nacionais, contratos colectivos que ajustam apenas oficialmente os salários a um nível atingido há muito de facto. Por vezes, várias empresas industriais do mesmo ramo, seguindo o exemplo de acordos patronais em relação a operários agrícolas deslocados, formam "associações", para "uniformizarem os salários" no nível mais baixo e comprometem-se a não admitir operários despedidos das firmas associadas. Quando os trabalhadores exigem melhores salários, o patronato, o Instituto Nacional do Trabalho, os fascistas dirigentes dos sindicatos e a PIDE, todos em conjunto, com promessas, recusas, ameaças, manobras, perseguições e brutalidades, procuram sufocar

da construção de habitação é a política dos prédios novos e luxuosos para a burguesia, a das rendas caras que asseguram aos capitalistas altos juros dos seus capitais. Os Delfin Ferreira, os Vieira de Brito, os grandes banqueiros e industriais, tornam-se grandes proprietários de prédios urbanos em que investem centenas de milhares de contos. As rendas nas maiores cidades (que nos países socialistas vão de cinco a dez por cento dos salários) sobem a mais do que o salário mensal dum operário português! E entretanto, apesar do peso no conjunto do país, de Lisboa e outras cidades, 70 em cada cem habitações não têm electricidade e 86 em cada cem não têm água canalizada. As famílias operárias amontoam-se em quartos e partes de casa, ou refugiam-se em barracas, furnas ou casebres. Os "bairros da lata" e as "ilhas", arrasados nas zonas centrais das cidades para não indisporerem a burguesia com o mau aspecto e o mau cheiro, renascem ainda mais miseráveis nas zonas periféricas.

Uma forma de diminuir o salário da classe operária, consiste no emprego crescente de mulheres, jovens e crianças. O trabalho feminino sobe já a um quarto de toda a mão-de-obra e os salários da mulher são de 15 a 40% inferiores aos salários dos homens. Os jovens trabalham como homens, ganham consideravelmente menos, são mantidos ilegalmente por tempo indeterminado na categoria de aprendizes, de praticantes, de ajudantes e outras, ou são despedidos quando se torna difícil explicar mais a não promoção. O trabalho infantil continua a alargar-se na indústria, dando lugar a inqualificáveis abusos e extorsões.

A diminuição dos salários não é porém a única forma pela qual os capitalistas procuram aumentar os seus lucros.

4- O aumento da intensidade de trabalho e o prolongamento da jornada de trabalho são das formas preferidas pelos capitalistas para aumentar a exploração e a mais-valia e, portanto, o lucro. Eles obrigam a ritmos mais apressados de trabalho, fixam produção mínima obrigatória muito superior às possibilidades normais, estabelecem sistemas de prémios e de multas, alargam o trabalho à peça e à tarefa, roubam no tempo de trabalho e obrigam os operários a fazer horas extraordinárias que pagam a singelo ou com descontos ou não pagam mesmo em muitos casos.

O desrespeito pelo horário de trabalho, exigindo-se 9, 10 e 12 horas de trabalho é frequente. O prolongamento da jornada de trabalho através do roubo de alguns minutos ao pegar e ao largar tornou-se um sistema de exploração generalizado. Os patrões tão rigorosos na cronometragem de cada operação dos operários para forçar o ritmo de trabalho, atrasam e adiantam os relógios para conseguirem prolongar a jornada. Adianta-se o toque ao principiar o trabalho e atraza-se o toque ao terminar do mesmo. Arranjam-se os mais variados pretextos para reter os operários além da jornada de trabalho. Exige-se que ao segundo toque todos os operários estejam já diante das bancadas. Houbo alguns minutos por dia a cada operário, os patrões conseguem ao fim do mês apurar muitas mais jornadas de trabalho gratuito. Em fábricas onde há numerosos operários, o patronato consegue assim ter alguns operários suplementares e invisíveis, trabalhando gratuitamente todo o dia. Muitos outros processos são utilizados para aumentar a jornada de trabalho. Exige-se que "para compensar os feriados" os operários trabalhem noutros dias, minutos ou horas suplementares ou gratuitos. Mandam-se para casa os operários quando falta a corrente eléctrica e exige-se que trabalhem depois as horas respectivas, etc. Nas conservas, com a laboração reduzida, os operários, quando o trabalho aparece, chegam a trabalhar 12 horas sem que seja considerada a existência de horas extraordinárias.

O trabalho à tarefa abrange cerca de 6% do trabalho dos operários industriais. Com a mira de obter maiores salários, os operários intensificam o ritmo de trabalho. Em alguns casos os patrões pagam o salário diário por um trabalho de empreitada muito superior àquele que os operários podem fazer numa jornada de trabalho, com a "regalia" para os operários de poderem ir-se embora logo que o terminem. Nestes casos, a intensificação extraordinária do trabalho visa encurtar o tempo de permanência na fábrica. A inação e a desvergonha do patronato nesta matéria não têm limites. Na firma João Alves, de Lisboa, por exemplo, davam trabalho de empreitada a jovens de 13 a 15 anos e, quando estes estavam a acabá-lo, logo preparavam novo trabalho para fazerem a seguir...

Em média, nos ramos industriais, sujeitos ao inquérito de 1959, os operários trabalhando à tarefa conseguiram receber anualmente mais mais 130.00, ou seja, mais 1,6% que os operários que não trabalharam à tarefa. Mas embora se não possa calcular em percentagem, a intensificação do trabalho à tarefa fica certamente num nível muito superior. O trabalhador estafa-se, desgasta as suas energias e consegue em média apenas mais uns cinco tostões por dia, quando o consegue.

Com o sistema dos prémios está-se utilizando um novo abuso. Dão-se prémios àqueles que menos tempo levaram a executar determinadas operações. Na semana seguinte o tempo "record" passa a ser o tempo padrão. E como, na exploração capitalista, as multas andam sempre de mãos dadas com os prémios, estabelecem-se descontos ou multas para aqueles que o não cumpriram, quando não são despedidos pura e simplesmente. Outras vezes prometem-se prémios, induzem-se assim os operários a um maior esforço e depois negam-se os prémios prometidos. Na EFACEC do Porto, há tempos, como pelo sistema de prémios estabelecido, alguns operários atingiram 100% do salário, logo a empresa descobriu que não podia pagar mais do que 33% "fixados" internacionalmente. Nas minas de São Pedro da Cova estabeleceram prémios de 18 escudos às secções de operários por cada vagoneta de carvão a mais do que a norma. Como uma secção alcançou várias vagonetas, logo os Patrões mandaram pesar a cinza, afirmaram que esta subia a 47% e informaram os operários de que o prémio seria só pago metade, por haver no carvão mais do que 45% de cinza.

Sejam porém pagos os prémios ou roubados, com eles alcança o patronato a intensificação do trabalho.

As multas atingem um grau escandaloso: por pequenos enganos, por pequenas pausas impostas pelo próprio trabalho, sob pretexto de que não dão rendimento, com todos os pretextos os patrões aplicam elevadas multas, que chegam a atingir dias de salário. Há fábricas em que o operário que vai à retrete mais do que as duas vezes autorizadas chega a pagar de multa mais que o salário do dia. As multas tornam-se para o patrão uma fonte de receita suplementar.

Quanto às horas extraordinárias, que por lei deviam ser pagas nos dias de semana com mais 50% e aos domingos com mais 100%, os "melhores patrões" pagam-nas em geral pelo preço das outras. Como as horas extraordinárias depois de uma jornada de trabalho exigem um muito maior desgaste de energia, o seu pagamento a singelo representa um novo agravamento da situação dos trabalhadores. Há pequenos patrões que têm a habilidade grosseira de pagar, mas darem uns copos de vinho, chicoteando assim com o álcool as energias dos operários cansados, o que provoca muito maior fadiga e esgotamento.

Coisa semelhante se passa com os turnos. Criam-se turnos nocturnos e não se paga a percentagem legal sobre os salários. Chegam mesmo a criar-se turnos apenas para trabalhar nas horas de descanso do restante pessoal.

Todos os processos de intensificação do trabalho, incluindo aquilo a que os fascistas chamam "os mais modernos métodos psicológicos de incitamento ao trabalho" se têm refinado nos últimos anos apresentados com um verniz pseudo-científico pelos propagandistas fascistas ao serviço dos monopólios. A Emissora Nacional por exemplo resolveu em certa altura lançar um programa novo, para uso dos senhores industriais. Chamava-se "Música no trabalho". E o órgão da União Nacional, o "Diário da Manhã", fazia entusiasticamente a propaganda do método. Referia "o salutar efeito que a música exerce sobre os empregados durante as horas de trabalho", afirmava que "a música, longe de prejudicar o ritmo e a qualidade do trabalho só os melhora" e apresentava o seguinte argumento: o caso duma fábrica em que com a introdução da música, "nos turnos de dia a produção aumentou de 17% e nos nocturnos 28% (D.Manhã, 16/8/62). "Toca a pandeireta para fazer dançar o urso" - tal é a revoltante atitude do patronato e dos fascistas. Mas o "urso" dá e dará resposta a quantos julgam poder domá-lo.

Os ritmos mais apressados de trabalho, não só exigem um desgaste suplementar das energias do operário como estão na origem de numerosos acidentes. Quantos não têm sido vítimas da críminosa exigência de limparem as máquinas em movimento? E quantos, apressados, esgotados com os reflexos menos prontos, em oficinas ou empresas onde pouco ou nada se faz pela segurança dos que trabalham, não são vítimas de acidentes mortais ou ficam estropeados ou incapacitados para sempre? Os fascistas publicam raras estatísticas de acidentes de trabalho. Mas num relatório oficial confessaram ter lugar anualmente 300.000 acidentes, dos quais resultam 3.000 casos de incapacidade permanente (portaria nº 17.668, de 11/4/60). Tem-se calculado o aumento anual de acidentes de trabalho em mais de 10%, superior ao aumento da população industrial. O número de acidentes mortais é "secreto", mas só aos tribunais são participados anualmente 500 casos e há especialistas que calculam o seu número anual em mais de 2.000, incluindo os acidentes na agricultura.

Que importa aos senhores do capital e aos fascistas a vida, a saúde, a segurança dos operários. A eles interessam apenas os ritmos infernais de trabalho que lhes dêem lucros sempre maiores. Quanto às vítimas, depois os próprios ou as famílias arrastam-se nesses pelas companhias de seguros e acabam por receber, quando recebem, uns magros e insultuosos tostões.

5- Com o mesmo objectivo de aumentar a exploração da classe operária, o grande capital tem feito nos últimos tempos o esforço para aumentar a produtividade do trabalho. É evidente que se, no mesmo tempo de trabalho, o operário produz mais que anteriormente, também em menos tempo produz o valor correspondente ao salário que recebe. Isto é: se aumenta a produtividade do trabalho, diminui o tempo de trabalho necessário e aumenta a parte da jornada em que o operário produz gratuitamente para o patrão ou seja, o trabalho suplementar. Esse é o objectivo fundamental do capitalismo procurar aumentar a produtividade do trabalho através das "campanhas de produtividade" e da "racionalização". Dessa forma consegue também um menor custo de produção e uma posição favorável na concorrência.

No conjunto da indústria transformadora, o produto nacional aumentou, de 1950 para 1958, 50%, a população activa aumentou 11%, a produção por pessoa activa de 19 para 25 contos, e a chamada produtividade subiu assim 32%.

O aumento da produtividade distingue-se do aumento da intensidade, mas de facto é em geral acompanhado por este. Em muitos casos, os capitalistas, para esconderem a violência dos seus métodos chamam "aumento da produtividade" ao que na realidade é aumento da intensidade". Se, por exemplo, em Tortesendo, sem qualquer mudança de máquinas ou de técnica, se obrigam os que trabalham com um tear rotativo a trabalhar com dois, isso nada tem que ver com a produtividade, mas apenas com a intensidade do trabalho. Se numa fábrica de artigos eléctricos se obriga a embobinar um motor em 8 em vez das 16 horas anteriores, o mesmo se passa.

Facto indiscutível é que a produção média por operário tem aumentado em quase todos os ramos da indústria. De 1949 para 1961, a produção por operário nas conservas de peixe passou de 1,3 para 4,1 toneladas; nos resinosos de 80 para 116 toneladas; nos vidros de 4 para 8 toneladas; nos fósforos de 11 para 22 milhões de hastes; no cimento de 298 para 610 ton.; nos cabos e condutores eléctricos de 55 para 87 ton. Tomando como base a matéria prima consumida, a média por operário passou nos lanifícios de 270 para 460 quilos de lã; no tabaco de 2 para 4 ton. Nos lacticínios de 5 para 22 milhões de litros de leite laborado. Calculado por dia de trabalho o aumento é sensivelmente o mesmo.

Em quase todos os ramos da indústria, se observa um aumento da produção relativamente rápido e um aumento do pessoal operário relativamente lento. Calculados "índices de produtividade" na base dos índices de produção e do emprego, observa-se, de 1949 para 1961, um aumento que vai de 20 a 100% nos resinosos, vidros, cerveja, curtumes, fósforos, lanifícios, algodões, chapelaria, chocolates e cortiças, e de 100 a 200% nas conservas, cimento, assúcar, papel e tabaco. No conjunto destes ramos industriais a "produtividade" em 1961, apresenta um aumento de 100% em relação a 1949.

Alguns dos aumentos, em ramos onde não se verificaram praticamente progressos técnicos, são devidos apenas a uma maior intensidade do trabalho e por isso só indevidamente se podem chamar de "produtividade". Mas alguns outros, como parece ser o caso das cervejas e dos fósforos, onde aumentou a força motriz e caiu verticalmente o número de operários e de dias de trabalho, são devidos à maior produtividade. Todos eles mostram entretanto um considerável agravamento da exploração da classe operária. Os honens dos monopólios arrancam aos operários cada vez mais horas de trabalho gratuito.

O mesmo procuram fazer os grandes capitalistas da agricultura em relação aos assalariados rurais, cuja situação é tão trágica que um fascista foi forçado a reconhecer na Assembleia Nacional que "o nosso trabalhador rural vive em casas sem as mais rudimentares condições sanitárias, desprovidas de água, de luz, sem qualquer espécie de conforto"; que "que a sua alimentação é deficiente"; que "o seu horário de trabalho vai de sol a sol"; que "a previdência e a assistência não existem"; que "o trabalhador rural moureja a vida e na velhice pode esnolar" (Diário das Sessões, 10/12/63). Fazendo frente à luta heróica dos proletários rurais do sul os senhores da terra e as autoridades fascistas procuram ainda piorar esta situação.

6- Nos últimos anos tem-se feito bastante barulho acerca da participação dos operários no capital e nos lucros das empresas. Não estará aí, como pretendem os fascistas, uma nova "audaciosa experiência social", uma nova prova da "democratização do capital"? Não se tratará como pretende Jorge de Mello da CUF, da aplicação da "concepção cristã" da empresa?

A verdade é tratar-se apenas de um grosseiro processo de aumentar a intensidade do trabalho e a exploração dos trabalhadores. O que pode representar, por exemplo, a distribuição de acções de 1.000 escudos aos operários da CUF? Fazendo dos operários "patrões", procura-se vincular os operários aos interesses da empresa, ganhá-los à ideia de que, quanto maiores forem os lucros da empresa, maior será o dividendo por eles recebido, procurar que trabalhem mais e melhor e pagar-lhes menos com o pretexto nos seus interesses e "lucros" como "patrões". No fim de contas, que vem a "ganhar" cada operário? Se a CUF distribuir um dividendo de 10%, cada operário virá a ter um "lucro" de 100 escudos por ano. Quer dizer: negam-se aumentos de salários de 10 escudos por dia exigidos pelos operários em Outubro último, procura-se (conforme diz a CUF) a "estina, compreensão, colaboração activa e leal" dos trabalhadores e no fim do ano dá-se uma "gratificação" inferior a um aumento de salário de cinco tostões por dia. Eis a aplicação prática da "concepção cristã" dos melros da CUF.

O processo nada tem de novo. De vez em quando alguns pequenos ou grandes patrões mais "modernos", logo apoiados pela propaganda fascista, fazem girar o disco da "audaciosa experiência social". Quem se não lembra que há tempos o grande Banco de Fomento inscreveu nos estatutos que 3% dos lucros líquidos, podendo tomar a forma de "títulos de trabalho", serão para os empregados, "atendendo aos bons serviços e méritos"? Quem não sabe que, nas pequenas leitarias e pastelarias é costume dar aos empregados a fictícia qualidade de "sócios" para os subtrair aos horários de trabalho? E há oito anos, quanto barulho se não fez à volta da Sociedade de Moagem e Panificação do Norte, Ltd. que, tendo um capital de 4.200 contos, deu a diversos operários e encarregados quotas no total de 27 contos, procurando pô-los a trabalhar e a fazer trabalhar os outros como forçados a troco de mísera gratificação, totalizando uns 2 contos anuais! E será menos brilhante o exemplo da empresa de camionetas Boa Viagem, Ltd. que teve o desplante de anunciar que deu aos seus empregados quotas de 50, 20 e 10 escudos, o que talvez tenha representado, para os operários tornados "sócios", brilhantes lucros anuais de 10 tostões por cabeça? Não se pode dizer que a CUF, apesar de ser como se intitula a "maior organização industrial da Península" e a "quinta da Europa", vá muito além em generosidade. Que se esfalfem os operários ao serviço da "sua" empresa. Que vão receber de cada ano uma pequena e cínica esmola. Ao fim de 30 ou 40 anos de serem explorados, se antes não forem despedidos por velhos e incapazes, como sucede a muitos, espera-os nova e grande recompensa, material e moral, com honraria pública nos jornais. Pois não vimos já a Associação Industrial Portuense "premiar" espalhafatosamente uma operária com 36 anos de "assiduidade ao serviço" com a estimulante quantia de mil escudos, ou seja o correspondente a 28 escudos por ano de trabalho incansável?

A participação dos operários no capital e nos lucros das empresas é apenas uma forma de obter uma maior intensidade de trabalho e de tentar afastar os trabalhadores do caninho da luta pelos seus interesses.

7- A "racionalização", as "campanhas de produtividade", a "reorganização" e concentração industrial trazem consigo o desemprego. Com a industrialização, a "modernização" das indústrias, a concentração, modifica-se a composição orgânica do capital, pesando cada vez mais o capital constante (máquinas, instalações, matérias-primas, etc.) e diminuindo nuns casos relativamente, noutros casos em absoluto, o capital variável (força de trabalho).

A questão não é entretanto tão simples como pode parecer. A composição orgânica do capital é relativamente elevada no nosso país. No conjunto de 28 dos principais ramos industriais, sobe a 6,5, isto é no valor da mercadoria, a cada 86,6 contos de capital constante corresponde 13,4 contos de capital variável. Deve no entanto notar-se que esta elevada composição orgânica não é apenas um sintoma de peso crescente dos ramos com técnicas modernas e custosas maquinarias. Como já se mostrou a composição orgânica relativamente elevada no conjunto da indústria portuguesa resulta em larga medida do peso dos ramos preparadores de matérias-primas. Isto significa que, na medida em que se desenvolvem ramos modernos da indústria e perdem as suas posições os ramos preparadores de matérias-primas, pode descer, no conjunto do país, a composição orgânica do capital. Daqui, assim como da procura de mão-de-obra resultante do desenvolvimento industrial resultam necessariamente oscilações e irregularidades na evolução do grau de exploração, das taxas de lucro e do desemprego.

Entretanto, dado que os ramos preparadores de matérias-primas perdem dia a dia a sua importância, dados os elevados investimentos que exigem os novos ramos da indústria dada a tendência para a "modernização", aumenta cada dia mais (em todos os ramos) da indústria existente a composição orgânica do capital e esta aparece desde início bastante elevada nos novos ramos.

Marx ensinou que os novos capitais acumulados, com a sua nova composição orgânica chaman a si um número cada vez menor de operários relativamente à sua grandeza e os antigos capitais repelen um número cada vez maior de operários a que dantes davam trabalho. A "reorganização" e a "modernização" industrial, significan o emprego de maquinaria mais moderna e o despedimento de numerosos operários. A automatização da "Tabaqueira" originou 200 despedimentos. E uma simples britadeira mecânica torna possível a substituição de 100 operários por 1 só.

O aumento da intensidade do trabalho traz também consigo a dispensa de força de trabalho. Com a mira dos capitalistas pagarem salários cada vez mais baixos, homens são desempregados porque se empregam mulheres e estas são desempregadas porque se empregam crianças.

Em Portugal, em muitos ramos industriais, um número elevado de operários contratados hoje, despedidos amanhã, despedidos num lado, contratados noutro, hoje uns, amanhã outros são condenados ao desemprego. Mesmo entre o chamado "pessoal permanente" só na produção de electricidade são garantidos 300 dias anuais de trabalho. Nos algodões, cimentos, minas, papel, tabaco, são apenas assegurados de 270 a 300 dias. Na cerveja, lanifícios, vidro, cerâmica, fósforos e noagen, são apenas assegurados de 250 a 270 dias. Nas conservas, curtumes e chapéus não chegam a ser assegurados 230 dias de trabalho.

Mas além do "pessoal permanente" existe o chamado "pessoal adventício", ou seja, desempregados com trabalho temporário. O pessoal adventício não chega a ter na generalidade 200 dias de trabalho anuais. Têm apenas de 100 a 150 nas minas, conservas, noagen, lanifícios, cerâmica, curtumes e vidros e menos de cem dias no tabaco, lacteínios, cortiça e confeitaria.

Com a "reorganização", a concentração e a "modernização" da indústria e com a crise que atinge alguns ramos industriais, encerram cada dia novas fábricas, são despedidos numerosos operários que engrossam as fileiras dos desempregados. Há ramos industriais (cortiças, lanifícios e outros) que vivem longos períodos num regime de 3 a 5 dias de trabalho semanal.

Em média, nos últimos anos, os operários portugueses têm tido anualmente menos de 250 dias de trabalho, o que corresponde a cerca de 2 meses de desemprego.

Nos campos, o desemprego toma aspectos cada vez mais graves. Com a mecanização da agricultura, particularmente o uso de tractores, ceifeiras e debulhadoras, com a nona da quinica e outros processos técnicos, centenas de milhares de assalariados rurais são lançados cada ano para o desemprego durante longos meses. Em algumas regiões o período de desemprego estende-se por 6 meses e mais. Muitos dirigem-se para as cidades em busca de trabalho, mas, como o desenvolvimento industrial não absorve a mão-de-obra disponível, aumenta por essa forma também na indústria o número de desempregados.

8- Com a diminuição e a menor intensidade de trabalho a mais, longas épocas de desempregados, vivendo em tugúrios, sem assistência médica nem previdência, os trabalhadores portugueses são reduzidos a uma situação de trágica miséria. Temos um juventude depauperada e raquitizada e a saúde dos trabalhadores arruína-se pelas duras condições de vida e pela falta de assistência. A tuberculose continua a ser um flagelo nacional. As doenças profissionais atingem vastos sectores operários. Um inquérito oficial revelou haver minas com mais de 30% de operários com silicose. Quando os operários doentes e cansados pelo trabalho já não dão o rendimento de antes, diminuem-lhes os ordenados ou despedem-nos para sempre com 10, 20 e mais anos de casa, sem pensão nem reforma. As mulheres não têm qualquer assistência eficaz na gravidez e no parto, embora muitos patrões obriguem as operárias a assinar recibos de subsídios que nunca viram. A mortalidade infantil, com 89 óbitos de crianças de menos de um ano por mil nascimentos é de longe o mais alto da Europa, - o duplo, o triplo, o quádruplo dos óbitos verificados nos outros países na Europa Ocidental.

E a miséria é tanta, é tão poderosa a corrupção do dinheiro, é tão profunda a decomposição moral da sociedade, que a criminalidade e a prostituição não param de aumentar. O ritmo do aumento da prostituição é mais que duplo do ritmo do aumento da população. Um ano atrás havia, só em Lisboa, 500 prostíbulo e 5:000 prostitutas matriculadas (mais do dobro do existente em 1926). Depois da espectacular, inútil e demagógica proibição da prostituição em Janeiro de 1963, em vez de muitas ruas e casas, temos a prostituição "clandestina" espalhada por todo o lado.

Os fundos das Caixas de Previdência, que deviam destinar-se em parte fundamental à assistência na doença, invalidês e velhice, são desviados para auxiliar, não os trabalhadores, mas os capitalistas e o Estado. Hoje, as Caixas de Previdência são dos maiores accionistas e obrigacionistas de muitas grandes companhias e de muitos grandes subscriptores dos empréstimos do Estado. Muitos milhões de contos, que se deveriam destinar a melhorar a situação das classes trabalhadoras são abusivamente postos ao serviço dos grupos monopolistas e do Estado fascista. Numerosas Caixas de Previdência cobrem ainda a sua existência com o pretexto da "previdência", mas trabalham fundamentalmente como mobilizadoras de recursos dos operários e empregados para os pôr ao serviço do grande capital. No chamado I plano de Fomento, num financiamento total de 6.786 milhares de contos, as Caixas de Previdência cobriram 1544 milhares de contos, ou seja 23% do total. Um quinto do capital dos novos empreendimentos é coberto pelos fundos da Previdência. Hoje, quando os grupos monopolistas pretendem capitais a juro módico ou mesmo sem qualquer juro, dizem ao governo fascista, este diz às direcções fascistas das Caixas de Previdência e estas dão logo o dinheiro às grandes empresas. A Hidroelétrica do Douro, por exemplo, quando do início da sua actividade, precisou de capitais de empréstimo a baixo juro, conseguiu que o governo determinasse que as Caixas de Previdência subscressem 50 mil contos dum empréstimo total de 75 mil contos.

É frequente Caixas de Previdência, mesmo relativamente modestas, figurarem ao lado dos grandes potentados financeiros como grandes prestamistas do Estado. A Caixa Sindical de Previdência do pessoal da indústria cerâmica, por exemplo, tem 100 mil contos (!) emprestados ao Estado, 24 mil contos na CP, 13 mil contos na Sacor, 17 mil contos na HICA, 6 mil contos na HED, etc. No total, quase 200 mil contos desta caixa foram postos assim ao serviço do Estado e dos Monopólios. O caso repete-se por todas as outras. A rapina descarada da Previdência não tem limites. Os fundos das caixas chegam a ser utilizados para o reforço do aparelho repressivo. Pois não "pediu" a Câmara Municipal de Matosinhos à Caixa Sindical dos Operários têxteis ajuda para instalação dum posto de GNR em S. Manede de Infesta?

Tudo tirar aos trabalhadores, tudo para o serviço do grande capital - tal a política do governo fascista.

Se as condições materiais da vida são o que se acaba de referir, as condições culturais não são melhores. Ninguém esquece as célebres palavras de Salazar que mostram bem o propósito de monopolizar a cultura para a burguesia reacçãoária: "Saber ler, escrever e contar é bastante para a grande maioria de portugueses". Salazar disse "bastante", mas pensa que é "demasiado". Toda a "política do espírito" fascista tem tido em vista vedar às classes trabalhadoras o acesso à instrução e à cultura. Para as despesas militares há 40% e mais das receitas do Estado; para a Educação, 10% e menos. O resultado é que mais de 40% de portugueses continuam sendo analfabetos - índice que é um vergonhoso escândalo na própria Europa capitalista. Das crianças inscritas nas escolas primárias só um terço consegue terminar a quarta classe. Constroem-se anualmente menos edifícios escolares do que se construam há meio século. Milhares de escolas primárias não têm professores. Nas escolas médias, onde, pelas elevadas propinas e pela dificuldade para as famílias de dispensarem o salário dos jovens, começa a selecção de classe, chegam a ser reprovados cerca de 50% dos estudantes. A Universidade é reservada para os filhos da burguesia, porque, conforme disse com clareza um ministro da Educação salazarista é necessário "preservar da invasão das massas as Universidades e os estudos post-graduados".

A perseguição à instrução, à cultura e à arte é lei do regime fascista. Os fascistas têm tanto medo da instrução e da cultura como de balas. Tal como os hitlerianos, também os salazaristas, quando ouvem a palavra cultura levam a mão ao revólver.

O melhoramento urgente das condições de vida das classes trabalhadoras é um dos objectivos fundamentais da revolução democrática. Os fascistas dizem que os salários só podem ser aumentados se aumentar a produtividade do trabalho. Nós afirmamos que, num Portugal libertado da ditadura fascista, nacionalizados os sectores da indústria e do comércio hoje em poder dos monopolistas e realizada a Reforma Agrária, é não só possível como indispensável um aumento geral dos salários, e esse aumento será mesmo um passo para a subida da produtividade.

O pagamento de igual salário a igual trabalho aos homens, mulheres e jovens; a qualificação profissional e as promoções de jovens trabalhadores; a proibição do trabalho infantil; o respeito pela jornada de 8 horas; o pagamento devido das horas supletórias; a segurança do trabalho; a protecção à mulher n.º grávidas e no parto e a assistência à infância; o estabelecimento de um sistema eficaz de assistência médica

e seguros sociais na doença, desastre, invalidez e desemprego; o estabelecimento de férias anuais pagas; o melhoramento das condições habitacionais pela expropriação das propriedades urbanas dos multi-milionários, a baixa das rendas e uma nova política de construção; - tais são alguns dos objectivos essenciais da revolução democrática com vistas ao rápido melhoramento do nível de vida material das classes trabalhadoras.

Uma revolução cultural terá necessariamente de acompanhar a revolução no terreno económico e social. A extinção do analfabetismo, a reforma geral do ensino com revisão completa de programas e métodos, o acesso às escolas médias e superiores dos filhos dos trabalhadores pela redução do custo de ensino e a instituição de um sistema de bolsas, a difusão geral da cultura, o estímulo à literatura e à arte - inscrevem-se entre os primeiros objectivos duma revolução democrática, inseparável dos demais objectivos.

No trabalho preparatório da elaboração do programa do Partido têm sido concretizados os objectivos, na actual fase da revolução, em 7 pontos. Um oitavo ponto deve ser incluído: "a democratização da Cultura".

PELA LIBERTAÇÃO DE PORTUGAL DO DOMÍNIO IMPERIALISTA

59 - 1

1- A política fascista ao longo de 38 anos, tem sido uma política de submissão e entrega ao imperialismo. Os portugueses não podem dar um passo, não podem praticar um acto da sua vida corrente e trivial, sem verem os sinais do domínio dos imperialistas estrangeiros.

As minas pertencem-lhe praticamente todas; aos ingleses, as mais ricas minas de volfrâmio da Europa (Panasqueira), o urânio da Urgeirica, as pirites de São Domingos, o ouro de Jales; aos alemães, o ferro de Moncorvo, base primordial para a industrialização do país; aos belgas, as pirites de Aljustrel e as carvões de Pejão, a que cabem dois terços das reservas de antracite conhecidas; aos americanos, o manganês e o estanho; aos franceses, o volfrâmio da Borralha.

Dos imperialistas estrangeiros são os telefones (APT), o telégrafo, as comunicações internacionais (Marconi), os transportes colectivos de Lisboa (Carris), parte dos transportes ferroviários e aéreos (TAP), o domínio da frota petroleira (SOPONATA). Deles é uma parte considerável da produção e distribuição de energia eléctrica (CRGE, Eléctrica de Lima, UEP, Termoeléctrica, posições destas companhias no trust dos trusts da electricidade) e praticamente todo o ramo de artigos eléctricos (General Electric, Standard, Siemens, Philips, AEG, BICC, Ateliers de Charleroi). Deles são uma boa quota da siderurgia, duas das maiores fábricas de cimento (Secil, Cibra), um dos dois grupos dominantes da cerâmica (Sacorém) e parte do outro (Vista Alegre). Deles é a refinaria de petróleo (SACOR), uma série de potentes indústrias dos derivados do petróleo e todo o comércio externo e interno dos óleos minerais (Shell, BP, Mobiloil, Standard Cil). Deles é o exclusivo do fabrico de carruagens de caminho de ferro e locomotivas (Sefame), da montagem de automóveis e camiões, e metade dos estaleiros navais existentes. Deles é a fábrica de soda e o fabrico de adubos químicos (Sapac, Petroquímica, Nitratos). Deles é o fabrico de pneus (Mabor e Firestone) e de cabos de alumínio e aço. Deles são 7 das mais importantes firmas produtoras e exportadoras de cortiças (Mundet, Armstrong e outras). Deles é a maior refinação de açúcar (Sena Sugar), o maior trust de lacticínios (Nestlé), uma das duas grandes companhias de tabacos (CPT). Deles são numerosas fábricas têxteis, de celulose e de papel, de conservas e de bebidas, de fósforos, de especialidades farmacêuticas, de explosivos. Deles são dois bancos estrangeiros que exercem a sua actividade em Portugal e um banco que se diz "português", mas é apenas um agente de grandes monopólios internacionais (Banco Burnay). Deles são dezessete das companhias de seguros, às quais cabe cerca de um quinto do total dos prémios e a posição preponderante no ramo através do resseguro. Não lhes escapam tintas e construções, hotéis e espectáculos. E até o vinho do Porto, produto português por excelência, está em parte decisiva nas suas mãos.

Em toda a parte, os imperialistas estrangeiros nos tiram os bens, nos exploram o trabalho, nos impõem os artigos, nos obrigam a pedir licença para vender ou não vender o que é nosso e ainda por cima vexam e insultam. Na vida diária dos portugueses, a presença da exploração imperialista é constante, apesar de que muitos disso se não apercebem. Eles exploram, eles fabricam, eles vendem. Ao estrangeiro se paga a luz e a lâmpada que nos ilumina, o petróleo que consumimos, o sabão e o sabonete com que nos lavamos, a margarina que comemos, o leite condensado ou o refri-

gerante que bebemos, muitas portuguesíssimas sardinhas que petiscamos, a louça de que nos servimos, o fósforo que acendemos, o cigarro que fumamos, o bilhete de elétrico em que nos transportamos, o telefonema que fazemos.

Há vilas e regiões inteiras que mais parecem colónias do que terra dum país independente. A portuguesíssima ilha da Madeira, "a pérola do Atlântico", a ilha que um dia será um paraíso para repouso dos nossos trabalhadores, foi reduzida à condição de uma possessão inglesa. Os ingleses dominam por tal forma as indústrias locais e a exploração, consideram aquilo tão ostensivamente como deles, que ainda há pouco nos aviões da carreira Lisboa-Funchal, em inglês eram escritas todas as indicações. Por razões diversas, pela concessão das grandes bases militares aos Estados Unidos e pela corrente emigratória, também os Açores, tão portuguesíssimos como a Madeira, se estão lentamente americanizando.

2- O domínio do imperialismo estrangeiro representa um fardo não menor que aquele que é imposto ao povo português pelos monopólios e latifundiários domésticos.

Ele significa a exploração da classe operária portuguesa em benefício dos milhões ingleses, americanos, alemães, belgas, franceses e outros, que, instalados comodamente nos seus países, recebem o fruto do nosso trabalho, das nossas privações e da nossa miséria.

Ele tem sido e é uma das causas fundamentais do atraso do país, pois o capital estrangeiro faz razer dos nossos recursos sem cuidar do futuro económico de Portugal que pelo seu atraso, pelo baixo preço das matérias-primas e da força de trabalho, é considerado na Europa lugar ideal de investimentos.

Ele significa para Portugal não apenas a perda da independência económica, como a perda da independência política, pois atrás do domínio económico vem a intervenção e a influência na política nacional, as exigências de carácter político, diplomático e militar, e o auxílio ao governo fascista que serve os imperialistas.

Sem dúvida que as grandes exportações de capitais para Portugal dão lugar a novos empreendimentos industriais, à instalação de novas fábricas. O "progresso do país" que daí tem resultado é porém apenas o desenvolvimento do capitalismo, a liquidação mais apressada das pequenas empresas, a aceleração do processo de concentração e do estabelecimento de monopólios, a acumulação da riqueza num número cada vez mais restrito de famílias de multimilionários e a acumulação da pobreza num número cada vez mais vasto de trabalhadores assalariados e pequenos burgueses semi-proletários.

Os fascistas, como porta-vozes que são dos imperialistas estrangeiros, pretendem fazer acreditar que os investimentos de capital estrangeiro são favoráveis e necessários ao desenvolvimento do país e à elevação do nível de vida dos trabalhadores. Os factos mostram porém que assim não é.

Que se passa, por exemplo no que diz respeito às minas? Só nesse sector, 2,5 por cento de todo o proletariado industrial trabalha para os imperialistas estrangeiros e 1% do "produto bruto nacional" vai para o estrangeiro. Pagando aos mineiros portugueses salários de fome, condenando-os a uma vida miserável que não tem paralelo em qualquer minas de outros países europeus, os imperialistas obtêm lucros fabulosos. A Beral Tin, que explora as minas da Panasqueira, acusa em alguns anos lucros líquidos que correspondem a mais de cem libras por operário, isto é, mais que o salário que pagou. O dividendo desta companhia chega a atingir 160%! Com as outras companhias sucede coisa semelhante.

Quanto à riqueza mineira, os imperialistas não respeitam no mínimo os interesses portugueses. Seguem métodos tão rudimentares de extracção que, no sector mineiro, a 35 de capital constante, correspondem 65 de capital variável e a potência instalada é apenas de 2,7 cavalos-vapor por operário no conjunto das minas e de 1,8 cavalos-vapor por operário nas minas de carvão. Não planeiam racionalmente a extracção, nem fazem uma inventariação dos recursos disponíveis. Não cuidam de garantir reservas para o futuro. Tendo apenas em mira o lucro e os fornecimentos de matérias-primas à indústria dos seus países, realizam uma extracção voraz, de que tem resultado o criminoso esgotamento de algumas minas, cujos recursos eram importantes para o desenvolvimento da economia nacional.

Que se passa com as cortiças? Dominando a produção e exportação, os grandes monopólios americanos (Mundet, Armstrong) fixam preços da matéria-prima e do produto

submetem a produção aos interesses da indústria da cortiça e dos plásticos dos Estados Unidos, exploram ferozmente os operários corticeiros, provocam o encerramento de fábricas, a redução da laboração, o desemprego e conduziram a indústria da cortiça à crise profunda que há muito atravessa. É isto que representa o domínio imperialista para a classe operária. É isto que representa o domínio imperialista para o progresso económico do país.

Do domínio imperialista, o povo português só tem recebido miséria e privações, a nação portuguesa só tem sofrido a delapidação das suas riquezas e o atraso que a coloca no fim da escala dos países europeus.

3- Nenhum português, em quem não esteja morto o amor por Portugal, pode deixar de sentir-se profundamente indignado por esta situação e decidido a por-lhe termo.

Mas Salazar e os salazaristas, que têm sempre na ponta dos beiços as palavras "defesa da pátria" e "defesa dos interesses nacionais", têm no coração e nos actos inscrita a palavra traição. Não só são os responsáveis, nos 38 anos de ditadura, pelo agravamento dos laços de dependência que nos conduziram à trágica situação actual de país semi-colonial, como procuram ainda hipotecar completamente o futuro do país e entregar ao imperialismo aquilo que resta fora das suas garras.

Procurando sair das dificuldades financeiras provocadas pela desastrosa política de guerra nas colónias, apela abertamente para os imperialistas, acenam-lhes com as matérias-primas e a força de trabalho a baixo preço em Portugal e nas colónias portuguesas. Tem um descaço tão novo e afilativo esta propaganda, que a própria grande burguesia e os seus porta-vozes se vêm obrigados a referi-la. Relatórios de bancos e companhias e editoriais da grande imprensa referem "a mudança de atitude do governo face aos capitalistas estrangeiros públicos e privados". De certo não houve "mudança de atitude". Mas, se até recentemente o governo aceitava, permitia e facilitava a penetração imperialista, agora apela desesperadamente para ela. A "ordem" fascista e a "estabilidade" do regime, a repressão terrorista do movimento operário, a inexistência de sindicatos livres, a repressão do Partido Comunista, o domínio de toda a política nacional pelo capital financeiro, são apresentados aos imperialistas com as melhores garantias de chorudos lucros. Portugal (disse recentemente em Londres o presidente da Associação Comercial de Lisboa) "é o país da Europa que maiores oportunidades oferece actualmente para investimentos de capitais estrangeiros" (discurso de 31 de dezembro de 1963). "Venham, venham, (dizem os fascistas) venham roubar, explorar, rapinar, tomar conta do resto. Isto é o paraíso para vós."

Eles de facto vêm. Nunca como agora se assistiu a um tão intenso rodopio de missões económicas, de enviados dos grandes trusts internacionais. A entrega do país é feita tendo tão pouco em conta os interesses dos trabalhadores e da nação portuguesa que os monopólios internacionais aproveitam avidamente.

Quase não há semana em que não se anunciem novas concessões aos imperialistas, No espaço de poucos anos, pela mão de Salazar, os imperialistas apropriaram-se de novos e importantes sectores da economia nacional.

Como não sentir com raiva e indignação que obras que poderiam ter um papel importante para o desenvolvimento do país e a melhoria do bem-estar do nosso povo, estejam a ser entregues à voracidade dos imperialistas estrangeiros? Como não senti-lo quando se vê os alemães porem pé na primeira siderurgia, base indispensável dum verdadeira industrialização e aí entravarem o progresso económico do país? E ainda os mesmos alemães a financiarem obras de rega no Alentejo, a animarem os planos de "reconversão agrária", de aniquilamento da cultura cerealífera, de extensão indevida da floresta, com mira ao estabelecimento de fábricas utilizando a madeira como matéria-prima? E os americanos a tomarem conta da ponte sobre o Tejo e a adquirirem, por anos, o direito de cobrar bilhete a todos os portugueses que queiram atravessá-la? E os franceses lançarem mão ao fabrico da vidraça (Covina) e aos transportes aéreos? E os suecos e holandeses a assegurarem forte posição nos novos grandes estaleiros de Lisboa? E os japoneses a prepararem o salto para novos ramos da indústria? E os alemães, americanos, franceses e ingleses, todos à porfia, à caça dos baixos salários pagos aos operários portugueses, a lançarem linhas de montagem de automóveis? E uns e outros, a tomarem conta de velhas empresas ou a instalarem novas, alargando mais e mais os tentáculos exploradores ao que na economia portuguesa estava ainda fora do seu controlo?

Podem alguns perguntar: Mas que interessa à classe operária que sejam uns ou outros a explorá-la? Sim, interessa e grandemente. O domínio imperialista estrangeiro, não só tem as consequências atrás referidas, como cria uma dificuldade suplementar

para a libertação do povo português: é a força económica, diplomática e militar que está por detrás dos monopólios estrangeiros, ou seja, a força das grandes potências imperialistas.

estrangeiros

4- Falámos do domínio dos monopólios, falámos do domínio dos monopólios portugueses mas isso não significa que exista entre eles uma profunda contradição.

Na sua grande maioria e como regra, na formação de novas sociedades, os monopólios estrangeiros não aparecem isolados em Portugal. Eles ligam-se a todos os grupos financeiros portugueses, associando-se a estes, subornam-nos, dominam-nos. De nenhum grande grupo industrial e financeiro português se pode hoje dizer: "Este é só português". Todos têm os seus interesses associados, em maior ou menor grau (mas sempre considerável) aos capitais estrangeiros em Portugal: o grupo M.P. Azevedo-Banco Borges & Irmão nos pneus e electricidade; o grupo Delfim Ferreira-Banco Atlântico na banca, electricidade e colónias; Sommer Champalimaud na siderurgia, carvões e cimento; o Banco Espírito Santo nos petróleos; a CUF nos artigos eléctricos, cobre, estaleiros, transportes marítimos, tecidos.

Esta ligação torna-se cada vez mais estreita. Lançados pelo próprio desenvolvimento do capitalismo em empreendimentos cada vez mais vastos, querendo lançar os tentáculos a novos sectores, forçados a entrar na concorrência dos mercados internacionais, os grupos monopolistas portugueses sentem ser insuficiente para tal tal a mais-valia apropriada nas próprias empresas e mesmo no quadro fechado da economia portuguesa. Dizem-no abertamente. O banqueiro Cupertino de Miranda afirmou não há muito que "no nosso país, as limitações de possibilidades próprias levaram a considerar, para além do recurso ao crédito interno, o recurso ao crédito externo, a médio e alongo prazo como fonte indispensável de financiamento". Não lhes basta sequer a centralização dos capitais, a mobilização em seu benefício dos pequenos capitais nas sociedades anónimas que controlam. Daí a sua associação crescente com os monopólios internacionais, a verdadeira corrida dos grandes grupos financeiros às participações de capital estrangeiro nas suas empresas, à criação de novas empresas mistas e aos financiamentos externos. Muitos milhões de contos de capital estrangeiro, sobretudo dos Estados Unidos e Alemanha, têm assim sido exportados para Portugal nos últimos anos, agravando a situação dependente do país.

Entre o capital financeiro português e o imperialismo estrangeiro há sem dúvida ainda contradições de interesses. Mas pretendendo embora cada qual talhar para si a maior fatia, é-lhes em geral fácil de resolver os diferendos e chegar a acordos. A CUF e a Sacor lutaram durante longo tempo encarniçadamente para a partilha do bolo dos adubos. Mas acabaram por entender-se na Petroquímica, nos nitratos e na Saponata. A associação entre os monopólios estrangeiros e os portugueses é hoje tão íntima, estão ligados por uma rede tão densa, que por vezes se confundem. É muitas vezes difícil de terminar onde começa um e onde acaba outro.

Os monopólios portugueses e os estrangeiros tornam-se irmãos siameses na exploração do povo português e dos povos das colónias portuguesas, com a única diferença de estarem ligados não pelas costas mas pela barriga. Por isso nada se pode esperar, como factor sobre a vitória do fascismo, duma suposta contradição de interesses entre o capital financeiro português e o capital estrangeiro, que conduza o primeiro a uma posição nacional. O capital financeiro português partilha hoje voluntariamente com o imperialismo a exploração do nosso povo, torna-se um instrumento da dominação crescente de Portugal pelo imperialismo estrangeiro. Dois anos atrás, na base de um estudo minucioso, embora incompleto, calculámos que, do capital nominal de todas as sociedades, um pouco menos de um terço é estrangeiro ou dominado por este; um pouco mais de um terço, sendo embora português, tem ligações de interesses com o capital estrangeiro; e apenas um terço é português, independente do domínio, supervisão, fiscalização e associação do capital estrangeiro. Esta estimativa, que tem sido algumas vezes citada, deve já ter perdido a actualidade. Dadas as concessões feitas desde então aos imperialistas estrangeiros, é de concluir que a posição do imperialismo ainda mais se fortaleceu.

Nestas condições, os grandes monopólios estrangeiros, pelo peso do seu capital e pela associação com grupos portugueses que comandam o governo fascista, são em Portugal verdadeiros potentados, fazem o que lhes dá na real gana e conseguem ter uma influência determinante na orientação da economia e da política portuguesas. Que admirar que a Companhia Portuguesa de Tabacos (portuguesa apenas no nome), ligada directa e indirectamente a sociedades cujos capitais nominais sobem a 1 milhão e 500 mil contos (10% do capital nominal de todas as sociedades), tenha podido a seu belo talante encerrar fábricas, despedir centenas de velhos operários com direito à reforma e abafar com arrogância as vozes discordantes? Que admirar que um grupo de petróleos Sacor

(ligado ao Banco Espírito Santo) com um capital nominal conjunto de um milhão de contos, esteja em vias de ganhar posição preponderante em alguns dos sectores mais importantes da economia portuguesa: nos transportes ferroviários (dieselização dos caminhos de ferro), nos rodoviários (política da gasolina e do gasóleo), nos marítimos (frota petroleira), nos adubos químicos (Petroquímica, Nitratos), na produção de matérias plásticas, etc.? Que admirar que algumas semanas atrás tenhamos assistido ao anúncio, feito com grande pompa, da instalação no norte do país de uma nova refinaria da Sacor e de um complexo petroquímico, que vão ainda alargar mais as já poderosas posições deste trust estrangeiro na economia portuguesa? Que admirar que a influência da Sacor e de outros trusts internacionais do petróleo determinem largamente a orientação no problema energético, colocando o desenvolvimento de sectores fundamentais (siderurgia, adubos, indústria química, caminhos de ferro) na dependência dos combustíveis líquidos estrangeiros e dos interesses das grandes companhias?

5- A participação de Portugal nas zonas europeias do comércio livre agrava ainda mais a situação de dependência em relação ao imperialismo.

O que representa para Portugal a adesão à zona dos sete e a eventualidade da adesão ao Mercado Comum?

Representa em primeiro lugar como já vimos, com a justificação da necessidade de criar condições de competir com os países mais desenvolvidos, o apressamento do processo de centralização e concentração industrial, da "reorganização industrial", que visa aniquilar a pequena e média empresa e alargar ainda mais o domínio de toda a economia nacional de um pequeno de grandes grupos monopolistas.

Representa em segundo lugar, como também já vimos, o agravamento da exploração da classe operária, através das "campanhas de produtividade", da racionalização capitalista, da intensificação do trabalho, do aumento do "exército de reserva", da diminuição dos salários reais.

Representa, em 3º lugar, a invasão do mercado interno por produtos industriais dos países mais desenvolvidos com os quais os produtos industriais portugueses não podem competir vantajosamente, nem em qualidade nem em preço, e a resultante posição de dependência de todo o novo comércio externo.

Representa, em 4º lugar uma maior crise para a agricultura portuguesa, dadas as medidas discriminatórias e o tratamento de desfavor dado aos produtos agrícolas e a consequente pioria das "razões de troca" no nosso comércio externo e da situação económica geral.

Representa, finalmente, uma nova invasão de capitais estrangeiros, a ligação crescente do capital financeiro português com os grandes monopólios internacionais, acontecendo ainda mais o domínio imperialista sobre Portugal.

Estas consequências não só são bem conhecidas pelo governo fascista, como constituem o seu objectivo. Ao assinar o Acordo dos Sete, o governo de Salazar pretendeu justificar com a necessidade da concorrência, o agravamento da exploração da classe operária, provocar a liquidação da pequena indústria, apressar a centralização e a concentração, abrir mais largamente as portas ao domínio imperialista.

Dizendo ser necessário duplicar o rendimento nacional para fazer frente à nova situação criada pelas zonas do comércio livre, os fascistas insistiam há tempos em que se impunha um aumento do capital fixo em cerca de 240 milhões de contos até 1970. Se se tratasse da acumulação da mais-valia criada em Portugal, seria necessário, segundo estes cálculos, só para a acumulação sob a forma de capital fixo, fossem arrancados anualmente a cada trabalhador 5 contos de trabalho não pago (tanto como os salários que recebem). A pretexto da entrada na zona dos Sete ou numa futura entrada no Mercado Comum, assiste-se assim a um agravamento feroz da exploração dos trabalhadores. Mas, como esta exploração só por si não poderá resolver as dificuldades dos capitalistas portugueses, os homens dos monopólios e os seus serventuários fascistas, vêem nos investimentos estrangeiros a salvação das suas dificuldades e o caminho para, de braço dado com o imperialismo, alargarem mais ainda o seu domínio sobre o país, aniquilando os pequenos e médios concorrentes.

A acentuação do domínio imperialista é a política declarada dos grupos monopolistas portugueses e do governo fascista. Um ministro da economia diz expressamente que as indústrias devem ser organizadas "numa base que exceda o quadro nacional". O secretário do Estado, caixeiro-viajante dos monopólios, afirma ser mérito do acordo que assinou "fazer com que se fundam as unidades fracas para que apareçam fortes e ricas". Chegamos a Portugal representantes de os monopólios internacionais e aconselham aos ministros que "atirem os industriais ao mar para que se salvem os que souberem nadar" (isto é, os grandes que se associem aos estrangeiros); e os ministros descaradamente proclamam que tal conselho "bem caracteriza a cordialidade das conversações". A isto chegou a desvergonha dos salazaristas sem pátria, que, segundo o conselho, procuram "ati-

rar ao mar" os pequenos e médios industriais, imolados aos interesses dos monopólios e do imperialismo.

Os salazaristas assinam os acordos lesivos dos interesses e da independência nacional e tudo procuram justificar das formas mais risíveis. E a agricultura portuguesa que é tratada com desfavor? Podem ficar comprometidas as exportações de vinho, de resinosos, de frutas? Que importância tem isso se o secretário do Estado conseguiu em Estocolmo que fosse considerado produto industrial a calda de tomate? E se, mais tarde, na reunião da EFTA (Maio de 1963) conseguiu que tivessem igual classificação os alhos frescos, secos e desidratados, e o óleo de bagaço de azeitona? Que podem representar as concessões feitas aos imperialistas ao lado destas "espantosas" vitórias do sr. Correia de Oliveira?

A falta de brio dos salazaristas vai ao ponto de terem admitido que, no Anexo referente a Portugal do Acordo de Estocolmo, se estabelecesse que "em certas circunstâncias Portugal pode impor restrições às exportações de minérios" (sic) ! Como se qualquer país independente precisasse de autorização expressa de um acordo para por restrições, quando o considerar necessário, a quaisquer das suas exportações!

E assim os países desenvolvidos nos compram matérias-primas a baixo preço que só em "certas circunstâncias podemos recusar" e nos vendem produtos industriais, a preços escaudalosos que em todas as circunstâncias temos de aceitar. E assim nos levam e nos vão esgotando os minérios de Moncorvo e as pirites a preços de favor e nos vendem o ferro a preço a elevados preços. E assim vão subindo o preço do que nos vendem e relaxando os preços do que nos compram, de forma que aquilo que dantes custava uma tonelada de cortiça, de conservas ou de vinho, custa agora uma e meia ou duas toneladas. E assim ficam por vender os nossos vinhos, as nossas cortiças, as nossas frutas, mas se importa toda a casta de bugigangas que custam por ano dezenas de milhares de contos. E assim continuam a correr com os produtos portugueses no nosso mercado interno, criando sérios embaraços a numerosos sectores da nossa economia.

Portugal faz parte da Zona dos Sete, instrumento do imperialismo inglês. Mas pode dizer-se com razão que está também com um pé dentro outro fora do mercado Comum, instrumentos dos monopólios alemães ocidentais e franceses, onde os primeiros têm cada vez mais a primazia.

Nas vésperas da segunda guerra mundial, depois de longa disputa com a Inglaterra, a Alemanha estava alcançando a posição desta no mercado português. Ao terminar a guerra, aproveitando-se das dificuldades da Inglaterra e da Alemanha, os Estados Unidos tomaram durante alguns anos esse lugar, chegando a caber-lhe quase um terço das importações portuguesas. Em 1949 a Inglaterra adquiriu espectacularmente o 1º lugar, com 24,4% das importações, contra 17,9% dos Estados Unidos. Mas logo nos anos seguintes, enquanto empalidece a posição dos Estados Unidos, a Alemanha, servindo-se hábilmente da UEP, se aproxima velozmente da Inglaterra e até lhe passar adiante em 1955. Desde então ocupa o 1º lugar nas importações portuguesas, com percentagens de 15 a 18% do total, apesar da adesão de Portugal à Zona dos Sete, pilotada pela Inglaterra.

Os números seguintes, relativos às importações mostram com clareza a evolução desta competição:

	1938	1947	1949	1955	1962
Alemanha	17%	-	0,8%	14,5%	16%
Inglaterra	17%	12%	24,4%	14,1%	15%
Estados Unidos	12%	32%	17,9%	9,6%	6%

As potências imperialistas e em especial a Inglaterra e a Alemanha travam uma larga batalha pelos mercados, pelas fontes de matérias-primas, pelo campo de investimentos que Portugal oferece. A Inglaterra, potência tradicionalmente dominante, tem ainda Portugal atrelado à zona dos Sete. Mas a Alemanha vai marcando pontos na exportação de mercadorias e de capitais para Portugal. "Zona dos Sete" ou "Mercado Comum", representam igualmente a submissão do país ao imperialismo, com todas as suas nefastas consequências.

Os interesses do povo português e da nação portuguesa exigem, não que se passe do domínio predominante duma grande potência para o domínio predominante duma outra, mas que os ingleses, alemães, americanos, belgas, franceses tirem as patas do nosso solo, que Portugal se liberte finalmente do domínio e exploração imperialista. Exigem que as riquezas nacionais sejam utilizadas em benefício do nosso povo e do progresso do nosso país. Exigem que as relações comerciais com os outros países se basiem na independência, na igualdade e no respeito recíproco dos interesses.

6- Muitos portugueses ainda se não deram conta de que Portugal é um país dominado pelo imperialismo estrangeiro, apesar de que tal domínio é uma das causas fundamentais

do atraso do país, da miséria geral e da opressão política.

Essa fraca consciência nacional resulta de dois factores. Um vem de longe, das glórias passadas da história e da "grandeza" de Portugal e do seu "Império". Vem do chauvinismo de grande potência atizado pelos fascistas, pelos colonialistas e pelos próprios estrangeiros que, para nos dominarem, estão interessados em que o nosso povo, para se não sentir dominado, cuide que domina outros... Nada tem obscurecido mais a consciência nacional e o espírito patriótico do que o "patrioteirismo" inspirado na subjugação dos povos coloniais.

Um outro factor, este mais recente, resulta dos disfarces do domínio imperialista. A velha tradição dos imperialistas era dominarem Portugal através de firmas com nomes estrangeiros, em línguas estrangeiras, com sede no estrangeiro, do que há ainda certas de exemplos em diversos sectores da economia nacional. Depois, numa primeira tentativa de disfarce, essas companhias constituíram filiais suas, ainda abertamente como filiais, mas com nomes portugueses e com sede em Portugal. Agora, em número crescente mascaram-se melhor. Ligadas ao capital financeiro português intitulam-se "portuguesas" e "nacionais" e os seus propagandistas afirmam e repetem o carácter "patriótico" da sua actividade. Entre esses propagandistas contam-se naturalmente Salazar e os seus ministros, que assim mostram não serem apenas cães de fila dos monopolistas e dos latifundiários portugueses, mas também cães de fila dos imperialistas estrangeiros.

Dessa fraca consciência nacional resultam debilidades sérias na luta anti-imperialista. A classe operária tem, é certo, dado corajosos exemplos dessa luta, como na heroica greve dos mineiros de Aljustrel, ou na luta da Carris, e nas centenas e centenas de lutas contra os exploradores estrangeiros. Mas essa luta aparece ainda muito ligada e dependente da luta económica.

A libertação dos imperialistas não aparece ainda com suficiente nitidez como uma reivindicação política fundamental. No nosso próprio Partido há incompreensões graves. Como explicar doutra forma que, quando da citada greve de Aljustrel, o "Avante!" não tenha sequer sabido apontar nessa luta heroica um exemplo de luta anti-imperialista?

É tempo de acordar as vastas massas populares para a luta contra o imperialismo estrangeiro. É tempo de dar à classe operária e ao povo português a consciência nacional que leve a odiar a presença dos imperialistas estrangeiros, que leve a exigir a sua expulsão do território nacional, que leve a sentir que cada libra, cada dólar, cada marco, investido em Portugal, é mais uma vergonhosa corrente amarrada à nossa independência. É tempo que o povo português sinta como um insulto ao orgulho nacional ver nomes estrangeiros afixados nas fábricas e empresas, ou ver chamarem-se "nacionais" e "portuguesas" empresas de facto estrangeiras; que é um insulto que necessita de resposta ver os Cross em S. Domingos, os Smiths na Panasqueira, os Tyssen no Pejão, os Sain na refinaria de petróleo, receberem portugueses como se fossem estes que estivessem no estrangeiro e, balbuciando a nossa língua falarem (eles!) nos interesses nacionais e no patriotismo. É tempo de dizer aos imperialistas: "Fora de Portugal!" É tempo de ligar dia a dia a luta contra a ditadura fascista com a luta directa, persistente, sem tréguas, contra o imperialismo. É necessário tornar bem vivo no espírito dos portugueses que o imperialismo, de braço dado com os grandes grupos monopolistas e latifundiários portugueses, estão por detrás do governo fascista, apoiando-o e incitando-o nos seus crimes.

A instauração de um regime democrático em Portugal exige a libertação do domínio imperialista. Se a revolução democrática, derrubando a ditadura de Salazar, deixasse intactas as posições dos imperialistas, não só não poderia encaminhar Portugal para o progresso e o bem-estar, como o novo regime democrático a qualquer momento poderia ser apunhalado pelas costas. Uma das condições essenciais da viabilidade de um regime democrático, é a libertação do domínio imperialista, pela nacionalização de sectores básicos da nossa economia hoje nas mãos dos imperialistas (minas, transportes e comunicações, electricidade, petróleo, estaleiros, adubos, seguros, comércio externo) e pelo estabelecimento de relações comerciais com o campo socialista. Lutando contra a ditadura fascista, lutamos contra o imperialismo. Lutar pela instauração da democracia, significa lutar pela libertação da exploração e do domínio imperialista sobre Portugal, significa lutar pela verdadeira independência da nossa pátria.

PELO RECONHECIMENTO AOS POVOS DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS
DO DIREITO À INDEPENDÊNCIA

1- Os salazaristas mudaram apressadamente os nomes, chamaram "províncias ultramarinas" às "colónias", rasuraram no dicionário político nacional esta palavra e suas derivadas e, no afã de mentir, de deturpar, de falsificar, esquecer numa hora o que

dizem noutra.

Os portugueses ouvem numa mesma sessão Rafael Duque afirmar que a história de Portugal apresenta "séculos de convivência pacífica com as populações indígenas" e Adriano Moreira afirmar que "a vida de Portugal tem sido desde sempre, nos oito séculos de existência, guerra permanente". Ouvem o embaixador do Canadá afirmar que "somos uma nação africana", ouvem que do Lino a Timor tudo é pátria portuguesa, para logo lembrarem as palavras de Salazar, dirigindo-se aos filiados da Mocidade Portuguesa, vindos da Guiné: "a terra onde cresceram e vivem é lá, e a Pátria é cá". Ouvem que a "obra" portuguesa nas colónias foi realizada "com a alma abrasada pelo amor de Cristo", foi um verdadeiro "milagre de fraternidade cristã", e logo lembram a directiva do mesmo Salazar manifestada há alguns anos: "a África deve servir a Europa" e são de combater os "humanismos irrefletidos" que visem servir os interesses dos povos africanos (discurso de Agosto de 1950).

Tentando negar os crimes do colonialismo português, os fascistas escamoteiam apressadamente o corpo do delito e apresentam-se com ar inocente aos olhos do mundo. Do governador de Moçambique, Sarmento Rodrigues, pudemos ouvir que "não é possível discriminar por cores ou por raças", pois "nem nas estatísticas oficiais se estabeleceram tais discriminações" (O Século "6/7/63). Isiam as estatísticas (convidava ele) e vejam como falamos verdade. De facto, quem consulte as estatísticas oficiais publicadas depois do começo da insurreição angolana, não vê tais discriminações. Mas consultando as estatísticas de 1959, ainda aí pode ver a população classificada segundo a cor da pele em todas as colónias; ainda aí pode ler que em Moçambique, numa população total de 5.738.911 habitantes, 5.646.957 eram "não civilizados"; que em Angola eram "não civilizados" 4.009.911 no total de 4.145.266 habitantes; na Guiné 502.457 no total de 510.777 em Timor 434.907 no total de 442.378. Nestas 4 colónias, as estatísticas oficiais afirmavam a existência de mais de 10 milhões e 500 mil "não civilizados", no total de 11 milhões de habitantes. Teriam os salazaristas "civilizado" em 4 anos aqueles que não foram "civilizados" em 5 séculos?

Estas habilidades não iludem ninguém. Na ONU o Garin e o Nogueira vendem durante horas o peixe podre com o mesmo sucesso que há anos o mesmo Garin falou dos marcanos. Salvo meia dúzia de patrões e cúmplices, todos riem e votam contra. Que seja vergonha para o governo português é uma vantagem; o mal é que essa vergonha atinge o prestígio do nosso próprio país.

2- O facto de que o governo de Salazar continua seguindo uma política colonialista nos moldes tradicionais, quando as outras potências coloniais se viram já obrigadas a fazer concessões no sentido da auto-determinação, é apresentado pelos salazaristas como uma prova da sua força e independência. Mentira também. A verdade é oposta. Se o governo tem conseguido manter até hoje essa política, isso deve-se a que, por detrás da dominação colonial portuguesa ou de braço dado com ela, está a dominação inglesa, americana, alemã, belga, francesa, nas colónias portuguesas e em Portugal. Se não fora isso, há muito as grandes potências teriam abandonado Salazar à sua sorte. Como já em tempos salientámos, "por muito paradoxal que pareça, é a posição de Portugal como país dependente que lhe permitiu conservar até agora as suas vastas colónias". A actual política colonialista de Salazar, longe de atestar a independência e a "grandeza" de Portugal, atesta o domínio imperialista estrangeiro sobre o nosso país e o papel dos colonialistas portugueses como associados ou agentes das grandes potências imperialistas.

É certo que os grandes grupos monopolistas portugueses conservam importantes posições. Os grandes exploradores do povo português são ao mesmo tempo exploradores dos povos das colónias portuguesas. A CUF é a senhora das oleaginosas da Guiné, do cobre de Angola (minas de mavoio), do roças em S. Tomé. O Banco Espírito Santo tem também fortes posições em Angola e é um dos grandes de Moçambique, através da Inconati (aqui car), da companhia dos algodões que explora, ela só, 100 mil agricultores africanos, da Cassequel, da Cada (café). O Banco do Atlântico está ligado à Eléctrica do Revue e tem interesses nos algodões, nos têxteis, no açúcar, nas carnes, nos vidros. Os grupos dos bancos Ultramarino e de Angola têm parte considerável da exploração colonial, dominando numerosas companhias. Tal como este, todos os outros grandes grupos financeiros têm os seus sectores coloniais.

Mas, apesar destas fortes posições dos colonialistas portugueses, são ainda os imperialistas estrangeiros que têm a parte de leão, explorando as principais riquezas das colónias. Ingleses, americanos e belgas partilham os diamantes (Diamang), os algodões e os transportes de Angola. Os ingleses reservam o urânio e o carvão e grande parte do algodão, do açúcar, da floresta de Moçambique. Os americanos mandam nos petróleos e no manganês. Os alemães, já de posse do ferro de Angola (Krupp), ganham posições cada vez mais fortes nos minérios, na agricultura, nas carnes, na pesca. Os franceses

tomaram conta do fabrico do alumínio (Pechiney).

Tal como fazem em relação a Portugal, também em relação às colónias os imperialistas estrangeiros procuram aos olhos do povo português mascarar-se de nacionais. Há tempos podia ler-se no século o seguinte anúncio: "Três empresas nacionais ao serviço do país. Chegou o primeiro petróleo de Angola, extraído dos poços da PURFINA; transportado num navio-tanque da SOPOMATA, para ser refinado nas instalações da SACOR". So completa desvergonha é que pode permitir que se diga aos portugueses que são portugueses e ao serviço do país três grandes potentados estrangeiros, que exploram o povo português e os povos das colónias portuguesas. A isso chegámos.

Nas colónias portuguesas, tal como em Portugal, os imperialistas estrangeiros associam-se aos monopólios portugueses e em muitos casos servem-se deles, como meros agentes. Em larga medida o colonialismo português é um bionbo, uma cobertura dos grandes monopólios internacionais. Tal como em Portugal, a tendência é no sentido de tomarem os estrangeiros posições cada vez mais dominantes. Nas empresas mistas, aumenta em geral a parte estrangeira e diminui a parte portuguesa. Na Companhia dos Combustíveis do Lobito, por exemplo, até 1955, 63% do capital era português. Na Companhia Concessionária dos Petróleos de Angola, que substituiu aquela, o capital português fica reduzido a 55%. Esta evolução é favorecida pelo governo fascista.

Actualmente o governo faz um desesperado esforço para atrair novos capitais estrangeiros às colónias portuguesas. "Quantos benefícios pode oferecer à Europa o nosso país (propaganda o ministro do Estado) que tem e seu prolongamento em territórios de recursos tão férteis e tão úteis para as outras nações europeias!"

Para animar o capital estrangeiro situam-se conespalhafato os progressos na rapina das riquezas coloniais. A Companhia Lineira do Lobito (alemã), gritam os fascistas, só em Janeiro de 1964 exportou 126,300 toneladas de minério de ferro, o que permite calcular que até ao fim do ano o tota das suas exportações ultrapassará 1 milhão de toneladas (o dobro do ano anterior). A Companhia do Manganês de Angola (americana), gritam eles, exportou em 1963, 175.670 ton. e já firmou contratos para 1964 subindo a 500 mil ton. A extracção do petróleo de Luanda (belga, americana), gritam ainda, atingiu em 1963 800 mil ton. e ultrapassará um milhão em 1964. "E irem e roubarem! O governo português tudo facilita" - tal o chamamento dos salazaristas.

Os objectivos do governo são claros: quanto mais fortes forem as posições dos colonialistas estrangeiros nas colónias portuguesas, quanto mais elevados forem os capitais aí investidos, maior auxílio têm a esperar os colonialistas salazaristas numa Inglaterra, numa Alemanha Federal, numa França, nos Estados Unidos na guerra contra os povos em luta pela independência. Por vezes os fascistas são bastante francos: "na medida em que houver interesses do capital e da indústria estrangeira nas províncias do ultramar (dizem), mais sólidos apoios internacionais acompanhariam a consolidação da nossa presença civilizadora no continente negro".

Alardeando os investimentos nas colónias, os fascistas procuram também inspirar confiança nas suas possibilidades de aí permanecer. Se os capitalistas, pela mão de Salazar, investem centenas de milhares de contos nas colónias, não significará isso que a posição dos salazaristas é ainda bastante forte? Não seria absurdo pensar que, sendo previsível uma vitória dos nacionalistas, os capitalistas correriam tão forte risco? A verdade é que tais investimentos em nada alteram a perspectiva da vitória dos povos coloniais. Também nas vésperas da libertação de Goa se anunciavam ainda para lá vultuosos investimentos, e o governo decretava obras no porto e aeroporto de Dili que custariam 100 mil contos e durariam dois anos (D. Manhã 27/9/61). Dois meses depois terminou o domínio colonial português na Índia. Os capitalistas acorrem, por um lado, porque têm sempre esperança que os seus capitais sobrevivam nos novos Estados independentes sequiosos de dinheiro e de técnica; por outro lado, porque os fascistas oferecem desde logo condições de tal forma favoráveis que os capitalistas (inquietaos pelo futuro) podem refazer em pouco tempo os seus capitais. Pois não declarou em Outubro último o sub-secretário de Estado do fomento ultramarino que a "taxa de risco" dos investimentos nas colónias é "largamente compensada" pelos lucros que podem garantir?

Durante muitos anos o governo insistiu em que não entraria em acordos livre-cambistas desde que fosse exigida a entrada com Portugal das colónias portuguesas. As dificuldades surgidas entretanto nas colónias fizeram-no nodar de ideias. Criando o "Mercado Comum Português", imediatamente antes de fazer o mal sucedido pedido de entrada no Mercado Comum Europeu, o governo fascista oferecia as colónias numa bandeja ao imperialismo estrangeiro, acenando com os lucros dos investimentos de capitais, com o trabalho escravo, com o baixo preço das matérias-primas e os vastos mercados.

Nas últimas décadas do século passado e nas primeiras do século actual, quando as grandes potências se brtiam ferozmente para a partilha do mundo, os colonialistas portugueses conseguiram manter e até consolidar as suas posições, porque escudados nos monopólios das grandes potências (especialmente da Inglaterra) que dominavam tanto as colónias portuguesas como Portugal. De então para cá, tem sido essa associação a "força" do colonialismo português e é nela que hoje os salazaristas encontram os apoios para a sua política.

Quer dizer: País pobre e atrasado, Portugal consegue dominar apenas pelo facto de que é dominado. Portugal tem um Ultramar, por que é o "Ultramar para outros. É o carácter de Portugal como país colonializado que lhe permite manter-se no mundo de hoje como colonialista. A esta miséria se reduz a "grandeza" de Portugal de hoje, a raiz das fanfarronices e rebolarias de Salazar e sua seita.

A "grandeza" de Portugal, "grande potência" em relação às suas colónias, é uma imagem da triste "pequenês" de Portugal como país dependente das grandes potências imperialistas.

3- Portugal impõe às colónias baixos preços para as mercadorias que compra e altos preços para as que vende. Há ramos industriais, como o têxtil de algodão e os sabões que vivem e prosperam na base dos preços de favor das matérias-primas coloniais de que dependem em elevado grau (75% para o algodão, 80% para o açúcar, a quase totalidade para as oleaginosas). Só no algodão os preços de favor dão aos compradores portugueses uma economia que atinge 100.000 contos anuais; o amendoim, mais de 100.000 contos.

Inversamente, reserva-se o mercado colonial e impõe-se a compra pelas colónias a elevados preços de mercadorias que noutro lado se não vendem. Como há dificuldades na colocação dos vinhos, descobre-se nas colónias "o mercado natural dos nossos vinhos" (Carlos Lantero) e difunde-se o alcoolismo com tanta gana que as exportações de vinhos comuns para as colónias atingem já a média de um milhão de hectolitros, ou seja 75% do total das exportações. Em 1962 importou-se manteiga da Dinamarca a 20 escudos o quilo; exportou-se para as colónias a 30 escudos. Se as colónias houvessem comprado à Dinamarca, teriam portanto poupado um terço. Compra-se o algodão e as oleaginosas muito mais barato do que se comprariam a qualquer abastecedor estrangeiro, mas vendem-se de pois os óleos respectivos e os "tecidos pintados para indígenas" (assim reza a pauta) mais caro do que o estrangeiro venderia. A tendência é para subir os preços do que se vende e baixar no que se compra. Só de 1958 para 1962, o preço unitário das importações das colónias desceu de 5,2 para 3,5 contos, ao passo que o das exportações para as colónias subiu de 6,5 para 9,8 contos. e tomarmos 1953 como base (igual a 100), o índice dos preços unitários das importações das colónias foi em em 1962 igual a 65 (um terço mais barato) e das exportações igual a 161 (dois terços mais caro).

Todos estes preços são naturalmente preços médios no comércio externo, muito diferentes daqueles por que os povos coloniais vendem as matérias-primas ou compram os produtos portugueses. Não significam por isso que sejam pagos ou recebidos pelos próprios povos das colónias. Na verdade as mercadorias portuguesas exportadas para as colónias, para consumo dos povos respectivos, são aí vendidas depois de sucessivos acréscimos no preço pelos numerosos intermediários. (O vinho chega a Angola a 2\$50 o litro. Mas é vendido aos africanos a 8\$00 e mais).

Quanto às matérias-primas de origem vegetal importadas das colónias, ou as grandes companhias as produzem directamente na base do trabalho escravo ou os agricultores autóctones são miseravelmente explorados pelas grandes companhias coloniais, forçados, com prejuízo da produção de alimentos, para consumo próprio, a fazer plantações nas "zonas concessionárias" e a entregar as colheitas ao preço que as companhias determinam.

Nas minas e nos poços de petróleo, os trabalhadores são arrebanhados a chicote em verdadeiras levas de escravos, em regime de trabalhos forçados a que a Companhia dos Diamantes chama plhcidamente "contratos com a intervenção das autoridades". Na pesca as condições são tais, que, na descarga na Baía dos Tigres (Moçâmedes), não há muito quarenta trabalhadores em cada cem sucumbiam à violência do trabalho.

Saúde? Em Angola, o número de tuberculosos teria aumentado 10 vezes em 10 anos. Instrução? 99% dos africanos são analfabetos. Protecção à infância e às mulheres? É geral o trabalho das crianças de menos de 8 anos de idade, a prostituição compulsiva e a venda de mulheres. Desporto? As companhias mineiras organizam competições de "lançamento de pá de terra".

Por cima de tudo isso, vêm as autoridades com os impostos, vem o trabalho obrigatório das obras públicas, vem a expropriação das melhores terras para os "colonatos", a pilhagem das riquezas, o aniquilamento das florestas, a exaustão das minas, vem a recusa de quaisquer direitos aos povos, as discriminações de toda a ordem, os arbitri

os, as palavras dos colonialistas "a maneira de ser português", a obra "adorável" e "carinhosa" de que falam Macello Caetano e a Câmara Corporativa. Que admirar que os crininosos de guerra nazis refugiados em Angola depois da derrota da Alemanha se contem hoje entre os maiores paladinos do colonialismo salazarista?

Quando, para cobrir um pouco os olhos ao mundo excessos demasiado escandalosos, foram tomadas certas medidas regulamentadoras dos crimes dos negreiros modernos, em S. Tomé, por exemplo, logo estes, habituados a reter pela força até à morte os trabalhadores moçambicanos e cabo-verdianos, se insurgiram com o argumento de que tais medidas "contrariam a liberdade de trabalho e a liberdade contratual" (sic). Quando, temporariamente, foi fixado em 6 meses o tempo do "contrato", logo os negreiros se insurgiram, dizendo que 6 meses é "prazo relativamente pequeno para "civilizar" o indígena" (D. Notícias; 28/5/51). As aspas na palavra civilizar são do articulista). Quando uma portaria, procurando mostrar o interesse do governo pelos trabalhadores africanos, estabeleceu tabelas alimentares, logo os negreiros protestaram considerando "o respectivo teor em calorias manifestamente exagerado com prejuízo do equilíbrio dietético" (Jornal do Comércio, 22/6/57). E o governo dos negreiros diz aos negreiros: "Tontos! pois não vedes que tudo isto é fachada?"

Com a exploração desenfreada dos povos coloniais, as grandes companhias alcançam lucros fabulosos, asseguram aos patrões vida e gastos de nababos, acumulam, duplicam e triplicam o capital em poucos anos, lançam-se em novos empreendimentos.

A Companhia dos Diamantes de Angola, por exemplo, cujo capital nominal é de 294 mil contos anunciou em 1962 um lucro bruto de 255 mil contos e lucros líquidos de 74 mil contos, além de 143 mil contos de dividendo! No conjunto, as sociedades coloniais com fessam lucros líquidos de cerca de 20%, o que é apenas uma parte dos lucros reais, pois, antes do apuramento dos lucros líquidos, muitas sociedades deduzem fundos, dividendos, gratificações e muitas coisas mais. Os colonialistas gastam fortunas em consumo pessoal e acumulam capitais. O capital nominal dos de Angola e Ultramarino é de 400 mil contos; calculado pelas cotações da bolsa, sobe a mais de mil e meio de contos. Dez das maiores companhias coloniais, apesar do consumo da mais-valia nas colónias, apesar do que é gasto pelos capitalistas, apesar da acumulação noutras empresas, apesar de porem em depósito enormes quantias em bancos, quase quadruplicaram a seu capital nominal desde o fim da segunda guerra mundial até ao início da insurreição angolana em 1961.

A política colonial do governo fascista, como governo dos monopólios associados ao imperialismo estrangeiro, resume-se a assegurar, com o peso da máquina burocrática, e militar, esta infame exploração dos povos coloniais. Muitos dos mais destacados homens do regime, como accionistas das grandes companhias, vivem em larga medida da escravatura e da miséria espantosa dos povos coloniais. São os negreiros e traficantes de escravos dos tempos modernos. Na sua boca, "defesa da integridade da pátria" é defesa da integridade dos seus lucros, do seu bem-estar material, dos seus prazeres, assentes nos sofrimentos, torturas e massacres dos povos coloniais. Isto não é "grandeza da pátria", mas vergonha de fazer corar qualquer português que não lute para pôr termo a tal estado de coisas.

4- Para manter a exploração e a opressão colonial, os salazaristas conduzem hoje guerras em Angola e na Guiné e preparam-se para desencadear guerras semelhantes em Moçambique, Cabo Verde e Timor.

O povo português está pagando muito caro uma tal política. A juventude portuguesa é lançada em guerras injustas, coagida e incitada a monstruosas atrocidades contra os povos africanos. Muitos jovens portugueses caem assim sem glória e outros regressam preventidos por tudo a quanto assistiram e a quanto os obrigaram.

Para cobrir as despesas de guerra, o governo faz intensificar a exploração dos trabalhadores, decreta novos descontos nos salários e horas extraordinárias, aumenta impostos e taxas, provoca a subida dos preços e o agravamento do custo de vida. Isto é: para subsidiar a máquina militar que defende os capitais e os grupos dos grandes monopólios, o governo fascista impõe novos sacrifícios, novas restrições, novas dificuldades económicas às camadas laboriosas da população portuguesa.

Os fascistas, ao desencadear a guerra contra o povo de Angola, declararam que poriam rapidamente termo à insurreição. Al guns meses depois declararam ter reconquistado todo o território de Angola e terem expulsado os nacionalistas para além fronteiras. Em 8 de Outubro de 1961 o governador geral de Angola, num comunicado oficial declarava: "A guerra de Angola terminou". É certo que, lançando contra campones

ses africanos empunhando armas rudimentares, dezenas de milhares de soldados cuidadosamente treinados, armados com armas modernas e apoiados pela aviação, os colonialistas obtiveram alguns êxitos iniciais. Mas conseguiram eles abafar a insurreição como afirmaram? Não. Não conseguiram, nem conseguirão. Eles próprios são obrigados a anunciar nos comunicados combates e baixas, e a inventar a cada passo "desastres" e "acidentes" para explicar como morrem os militares.

Ainda não há muito Salazar se gabava: "Temos poderosas forças em África capazes de assestar dois golpes por cada golpe que nos desfiram". Mas na Guiné os salazaristas têm de confessar que perderam o controle de grande parte do território, e em Angola, dois anos depois de se ter anunciado a liquidação da insurreição, esta continua.

O povo português conhece já o que significam as fanfarrônicas de Salazar e da sua camarilha. Ainda não foi esquecido o que se passou na Índia. Quando a decisão do Tribunal de Haia deu no fundamental razão à União Indiana, dando-lhes cobertura jurídica para uma acção posterior, conforme o Partido Comunista então afirmou e previu, os salazaristas, falsificando os factos, cantaram vitória, como se lhes estivesse desde então, não só garantida a posse de Goa, Damão e Diu, como aberto o caminho para a reconquista de Dadrá e Nagar Aveli. Depois, como as coisas não se apresentassem tão simples, concentraram tropas, prepararam-se para uma luta desesperada, e afirmaram que "Portugal manterá todos os territórios com todos os seus filhos vivos ou mortos" (sic) (ministro do interior Arnaldo Shultz, Século, 30/11/60). Nas vésperas da acção militar indiana, Salazar pessoalmente deu ordem às tropas para resistirem até ao último homem, repetindo as façanhas dos homens de quinhentos. O Diário da Manhã de 30/12/61, de lado a lado da página e em tipo gigantesco, gabava "1.018 baixas" nas operações, querendo com isso uma resistência "heróica" segundo as ordens pessoais de Salazar, cujo fim, (como haveria de insinuar o ministro da Defesa ano e meio mais tarde) era "ganhar tempo" e conseguir com o "abalo produpido no mundo pelo ataque" a intervenção dos americanos e ingleses (D.Manhã, 18/7/63).

E depois? Nem militarmente as ordens de Salazar eram mais que tontices e inépcias, nem os soldados e oficiais portugueses lhe fizeram a vontade. O jugo colonial português terminou na Índia praticamente sem combate. O corpo expedicionário salazarista caiu por inteiro e intacto nas mãos das tropas indianas. Salazar processou e demitiu o comandante chefe das suas tropas e uma série de oficiais, mas com isso não limpou a sua responsabilidade, antes evidenciou a sua derrota.

e as guerras em Angola e na Guiné não têm sido um desenvolvimento mais desastroso para os colonialistas, isso deve-se às dificuldades criadas aos movimentos nacionalistas nas colónias portuguesas, nos Estados vizinhos, ao auxílio condicionado e limitado que lhes é dado, às influências e intrigas das potências imperialistas, especialmente dos Estados Unidos, às divisões existentes entre as forças nacionalistas. Todos estes factores representam um auxílio suplementar aos colonialistas. Os salazaristas queixam-se do Congo, dos Estados Unidos e de outros. Mas, se não fosse a intervenção directa e indirecta dos Estados Unidos e a política reacçãoária do governo do Congo, já há muito as tropas colonialistas geriam sofrido derrotas clamorosas em Angola. É evidente que os Estados Unidos, em política colonial, não estão jogando em plano na política de Salazar. Fazem um jogo duplo. Por um lado, ajudam Salazar, dão-lhe no quadro da NATO armas e munições para a guerra colonial, facilitam-lhes recursos financeiros através de empréstimos e investimentos, dão-lhe apoio político e diplomático. Por outro lado, procuram infiltrações nos movimentos nacionalistas, procuram isolar e se possível liquidar as forças mais progressivas e politicamente mais experientes, e, dizendo "ajudar", mentem, intrigam, corrompem, utilizam a influência de agentes seus em alguns governos africanos e pretendem assegurar através de Tchombés potenciais a docilidade de governos submissos, uma vez que as actuais colónias portuguesas alcançam uma independência formal. Assim procuram os Estados Unidos, como "principal baluarte do colonialismo actual", ir explorando logo que o colonialismo português tenha que abandonar a sua presa.

Uma tal política tem resultados contraditórios. Por um lado, acentua o isolamento internacional de Salazar, submete este a pressões diplomáticas, inspira dissidências e divisões no campo fascista. Por outro lado, visa entrar e está já de certa forma entrando o imediato desenvolvimento das guerras de libertação, sobretudo em Angola e favorece assim temporariamente a posição dos exércitos de Salazar.

A evolução da situação militar depende entretanto de muitos outros factores, além de manobras do neo-colonialismo. Depende dos auxílios diversos que recebem os nacionalistas. Depende da evolução da situação política dos Estados africanos em geral e dos Estados vizinhos em particular. Depende da evolução da situação mundial. E depende em

larga medida da capacidade dos dirigentes e das organizações nacionalistas para unirem quantos lutam sinceramente pela independência e para prosseguirem intrépidamente uma luta livrando-se das influências e intrigas dos imperialistas e neo-colonialistas.

De qualquer forma, apesar das oscilações que venha a haver nas operações militares a luta armada em Angola e na Guiné só virá a terminar quando os povos respectivos conquistarem a independência. Não tardará muito que se não levantem também de armas os povos de Moçambique, Cabo Verde e Timor. E, se Macau ficar para o fim, sem ter uma rápida solução como tiveram Goa, Damão e Diu, isso deve-se, não à força dos salazaristas não ao valor da sua intrinsecidade, mas apenas às vantagens ocasionais que o Governo Popular da China pode pretender, não mechendo por enquanto na questão nem com armas (o que é claro), nem com uma posição de princípio (o que o é menos). O dia virá sem dúvida em que o Governo da República Popular da China pensará o contrário, ou que o pensará a população chinesa de Macau, e nesse dia terminará para sempre a dominação colonial portuguesa no continente asiático.

A continuação da política de guerra nas colónias, que sofreu já a primeira estondosa derrota na Índia e sofrerá derrotas ainda mais estrondosas, custará cada vez mais caro ao povo português, em vidas, em prigações, em sobressaltos. Pôr termo urgentemente a essa política de guerra é um interesse vital do povo e da nação portuguesa, como é de interesse dos povos das colónias. Quando o Partido Comunista insiste na resistência do povo e dos soldados contra a guerra de Angola e da Guiné, na exigência do termo imediato das operações militares, no regresso dos soldados expedicionários, na instauração de liberdades e na libertação dos presos políticos nas colónias isto não significa que consideremos possível qualquer solução do problema colonial que não seja o reconhecimento aos povos das colónias portuguesas do direito à auto-determinação e à independência. Significa apenas que devemos, queremos e podemos, mobilizar largas massas da população portuguesa na luta contra a ditadura fascista. Significa que devemos, queremos e podemos obter vitórias parciais que facilitem aos povos das colónias e ao povo português o caminho da vitória.

Os colonialistas jogam por enquanto a cartada da guerra. Mas os acontecimentos podem obrigá-los a manobras de outro estilo. As conversações com os Estados africanos na ONU e as historietas com os manos Bulas (um a fingir de patriota guineense no Senegal, o outro nomeado por Salazar secretário da Guiné) são um primeiro aviso de que Salazar pode vir a realizar novas manobras. Um recuo na política de "intransigência completa" será por si uma vitória dos povos das colónias e do povo português. Mas é necessário estar preparado para, a verificar-se, tirar dele o maior proveito para o desenvolvimento mais impetuosa da luta libertadora tanto em Portugal como nas colónias.

5- Os fascistas e os colonialistas dizem que as colónias são necessárias a Portugal, que das colónias tem dependido e depende o progresso e o desafo económico do país. Sem colónias, dizem eles, o povo português passaria a viver extraordinariamente pior e a nação portuguesa veria ameaçada a sua independência. Como há portugueses que se deixam impressionar com tais argumentos, interessa considerar mais de perto a questão.

A economia portuguesa é de há muito uma economia deficitária. Portugal tem comprado sempre muito mais do que aquilo que vende. Desde 1945 a 1962, os déficits da balança comercial somaram 79 milhões de contos, o que corresponde a 73% do total das receitas ordinárias do Estado nos mesmos anos. Nos anos de 1951-62, os déficits médios anuais da balança comercial com o estrangeiro subiram a 5 milhões e 500 mil contos e é clara a tendência para seu agravamento. Como pode o país aguentar uma tal situação? Onde tem ido buscar as divisas necessárias para cobrir o déficit? Como pode apresentar até muito recentemente saldos positivos na balança de pagamentos (entrada e saída de divisas)?

O turismo e as remessas dos emigrados têm representado no conjunto uma apreciável fonte de divisas. Mas, admitindo embora que, no conjunto, alcancem a média anual de 1 milhão e 500 mil contos, ficamos ainda muito longe de cobrir o déficit da balança comercial. Os transportes e "outros serviços", umas vezes dão divisas outras vezes levam-nas. No fundamental, o que cobre o déficit são os super lucros coloniais e as importações de capital estrangeiro. No comércio com as colónias, Portugal apura um saldo de cerca de 2 milhões de contos anuais. Como as colónias têm uma balança comercial favorável com o estrangeiro, uma parte de 700 mil a 1 milhão de contos de divisas são transferidas para Portugal. O resto é no fundamental coberto pelos investimentos de capitais estrangeiros em Portugal e por empréstimos contraídos no estrangeiro.

Nos últimos anos, com encargos resultantes da política de guerra do governo fascista, a balança de pagamentos acusou déficits que, a continuarem, poriam em perigo o frágil equilíbrio financeiro e a cotação do escudo. A exploração cada vez mais de senfreada dos povos coloniais e a entrega ainda mais completa de Portugal aos imperialistas - tais têm sido e tais são os "recursos" do governo fascista para equilibrar a balança de pagamentos. É bem claro que, sem as colónias, a economia portuguesa, se pudesse continuar a ser dirigida pelos monopólios associados ao imperialismo estrangeiro, sofreria um golpe profundo, um verdadeiro colapso.

Esta situação e perspectiva mostram bem o que tem representado a exploração colonial para o nosso país. Constituído uma fonte cómoda de recursos para os monopólios tem dispensado estes da necessidade de impulsionar o desenvolvimento da economia portuguesa. Exportando capitais para as colónias, os monopólios portugueses não só obtêm mais elevadas taxas de lucro nas colónias, como, tornando mais lento o ritmo da acumulação e afrouxando a concorrência em Portugal em virtude do desvio dos capitais exportados, diminuem a procura da mão-de-obra, podem pagar a força de trabalho a mais baixo preço, reduzem o poder de compra da população, restringem o mercado interno, estagnam a produção nacional. O povo português nada tem beneficiado com a exploração colonial. Pelo contrário. A esta se devem em larga medida o atraso do país e o baixo preço da força de trabalho. A existência da "têta" colonial tornou a economia portuguesa uma economia parasitária, sem uma base própria sólida em que apoiar-se e mina da ainda por cima nos seus débeis alicerces pelas posições do imperialismo.

Esta situação e perspectiva, mostram também que, na medida em que pela evolução da luta dos povos coloniais, os proventos coloniais diminuírem e os encargos militares aumentarem, os monopólios portugueses e o governo fascista recorrerão mais e mais ao capital estrangeiro, entregarão mais e mais Portugal ao domínio imperialista estrangeiro. Nas condições actuais, cada dia que passa na manutenção do domínio colonial português representa novas correntes imperialistas amarrando a independência de Portugal.

Com o desenvolvimento da luta libertadora nas colónias portuguesas, acentuar-se-á a tendência para que os colonialistas portugueses tenham uma quota cada vez mais pequena e os estrangeiros uma quota cada vez maior na exploração dos povos coloniais, a tendência para associar ainda mais intimamente os grupos dos monopolistas portugueses ao imperialismo estrangeiro, reforçando as posições deste em Portugal. O apoio das grandes potências e o domínio das grandes potências sobre Portugal, que foi sempre condição de manutenção do "império colonial", é cada vez mais indispensável aos colonialistas. Quanto mais tempo conservarem os colonialistas portugueses o domínio colonial, mais se soldarão os laços de dependência de Portugal ao imperialismo. Com toda a clareza, aquilo a que os fascistas chamam "defesa da integridade da pátria" é hoje e será cada vez mais a real submissão da pátria ao domínio estrangeiro.

A libertação das colónias portuguesas não é apenas de justiça para os respectivos povos. Ela é também uma imperiosa necessidade para a libertação do povo português. Quanto mais rápido melhor. Se Portugal quer ser livre, têm que ser livres as colónias portuguesas. Defender o direito dos povos das colónias portuguesas à independência significa, na expressão literal do termo, defender também o direito do povo português à verdadeira independência nacional.

Os fascistas e colonialistas, que têm sempre a palavra pátria na ponta da língua, revelam-se verdadeiros taidores nacionais. E os portugueses que lutam pelo reconhecimento do direito dos povos coloniais à independência, confirmam ser os verdadeiros patriotas. Nos dias de hoje, em Portugal, os melhores patriotas são os internacionalistas.

6- A política colonialista do governo é um crime contra os povos coloniais e um crime contra o povo português.

A guerra colonial é um vergonhoso empreendimento condenado a completo fracasso. Bem pode o fascismo jogar na guerra todos os recursos nacionais, endividando e enpenhando o país. Bem podem as grandes companhias coloniais como a Dianang criar as suas unidades militares próprias, com quartelamentos e aviação privativa. Bem podem, como estão fazendo, organizar os exércitos coloniais numa base mercenária, pagando mais 50% aos generais, mais 60% aos oficiais, mais 90% aos sargentos, 20 vezes mais aos soldados, incitando ao roubo e à rapina. Nem a superioridade militar, nem os massacres de populações, nem as atrocidades cometidas pelos degenerados da PIDE, nem as prisões, as torturas, as razias, nada, nada poderá impedir o triunfo final dos povos que lutam para se libertar da escravatura colonial. Bem pode o negreiro Freitas Morna da Dianang gritar: "estamos em Angola para ficar!". Bem pode o negreiro J.A.Cunha gritar: "Não partiremos!". Partireis, homens sem vergonha, sem coração

e sen pátria. Partireis tão certos, como tendes a morte certa.

Se não fora a política dos colonialistas, as relações amistosas do Estado português com futuros Estados independentes de Angola, Moçambique, Guiné e outros, poderiam suceder ao termo da dominação colonialista. Relações económicas e culturais fundadas na igualdade e no respeito recíproco dos interesses poderiam ser estabelecidas com vantagem para Portugal e para os novos Estados. A política fascista está prejudicando uma tal perspectiva. Ela está cavando um abismo entre Portugal e os povos coloniais, que será extraordinariamente difícil anular.

Nós apoiamos na medida das nossas forças a justa luta dos povos das colónias portuguesas, cumprindo a um tempo o nosso dever internacionalista e o nosso dever de patriotas portugueses. Nós saudamos os combatentes guineenses, angolanos, cabo-verdianos, moçambicanos, timorenses que, fazendo frente à selvática violência dos colonialistas erguem intrépidamente a bandeira da liberdade e da independência dos seus povos. Tu do fazemos e faremos para ajudá-los, afin de que, o mais breve possível, se juntem à constelação dos Estados africanos independentes, Angola, Moçambique, a Guiné e Cabo Verde, que escolha livremente o seu destino o povo de Timor, que se junte à mãe pátria, à China, o povo de Macau. Os povos das colónias portuguesas são amigos, aliados, companheiros de armas do povo de Portugal. Os exploradores e os opressores do povo português são os mesmos que exploram e oprimem os povos coloniais. Estes combatem, tal como o povo português, um mesmo inimigo: o governo fascista de Salazar ao serviço dos monopólios nacionais e estrangeiros.

A aliança entre a classe operária portuguesa e os povos das colónias portuguesas é hoje uma aliança que se traduz em lutas poderosas e solidárias. Só uma incompreensão total do problema pode levar um camarada a afirmar que essa aliança "está muito atrasada" e a pensar que só estaria "adiantada" se o Partido e as organizações nacionalistas das colónias estabelecessem planos de acção comum. Não. Não são necessários tais planos para tornar a aliança uma realidade. Ela torna-se realidade na luta da classe operária e do povo português e na luta dos povos coloniais.

A luta dos povos das colónias portuguesas pela independência é uma ajuda poderosa à luta do povo português pela democracia. A luta do povo português pela democracia é uma ajuda poderosa à luta dos povos coloniais pela independência. O desenvolvimento do movimento nacional nas colónias portuguesas, particularmente as guerras no norte de Angola e na Guiné, aprofundaram extraordinariamente a crise do regime fascista e abriram a sua fase final. Assim também o desenvolvimento da luta popular anti-fascista em Portugal, ligado à evolução da situação mundial, conta-se entre os factores que influíram favoravelmente no desenvolvimento do movimento nacional-libertador nas colónias. Em particular, a luta da classe operária portuguesa e do seu Partido, o Partido Comunista Português, o espírito internacionalista do Partido, e a sua acção consequente, constituíram uma contribuição directa para a luta que se trava nas colónias. Hoje, cada acção dos destacamentos nacionalistas em Angola ou Guiné é novo golpe na ditadura fascista, é uma achega para a libertação do povo português. E cada acção popular em Portugal contra a ditadura, assim como as acções directamente dirigidas contra a política colonialista do governo, são uma achega para a libertação dos povos coloniais. A luta do povo português e dos povos das colónias portuguesas reciprocamente se ajuntam, se facilitam, se estimulam, se apressam.

Há hoje em Portugal, nas colónias e no estrangeiro quem diga: "quando Angola ou Moçambique conquistarem a independência, a luta do povo português contra a ditadura fascista será extraordinariamente facilitada". Esta forma de pôr o problema não é correcta. Faz lembrar essa outra que ouvimos durante anos: "Quando Franco cair, será mais fácil fazer cair Salazar", sem se admitir, como se pode admitir, que a queda da ditadura se dê pela ordem inversa. Que elementos permitem afirmar que a luta dos povos coloniais alcançará o seu objectivo de independência antes que o povo português conquistasse a democracia? Quando tais ideias partem de portugueses, elas representam uma posição comodista de quem pretende que os outros façam o que lhe cabe así fazer. Nós trabalhamos para libertar Portugal da ditadura fascista e tudo fazemos para que seja o mais curto espaço de tempo. Depende de factores de ordem interna e internacional que seja o povo português a usar os povos coloniais a libertar-se primeiro. É preciso afirmar-se quem o conseguirá. O que se pode afirmar é que a libertação de Angola, Moçambique e Guiné, a dar-se antes do derrubamento do fascismo será um golpe a que o regime de Salazar dificilmente poderá sobreviver. Assim também a conquista da democracia pelo povo português, a dar-se antes, tornará inevitável, a muito curto prazo, a independência nacional dos povos das colónias portuguesas, condição da conquista da verdadeira independência de Portugal.

O exercício pelos povos das colónias portuguesas do direito à auto-determinação e à independência é um dos objectivos essenciais da revolução democrática e nacional portuguesa.

Hoje mais do que nunca se pode afirmar: Portugal só pode ser livre quando as colónias portuguesas o forem também.

POR UMA POLÍTICA DE PAZ E DE AMIZADE COM TODOS OS POVOS

1. Dominado economicamente pelas grandes potências imperialistas, Portugal segue os interesses e a política destas na arena internacional. Dirigido pela camarilha fascista é apenas um peão no jogo das grandes potências. Participante no bloco agressivo da NATO, é um comparsa, cuja influência nas resoluções não excede aquela que têm os pequenos accionistas nas assembleias gerais das grandes companhias. Que representa a contribuição militar de Portugal ao pé do poderio militar das grandes potências? Que representam 100.000 soldados, metade dos quais estão comprometidos em guerras nas colónias e a outra metade não se afigura demasiada para se opor ao movimento popular anti-fascista? Que representa uma marinha de guerra, cujos barcos no total, não excedem umas pobres 70.000 toneladas? Que representa uma aviação com meia-dúzia de aviões modernos no meio de alguns bandos de velhos "taxímetros"?

O nosso povo caracteriza com um humor um tanto triste a situação. Conta que os ingleses quiseram fazer um filme sobre a última guerra e, como não subessem onde encontrar aviões daquele tempo, pediram ao governo de Salazar aviões Urrricanes das forças portuguesas. Conta também que Salazar, em virtude da sua grande obra de renovação da marinha de guerra, ficou tendo uma colossal esquadra de três submarinos; um que sobe e desce, um que sobe e outro que só desce. Este último (diz-se) está sempre mergulhado para treinos da marinhagem. Não se trata porém só de anedotas, se é que estas histórias o são. Depois da participação de uma esquadilha portuguesa num festival aeronáutico em França, o coronel Salvão de Ielo, comandante da base aérea de Monte Real, afirmava corajosamente no seu relatório que a aviação portuguesa tinha deixado de ser uma vergonha nacional para passar a ser uma vergonha internacional. O governo puniu-o com a prisão e dois dias de cadeia, mas com isso a aviação não deixou de ser o que era.

A fraqueza militar e o atraso económico de Portugal não lhe dão voto efectivo no bloco da NATO. Na NATO quem manda são os grandes. Portugal na NATO é pouco mais que "território" ao serviço das grandes potências imperialistas. Para a NATO, Portugal significa fundamentalmente as bases que há e aquelas que pode haver: a grande base militar dos Açores, nas mãos do exército dos Estados Unidos; instalações militares no Montijo, Ota, Lameiros, Santa Margarida e Sesimbra, e locais designados para novas bases e instalações.

Oficiais americanos e ingleses inspecionam e dão ordens. E os oficiais portugueses são condecorados pelos Estados Unidos por serviços prestados aos Estados Unidos nas suas bases militares... em Portugal. Ousam os fascistas dizer que a participação de Portugal na NATO visa defender a independência e a integridade territorial contra a ameaça da agressão. A verdade é outra. Quem já hoje calca aos pés a nossa independência senão as grandes potências da NATO? Quem já hoje atinge a nossa integridade territorial senão essas mesmas potências, instaladas militarmente e dando ordens no nosso território? A defesa da independência e da integridade territorial significa antes de mais nada a libertação de Portugal do domínio económico e político das grandes potências da NATO.

Dizem também os fascistas que a participação de Portugal na NATO visa "assegurar a sobrevivência da civilização ocidental e cristã". Uma vez traduzidas essas palavras para o seu verdadeiro sentido, tal razão, sim, é compreensível. Ela significa que a NATO visa assegurar através do auxílio que as potências da NATO dão a Salazar, a sobrevivência do regime fascista contra o aceso do movimento democrático.

A NATO tem ainda outro papel: dar a cobertura militar e o auxílio material, sem os quais, no mundo de hoje, jamais Salazar poderia prosseguir a guerra nas colónias. Essa cobertura e este auxílio não bastam porém para dar a vitória aos colonialistas.

Por isso, sentindo o terreno fugir-lhes, estes pedem auxílio militar mais directo e, em troca, oferecem mais e mais facilidades aos militaristas ocidentais. "Portugal (disse em julho de 1963 o ministro da Defesa numa entrevista ao "Diário Popular") oferece ou poderia oferecer as mesmas

facilidades no Atlântico Sul e no Índico, com as bases já existentes em Cabo Verde, Guiné, S. Tomé, Angola e Moçambique e com as que aí poderiam ser implantadas".

Dada porém a correlação das forças mundiais, dada a impotência do imperialismo para conter o desenvolvimento impetuoso do movimento nacional libertador, apoiado pelo campo socialista e pelo proletariado internacional, dada a derrocada do sistema colonial, dados os muitos outros interesses dos imperialistas em África, as grandes potências imperialistas não podem intervir com uma acção militar directa nas colónias portuguesas. Recusaram-se abertamente na Índia. Recusam-se hoje em Angola e Guiné. Em compensação, dão armas, dão dinheiro e dão apoio diplomático, que tropeçada e sabota as iniciativas internacionais contra a política colonialista de Salazar. Isso lhes permite manter as posições nas colónias portuguesas e reforçar ainda a sua dominação sobre Portugal.

A participação na NATO é, em todos os aspectos, contrária aos interesses da nação e do povo português. A NATO é um instrumento da dominação imperialista e fascista sobre Portugal e sobre as colónias portuguesas.

Alguns chefes trabalhistas ingleses têm-se manifestado favoráveis a uma mudança da política da Inglaterra em relação a Portugal. Em circunstâncias diversas, têm manifestado a sua simpatia pelas forças democráticas e até a sua activa solidariedade. Dizem então alguns: "A participação na NATO com Salazar no poder e um governo conservador em Londres é má, mas com um governo democrático em Lisboa e um governo trabalhista em Londres seria boa". Ninguém nega que a eventual vitória dos trabalhistas nas eleições criaria novas dificuldades a Salazar e poderia introduzir na NATO factores não favoráveis aos círculos militaristas mais agressivos. Mas modificaria de alguma forma a natureza agressiva da NATO? Tornaria a participação de Portugal vantajosa ao nosso país? Quando Harold Wilson, Chefe do Partido Trabalhista, se opõe à entrada da Espanha na NATO, dizendo que a presença de Portugal é já uma razão de vergonha bastante", não significa isso que pretende fazer crer que a NATO foi criada como se diz demagogicamente no preâmbulo do Tratado, com o compromisso sincero dos signatários defenderem a liberdade e a democracia? Por muito que (tal como os nossos camaradas ingleses) apreciemos os aspectos positivos da política dos trabalhistas e lhes desejemos a vitória nas próximas eleições, não são eles que irão fazer da NATO outra coisa que não seja um instrumento de dominação e de agressão imperialista.

A participação de Portugal na NATO não é apenas porém um instrumento de dominação imperialista e fascista sobre Portugal e sobre as colónias portuguesas. Luitos portugueses se não deram ainda conta de que a existência de bases militares em território português põe em jogo a própria existência da nação portuguesa.

As bases militares não têm qualquer finalidade defensiva. A URSS e o campo socialista querem paz, estão interessados na paz, não ameaçam os povos e nações. O perigo de agressão parte apenas dos imperialistas e, mais do que todos, dos Estados Unidos. É verdade que no mundo de hoje os imperialistas não resolvem a seu belo prazer os problemas da paz e da guerra. O tremendo potencial de guerra da União Soviética ao serviço da paz, a força do campo socialista no seu conjunto, o proletariado internacional e os seus aliados estão em condições de lhes impor a política de coexistência pacífica. Lantando-se unidas essas forças, os povos podem impedir uma nova guerra mundial. Entretanto, como o imperialismo não mudou de natureza, como nas potências imperialistas há incorrigíveis "cabeças quentes", a ameaça de uma agressão imperialista contra o campo socialista não está excluída. As bases militares em território estrangeiro não se destinam a outra coisa que não seja a preparação de uma tal agressão. Para os países onde tais bases estão instaladas, elas representam uma ameaça mortal. O poder de destruição das armas modernas faz correr a muitas nações o risco de desaparecerem praticamente da superfície da terra.

A União Soviética deseja a paz, trabalha incansavelmente para a paz, tem salvo a paz em diversas ocasiões, desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Mas, se os imperialistas, se decidirem um dia a desencadear a guerra mundial, receberão uma fulminante resposta. As instalações militares e especialmente as bases de armas atómicas serão naturalmente os primeiros

alvos dos foguetões soviéticos, que em minutos podem atingir qualquer ponto da terra. O bombardeamento atómico das bases militares não representa porém apenas a destruição destas. O bombardeamento das instalações militares do Montijo e Sesimbra, por exemplo, provocaria a destruição completa de Lisboa, Setúbal e toda uma vasta área com um raio de dezenas de quilómetros.

Pelo que já hoje significa o polo que pode representar no futuro, a participação de Portugal na NATO e em particular a existência de bases militares é contrária aos interesses vitais da liberdade, da independência e da segurança da nação portuguesa.

2. Se as forças militares portuguesas pouco representam no quadro das forças de agressão do imperialismo, representam um instrumento eficiente nas mãos dos fascistas para os seus objectivos fundamentais no momento presente: a repressão interna e a guerra colonial. O governo de Salazar aproveita a sua participação na NATO para equipar e adestrar as suas tropas de choque contra o povo português e os povos coloniais. Por isso, apesar das forças militares portuguesas pouco puderem pesar numa guerra moderna, os compromissos dentro da NATO e a política de repressão e de guerra colonial, absorvem uma parte considerável dos recursos nacionais.

Em certa altura, os Salazaristas prometeram à NATO fazer com ela despesas até 1.500.000 contos. Antes de começar a guerra de Angola já haviam gasto mais de 4 milhões. Posteriormente a disposição das despesas militares foi alterada, mas o seu montante subiu verticalmente. Nos anos anteriores ao começo da guerra em Angola as despesas com as forças armadas e repressivas representavam de 25 a 30% das despesas gerais do Estado; em 1961 as despesas militares subiram a 5.279.000 contos no total de 13.115.000 contos das despesas do Estado, ou seja 39,8%. Estas despesas militares não incluem 751.000 contos orçamentados nas próprias colónias, cobertos em parte por 565.000 contos de empréstimos da metrópole. Só no primeiro ano de guerra, as despesas confessadas com as tropas estacionadas nas colónias subiram a 3 milhões de contos (Relatório do ministro das Finanças, "Século", 3/3/62). De então para cá as despesas com as forças armadas e repressivas temido de 5 a 6 milhões de contos anuais, ou seja cerca de dois quintos de todas as despesas públicas.

Para um país cujo povo vive na miséria mais negra, cuja agricultura tem um atraso de séculos em relação à generalidade dos países europeus, cuja indústria começa a despontar, cujos transportes ferroviários estão estagnados desde o advento da ditadura, para um país onde a maioria esmagadora da população vive em casas impróprias, onde faltam escolas, hospitais, instituições científicas, estradas, luz, água canalizada, tais gastos, feitos apenas para defender os interesses de um punhado de milionários, provocam a indignação e a resistência popular.

O que se gasta num ano só com a guerra colonial, dava para construir habitações como as que estão a ser construídas para funcionários camarários, para quase 100.000 famílias; dava para construir edifícios escolares com 20.000 salas de aula; dava para electrificar a rede ferroviária nacional. As despesas gerais com a defesa e a segurança correspondem ao triplo das despesas com a educação e ao sétuplo das despesas com a saúde e a assistência.

E quem paga estes gastos? Pagam-nos os homens dos monopólios a quem a máquina repressiva directamente serve? Pagam-nos os colonialistas por conta de quem é conduzida a guerra nas colónias? Não. O governo fascista agrava os impostos das camadas laboriosas da população, mas escolhe precisamente o momento para aliviar dos impostos a grande burguesia. O novo "Código de Imposto Complementar" publicado em Dezembro último e em vigor desde o princípio do ano é um vergonhoso testemunho da protecção ao capital financeiro. Por um lado atingem-se os rendimentos mais moderados. Por outro, reduzem-se a progressividade do imposto e as taxas, suprime-se o adicionamento, fazem-se novas deduções aos rendimentos globais e tem-se o destempero de justificar que algumas dessas deduções são "tendentes a facilitar a providência e a filantropia ou beneficência dos contribuintes ou a estimular aplicações financeiras em empresas produtivas que interessam ao desenvolvimento regional" (sic).

A independência económica e política exige que se ponha termo a uma política que esgota os recursos nacionais, pela participação em blocos agressivos, pela guerra colonial, pela repressão terrorista contra o movimento popular.

A diminuição das despesas militares é uma condição para o progresso do país e o bom estar do povo. A não participação em blocos militares, o termo da dominação colonialista, a existência dum regime que, sendo das vastas massas populares, não exigirá um monstruoso aparelho de repressão, darão ao Portugal democrático de amanhã a possibilidade de proporcionar uma vida de bom estar a todo o nosso povo.

3. A diplomacia do governo fascista é dirigida pelos interesses dos grandes monopólios internacionais e dos grupos monopolistas portugueses, a estes ligados, mas o governo de Salazar não se limita a seguir as grandes linhas da política de reacção, de agressão e de guerra da NATO. Além das relações das chancelarias, os salazaristas mantêm relações com os mais exaltados bolchevistas dentro e fora das chancelarias, são por vezes cocutantes das ordens, por vezes porta-vozes, das alas mais reacçãoárias dos círculos governantes das grandes potências imperialistas. Mesmo em países cujos governos mantêm uma posição amistosa ou não hostil para com o governo de Salazar, este salta por cima dos governos e estabelece relações com os fascistas, os ultra, com a escória política a quem paga o SNI, como os Lacerdas, os Plínios Salgados, os Soustelles & C^a.

O extremismo reacçãoário do governo fascista na política internacional e, em particular, a sua política colonialista, conduziram o governo de Salazar a um quase completo isolamento internacional. Em numerosas votações na ONU vemos o governo de Salazar apoiado por vezes pela Espanha, por vezes também pela África do Sul. Vemos mais de 90% dos votos contra Portugal. Vemos os grandes patrões e protectores de Salazar (Estados Unidos, Inglaterra, França) absterem-se com frequência na votação de moções condenatórias da política salazarista. Vemos em numerosas organizações internacionais (avição, turismo, segurança social, educação, etc.) numerosos delegados exigirem a expulsão dos salazaristas. Vemos uma série de países africanos cortar relações diplomáticas com Portugal.

Quando da criação da ONU, depois da derrota do fascismo na Segunda Guerra Mundial, como então o governo fascista de Salazar não fosse aceite na organização internacional, Salazar gabava-se de ser o único a não querer entrar. Mas, logo que as portas se abriram, agora, como as coisas lá lhe correm mal, "ameaça" sair, mas vai-se deixando ficar. É nisto que se resume a valentia diplomática de Salazar, pobre títere do capital financeiro e do imperialismo, representando o papel do ditador independente.

As forças democráticas portuguesas não têm de lamentar o isolamento diplomático de Portugal, que traduz o acentua da fraqueza do regime fascista. Mas têm de lamentar que o nome de Portugal, ligado à política salazarista e representado pelos salazaristas, apareça de tal forma escarnecido e desprestigiado. Salazar, com a sua política, envergonha o país aos olhos do mundo. É a luta heróica do nosso povo contra Salazar, contra o colonialismo português e o imperialismo estrangeiro, que prestigia e eleva o nome do país perante a opinião pública internacional.

É evidente que os votos na ONU não representam genuinamente a posição dos governos respectivos. As grandes potências imperialistas absterem-se nas votações, seja porque procuram mascarar-se diante da opinião pública internacional, seja porque não estão dispostas a malquistar-se com um grande número de Estados, só para mostrarem no palco da ONU a sua amizade por Salazar. Mas ao mesmo tempo que assim votam, só a ajuda em meios materiais e militares que prestam a Salazar, permite a Salazar continuar a sua política.

Para se darem o ar de independentes, os salazaristas têm feito grande barulho acerca das suas dificuldades com os Estados Unidos. Mas há quem pergunte: Trata-se de uma simples representação ou existem realmente dificuldades?

Os Estados Unidos são hoje o maior baluarte do imperialismo. O capitalismo monopolista americano tornou-se "o maior explorador mundial". Em no-

num outro país, os monopólios têm tão fortes posições dominantes noutros países. Nenhum outro país exporta mais capitais e se apropria do maior volume de mais-valia criada noutros países. Os Estados Unidos dominam económica e politicamente mais países atrasados, do que qualquer outra das potências imperialistas. Mesmo em países desenvolvidos, mesmo numa Inglaterra, numa França, numa Alemanha, os Estados Unidos têm fortes posições económicas, que se chocam entretanto aí com a resistência do poderoso capital financeiro nacional. Acompanhando a sua expansão económica, os Estados Unidos tornaram-se os suportes dos regimes reaccionários e fascistas, os inspiradores dos movimentos contra-revolucionários, o inimigo número um do movimento nacional libertador, contra o qual organizam agressões militares. Os Estados Unidos embora formalmente não possuam colónias, são actualmente o principal país colonialista.

Entretanto, a expansão dos Estados Unidos, do fim da Segunda Guerra Mundial até hoje, tem-se feito a coberto das palavras liberdade, democracia, anti-colonialismo. Ou seja: os Estados Unidos para formarem o maior império colonial do mundo de hoje, tornaram-se grandes propagandistas contra o colonialismo dos outros. Daí naturalmente certas dificuldades com os salazaristas.

Por outro lado, dominando em conjunto as colónias portuguesas, as potências imperialistas lutam entre si para obterem posições em prejuízo das outras. Nessa guerra de interesses, há favoritismos e arrufos, que por vezes se traduzem em dificuldades diplomáticas.

Das da parte do governo salazarista, as "dificuldades" com os Estados Unidos de que eles próprios tanto falam são uma tentativa para regatear com os Estados Unidos uma mais poderosa ajuda. Quando da libertação de Goa pelas tropas indianas e da recusa do governo norte-americano em jogar numa carta já perdida, Salazar organizou em Lisboa, com automóveis da FIDE, algumas ridículas manifestações "anti-americanas". Em maio de 1962, o nazi Garin "ameaçava" na televisão norte-americana: "Os Estados Unidos correm o risco de perderem as bases nos Açores, se as relações entre os dois países não melhoram". Como estivesse em vias de terminar o prazo da concessão das bases dos Açores, sucederam-se as "ameaças" do estilo. O ministro dos Estrangeiros repetia falando na América: "Os Estados Unidos arriscam-se a perder as bases". Regatice o garganta, nada mais. O prazo terminou e os americanos lá estão nos Açores como dantes.

Em virtude das contradições existentes quando os interesses do regime salazarista colidiram com os interesses dos outros países dominados pelos Estados Unidos ou aliados destes, ou quando Portugal apareceu no cruzamento dos interesses contraditórios das grandes potências imperialistas, podem surgir dificuldades entre Salazar e os Estados Unidos. Mas os Estados Unidos continuam a ser um dos mais fortes apoios do regime salazarista. Esta verdade nunca deve ser esquecida por alguns que pensam poder encontrar nos Estados Unidos "compreensão e apoio" para a luta do povo português contra a ditadura fascista.

Quanto à Inglaterra, velha potência dominante em Portugal continua a ser o "patrão velho" da ditadura.

De Gaulle restabeleceu a confiança dos salazaristas "nos destinos da França" que se manifesta pela concessão recente a De Gaulle para instalar uma base militar nos Açores. E a Alemanha Ocidental, governada por revanchistas com disfarce ou sem disfarce, vai-se tornando a "mão forte" que protege o fascismo salazarista.

4. As relações cada vez mais estreitas com a República Federal Alemã ilustram claramente a política bolicista do governo de Salazar. Os salazaristas de novo depositam muitas das melhores esperanças de longa vida da ditadura fascista no apoio da reacção e do militarismo hitlerianos, hoje instalados em altos cargos do governo de Bonn.

Salazar apoiou, seguiu e copiou durante longos anos Hitler e Mussolini. Criou a FIDE nos moldes da Gestapo, a Legião nos moldes dos SS, a organização corporativa nos moldes da de Mussolini. Copiou leis e costumes. Tentou substituir a bandeira nacional verde-ruã pela bandeira da Legião com a Cruz do Avis a imitar a cruz gamada. Ele próprio Salazar distribuiu retratos seus com o de Mussolini sobre a secretária, saudou de braço estendido à fascista; procurou acenar às multidões. Se não foi mais longe na

cópia, porque lhe faltou o geito.

Na guerra de Espanha interveio ao lado de Hitler o Mussolini. Glosando a afirmação de Mussolini, segundo o qual "a Europa inteira será fascista", Salazar afirmava que de lunique saíram "se não uma nova Europa, ao menos as perspectivas duma Europa muito diferente". Iniciada a Segunda Guerra mundial, Salazar colaborou sempre estreitamente com os nazis. A coberto da "neutralidade", foi um dos seus abastecedores de géneros e de matérias primas. Na Ordem do Dia da Legião (10/7/1941) os salazaristas declararam-se prontos a "intervir logo que seja necessário neste extremo ocidental da Europa". Enalteciam-se em Portugal as vitórias hitlerianas. Perseguiam-se os partidários da Inglaterra e dos aliados, a tal ponto que, apesar da aliança com a Inglaterra, quem usasse um emblema com as bandeiras portuguesa e inglesa era então preso. Só a evolução da situação militar desfavorável aos hitlerianos obrigou Salazar e os salazaristas a operarem uma "reviravolta para o lado da Inglaterra". Mas honra lhes seja feita! Não traíram os seus amores! Quando da morte de Hitler, Salazar decretou luto nacional e pouco depois declarava que o maior erro de Hitler havia sido perder a guerra.

O renascimento do militarismo na Alemanha Ocidental reconduziu a política salazarista a essa sua linha tradicional. As relações económicas foram-se fortalecendo. No comércio externo a República Federal Alemã, como já vimos, foi-se guindando ao primeiro lugar como fornecedor de Portugal. Sucederam-se as concessões em Portugal e colónias aos magnates da finança germano-ocidental, que além de investimentos começaram fazendo vultuosos financiamentos e empréstimos. Se a Krupp se interessa na Siderurgia portuguesa e só nas minas de ferro do Bié investe mais de um milhão de contos, é natural que queira garantir o seu capital. Se os alemães escolhem esta ocasião para tomarem conta da pesca de Cabo Verde, é natural que não desejem a eclosão ali da luta libertadora.

Os contactos militares, tímidos de início, depressa retomaram a velha cordialidade. Quando os grandes monopolistas alemães, mais ou menos ligados aos Estados Unidos, retomaram a sua forte posição na economia europeia, quando os reванchistas alemães começaram de novo a levantar cabeça e o exército alemão ocidental se tornou de novo o mais forte na Europa Capitalista, Salazar recomeçou a sonhar com a Alemanha como gendarme da Europa, como força de choque numa agressão anti-soviética. "O germano" (declarava Salazar ao "Pigaro" já em 4 de Setembro de 1959) é tradicionalmente o escudo da Europa perante a pressão eslava".

Anos atrás, quando a Alemanha Ocidental ganhou o primeiro lugar nas importações de Portugal, os homens de Bona, propagando a sua generosidade e o seu desejo de que Portugal não tivesse grandes déficits na balança comercial, começaram a fazer importantes encomendas de mercadorias portuguesas. Conservas? Cortiça? Vinhos? Frutas? Rosinhas? Nada disso. O que começaram a encomendar em quantidades crescentes foi apenas... munições! Por muito que isto surpreenda as pessoas desatentas, Portugal tornou-se um importante exportador de material de guerra para a Alemanha Federal. Só o contra to anunciado em Setembro de 1960, disse respeito a munições no valor de um milhão de contos!

Depois a cooperação de Salazar com os reванchistas de Bona foi-se estreitando cada vez mais. Os chefes militares começaram a visitar-se e a negociar. Primeiro à sucapa. Em Novembro de 1962, ainda o ministro dos Estrangeiros salazarista desmentia enérgicamente a notícia da concessão de bases militares ao governo de Bona. Os jornais fascistas destacavam nos títulos: "Desmente-se uma atoarda". E afinal? Ainda não tinha passado um ano e já a atoarda se tornava facto confessado. Em Outubro de 1963, os governos de Lisboa e de Bona confirmavam o acordo para a concessão de um aeródromo no Sul de Portugal para treinos com aviões de voo rasante e supersónicos. O ministro da Alemanha Federal afirmou clinicamente que se escolhera Portugal porque "esta preparação militar dos pilotos é difícil de realizar nas regiões da Europa de densa população". E o comunicado do Departamento da Defesa Nacional do governo de Salazar, justificava também, repetindo os termos com curiosa variante, em relação à preparação militar prevista, que a sua "realização no resto da Europa é difícil, dada a grande densidade populacional". Quer dizer: para não incomodar os alo-

mãos com o barulho, nem os matar com eventuais desastres, que se incomodem ou matem os portugueses. Para isso lá se está a construir o aeródromo e as instalações militares em Boja. Pela primeira vez na nossa história, os alemães, entre os quais não faltaram hitlerianos, terão uma base militar em Portugal e, batendo arrogantemente as botas em solo português, prepararão a "desforra" com que ponham eles, revanchistas, e eles, salazaristas.

O povo português não aceitará passivamente esse novo e perigoso passo no sentido da aventura e da guerra seja completado sem resistência. Os nazis sentirão que não estão ainda em terra conquistada. A política de traição nacional e de guerra do governo fascista de Salazar, o povo português opõe a luta pela paz e a independência nacional.

5. Temendo o desenvolvimento do movimento democrático, a ditadura fascista de Salazar procura soldar aliança com a ditadura fascista de Franco. Franco é o mais velho, o mais fiel amigo dos velhos tempos em que Hitler e Mussolini, com a cumplicidade dos "democratas ocidentais", planejaram a destruição do primeiro Estado socialista e a instauração do fascismo em toda a Europa.

6. Que peso pode ter a ajuda de Franco a Salazar? Os salazaristas têm procurado uma cooperação económica com a Espanha, las que se podem ajudar economias igualmente atrasadas, defrontando problemas do mesmo tipo, economias que são concorrentes e não complementares? Apesar da longa fronteira terrestre entre os dois países e da sua posição um tanto isolada do resto de Europa, as exportações de Portugal para a Espanha representam menos de 3% do total das exportações, as suas importações menos de 2% e a cooperação financeira e técnica é também pouco significativa.

Os salazaristas procuram o apoio da Espanha no terreno diplomático. Las que ajuda pode dar um governo espanhol desacreditado e odiado internacionalmente, quase tão isolado como o português? Por isso os votos de Franco a favor de Salazar nas organizações internacionais mais enfraquecem que fortalecem a posição deste.

Por vezes, Salazar e Franco deliram com a mania das grandezas e a nostalgia do passado, em que os seus amos Hitler e Mussolini davam cartas na Europa. Pois não será puro delírio no mundo de hoje os projectos embora vagos de favor do Bloco Ibérico fascista uma peça influente na política internacional? Não atinge o ridículo a farronca de Adriano Moreira, quando foi ministro, ao afirmar que os dois regimes fascistas eram "como que uma Alemanha renascida para o serviço do Ocidente" (J. Lanhá, 13/5/62)?

Pensaram as ditaduras ainda um momento que as colónias lhes dariam trunfos bastantes para tal ambição. Pensavam num triângulo Península Ibérica - África - América Latina, las os movimentos nacional libertadores na América Latina e na África inverteram a situação. O domínio colonial, de factor favorável à solidiez dos regimes fascistas peninsulares, está-se tornando (no que diz respeito a Salazar) um factor que escava as suas próprias bases.

O "Bloco Ibérico" é no campo internacional um tão pobre instrumento diplomático, que ninguém dá por ele. Quando uns anos atrás em Llerida os dois ditadores se encontraram, conversaram e tiraram fotografias abraçados, querendo mostrar à sua solidariedade e a sua força, que mostraram de facto? A resposta a essa pergunta deu-a o "Avante!" publicando então uma caricatura desse abraço de Llerida: Os dois ditadores caquéticos e vacilantes, mais amparados que abraçados, e o tio Sam manobrando os dois com cordelinhos: "tu segurás-me a mim, ou seguro-te a ti, ele segura-nos aos dois". Tal a força conjunta dos dois regimes no mundo de hoje.

Os povos de Portugal e de Espanha não podem, entretanto nem menosprezar nem exagerar os perigos da cooperação dos governos fascistas num aspecto prático que aos dois respeita: na repressão do movimento operário e democrático. Beneficiando da situação geográfica de Portugal (dum lado voltado para a imensidade do Atlântico, do outro separado do resto do mundo pela Espanha), Salazar procura isolar a classe operária e as forças democráticas portuguesas dos seus amigos e aliados. Franco procura ter bem coberta a rétgarda. Um e outro procuram impedir o contacto e auxílio recíproco dos democratas portugueses e espanhóis. A fronteira entre os dois países fascistas é uma das mais fechadas da Europa.

Anto o ascenso das forças revolucionárias portuguesas, antevendo a levantamento nacional popular, Salazar espera qualquer coisa mais da solidariedade franquista. Franco por seu lado não despreza também a eventualidade de voltar a receber um auxílio do Salazar caso as coisas se lhe tornem turvas. Em Novembro de 1962, na Conferência dos Estados maiores Peninsulares, falou-se da ajuda mútua dos dois regimes, se alguma situação "se desenvolver no interior", "ameaçando a integridade territorial ou a civilização cristã". O ministro português afirmou então: "No aspecto da guerra subversiva, mormente na sua modalidade de luta revolucionária, a estruturação da frente interna da península pode constituir um bloco indestrutível contra o inimigo comum, ateu e materialista". Não se pode ser mais explícito.

O "Bloco Ibérico" é uma aliança dirigida contra os povos de Espanha e de Portugal, um instrumento de eventuais intervenções militares fascistas do Estado vizinho contra o movimento popular.

A intensão é clara. É o acordo também. A questão põs-se já, com carácter político, quando da ameaça que posou sobre o regime de Salazar quando das "eleições" presidenciais de 1950. Mais recentemente, depois do ano de gloriosas lutas populares que foi 1962, novas conversações tiveram lugar e novas promessas foram feitas. "A Espanha (disse o comandante da Polícia Armada Espanhola vindo a Lisboa para trabalhar com o ministro do Interior e a polícia salazarista) tem de corresponder ao que Portugal fez por ela em 1936" (Sóculo, 24/1/63).

Estão porém os ditadores em condições de realizar tais projectos? Quando se verificar o levantamento nacional popular em Portugal (admitindo que se verifique antes da queda de Franco) haverá que contar com a intervenção das forças militares de Franco?

Vários factores tornam improvável uma tal acção pelo menos em grande escala.

Em primeiro lugar, a situação internacional de hoje não é a de 1936. Uma intervenção militar franquista numa revolução popular portuguesa provocaria reacções vigorosas do poderoso campo socialista, de numerosos outros Estados, da classe operária e das forças progressivas de todo o mundo.

Em segundo lugar, por muito que Franco tenha a recear (e justamente) da queda de Salazar, ele já tem suficientes dificuldades com a heróica luta do povo espanhol para que se metesse numa tal aventura.

Em terceiro lugar, uma intervenção de Franco contra uma revolução democrática em Portugal provocaria com certeza um poderoso movimento de solidariedade do povo espanhol, que encontraria na revolução democrática portuguesa um poderoso estímulo à sua própria luta.

O movimento anti-fascista português nunca se intimidou, nem intimidará com as ameaças do "Bloco Ibérico". A cooperação dos dois regimes opõe-se a amizade entre os dois povos, de que são melhor símbolo as relações fraternais entre o Partido Comunista Português e o heróico Partido Comunista de Espanha. Hoje o "Bloco Ibérico" é uma aliança maldita. Amanhã, quando a democracia for instaurada em Portugal e Espanha, os dois povos marcharão fraternalmente solidários e cooperantes.

6. Uma questão de maior interesse para Portugal são as relações com o campo socialista. É uma questão com interesse futuro e com interesse presente.

Como em toda a sua restante política, o governo fascista tem mantido a este respeito uma posição contrária aos interesses do povo e da nação. Salvo o caso muito especial de Cuba, não há relações diplomáticas com países socialistas. As relações económicas são praticamente nulas. Apesar das condições muito vantajosas dos preços no comércio com os países socialistas, vende-se apenas alguma cortiça e pouco mais que uma amostra de conservas. O total das exportações para o campo socialista é apenas de cerca de 150.000 contos anuais, representando apenas 1,5% do total das exportações portuguesas. As compras não passam de 130.000 contos anuais representando menos de 1% das importações. O povo português é também privado da cooperação cultural com o campo socialista e mantido no desconhecimento quase completo das suas realizações. A censura corta sistematicamente notícias de

êxitos do campo socialista, incluindo no terreno científico e técnico. Toda a propaganda fascista procura denegrir e caluniar o que por lá se passa. Só em casos de reuniões realizadas no quadro de organizações internacionais, delegados dos países socialistas vêm a Portugal e delegados portugueses vão a esses países.

O Partido Comunista Português tem insistido na necessidade do estabelecimento de estreitas relações de amizade e cooperação com a URSS e demais países socialistas. As relações comerciais com o campo socialista podem permitir a resolução de alguns problemas angustiantes da economia portuguesa. Podem vender-se muitos produtos que hoje não têm mercado e podem comprar-se em boas condições produtos hoje comprados em péssimas condições aos países imperialistas. As relações culturais são indispensáveis pela própria defesa, expansão e enriquecimento da cultura nacional. Estaremos fora do nosso tempo, à margem do que há de mais rico na literatura, na música, no teatro, no cinema, enquanto estivermos segregados do trabalho artístico criador dos povos que constroem o socialismo e o comunismo. A cooperação científica e técnica com países que caminham na vanguarda nestes domínios não podem ser dispensados para que Portugal possa sair do atraso e da estagnação.

Relações estreitas de amizade e cooperação em todos os domínios com o campo socialista são um dos pontos essenciais da política dum governo democrático no Portugal de amanhã.

Significa isto que a questão se ponha apenas como um objectivo da revolução democrática e nacional? Que seja uma questão apenas a ser considerada para o futuro? E que, se essas relações se estabelecerem com o governo de Salazar no poder, elas ajudariam o regime fascista e não o povo e a nação portuguesa?

Não. O Partido Comunista luta para que já hoje se estabeleçam todas as relações possíveis com os países socialistas. A intensificação das relações comerciais e culturais, mesmo nas condições presentes, seria favorável à luta do povo português pela democracia e pela independência nacional. Quando se vende cortiça aos países socialistas, os capitalistas obtêm ó certo alguns lucros, mas o resultado político fundamental de tal comércio é mostrar que muitas das dificuldades da nossa economia podem ser resolvidas, muitos desempregados podem ter trabalho, muitas pequenas empresas se podem salvar da ruína e da liquidação, se se estabelecerem relações de amizade e cooperação com o campo socialista. Quando, a título excepcional e por razões excepcionais, se verificam contactos culturais, a quem têm a proveitade? Quando dois pianistas soviéticos vieram ao concurso Viana da Lota e ganharam os primeiros lugares, quem esqueceu já a grande repercussão nos meios intelectuais portugueses dessa vitória, tão sentida como uma verdadeira vitória dos sentimentos democráticos da nossa intelectualidade e do nosso povo, tão sentida como uma derrota da política de obscurantismo do governo fascista, que este entendeu proibir os concertos de Axelrod? Quando o grande violinista Oistrak tocou em Lisboa na sala do Coliseu, onde se apinhavam mais de 5.000 pessoas entusiasmadas, quem não sentiu esse facto como uma vitória da cultura, da democracia, do socialismo, dos ideais de amizade e fraternidade entre os povos, contra a política de segregação cultural e de ódio à URSS semeada pelo governo de Salazar? Quando anos atrás, o governo admitiu que passassem nos ecrãs de Lisboa filmes soviéticos "sem implicações políticas" - "Romeu e Julieta", "Otelo", "Don Quixote" - quem se esqueceu da verdadeira consagração popular à arte soviética, que levou o governo a proibir a continuação das exhibições e novas experiências do mesmo tipo? Quando o pianista Sequeira Costa pôde realizar concertos na URSS, quem pôde deixar de considerar esse facto uma janela aberta no negro isolamento cultural a que o fascismo nos tem condenado?

Só o governo fascista estará interessado em impedir ou dificultar tais relações. Tanto assim é que aos cidadãos dos países socialistas que passam no aeroporto de Lisboa é vedado que dêem uma simples volta pelas ruas e os marinheiros dos navios desses países que por vezes fundeiam no Tejo ficam presos a bordo, olhando de longe a cidade. Tanto assim é que, quando, no quadro das organizações internacionais, se realizam em Portugal congressos e conferências, em que participam delegados dos países socialistas a

que o governo de Salazar não pode recusar o visto, a PIDE cerca-os com uma muralha de espiões para impedir o seu contacto com a vida nacional. Tanto assim é que na exposição de maquetas dum congresso de arquitectura realizado em Lisboa, não puderam ser expostas as maquetas soviéticas, porque a polícia espanhola, a pedido do governo de Salazar, as reteve nas alfândegas da fronteira com a França...

O povo português, as forças democráticas portuguesas estão profundamente interessadas, desde hoje, em tudo quanto quebra a nossa segregação do campo socialista, em tudo quanto nos aproxime do campo socialista.

A este respeito, alguém pôs recentemente a seguinte questão: E se Salazar tomasse a iniciativa de procurar estabelecer relações diplomáticas normais e intensificar as relações comerciais com a URSS e outros países do campo socialista? Como considerar uma tal iniciativa? Qual a posição que o Partido Comunista tomaria? Se a URSS e os outros países socialistas acessassem em restabelecer tais relações, não iriam estas fortalecer o regime fascista?

Não se trata de uma mera hipótese, sem qualquer possibilidade de concretização. A camarilha fascista pode, em determinadas condições, ser empurrada pelos acontecimentos internacionais e pelas suas próprias dificuldades internas para uma tal iniciativa. Ela significaria antes de tudo uma tremenda derrota para o próprio governo fascista, a confissão do fracasso da sua política anterior. Ela significaria e dela resultaria um enfraquecimento das posições do imperialismo estrangeiro em Portugal. Ela refletiria de forma evidente para os olhos de todos os portugueses, a força determinante do campo socialista na arena internacional e a justiça da sua política de coexistência pacífica. Seria em suma uma grande vitória da classe operária, do povo e das forças democráticas portuguesas, favorável ao desenvolvimento do movimento nacional libertador.

Ultimamente, tem-se falado muito nas relações do governo fascista de Salazar, com o governo da República Popular da China. Sabemos que uma das colónias portuguesas ainda existentes é a cidade de Macau. Pode parecer estranho que, num momento em que os povos das colónias portuguesas africanas, apesar da desvantajosa situação geográfica, se levantam de armas na mão na luta pela sua independência, o governo da República Popular da China ao mesmo tempo que tem uma posição de solidariedade para com os povos africanos, faça silêncio sobre o domínio colonialista fascista em Macau e tenha aí com o governo de Salazar as relações mais cordiais.

Nós podemos compreender essa posição do governo popular da China, é evidente que a libertação de Macau e a sua incorporação na mãe-pátria seria um facto, no dia e na hora, em que os chineses o quisessem. Seria ridículo afirmar que a grande República Popular da China, criada e temperada em heróicos combates, e não faria por medo dos salazaristas. Podemos compreender que a República Popular da China esteja interessada neste momento, em manter em Macau uma porta aberta para o seu comércio, por onde recebe anualmente mercadorias no valor de meio milhão de contos e por onde vai fazendo sair os seus próprios produtos a troco de divisas que lhe são necessárias. Podemos também compreender que o governo popular da China não esteja agora interessado em levantar o problema de Macau, para não levantar o problema de Hong-Kong, o que criaria mais dificuldades, não com Salazar mas com a Inglaterra. Os "compromissos" são muitas vezes necessários ao desenvolvimento do processo revolucionário e o que poderá haver a censurar a este respeito ao governo da China é que por vezes pareça não o compreender.

Entretanto, a questão de Macau não diz respeito exclusivamente à China. Diz também respeito ao povo português e aos povos dominados pelos colonialistas portugueses. Por isso, pode ser monótono compreensível que a questão não seja colocada abertamente no terreno dos princípios, da solidariedade para com os povos das outras colónias portuguesas e da solidariedade também para com a classe operária portuguesa, que, cumprindo o seu dever internacionalista, apoia, na medida das suas forças, a luta dos povos das colónias pela sua libertação. É questão sobre a qual, a nosso ver, seria muito útil uma troca de impressões com os camaradas chineses.

Já de há muito os salazaristas fazem aberto namoro à República Popular da China. Os ministros, os deputados, os jornalistas fascistas constantemente tecem elogios ao exemplo de "boa vizinhança" e compreensão, às relações amistosas com o governo da China. Um ministro das colónias poderá ouvir palavras agradáveis acerca do camarada Liao Tso-Tung (Adriano Moreira, em 4/3/62). No "Diário da Manhã", órgão do partido fascista, podemos ler a defesa apaixonada da posição da China no conflito sino-indiano, pondo-se também em contraste a posição da China respeitando a soberania portuguesa em Iacau e a posição da Índia libertando Goa, Damão e Diu ("Diário da Manhã", 17/11/62). E, ainda que por considerações diversas, em Portugal circula, mais ou menos livremente, o jornal "Informação de Peking", ao mesmo tempo que são ferozmente proibidas quaisquer publicações marxistas.

Agora porém fala-se em qualquer coisa mais nos meios diplomáticos: nada menos que do eventual estabelecimento de relações diplomáticas normais. Ainda em meados de Janeiro último, quando das conversações em Madrid do Ministro dos Negócios Estrangeiros do governo salazarista com o seu colega franquista, transpirou que se falara dessa intenção do governo de Salazar. E quando o ministro declarou em 8 de Fevereiro último ao jornal falangista "Arriba" que as relações diplomáticas "não foram ainda restabelecidas" ("Diário da Manhã", 9/2/64), esclarece claramente que, pelo menos, se estuda esse estabelecimento.

Como considerar uma tal perspectiva? Se não fora a existência de Iacau, teríamos apenas que saudá-la, dentro das considerações gerais relativas às relações com o campo socialista. Esta perspectiva aparece, porém, quando o governo de Salazar mantém ainda a mesma posição de completo isolamento e hostilidade em relação ao campo socialista. Aparece precisamente e apenas porque existe Iacau. O restabelecimento das relações diplomáticas com o governo da República Popular da China seria, nas condições presentes, apenas uma consagração espectacular do compromisso temporário entre o governo fascista português e a grande China Socialista, acerca de Iacau. Qualquer que fossem as suas outras implicações seria interpretado como o apoio diplomático dum grande país socialista a um aspecto da política colonialista de Salazar. Não seria vantajoso, nem para os povos das colónias portuguesas, nem para a própria China Socialista. Consideramos por isso pouco provável que, por muito grande que seja o namoro que os fascistas de Salazar façam aos comunistas chineses, o Governo Popular da China se decida a dar um tal passo.

7. Na luta heróica do povo português contra a política do governo fascista e na solidariedade internacional para com o movimento democrático português está a mais rica expressão das verdadeiras relações entre o nosso povo e os outros povos.

Nunca no mundo foram mais poderosas as forças da democracia e do progresso, que cada ano obtêm novas vitórias. Onde então Salazar dispunha de fortes apoios, são hoje as forças democráticas portuguesas e os povos das colónias portuguesas que os obtêm. Anos atrás os oficiais e polícias salazaristas iam aprender na Argélia com o exército colonialista francês a "luta anti-guerrilhas"; hoje a Junta Revolucionária da Frente Patriótica Portuguesa tem a sua sede em Argel. Anos atrás, nas colónias africanas da França, da Bélgica, da Inglaterra, tinham os colonialistas portugueses bases de apoio ou refúgios seguros; hoje muitas dessas colónias tornaram-se Estados independentes em luta contra o imperialismo e ajudam os movimentos nacionalistas nas colónias portuguesas.

Passou o tempo em que Salazar conseguia manter o estrangeiro no desconhecimento do que se passava em Portugal. Graças ao desenvolvimento impetuoso do movimento democrático, hoje os crimes fascistas provocam a reacção activa da opinião pública internacional. As lutas heróicas da classe operária e do povo português encontram eco no coração dos trabalhadores e dos homens progressistas de todo o mundo. Grandes campanhas de solidariedade para com o povo português têm tido lugar na União Soviética, Checoslováquia, noutros países socialistas, no Brasil, na Itália, na França, na Grã-Bretanha, no Uruguai, na Venezuela, etc..

A Conferência pela Amnistia aos Presos e Enclausurados Políticos realizada em Paris foi grande êxito do movimento democrático português e uma magnífica manifestação de solidariedade internacional que se inscreve na luta incansável pela libertação dos presos políticos portugueses. A campanha pela libertação do camarada Manuel Rodrigues da Silva, que o movimento socialista mundial chamou a si, a campanha de solidariedade para com os estudantes, a campanha de solidariedade para com os patriotas presos, e o constante desmascaramento na imprensa mundial da política salazarista, são testemunhos da ajuda activa que hoje o povo português recebe. Aí está o melhor penhor das futuras relações de amizade do povo português com os povos dos outros países.

Hoje o movimento democrático português também tem a sua diplomacia. Os seus êxitos neste terreno acentuam-se na medida em que se sucedem os desaires diplomáticos da camarilha salazarista.

Presentemente, o governo de Salazar apoia-se nas forças mais reacçãoárias do mundo, serve-as nos seus desígnios de preparação de uma nova guerra mundial, e serve-se do seu apoio para conduzir a guerra contra os povos das colónias portuguesas. O derrubamento do governo fascista representa necessariamente a mudança radical da política externa portuguesa. O povo português está vitalmente interessado em que o país não pertença a blocos militares; a que no território português não estejam instaladas bases militares estrangeiras; a que seja estabelecida uma zona desnuclearizada na Península Ibérica; a que sejam restabelecidas estreitas ligações diplomáticas, económicas e culturais com os países do campo socialista; a que se normalizem as relações com os Estados africanos, hoje envenenadas pela política colonialista de Salazar.

A viabilidade do Portugal democrático de amanhã está intimamente ligada a uma política externa de paz e amizade com todos os povos do mundo, na base da igualdade e do respeito pelos interesses mútuos. Um Portugal democrático terá de ser um Portugal pacífico.

PELA INSCAUAÇÃO DA ORDEM DEMOCRÁTICA

1; A política dos monopólios e dos latifundiários dirigida contra o povo e a nação e encontrando viva resistência das massas populares, só com a regressão total das liberdades democráticas, só pelo emprego constante dos meios repressivos, pode ser aplicada e imposta. Houve tempo em que Salazar e os salazaristas com as costas quentes por Hitler e Mussolini e uma série de outros ditadores fascistas na Europa, gabavam orgulhosos a natureza violenta do regime e tinham mais medo das palavras liberdade e democracia que Satanás o tom da Cruz. Nossa altura diziam-no. Depois, com a derrota do fascismo na Segunda Guerra Mundial, para iludirem o povo e o desviarem da sua luta pela democracia, pintaram com novas tintas a fachada do "Estado Novo". A ouvi-los os "verdadeiros democratas" passaram a ser eles.

A manobra não resultou. Através das brechas abertas no edifício do Estado fascista pelos acontecimentos internacionais e pelo movimento democrático português, irrompeu a luta popular. Em 1950 Salazar compreendeu finalmente todo o perigo das manobras "eleitorais". E, receoso, repintou a fachada com as velhas cores do "Estado Novo". Quando Salazar tempos atrás, falou da possibilidade de uma "consulta nacional" sobre a "política ultramarina" houve quem pensasse na possibilidade de ele estar projectando um "plebiscito" do género das suas "eleições". Com isso, tratava-se apenas de cosinhar a manifestação fascista no Terreiro do Paço. Agora, só para uso externo, os salazaristas dizem que em Portugal há liberdade.

Naturalmente que há "liberdades" (e demasiadas) para os monopolistas, os grandes senhores da terra e os seus serventuários fascistas. Para eles há a liberdade de explorar os trabalhadores até ao limite da resistência física destes. Há a liberdade para o grande capital português e estrangeiro de (nas palavras do próprio Salazar) "fazer sem entraves quase tudo o que quer" e "ganhar dinheiro e até muito" (Entrevista a G. Luquin, "O Século", 21/7/50). Há liberdade de roubar, aniquilar e expropriar os pequenos

em benefício dos grandes, na indústria, no comércio e na agricultura. Há a liberdade de pôr a saque dos imperialistas os recursos nacionais o tornando Portugal uma base das forças da agressão e da guerra. Há a liberdade de fazer tráfico de negros nas colónias e conduzir guerras de extermínio contra os povos que lutam pela sua independência. Há a liberdade para os órgãos do Estado de perseguir, de ameaçar, de prender, de intimidar, de condenar sem provas e com a defesa amordaçada, de prolongar arbitrariamente a detensão aos adversários ao abrigo das "medidas de segurança", de torturar nos interrogatórios e nas prisões, de assassinar aos poucos ou a tiro. Eles, os inimigos do nosso povo e da nossa pátria, gozam de todas estas e de outras "liberdades".

O povo português não goza de nenhuma. Os portugueses não podem discordar do governo sem que lhes tirem o pão, a liberdade ou a vida. Não podem vir à rua manifestar as suas aspirações sem logo tropeçarem com tropa e metralha. Não podem organizar-se em partidos políticos ou quaisquer outras organizações de carácter político, sem logo sofrer a acusação de "actividades subversivas". Não podem ter sindicatos para defenderem os seus direitos. Não podem reclamar uma melhoria da situação económica sem logo sofrer intimidações, arbitrios e violências. Não podem fazer greve sem ver mobilizado um aparato repressivo como se duma revolução se tratasse. Não podem desenvolver qualquer movimento de natureza cultural, desportiva ou recreativa, sem se sujeitar ao controle e despotismo das autoridades fascistas. Não podem escrever as suas opiniões na imprensa ou em livros, sem de cortés do lápis azul da censura, as apreensões e os julgamentos. Não podem intervir na vida política sem se verem tratados como "inimigos da pátria". Não podem sequer circular tranquilos para a sua vida corrente sem ser alvo de rugas, pedidos de identificação, revista de bagagem e de bolsos, suspeições, devassada a vida pessoal, vexames e até agressões por parte das "forças da ordem".

Debatendo-se em dificuldades crescentes, completamente isolado das grandes massas da população, o governo fascista apoiou-se cada vez mais e sobretudo apenas na repressão e no terror. Quase perdeu a preocupação de fazer leis que depois finja observar. Intimidação, violência e terror são as únicas leis da ditadura. Nunca no nosso país se fez sentir como agora a presença constante da máquina repressiva, nas fábricas, nas empresas, nos campos, nos portos, nas escolas, nas associações, nos quartéis, nas ruas, a PIDE aparece por todo o lado e com ela a GNR, a PSP, a Legião, a Guarda Fiscal, a Polícia de Trânsito. Em todo o país, nas cidades como nos campos, o governo fortalece as forças repressivas, aumenta os seus efectivos, dá-lhes moderno equipamento.

Com o objectivo de refrear a luta popular e destruir as organizações da Oposição, a polícia, em sucessivas ofensivas, prende democratas de todas as tendências, operários, camponeses, intelectuais, estudantes, militares. Estas ofensivas visam em particular o Partido Comunista e os seus quadros. Nunca, em 30 anos de fascismo, se assistiu a tão desesperadas ofensivas da máquina repressiva.

As mais modestas reclamações são brutalmente reprimidas, contra grevistas e manifestantes são atiradas grandes forças militares que à matança e a tiro procuram vencer a combatividade do povo.

Nos dias festivos e de tradição democrática (12 de Maio, 5 de Outubro, 31 de Janeiro, etc.) a acção das forças repressivas não permitindo ajuntamentos, prendendo e espancando sem motivo, vigiando permanentemente as estradas, assaltando casas, impedindo ajuntamentos, tornou-se o dia a dia, nas cidades, vilas e aldeias tradicionalmente mais activas na luta antifascista.

A GNR patrulha permanentemente a pé, de bicicleta ou de jeep, os campos e as povoações. Armada embuscada em estradas solitárias, e assalta e espanca de metralhadora apontada, os trabalhadores que regressam ou se dirigem para o trabalho. Nas terras mais pequenas obrigam a fechar os cafés muito cedo: o simples facto das pessoas estarem juntas, logo os assusta.

A PTT efectua gigantescos stops revistando o carro, os bancos, a bagagem e as pessoas, fiscalizando a documentação. A GNR, a PSP, a PIDE, e a própria Legião exercem idênticas actividades, isoladas ou em colaboração umas com as outras, com o maior zelo: à mínima infração ou suspeita

é a prisão preventiva, a ameaça, o espancamento, o tãroteio. Por tudo dão tiros a matar: no futebol, nas romarias, em bailes, qualquer pequeno incidente é pretexto para exhibir brutalidade e selvajaria. Quando as famílias das vítimas, processam os criminosos, logo o ministro aparece com a "garantia administrativa".

O regime utiliza todos os meios para colher informações sobre os sentimentos do povo, sobre os anti-fascistas e em especial sobre o nosso Partido. Controlada e dirigida pela FIDE, uma densa rede de informadores espia toda a vida nacional. O ministro do Interior instrui a Legião para se tornar uma organização nacional de bufaria e ordena aos legionários que exerçam a sua acção nos cafés, nos teatros, nos serviços públicos, nos comboios, nas serras (sic), nos campos, nas cidades, nas praças, nas ruas. É para aguilhoar a dedicação dos rapazes, o Tenreiro, que por si conhece os outros, apela para que a Legião "contribua para melhorar o nível de vida dos camaradas que precisam". Nas escolas as crianças são interrogadas sobre o que se faz em casa, se se lê o "Avante!" ou se se ouve a Rádio Locomo e Rádio Portugal Livre, ou se se diz mal de Salazar. No liceu D. João de Castro fez-se sobre esta matéria um inquérito escrito às crianças sobre o 1.º de Maio, dizendo-lhes que "era pecado" mentir.

A vigilância nas empresas junto dos operários é enorme; existem secções especiais da FIDE nas grandes empresas, são passadas buscas aos vestuários enquanto os operários trabalham. A FIDE tem a cópia dos ficheiros, faz interrogatórios sobre política aos novos operários e até existe um coronel, pago por grandes empresas (Siderurgia, Gás e Electricidade, Águas, Telefones, Cuf), cuja tarefa é "organizar a defesa" dessas empresas, que tem livre trânsito para circular por onde lhe apetece. A FIDE intervém abertamente como "árbitro" nos conflitos entre o capital e o trabalho, procurando a "solução do conflito" com interrogatórios, ameaças, espancamentos e prisões.

A par da FIDE e de todo o aparelho repressivo, o governo incita à formação de grupos fascistas "independentes" aparentemente incontrolados, que adoptam torpes métodos terroristas a que se não liga aparentemente a responsabilidade do poder. O grupo "Jovem Portugal", que segue directamente a escola de C.A.S. francesa, dispõe de um jornal ("Ataque") adopta como insígnias a águia hitleriana, o fãscio de Mussolini e uma cruz sugerindo a suástica; o grupo "ultra" de Santos Costa, (que considera este, além de Salazar, "a grande esperança" e "o ponho da vitória final", "Agora", 23/2/63) apregoa à violência e ao crime, insulta e calúnia, falsifica sem pudor documentos que atribui aos adversários.

Os dirigentes fascistas alegam-se com o "fortalecimento moral" das suas fileiras com o regresso dos "ex-combatentes" da guerra colonial "educados" nas atrocidades cometidas contra os povos africanos. O "Diário da Manhã" (24/1/63) vangloria o seu "patriotismo" (sic) "ardente e combativo" e afirma, que esses detritos humanos "vão insuflar um novo estilo à política". A FIDE instrui-os e comanda-os. O aparecimento de os "centuriões" antigos combatentes de Angola, é um primeiro aviso deste "novo estilo". "Onde estiver a traição", proclamam os centuriões, "aparecerá a palavra CBI escrita sobre o cadáver do traidor. Primeiro um aviso pelo correio. Depois um aviso telefónico. Se a traição continuar o encontro com um dos CBI, o último encontro com a vida".

O governo incita os seus rafeiros à violência e ao crime. A FIDE institui o "Prémio Catela" (Dezembro de 1963) pelo qual premiará com 3 contos os agentes que se destaquem em actos de malfetoria. E o decreto que "reorganizou" a Legião contém estas notáveis disposições: "Considerar-se realizados em legítima defesa os actos praticados por um legionário para prevenir ou fazer cessar um agressão ilícita contra a pessoa ou dignidade (?) próprias ou de outro legionário, contra o prestígio desta ou de quaisquer outras instituições ou pessoas que o legionário deva defender. Se se exceder, diz o decreto, "poderá o legionário ser isento de pena, quando tiver procedido num estado de excitação resculpavel". (Dec. nº 1062)

Quando os democratas caem nas mãos da FIDE, por vezes já depois de terem sido espancados pela GNR e PSP, são sujeitos às mais atrozes torturas para fazerem declarações e denúncias: tortura do sono, a "estátua", os pancamentos durante horas, as incommunicabilidades que chegam a ultrapassar um ano, o isolamento completo das famílias, de jornais, dos camaradas de

prisão. As mulheres sofrem semelhantes torturas, são despidas e vergastadas. Pancadas são dadas nos locais mais sensíveis; nas solas dos pés, no pescoço, nos seios.

Nas casamatas, nos segredos, nos curros, nas "gavetas" e "caixões" de Peniche, Aljube, Caxias e outras prisões da PIDE novas torturas se seguem, durante longos anos.

Os tribunais plenários, impedindo os réus de falar, fazendo-os espancar nas próprias salas dos julgamentos quando insistem em fazê-lo, não admitindo qualquer defesa, condenando com provas ou sem elas, tornam-se o símbolo da legalidade e da justiça fascista. Com as "medidas de segurança" condenam à prisão perpétua os militantes das organizações democráticas.

O regime prisional é cada vez mais desumano e requintado: o isolamento completo, provocações, agressões e castigos constantes; privação de corresponsabilidade, de visitas, de jornais e de livros; falta de assistência médica, alimentação intragável e uma pressão constante, metódica, feroz, sádica, insidiosa que visa a destruir a saúde mental dos presos e a sua personalidade através do convencimento de que são uma "coisa" completa e definitivamente à mercê da força bruta a que estão entregues. Muitos dos melhores filhos e filhas do povo, centenas de dirigentes e militantes queridos do Partido, democratas de outras tendências políticas, encontram-se indefesos nas mãos de um bando de torturadores profissionais.

Assim Salazar ganha o direito de num discurso se comparar duas vezes a Jesus Cristo (discurso de 30/6/50).

Com a repressão e o terror, o governo pretende mostrar a sua força, mas o recrudescimento de repressão e de terror não é um sinal de força do governo fascista, mas da sua fraqueza. O terror recrudescer porque o governo fascista está cada vez mais isolado, porque não tem qualquer base de massas, porque ante o ascenso revolucionário em Portugal e a luta libertadora nas colónias sente o terreno fugir-lhe debaixo dos pés. A questão que se põe para os fascistas, é da sua própria sobrevivência: ou defenderem-se assim; ou largarem o poder. O terror é proporcional às suas dificuldades, ao seu medo, ao seu desespero.

Assim funciona o aparelho do Estado fascista. Assim o Estado "salvaguarda", nas palavras dum ministro, "a paz e o sossego da família".

2. A conquista do poder pelas forças democráticas, a instauração da liberdade política, não pode significar que as forças democráticas se limitem a tomar conta do Estado e a utilizarem a máquina já pronta. A máquina do Estado fascista nunca poderia servir a democracia.

Como poderia servir a democracia a organização política do Estado actual, a Assembleia Nacional e a Câmara Corporativa? Como poderia servir a democracia o exército organizado pelos fascistas, preparado para a repressão do movimento democrático e para a guerra colonial, com comandos fascistas, com um corpo de oficiais depurado através dos anos e educados na dedicação aos interesses dos monopólios e no ódio ao povo, com uma disciplina que despreza o soldado e o torna vítima de todos os arbítrios e o despotismo da oficialidade reaccionária? Como poderia servir a democracia o bando de assassinos e torturadores profissionais da PIDE? Como poderiam servir a democracia a GNR e a PSP, organizadas, instruídas, treinadas, na repressão das massas populares e dos militantes anti-fascistas? Como poderiam servir a democracia uma orgânica judiciária sem independência, tribunais plenários que são secções da PIDE, toda uma magistratura eivada de espírito de classe e de casta? Como poderia servir a democracia uma legislação penal feita para defender os interesses das classes monopolistas e uma organização prisional animada pela crueldade fascista e espírito das classes dominantes? Como poderia servir a democracia uma burocracia instalada em todos os departamentos de Estado? Como poderia servir a democracia uma organização corporativa, cujo único objectivo é assegurar o domínio da economia nacional pelo capital financeiro e pelos latifundiários?

Não, o Estado fascista nunca poderia servir a democracia. Seria infantil ingenuidade e erro fatal, se o movimento nacional anti-fascista colocasse como objectivo apenas tomar conta da máquina do Estado e utilizá-

-la "ponta" como está. Tal só pode ser o objectivo daqueles que, embora pretendendo afastar Salazar do poder e introduzir alterações na política portuguesa, pretendem manter o poder dos monopólios e dos latifundiários, pretendem manter em posições dominantes os colonialistas e os imperialistas, pretendem prosseguir, em novas formas, uma política anti-popular, uma política de exploração das classes trabalhadoras e de liquidação das classes médias, uma política de opressão e repressão. Para estes sim, bastaria tomar conta do aparelho do Estado fascista. O aparelho de Estado fascista que hoje serve Salazar, pode amanhã servir outros serventúrios dos monopolistas, dos latifundiários, do imperialismo estrangeiro; mas nunca poderá ser o instrumento de liquidação do poder dos monopólios e dos latifundiários.

Forças políticas que se propõem conquistar o poder e operar profundas transformações na sociedade portuguesa, que se propõem tirar do poder as classes que hoje o têm e levar ao poder classes hoje dominadas, não podem limitar-se a tomar conta do aparelho de Estado fascista. Têm de o destruir.

"Modificações" do aparelho do Estado fascista, demissões e substituições de funcionários numa grande redistribuição dos tachos da burocracia parasitária, deixariam no fundamental intactas a máquina militar, judicial, policial e burocrática do capital financeiro. O Estado fascista, mesmo que "reformado", seria sempre um instrumento para oprimir as camadas laboriosas do povo. Para isso foi feito e não pode ter outra utilização. Nenhum governo verdadeiramente democrático seria capaz de realizar com ele os objectivos da revolução. Seria uma verdadeira traição à causa da revolução democrática tomar conta da máquina do Estado com idêntica de a utilizar. Se as forças democráticas, tomando conta do poder, pudessem conservar a actual máquina do Estado, nunca chegariam a realizar-se quaisquer reformas democráticas sérias. A contra-revolução surgiria de seguida. A tarefa que se coloca às classes que conquistam o poder é "não de melhorar a máquina do Estado, mas de demoli-la, destruí-la" (Lenine, "O Estado e a Revolução", Obras Completas, Ed. fr. 7, 25, pg. 42).

A destruição do Estado fascista significaria a dissolução da Assembleia Nacional, da Câmara Corporativa, da FEDE, das outras forças representativas (GNR e PSP), da Logeio Portuguesa, da "União Nacional", dos tribunais de excepção. Significaria a dissolução da organização corporativa. Significaria a destruição da actual organica militar, judicial e burocrática.

Não se pense que a destruição da máquina do Estado fascista pode começar apenas depois da conquista do poder, que é uma tarefa apenas para o governo que substitua o governo fascista. A conquista do poder só será possível se o Estado fascista começar a ser destruído, antes da conquista do poder, no decurso da revolução democrática. Um golpe de palácio de círculos dominantes poderia apossar-se da máquina do Estado praticamente intacta. Mas uma revolução popular, para levar ao poder um governo democrático necessita de dar antes profundas machadadas no aparelho militar e burocrático do Estado fascista.

As forças democráticas não podem porém limitar-se a destruir a actual máquina do Estado. Têm de criar e organizar uma nova máquina do Estado ao serviço da revolução democrática e nacional. Destruindo o Estado fascista, têm de criar um Estado democrático.

O Estado, para nós, marxistas-leninistas, é um instrumento de dominação de uma ou várias classes sobre outras classes, é o instrumento de uma ou várias classes na luta contra outras. O Estado é "a violência organizada" das classes dominantes. Hoje, o Estado fascista é o instrumento de opressão de todas as classes e camadas não monopolistas pelos monopólios e latifundiários. Amanhã o Estado democrático, não será outra coisa que a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia, certos sectores da média burguesia, organizados como classes dominantes. Será o instrumento das classes que conquistarão o poder utilizado por elas para quebrar a resistência, de corteza encarniçada, dos monopolistas e dos latifundiários, para defender o novo regime de tentativas de intervenção estrangeira, para realizar os objectivos da revolução democrática.

Criar um Estado democrático significa criar um exército democrático, uma polícia democrática, uma justiça democrática e órgãos do poder que assegurem ao povo português a escolha e a determinação da política nacional. Só um Estado democrático poderá garantir a liberdade do povo português.

3- A ausência de liberdades, o despotismo e o terror fascista, não são um fim em si. São um meio para manter a exploração da nação inteira por um pequeno grupo de monopolistas e latifundiários; um meio para poder realizar a política destas classes contra os interesses, a vontade, os protestos e a indignação da esmagadora maioria dos portugueses. Mas a ausência de liberdades, o despotismo e o terror pesam tanto na vida dos portugueses como a exploração, a miséria, a ruína, o obscurantismo, a guerra colonial, a submissão ao imperialismo.

A conquista das liberdades democráticas será também um meio para que se possa levar a cabo uma profunda reforma política portuguesa. Mas esse meio em 38 anos de ditadura fascista tornou-se também um fim e o fim mais imediatamente ansiado pelas massas populares.

Acabar com o terror fascista, libertar Portugal do bando de malfeteiros instalados no poder, alcançar o direito de falar, escrever, reunir, manifestar, escolher os governantes, "respirar" tornou-se uma aspiração central do povo português. Nas classes que se opõem ao poder dos monopólios e latifundiários há interesses diversos. Mas o derrubamento da ditadura fascista e a conquista da liberdade política é uma reivindicação de todos os portugueses com excepção do punhado de milionários e do pequeno bando fascista que os serve. O Comité Central do Partido já salientou justamente que "em volta deste objectivo se têm unido portugueses e portuguesas de todas as classes, convicções políticas e crenças religiosas"; que "em volta dele se têm organizado através dos anos poderosos movimentos unitários e se têm travado heróicas batalhas contra o poder despótico do fascismo"; que "este objectivo se tornou a aspiração suprema do povo português na actual situação". ("Perspectivas", Janeiro de 1963).

Se há portugueses que estão de acordo em lutar para derrubar a ditadura fascista e instaurar as liberdades democráticas, esse objectivo comum, por si só, justifica a unidade. Nós, comunistas, estamos prontos a unir-nos na acção a todos quantos estão dispostos a lutar por ele.

Mas o Partido Comunista, ao pôr como um dos objectivos da revolução democrática e como objectivo central comum do movimento anti-fascista a conquista da liberdade política, vê na conquista da liberdade, não só a satisfação de uma reivindicação profundamente sentida pelo povo português, como um passo necessário para alcançar os outros objectivos da revolução democrática; a abolição dos monopólios, a Reforma Agrária, a elevação do nível material e cultural das classes laboriosas, a independência nacional, a paz, o reconhecimento do direito à independência dos povos coloniais. É condição essencial, primeira, indispensável para alcançar qualquer destes objectivos derrubar a ditadura fascista e conquistar a liberdade política.

Só um detractor da linha do Partido e um secretário que julga poder passar em branco etapas da revolução pode afirmar "que a palavra de ordem da conquista das liberdades políticas (sic) é ainda uma manifestação de renúncia às tarefas revolucionárias que se colocam ao nosso Partido, da busca de um compromisso para a direcção burguesa da revolução, da descrença e do receio na capacidade revolucionária do nosso proletariado".

A conquista da liberdade política não é apenas um objectivo comum das forças anti-fascistas. É na actual situação política um objectivo fundamental do Partido do proletariado. Nas vésperas da revolução de 1905, Lênine salientava que "o esforço primeiro e principal" dos social-democratas russos era "conquistar a liberdade política" porque esta era necessária para que todos os operários russos se unissem na luta por um regime socialista. ("Aos camponeses pobres", Obras completas, Ed. Ing. VI, pg. 367). Hoje em Portugal, a conquista da liberdade política é um dos objectivos fundamentais e uma condição primeira para a realização dos outros objectivos da revolução democrática, é uma condição para o desenvolvimento da luta da classe operária pelo socialismo.

Deixar de colocar a conquista da liberdade política como um dos objectivos da revolução democrática e o "primeiro e principal" nas presentes condições da ditadura fascista é que seria "renunciar" às tarefas revolucionárias que se colocam ante o Partido.

Falar do derrubamento da ditadura fascista e na conquista da liberdade política é falar na questão do poder. Lênine ensinou que "um partido que toma como objectivo

derrubar um governo tem necessariamente que considerar que governo pôr no lugar do velho governo que pretende derrubar" ("Duas Tácticas", in "Essentials", I, pag. 347). Qual o governo que deve tomar conta do poder uma vez escorraçado deste o governo fascista?

O Partido Comunista responde a esta questão: um Governo Provisório, que instaure as liberdades democráticas e realize eleições livres para uma Assembleia Constituinte.

Cabe a tal governo, libertar imediatamente todos os presos políticos, se antes o não tiverem sido, instaurar as liberdades de palavra, de imprensa, de reunião, de associação, de formação e actuação dos partidos políticos, sindical, de greve e religiosa. Cabe a tal governo publicar uma lei eleitoral que estabeleça o sufrágio universal directo e secreto para todos os cidadãos portugueses de mais de 21 anos, sem distincção de sexo, grau de instrução e situação económica e que estabeleça normas que assegurem a independência do voto e a fiscalização popular do acto eleitoral. Cabe ainda a tal governo realizar medidas imediatas para destruir o Estado fascista e criar as bases dum Estado democrático, um exército democrático; uma policia democrática; uma justiça democrática. Cabe a um tal governo convocar eleições livres para uma Assembleia Constituinte.

É indispensável para que o Governo Provisório realize esta sua missão que nele participe o Partido Comunista. O Partido Comunista propõe-se, junto com as outras forças democráticas, apoiado na classe operária e nas massas populares, derrubar o governo fascista e levar ao poder um governo em que estarão representadas as forças que derrubarão a ditadura fascista, onde estará portanto representado o Partido Comunista. Participando no Governo Provisório, o Partido Comunista defenderá aí os interesses da classe operária e das massas trabalhadoras e, embora não torne dependente a sua participação da aprovação pelo Governo Provisório do Programa do Partido, lutará para que sejam postas em prática medidas imediatas tendentes à realização dos objectivos da revolução democrática e nacional. Isto não é, como diz o referido secretário da linha do Partido buscar um "compromisso para a direcção burguesa da revolução", mas buscar assegurar ao proletariado um papel determinante em todo o processo revolucionário.

Defendem alguns que o Governo Provisório não devia ir além das medidas políticas referidas, pois que só nas eleições para a Assembleia Constituinte se revelará a vontade do povo. A tal opinião respondeu Lênine no seu tempo:

"Pode argumentar-se (escreveu Lênine em 1905) que um Governo Provisório, sendo apenas provisório, não pode realizar um programa construtivo que ainda não tenha recebido a aprovação de todo o povo". Um tal argumento seria apenas um sofisma de reaccionários e de "absolutistas". Impedir que se realize um programa construtivo significa tolerar a existência do regime feudal e da autocracia corrupta. Um tal regime seria tolerado apenas por um governo de traidores à revolução, mas não por um governo que é o órgão da insurreição popular. Seria risível propormos que se não exercesse a liberdade de reunião, cuja confirmação está pendente de uma Assembleia Constituinte, com o fundamento de que a Assembleia Constituinte poderíamos confirmar a liberdade de reunião. É igualmente risível pôr objecções à imediata execução do programa mínimo por um governo provisório revolucionário". ("Duas Tácticas da social-democracia na revolução democrática", Obras completas, Ed. Ing., Vol IX; pg. 28).

Estes ensinamentos de Lênine, consideradas as diferenças da situação e do carácter da revolução, têm para nós completa actualidade.

A tarefa fundamental do Governo Provisório é a instauração das liberdades democráticas e a realização de eleições livres para uma Assembleia Constituinte. Que esta tarefa seja realizada é a única condição que o Partido Comunista põe para a sua participação no governo. Mas ao mesmo tempo, dentro e fora do Governo Provisório, na acção governativa e no trabalho de massas, antes e depois das eleições para a Assembleia Constituinte, o Partido lutará para que seja levada até ao fim a revolução democrática e nacional, lutará:

- 1º Pela eliminação do poder dos monopólios nacionalizando os sectores fundamentais da economia portuguesa;
- 2º Pela realização da Reforma Agrária que entregue a terra a quem a trabalha;
- 3º Pela libertação de Portugal do domínio imperialista estrangeiro;
- 4º Pelo reconhecimento aos povos das colónias portuguesas do direito à auto-determinação e à independência;
- 5º Pela rápida elevação do nível de vida material e da cultura das classes trabalhadoras;
- 6º Por uma política externa de paz e cooperação com todos os Estados, na base da igualdade de direitos;
- 7º Pela destruição completa do Estado fascista e pela instauração de uma ordem democrática.

Tal é no essencial o Programa do Partido Comunista na actual etapa da revolução. Lutando pela realização deste programa, o Partido Comunista luta para abrir caminho para um Portugal Socialista. A luta pela democracia é parte da nossa luta pelo socialismo.

UNIDADE DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS E PATRIÓTICAS

IMPERATIVO DA SITUAÇÃO NACIONAL

I-A política do governo fascista, ao serviço dos monopólios associados ao imperialismo estrangeiro e dos latifundiários dirige-se contra os interesses de todas as restantes classes e camadas sociais: o proletariado (operários industriais e assalariados rurais), o campesinato (pequenos e médios agricultores), a pequena burguesia urbana, vastos sectores da média burguesia e da intelectualidade.

A política do governo envolve uma contradição que se agrava em desfavor do regime fascista. A concentração, baseada na política fascista, reforça o proletariado, arruína as classes médias e reduz assim progressivamente as bases sociais de apoio ao fascismo, ao mesmo tempo que amplia as forças sociais que se lhe opõem e as empurra, pela coincidência de interesses vitais, para a unidade.

É certo que a formação duma frente anti-monopolista, não elimina as contradições entre as classes que nela participam, entre o proletariado e a burguesia no seu conjunto, entre a burguesia industrial e o campesinato, entre a pequena e média burguesia. É certo que estas contradições se refletem inevitavelmente no seio da própria frente anti-monopolista, em que cada classe participante, além dos interesses comuns às outras classes participantes, tem interesses próprios que em muitos casos chocam com os das outras.

Mas daí não se pode concluir (como fazem alguns) pela inutilidade dos esforços e a impossibilidade da criação, inviabilidade e ineficiência duma tal frente, e pela necessidade que a classe operária caminha sózinha direita ao socialismo. A história está cheia de movimentos conjuntos vitoriosos de classes cujos interesses são entretanto contraditórios. Também em Portugal, mais fortes que os interesses contraditórios, que tendem a separá-las, existem no momento presente interesses comuns unindo essas classes na luta contra um mesmo inimigo: a ditadura fascista.

A expressão política da unidade das classes anti-monopolista é a unidade das forças democráticas e patrióticas, exigência da situação e tarefa central do partido do proletariado.

A unidade das forças anti-monopolistas e anti-fascistas tem como base fundamental a unidade da classe operária e a aliança desta com o campesinato e a pequena burguesia urbana. Fora do quadro das forças sociais portuguesas, a aliança com os povos das colónias portuguesas reveste, na actualidade, uma decisiva importância.

A unidade da classe operária tem em Portugal aspectos muito particulares. Em países onde existem diversos partidos operários e diversas centrais sindicais mais ou menos dirigidas por partidos políticos, o problema da unidade da classe operária, coloca desde logo o problema da unidade desses partidos e sindicatos. Em Portugal o único partido operário é o Partido Comunista. Os anarquistas que no início da ditadura representavam uma importante força operária, soçobraram ante a repressão e desapareceram da cena política. Os socialistas tradicionais, que tinham alguns laços com a classe operária, desapareceram também. Os agrupamentos socialistas hoje existentes, são formados por intelectuais e não contam com a organização operária. Não há sindicatos além dos fascistas, nem outro movimento organizado de carácter sindical além das diversas comissões de unidade cuja criação e acção está intimamente ligada à acção do Partido. Nestas condições, o problema da unidade da classe operária, põe-se em termos completamente diversos do que se põe nesses outros países. Em Portugal a unidade da classe operária, existe no fundamental, sob a direcção superior do Partido, e traduz-se nas lutas económicas e políticas e nos diversos organismos unitários.

Quando alguns camaradas dizem que o Partido não dá a importância devida à unidade da classe operária, que querem eles dizer? Se quisessem dizer que há deficiências no trabalho organizativo e de mobilização, teriam razão. Mas não é isso que querem dizer. Esses camaradas bem sabem que o gróssio da nossa actividade e da nossa força assenta no proletariado industrial e rural. Que pretendem então? Que vamos nós, comunistas, organizar um partido socialista nos centros operários para depois nos unirmos com ele? Ou que criemos organismos unitários e entreguemos a sua direcção a outras forças políticas?

A classe operária portuguesa, pode não estar suficientemente unida na acção, mas não está dividida. O reforço do papel de unidade da classe operária na unidade das forças anti-fascistas é fundamentalmente a intonsificação das suas lutas e o fortalecimento das suas diversas comissões e outros organismos que se venham a formar. Não existe presentemente qualquer problema de "unidade por cima".

Também o problema da aliança com o campesinato, não é por vezes considerado tendo em conta as características específicas de Portugal. Rigorosamente, os assalariados rurais fazem parte do proletariado e intitulando-se embora "camponeses" não fazem parte do "campesinato", ou seja dos proprietários da terra e roneiros. Mas, quando os assalariados rurais representam em grandes zonas do país, 70, 80, 90% e até mais da

população agrícola activa, o apoio da população dos campos ao movimento democrático nessas zonas é assegurado pelo apoio do proletariado rural. Não se deve menosprezar o trabalho entre os pequenos agricultores, devem defender-se os seus interesses e chamar-se à luta, mas o que aí decide são os assalariados. É com orgulho que podemos dizer: no sul o campo está conosco, está não apenas com a revolução democrática, mas com o socialismo.

Noutras regiões, já o peso dos pequenos e médios agricultores é maior, embora só em 2 distritos do continente (Viana do Castelo e Aveiro) os assalariados constituam menos de metade da população agrícola activa. É indubitável que a participação na luta anti-fascista do meio milhão de pequenos agricultores é ainda muito reduzida. Muitas das suas lutas são espontâneas. Não estão organizados. Entretanto tocados/violentamente pela política fascista, arruinados e ameaçados de expropriação, constituem uma força potencial de primeiro plano no quadro social português. A mobilização dessa força para a luta é uma expressão essencial da aliança com o camponato e uma importante condição de progresso do movimento anti-fascista.

Já no que diz respeito às camadas médias do camponato, a aliança com o proletariado apresenta aspectos mais positivos. Como o Comité Central do Partido salientou na sua Resolução de Agosto "é expressão dessa aliança, a acção unitária do Partido Comunista e de dirigentes democráticos que, embora muitas vezes tidos por representantes de intelectualidade, representam social e politicamente certas camadas do camponato". Alguns camaradas ficaram um tanto surpreendidos com esta conclusão. Mas a única coisa que pôde surpreender é que tenhamos tardado tanto tempo a vulgarizá-la.

A existência de interesses comuns das classes não-monopolistas na luta contra a ditadura não significa por si que a unidade entre elas seja estabelecida forçosamente através dos agrupamentos políticos que as representam. Podem existir condições sociais objectivas favoráveis e a unidade não se verificar. A unidade na acção política depende em larga medida da orientação dos agrupamentos políticos e dos seus dirigentes, dependo em parte decisiva da orientação, da força e da influência do partido do proletariado.

Nos duros e prolongados anos de ditadura, o Partido tem conduzido sempre uma política de unidade das forças anti-fascistas. Fomos sempre os maiores defensores da unidade. Nós, comunistas, temos bem presente que, das classes atingidas pelo poder dos monopolistas, só o proletariado está em condições de promover a união de todas as classes e camadas anti-monopolistas, de lhes dar um espírito organizador e um impulso revolucionário. Impulsionando e organizando a unidade popular nas lutas contra o fascismo, tomando incansavelmente a iniciativa da unidade de todos os democratas e patriotas, o Partido conquistou a simpatia, a confiança e o apoio de milhares de portugueses que não são comunistas.

Salvo alguns períodos em que concepções sectárias ou oportunistas predominavam no nosso trabalho, o Partido tem tido sempre um papel determinante no movimento unitário, colocando-se e colocando a classe operária na vanguarda do movimento.

A classe operária e as massas populares têm mostrado, na luta, que aprovam a política unitária do Partido. A unidade da classe operária e a unidade das massas populares revelando-se sempre, em todas as batalhas, pequenas e grandes, económicas e políticas contra a ditadura, tem sido um alto exemplo para as forças políticas. Os grandes mestres das forças democráticas em matéria de unidade, têm sido a classe operária e as massas populares. E, porque o povo português se habituou a ver os comunistas sempre à frente das lutas contra o regime, porque sabe que ninguém mais que os comunistas portugueses têm sofrido para libertar Portugal da tirania fascista, porque nenhuma outra voz como a voz do Partido o esclarece, o ajuda a orientar, nunca aceitou a política de isolamento do Partido Comunista e o seu afastamento das lutas e movimentos unitários que, numa ou noutra época, um ou outro agrupamento democrático tentou levar a cabo. Em Portugal, quem osteja pela unidade das forças anti-fascistas ganha a simpatia das massas populares. Quem apregoa e pratica a divisão isola-se delas.

A unidade das forças políticas anti-fascistas resulta da unidade da classe operária e da unidade popular na luta contra a ditadura e apoia-se nela. Nas lutas persistentes, incansáveis e heróicas dos operários industriais, dos assalariados rurais, dos camponeses, dos estudantes, dos intelectuais dos militares, unem-se portugueses e portuguesas de todas as tendências políticas. Há comunistas, há socialistas, há liberais. Mas a grande maioria dos portugueses são acima de tudo anti-fascistas. Este sentimento geral opõe-se à divisão entre anti-fascistas, e, se esta se manifesta, o povo não compreende e critica.

O espírito unitário do povo, o apoio popular à política de unidade do Partido está na raiz do êxito de tal política.

A constituição da Frente Patriótica de Libertação Nacional em fins de 1962, com

a participação de comunistas, socialistas, republicanos, liberais, católicos progressivos, monárquicos constitucionais, representou um novo e importante passo para a unidade de todas as forças anti-fascistas. Como é geralmente reconhecido, a unidade já hoje existente deve-se em larga medida, à política de unidade do Partido, à iniciativa e aos esforços incansáveis do Partido para unir numa mesma frente toda a oposição.

O facto de, em Portugal, a generalidade das forças anti-fascistas aceitar directa ou indirectamente a cooperação com o Partido Comunista, é uma grande vitória do Partido, é um indicativo do papel revolucionário do proletariado na revolução democrática. É uma afirmação do prestígio e da força do Partido, que ocupa honrosamente o lugar de "o mais forte partido da oposição"

Só a ignorância dos factos, e a ignorância da teoria, só a cegueira dogmática e sectária, pôde levar um camarada a condenar recentemente com três penas de acção incansável do Partido durante dezenas de anos para unir as forças democráticas, afirmar que "estamos ligados precisamente áquelles a quem menos interessa estar ligados", acusar que a política unitária do Partido tem sido a sua capitulação como Partido do proletariado, a sua colocação a reboque da direcção burguesa, a sua desistência da revolução por medo dela.

Não, não adoptaremos uma linha sectária que a coberto da pretensão de dar ao proletariado a hegemonia e a direcção, a coberto da pretensão de alcançar a verdadeira "revolução" conduziria ao isolamento do Partido, à entrega efectiva de toda a direcção do movimento democrático à burguesia, à criação de condições, não para realização de uma revolução democrática e nacional, mas para a instauração de uma nova forma de ditadura burguesa. Ao mesmo tempo que prosseguiremos o nosso trabalho político para elevar a consciencia política da classe das massas e atraí-las ao Programa do Partido, e ao mesmo tempo que prosseguiremos os esforços para unir a classe operária, para unir as massas populares na luta pelo derrubamento do fascismo, prosseguiremos tambem os nossos esforços para unir num movimento único contra a ditadura fascista todas as forças políticas que se opõem a esta. Prosseguiremos sem pausas, sem fadiga, sem impaciencia, a tarefa de unir, unir e unir, todos quantos queiram lutar para derrubar o governo fascista e instaurar uma ordem democrática em Portugal.

2-Num movimento democrático tão amplo como é o da Oposição portuguesa, em que participam classes diversas e agrupamentos políticos diversos, existem necessariamente diferenças de pontos de vista e até algumas divergencias sérias. Existem em relação aos objectivos do governo que seja levado ao poder pela revolução. Existem em relação à tática. Existem em relação aos métodos de organização.

Então perguntam alguns: que unidade é essa, se existem tantas diferenças de pontos de vista e divergencias? Como se pode, nessas condições, desenvolver o movimento? Como se pode, nessas condições, pretender tomar conta do poder? Alguns opinam mesmo que, se existem tais divergencias, melhor seria chegar primeiro a um acordo em tudo e depois constituir a Frente. Sem isso não valeria a pena.

A experiencia mostra que, se se fica esperando acordo em tudo para depois se começar a marchar em comum, nunca mais se marcha. Mostra tambem que, quando as forças democráticas resolvem unir-se e começar a agir em comum, no decurso da sua própria acção se vão aproximando os pontos de vista e se vão definindo melhor todos os aspectos de orientação do movimento unitário.

A existencia de pontos de vista diversos não significa entretanto que se tenha partido de um desaccordo. Partiu-se naturalmente de acordo em algumas questões fundamentais: o objectivo de derrubar o fascismo e instaurar as liberdades democráticas, a constituição de uma organização unitária, o propósito de cooperar estreitamente para a vitória. Mas na medida em que se passa dos primeiros contactos entre forças políticas para a estruturação de um movimento, na medida em que se passa duma perspectiva geral de acção para a acção, na medida em que se passa de acordos "por cima" para uma vasta propaganda politica, na medida em que o movimento unitário se desenvolve avança, impõe-se a necessidade de precisar melhor a sua orientação. Embora alguns assim o não entendam, a orientação de uma frente não é a orientação de cada um dos participantes mas a orientação do movimento comum. Se a Frente adoptasse o programa, a tática, os os principios orgânicos do Partido Comunista, não teria qualquer sentido como Frente, havia que integrar no Partido todas as forças e pessoas participantes. Inversamente se a Frente adoptasse o programa, a tática, os principios orgânicos, de qualquer outro agrupamento participante, que faria ali o Partido Comunista? Isto devem compreender alguns dos nossos amigos de outras correntes democráticas, se na verdade desejam manter o fraterno a unidade com o Partido Comunista.

O próprio carácter duma frente em que participam correntes diversas, explica que se coloquem hoje perante o movimento unitário sérios problemas politicos, tácticos, de organização e de direcção relacionados com as suas tarefas.

Um problema político que sempre aparece quando se constitui um movimento unitário, é o do programa. O Partido Comunista sempre se pronunciou contra a preocupação nos movimentos unitários da elaboração de minuciosos programas de governo, que, no geral, posta como tarefa a curto prazo, se torna uma preocupação que absorve demasiadas energias, concentra as preocupações e distrai a atenção das tarefas fundamentais.

A história em geral é a seguinte: diz-se que é essencial um minucioso programa de governo, para na sua base se alcançar um largo apoio; com toda a urgência se encomendam as diversas partes aos presumíveis futuros ministros e candidatos; no melhor dos casos um dos agrupamentos aderentes faz um projecto; põe-se um prazo de um mês, e demora-se um ano na elaboração e discussão, quando a há; finalmente o programa sai. Entretanto a situação mudou, as forças políticas tiveram nova arrumação e o programa fica sendo "mais um papel" em breve completamente esquecido.

Também se têm elaborado programas de governo com outro fim: o golpe militar está à porta; é preciso mostrar que se será capaz de governar; é preciso em alguns casos, que os militares saibam o que os civis querem fazer. E o programa faz-se, não para ser uma bandeira política, não para conquistar para o movimento o apoio do povo, mas apenas para "convencer" umas tantas pessoas. Como tão pouco pela pressa com que foi feito, serve como base séria para o trabalho futuro de qualquer governo possível, passando o momento para nada mais presta.

Por muita energia, capacidade, boa vontade, que em qualquer dos casos empregam os redactores, esta tem sido invariavelmente a sorte dos "programas de governo" dos movimentos unitários.

Isto não significa que as forças democráticas unidas não tenham necessidade de elaborar uma plataforma política suficientemente clara, ou mesmo um curto programa que condense os objectivos políticos fundamentais. Tem sido colocado e aceite, como objectivo fundamental do movimento anti-fascista o derrubamento da ditadura fascista e a subida ao poder dum governo provisório que instaure as liberdades democráticas e convoque eleições livres para uma Assembleia Constituinte. Continuamos a pensar que todos quantos têm este objectivo se devem unir na luta para libertar Portugal da tirania fascista. E que, se entre forças anti-fascistas, esse fosse o único objectivo comum, é-lhe daria base bastante para a unidade, é-lhe seria (como muitas vezes tem sido ao longo da luta anti-fascista) um programa bastante para a acção comum das forças democráticas.

Pode porém a definição desse objectivo satisfazer nas condições presentes, as necessidades políticas do movimento unitário da Oposição, designadamente da Frente Patriótica? A nossa resposta é negativa. Dados os progressos do movimento unitário, uma frente que se propõe levar ao poder um governo provisório, que trabalha para isso, tem de saber e dizer o que vai fazer imediatamente o Governo Provisório, não apenas no que respeita à instauração da liberdade política, e à convocação de eleições, mas no que respeita aos problemas cruciais da situação política portuguesa, sobre os quais há que tomar decisões mesmo antes das eleições, por muito rapidamente que estas sejam convocadas. Por exemplo: vai o Governo Provisório continuar a guerra de Angola até às eleições, para que o povo manifeste através destas a sua opinião? Vai o Governo Provisório manter a política externa fascista até às eleições? Vai deixar que até estas a vida económica portuguesa continue a ser dominada pelos grandes grupos monopolistas e pelos grandes agrários? Não dá resposta nenhuma às reivindicações das classes trabalhadoras e das classes médias tão energicamente colocadas ao longo dos anos na luta contra a ditadura? Não, um Governo Provisório, sendo uma revolução democrática, mesmo que o quisesse, não poderia limitar-se a aguardar as eleições, nestes e noutros aspectos da política nacional, a não ser que traísse a causa da democracia, e as massas o deixassem fazê-lo. Uma Frente que se prepara para o assalto ao poder e se baseia no apoio de largas massas populares, tem de, antes da tomada do poder, dar resposta a estas questões.

Para o Partido, a realização de um programa mínimo pelo Governo Provisório põe-se em dois aspectos: um aspecto é o de ganharmos desde hoje as massas populares para os objectivos políticos da revolução democrática e nacional, é ganharmo-las para o Programa do Partido na actual etapa da revolução, é prepararmo-las para amanhã (derrubada a ditadura fascista e formado um governo provisório) não esperar pelas eleições para exigirem do Governo a aplicação dos pontos desse programa, que podem ser imediatamente realizados, e não só o exigirem do governo, como elas próprias, as massas populares, tomarem no decurso do processo revolucionário, medidas práticas para a sua realização. Uma tal orientação em nada modifica o que o Partido numerosas vezes tem repetido - que respeitará a vontade do povo manifestada no exercício de reais liberdades e em eleições verdadeiramente livres - uma vez que essas eleições só podem ser verdadeiramente livres se, antes delas, uma série de medidas políticas imediatas forem tomadas.

Outro aspecto é o de juntamento com as outras forças democráticas unidas elaborarmos um programa mínimo a realizar pelo Governo Provisório.

Perguntam então alguns: o se hoje a Frente Patriótica aceitasse o Programa do Partido? Não corresponde este aos interesses de todas as classes e camadas da população atingidas pelo poder dos monopólios?

Objectivamente ele corresponde a esses interesses. Mas isso não significa que essas classes e camadas e que as forças políticas que as representam tenham consciência disso. A verdade é que a não têm. Nessas outras classes e nas forças políticas que as representam há oscilações que as impedem de realizar um tal programa. Vacilam em relação à luta anti-imperialista, vacilam em relação à liquidação do poder dos monopólios, vacilam em relação à Reforma Agrária, vacilam em relação a uma política de paz.

Reflexões dessas vacilações aparecem em alguns documentos programáticos de forças da Oposição. Não nos referimos apenas ao "Programa da Democratização da República" elaborado pela burguesia liberal em colaboração com vários sectores socialistas e radicais. Referimo-nos também a documentos de forças políticas mais jovens e mais "à esquerda". Num deles, por exemplo, em relação ao problema colonial, embora reconhecendo o princípio da independência, apresentando medidas para efectiva-la, procura que seja um futuro governo democrático português a ditar os termos e o processo dessa independência, o prazo, o "período de transição", tudo com vistas à criação no futuro de "uma comunidade de povos de língua portuguesa". Num outro toma-se uma posição positiva em relação ao Mercado Comum. Outras vacilações aparecem com nitidez, mesmo nas forças políticas que hoje representam a pequena burguesia mais radicalizada. Como o Partido tem sublinhado, de todas as classes que participam no movimento democrático nacional só o proletariado está em condições de lutar consequentemente até ao fim por todos os objectivos políticos fundamentais da revolução democrática.

Por isso, se algum agrupamento ou personalidade do movimento unitário se disser disposto a adoptar o Programa do Partido como programa comum, não por isso devemos acreditar que as forças políticas participantes no movimento unitário estejam dispostas a adoptá-lo. E se radicais pequenos burgueses e anarquistas vierem a propor a adaptação, como programa, de pontos que nas condições presentes não contribuiriam para a unidade das forças democráticas, mas para a sua divisão, não devemos deixar de rejeitar a proposta mesmo que - como agora é moda - acusen o Partido de estar "à direita" de outros... No quadro actual das forças políticas no nosso país, um programa mínimo comum é, necessariamente, mais limitado que o Programa do Partido para a actual fase da revolução.

Consideramos que o movimento unitário que tem já uma expressão orgânica - a Frente Patriótica - deve prosseguir o seu esforço encetado na segunda Conferência realizada em Janeiro de 1964, e precisar melhor os objectivos da Frente, numa plataforma que possa ser aceite pela grande maioria das forças democráticas portuguesas. O Partido, ao mesmo tempo que apresenta o seu Programa, na actual etapa da Revolução, ao mesmo tempo que procura ganhar o apoio das massas populares para ele, deve participar na elaboração e subscrever um programa mínimo do movimento unitário.

3- O movimento unitário tem também perante si sérios problemas de tática e de organização.

Encontrar uma linha comum de actividade é hoje uma das suas tarefas centrais e talvez a mais importante do momento. A dificuldade consiste em que é talvez a mais difícil no momento presente. A questão não é tanto a de definir uma ou outra forma de actuação. A questão é a de definir em comum as direcções fundamentais da actividade do movimento unitário, se dentro deste, uns estão voltados para o golpe militar, outros para uma acção individual, outros para a acção popular, alguns, menos numerosos, para a acção legal, é evidente ser extremamente difícil indicar, como resolução comum e com responsabilidade comum, a direcção fundamental da actividade... Cada agrupamento procura influenciar os organismos unitários a que pertence. E, na sua actividade própria, segue naturalmente a orientação que lhe parece mais justa, e faz propaganda dela. Não vemos outro caminho para vencer a dificuldade que não seja continuar o debate, coordenar em cada caso os esforços para a acção e colher da experiência da luta comum todos os ensinamentos. A acção prática decidirá em definitivo desta questão.

No que respeita à organização, uma grande dificuldade do movimento unitário resulta da falta de estruturação orgânica dos agrupamentos políticos da Oposição. Alguns grupos fazem presentemente um esforço para criar e alargar uma organização própria. Mas nenhum deles foi ainda além da constituição de alguns núcleos e da formação de uma direcção mais ou menos estável. As debilidades de organização de várias correntes anti-fascistas (com excepção do Partido Comunista) são tão grandes que hoje em Portugal, quando um agrupamento político clandestino alcança 100 ou 200 aderentes destaca-se no quadro geral. O movimento anti-fascista é larguíssimo, há correntes, há tendências, há formas primitivas e rudimentares de ligação política, há milhares de combatentes democráticos sem partido que conduzem uma actividade persistente

e destacada e entretanto não existe, além do Partido Comunista, nenhum outro grande partido anti-fascista.

Esta situação que, com pequenas variantes, se tem mantido ao longo de muitos anos tem sempre conferido um papel de grande relevo às organizações unitárias. Hoje, como no passado, a organização do movimento unitário baseia-se mais nos organismos de unidade que nas organizações dos agrupamentos aderentes. As Juntas de Acção Patriótica, que são forma orgânica da Frente Patriótica, têm acusado progressos e são de momentos os únicos organismos políticos unitários em que o movimento anti-fascista pode apoiar-se, os únicos organismos políticos unitários em condições de encabeçar a actividade anti-fascista.

Em relação às J.A.P. há posições diversas no campo anti-fascista. Muitos participam e estão dispostos a participar na sua formação. Outros acham bom que se formem, mas recusam participar. Outros ainda discordam da formação porque, dizem, as J.A.P. têm a participação ou o apoio do Partido Comunista, são em muitos casos formadas e controladas por este e por isso sugerem os outros democratas que delas façam parte a serem acusados pelo Governo de "cripto-comunistas" e tratados com a máxima severidade. Alguns vão ao ponto de dizer: "se formos presos sem estarmos nas J.A.P. podemos ficar umas semanas ou uns meses na prisão. Se estivermos nas J.A.P., aplicam-nos como se fossemos comunistas as "medidas de segurança" que correspondem à prisão perpétua!..

Sem dúvida que o Partido Comunista, como participante na Frente Patriótica, tem um papel destacado na formação das J.A.P., embora existam numerosas J.A.P. sem que a elas pertença um único comunista. Mas o que decide da severidade da repressão aos democratas não comunistas não é tanto a ligação eventual com os comunistas, como sobretudo a real actividade revolucionária dos democratas. O Capitão Varela Gomes e os seus companheiros estão sofrendo, não por terem colaborado com os comunistas mas por terem assaltado um quartel. E será por ligação com os comunistas que numerosos oficiais hoje estão presos por resistirem à política colonialista do Governo? Se outros democratas lutam unidos com os comunistas isso é naturalmente um índice de que participam de uma actividade revolucionária. Mas, quando desenvolvem uma actividade verdadeiramente revolucionária, mesmo desligados dos comunistas, os fascistas não os poupam.

A acusação de "comunistas" é hoje feita a todos os que se opõem consecuentemente à ditadura. Não ouvimos nós o nazi André Navarro gritar na Assembleia Nacional que "monárquicos, republicanos e católicos progressistas," são "elementos do Partido camuflados" (sic)? E não lemos no despacho do Governador Civil de Aveiro ao pedido de autorização, feito por democratas, para abrirem na cidade uma "Casa Museu José Estevão" a espantosa afirmação de que "não estava autorizada a abertura de sedes do Partido Comunista" (sic)? Não vimos acusar sucessivamente do "comunista" com todas as letras, os candidatos da Oposição à Presidência da República Norton de Matos, Rui Luís Gomes, Quitão Neirelos, Arlindo Vicente, Humberto Delgado? Se, em vez de participarem em J.A.P., democratas não comunistas constituírem um qualquer organismo clandestino e começarem a trabalhar a sério contra o Governo, nada os livrará, se forem descobertos de uma severa repressão. Não tem pois qualquer fundamento o argumento apresentado por alguns para explicar a sua não participação nas J.A.P..

No fundo, as objecções à formação e sobretudo à participação nas J.A.P. por parte de alguns democratas, são objecções a qualquer verdadeira actividade revolucionária ou são objecções que provêm da política legalista, hesitante, recosa do povo, voltada para os dissidentes do regime, por parte de alguns sectores da burguesia liberal.

Não temos a superstição do nome, nem nos agarramos a processos de trabalho como coisas imutáveis. Estamos sempre prontos a considerar soluções novas para os problemas de organização. Mas, presentemente, só as J.A.P., forma de organização unitária da Frente Patriótica, têm condições para se tornarem a essência de um movimento democrático nacional.

Isto não significa que as J.A.P. sejam a única organização política unitária possível. Não. São de admitir outras formas de organização, de enlace, de cooperação estrutural. E neste aspecto, ao mesmo tempo que faz um sério esforço para constituir e estruturar as J.A.P., o Partido deve lutar contra a tendência de considerar que só nas J.A.P. se pode estabelecer a unidade. Neste aspecto, a segunda Conferência da Frente Patriótica tomou uma posição que coincide com a do Partido.

4- Um outro problema sério que o movimento unitário defronta é o da direcção: durante alguns anos, o movimento unitário teve como órgão supremo, a Junta Patriótica Central. Com um funcionamento muito irregular, esta foi mais um organismo de enlace que um organismo directivo. De nenhuma forma assegurou a direcção efectiva do movimento democrático e a partir de certa altura, deixou praticamente de reunir. As forças democráticas, no geral, pressionadas pela opinião popular continuaram a aceitar em princípio a ideia da unidade, mas na acção prática, salvo raros períodos, os dirigentes pouco fizeram para fazer da unidade um instrumento para impulsionar toda a luta anti-fascista.

Foi nestas condições que, em Dezembro de 1962, representantes das forças da Oposição, entre os quais representantes do Partido Comunista, se reuniram em mesa redonda num país da Europa Ocidental e resolveram no quadro do movimento unitário anterior constituir a Frente Patriótica de Libertação Nacional. Essa conferência representou um passo positivo no sentido do reforço da unidade democrática e abriu perspectivas novas para a constituição de uma direcção das forças anti-fascistas. Essas perspectivas novas resultaram do facto de estarem já então exilados em diversos países destacados dirigentes democráticos e do facto de, pela primeira vez, desde a República Espanhola receberam as forças democráticas portuguesas hospitalidade, compreensão e facilidades para a sua actuação política, por parte de um Estado não muito distante de Portugal: a Argélia. A Conferência resolveu formar, funcionando no estrangeiro, uma Comissão delegada, continuando a reconhecer a Junta Patriótica Central como o organismo supremo de direcção do movimento unitário.

Passou o ano de 1963. E que se verificou quanto à direcção do movimento? Ao mesmo tempo que os dirigentes exilados fortaleciam os laços de unidade e tomavam iniciativas com vistas à criação de uma direcção unitária, os dirigentes no interior do país, salvo o Partido Comunista, pouco ou nada fizeram para constituir tal direcção. Praticamente, em 1963, não existiu Junta Patriótica Central.

Quando, por iniciativa do Partido Comunista e com a aprovação de quase todas as correntes políticas anti-fascistas se realizou em Janeiro de 1964, a IIª Conferência da Frente Patriótica, com dirigentes anti-fascistas exilados, com dirigentes do Partido Comunista e com delegados das Juntas Patrióticas do interior, a situação era esta: não existia Junta Patriótica Central, não existia esse organismo até então reconhecido como o organismo supremo de direcção do movimento unitário.

A IIª Conferência constituiu um novo e importante passo para o reforço da unidade, da constituição efectiva de uma direcção do movimento e a intensificação da actividade das forças anti-fascistas. A participação na Conferência do General Humberto Delgado, do Prof. Ruy Luís Gomes, do Secretário Geral do Partido Comunista e de outros destacados dirigentes das forças da Oposição, foi só por si uma grande vitória para a unidade de todos quantos pretendem por fim à tirania salazarista.

A IIIª Conferência tomou decisões de grande importância para o desenvolvimento ulterior do movimento unitário e para a constituição da sua direcção efectiva. A própria Conferência tornou-se um organismo superior de direcção ao qual cabe deliberar "a respeito de todas as questões concernentes à direcção do movimento". Ficaram sendo membros permanentes da Conferência todos quantos nela participaram e anti-fascistas que estiveram ausentes. Foi considerada a participação, em futuras reuniões da Conferência, de uma mais forte representação de diversos agrupamentos políticos e de dirigentes democráticos ainda não integrados na Frente. A institucionalização da Conferência, como órgão superior de direcção, tem grande importância para o progresso do movimento unitário. Criou-se, finalmente, um organismo, onde só estão hoje directamente representados alguns dos principais agrupamentos políticos, e onde podem ser discutidos, numa base mais larga, todos os problemas do movimento anti-fascista. A Conferência não é um organismo para dirigir actividades no estrangeiro, mas sim um organismo de direcção geral do movimento anti-fascista. Para dirigir a actividade no estrangeiro, a Conferência resolveu criar, sob a presidência do General e funcionamento em Argel, um organismo executivo intitulado Junta Revolucionária Portuguesa que "conduzirá no estrangeiro a acção política, diplomática, de organização, de propaganda e financeira da Frente Patriótica de Libertação Nacional". O partido Comunista está representado na Junta. O facto de que, na actual situação internacional, o povo português está já recebendo e pode receber ainda mais para a sua luta contra o fascismo, uma grande ajuda das forças mundiais da democracia e do progresso, justificaria por si só a constituição de um organismo dirigente no exterior. Mas a Junta pretende ter no fundamental a sua atenção voltada para o país.

Estas decisões não resolvem completamente o problema da direcção do movimento

anti-fascista. Nem a Conferência nem a Junta podem substituir um organismo de direcção no interior do país. A própria Conferência "reafirmou a necessidade duma regular e eficiente actuação no interior do país de um organismo de direcção central".

O partido Comunista considera esta uma questão essencial para a constituição de uma direcção geral do movimento anti-fascista. Estamos em completo desacordo com algumas opiniões, expressas tanto por democratas exilados, como por democratas que lutam no país, segundo a qual estaria já provado que a direcção suprema do movimento está no estrangeiro, que a constituição de uma central no interior é uma ilusão e que por isso interessa dar "luz verde" aos dirigentes exilados e fazer partir deles toda a direcção do movimento. Tais opiniões a serem seguidas entravariam o desenvolvimento do movimento anti-fascista e criaria novas dificuldades à unidade das forças democráticas. A nosso ver toda a acção no estrangeiro deve ser considerada em função da luta no interior. É em Portugal que se decide a sorte do movimento democrático. A unidade estabelecida entre dirigentes que se encontram no exílio é sem dúvida um poderoso estímulo à unidade de todas as forças democráticas. Na medida em que se trata de dirigentes de organizações ou movimentos existentes no país, não se trata de outra coisa senão de uma expressão de unidade no interior dessas organizações e movimentos. Mas nada pode substituir o estabelecimento duma direcção unitária eficiente no interior. Esta é uma tarefa primordial do movimento nacional anti-fascista, designadamente da Frente Patriótica.

Não é obrigatório nem eventualmente será o mais viável, a reconstituição da Junta Patriótica Central nos moldes habituais. Interessa sobretudo que seja um organismo que dirija realmente a luta contra a ditadura. É de admitir tanto a sua formação "por cima", como a sua formação a partir "de baixo". De qualquer forma, o organismo de direcção superior não pode pretender esse título, senão na medida em que ligar a sua actividade à actividade revolucionária dos organismos unitários e dos agrupamentos políticos mais activos.

A resolução da IIª Conferência, segundo a qual "é necessário prosseguir o esforço para a organização das J.A.P. e para a sua unificação orgânica à escala local, regional e nacional", a aprovação pela Conferência de "iniciativas que possam ser tomadas tanto para a constituição de organismos directivos a partir de acordos entre as forças políticas da Oposição, como a partir da escolha e enlace das J.A.P.", indicam de facto o justo caminho para a criação de uma efectiva direcção no interior.

O Partido deve desenvolver esforços nos dois sentidos. Procurar criar uma direcção a partir do "cima" com os dirigentes anti-fascistas mais destacados e os dirigentes das organizações mais activas, estabelecendo contactos e empreendendo as diligências necessárias para esse fim, tanto com os agrupamentos tradicionais como com agrupamentos novos, em particular de estudantes e militares. Ao mesmo tempo impulsionar pela sua parte e a partir "de baixo para cima", por intermédio dos membros do Partido que fazem parte da J.A.P., a estruturação orgânica das J.A.P., o enlace das suas organizações locais e regionais no sentido da formação de uma direcção nacional. Vista a questão nos aspectos políticos mais gerais, nada desaconselha que se venham a encontrar num organismo de direcção tanto representantes de determinados agrupamentos políticos, como representantes de uma organização estruturalmente unitária. O essencial é que se não venha a criar um organismo morto, separado da vida política e da luta popular, num organismo que sirva sobretudo para dar o nome e dizer que existe. O essencial é que um tal organismo esteja ligado a forças em luta e viva para dirigir esta.

Ainda respeitante ao problema da direcção do movimento anti-fascista, tem-se falado muito na constituição de um Governo Provisório no Exílio. O Partido considera que não é de excluir que se venha a criar uma situação em que o grau de desenvolvimento da luta popular e do movimento democrático, dificuldades do regime, acontecimentos militares nas colónias, conjuntura internacional, etc., possam aconselhar tal iniciativa como um factor positivo para o desenvolvimento da luta nacional contra a ditadura. Presentemente, tal situação não existe. Quando hoje se discutem os problemas da direcção do movimento democrático nacional, ao falar-se da Conferência, da Junta Revolucionária, da Junta Patriótica, com frequência surge a pergunta: "onde está a direcção suprema do movimento unitário? no interior ou no exterior? Onde se pretende que fique?". Em qualquer movimento revolucionário pode admitir-se uma ou outra solução, no sentido da presença física dos dirigentes dentro ou fora do país. Actualmente, no que respeita a esta questão, atravessa-se, no movimento democrático, uma fase de estruturação, que não pode considerar-se ainda definitiva. A essas perguntas nós respondemos: a vida e a luta o mostrarão. Os verdadeiros dirigentes são aqueles que dirigem de

facto a luta popular. A direcção suprema, do direito, está sempre onde estiver de facto.

5- O desenvolvimento do movimento unitário tem de ter em conta a pulverização orgânica das forças da Oposição e as transformações que se têm dado nos últimos anos. A Frente Patriótica não se pode considerar como uma "forma acabada" da organização unitária porque no panorama geral das forças políticas anti-fascistas se atravessa um período de reagrupamento e renovação.

No tradicional grupo de pequenos grupos, que encabeçam algumas velhas personalidades da burguesia liberal, está-se esporando uma verdadeira desagregação política. Ao mesmo tempo que essas velhas personalidades seguem uma orientação cada vez mais voltada para o comprinso com os desidentes do regime, nos grupos que habitualmente as apoiavam notam-se importantes mudanças: alguns libertam-se bruscamente da tutela desses dirigentes e contam-se hoje entre os seus mais severos acusadores; outros acompanham-nos por vezes com um apoio moral, mas divergem já radicalmente na orientação; outros aproveitam apenas a sombra relativamente pacata desses dirigentes. Nesse tradicional grupo de pequenos grupos os dirigentes da burguesia liberal perdem de forma crescente o controle político do próprio movimento.

Nos outros agrupamentos tradicionais que subsistem - um regional republicano-socialista, um regional de socialistas de esquerda e o de católicos progressistas - passa-se um momento incerto, em que se sucedem fases de reactivação e de apatia, marcando por um lado indecisões, por outro o esforço para não perder a posição.

Além porém destes grupos tradicionais, aparecem forças jovens, que os velhos dirigentes liberais parece quererem ignorar mas que marcam uma presença activa no movimento anti-fascista: agrupamentos políticos de estudantes, de jovens oficiais, de intelectuais socialistas. Estas forças jovens, sobretudo as duas primeiras, nascem directamente das massas estudantis e da resistência contra a guerra colonial e estão animadas de espírito combativo.

Os grupos novos de gente velha, os grupos novos de gente nova, procuram ainda objectivos e métodos orgânicos. São muitos. Não se distinguem por vezes senão por terem a animá-los pessoas diferentes. Acompanhando a falta de amadurecimento política mudam de nome com facilidade. Alguns ocultam-se aos olhos das outras forças democráticas, por falta de confiança em si mesmos nuns casos, por excesso de confiança noutros. Mesmo dentro da Frente Patriótica, há grupos que nunca se sabe bem onde começam e onde acabam e os dirigentes (não se sabe bem porquê) não ficam à vontade quando se pergunta se são de tal ou tal agrupamento. De hoje aparece hoje um dirigente que amanhã aparece com outros. Há ainda grande instabilidade destas forças. Mas a tendência será inevitavelmente para a aglutinação, seja em novos partidos, seja em movimentos de cooperação política.

O Partido Comunista, como único partido da Oposição com uma organização nacional estruturada, tem a este respeito uma grande responsabilidade e sérias tarefas. O Partido deve obrigatoriamente estabelecer contacto com todos esses grupos, animá-los, ajudá-los e atraí-los. Atraí-los à política do Partido e à política do unidade. Em relação a alguns deles, aqueles que surgem directamente do desenvolvimento do movimento anti-fascista, o Partido deve emprender um intenso trabalho político e ideológico com vistas a trazer-los à luta que se trava sob a bandeira do marxismo-leninismo. Em relação a todos, o Partido deve emprender intenso trabalho para a sua integração num amplo movimento unitário.

Para alcançar estes objectivos, não é porém bastante o trabalho político e ideológico. É decisiva a iniciativa para a acção, o estabelecimento de laços na organização, no desencadeamento e no decurso da luta política. É na acção de massas que se forja e se consolida a unidade e que se pode conseguir concretizá-las em formas correctas de organização.

A Frente Patriótica, pelas forças em que se baseia, pelo facto de aparecer no panorama geral da Oposição como o único movimento organizado unitário, está em condições, se souber trabalhar, de ser o núcleo aglutinador de todas essas energias políticas dispersas, não se limitando a alcançar o seu apoio (que em geral já existe), mas a integrá-las orgânicamente na Frente - seja nas Juntas de Acção Patriótica, seja por outras formas de enlace e coordenação, e a impulsionar acções com a sua participação.

Para que a Frente consiga porém transformar os apoios em acções unitárias tem de dar novos passos adiante na sua própria consolidação política e orgânica tem de se impor pela definição dos seus objectivos, da sua tática, do seu trabalho de organização pela iniciativa na luta popular e pela capacidade de orientá-la. Só na medida em que o souber fazer, se tornará de facto o movimento unitário de Oposição, a força política dirigente da luta nacional contra a ditadura fascista.

6-Os católicos têm uma posição particular na situação política portuguesa. O catolicismo não é uma corrente política, é uma religião. Ser católico, não significa estar com o governo ou contra o.

A religião católica tem porém uma organização poderosa, — a igreja, — com um chefe supremo em Portugal, com uma hierarquia, com todo um aparelho clerical constituído por milhares de sacerdotes e distribuído por todo o território nacional, com jornais diários, com imprensa regional, com organizações de massas, com escolas próprias, com enormes recursos financeiros. Pela orientação política reacçãoária dos seus chefes, começando pelo Cardeal Cerejeira, a Igreja não se tem mantido nos limites da actividade religiosa, antes tem tomado uma posição aberta de apoio à ditadura fascista. A Igreja coloca-se sistematicamente ao lado dos monopólios contra as classes trabalhadoras, apoia a política de terror contra as massas populares, apoia a perseguição aos democratas, ataca a perseguição aos comunistas, apoia a política colonialista de Salazar e a guerra colonial. Fazendo tudo isso, o Cardeal Cerejeira afirma-se pelo menos tão "Santo" como Salazar, pois, quando do seu jubileu sacerdotal, afirmou que logo após a sua morte falará com Deus... no Céu! ("D. Manhã") (19/II/61) O santa modéstia! O presunção de salvação!

Em todos os momentos de graves dificuldades para o regime fascista, perante todas as grandes lutas das massas populares portuguesas, sistematicamente o Cardeal e o Episcopado intervêm em defesa do fascismo, procurando afastar os católicos da luta anti-fascista, e mobilizá-los a favor do regime. As massas populares vêm à rua reclamar as liberdades? Logo vem o Alto Clero afirmar que "a autoridade vem de Deus e por isso se deve respeitar às pessoas investidas na autoridade e obediência às leis" (Nota do Episcopado Português de 6/II/61) Unem-se os anti-fascistas? Logo vem o Alto Clero dizer que "é nenhum católico ilícito aliciar-se com aqueles que negam Cristo", que "nenhum católico pode colaborar com o comunismo" (Nota do Episcopado de 20/I/62) A Oposição luta no terreno "eleitoral" fascista? Logo vem o Alto Clero dizer que aos católicos é proibido "votar não só nos comunistas, mas naqueles que se aliam com eles" e o seu dever é "votar por Deus", ou seja pelos fascistas (Nota do Episcopado de 6/II/61) Vive-se num ambiente de revolta, o governo está informado disso? Logo vem o Alto Clero indicar aos seus católicos que devem obedecer constante e lealmente à autoridade pública, não fazer nada com espírito de sedição, e observar religiosamente as leis do Estado (Nota Pastoral de 16.I.59). Desencadeiam os fascistas ondas de terror, desenvolve-se um amplo movimento em Portugal e no estrangeiro pela anistia dos presos políticos? Logo vem o Alto Clero pedir seráficamente uma anistia para os presos comuns (Outubro de 1962). Desenvolve-se a luta libertadora nas colónias? Logo vem o Alto Clero atacar a auto-determinação, defender a política colonialista de Salazar, mandar "orar pelas autoridades públicas", elogiar os "heróis da Pátria e Santos da Igreja" e, pela boca dos bispos de Luanda, defender o "direito de matar" (reunião dos bispos de Luanda em 14/I/61) (Nota do Episcopado de 15/I/62).

Pela mão dos seus altos dignatários, a Igreja tem-se assim comprometido a fundo na política fascista, tendo nesta, intensa participação e grande responsabilidade.

As relações entre o governo fascista, a Igreja e o catolicismo, traduzem-se assim: o governo fascista defende a Igreja e o catolicismo na medida em que estes defendem o governo fascista. Salazar não serve a Igreja e o catolicismo. Salazar (e as classes monopólicas que representa) servem-se da Igreja e do catolicismo. Os católicos têm a "liberdade" de fazer política fascista; não têm liberdade de fazer qualquer outra política.

Se o Alto Clero e os sacerdotes apoiam abertamente o governo, se um senhor reverendo afirma aos cronistas (como recentemente ouvimos uma vez mais) que o "Senhor Presidente do Conselho foi um dom concedido por Deus a Portugal" (Século 5:3.64), Salazar afirma estar aí a manifestação dos sentimentos católicos do povo. Mas se os sacerdotes se manifestam contra o governo, Salazar diz que não pode permiti-lo, porque o povo é anti-clerical e não gosta de ver os padres metidos na política... O Alto Clero, servindo a ditadura fascista, toma idêntica posição. Quando ainda nenhuma corrente de católicos anti-fascistas tinha ganho vulto, o Cardeal e o Alto Clero insistiam no dever dos sacerdotes intervirom na vida política. Mas quando em 1958, tal corrente se manifestou no documento assinado pelo bispo do Porto e dezenas de sacerdotes, o Cardeal apressou-se a ordenar que não é missão dos sacerdotes fazer política.

Não podem confundir-se os católicos com o Alto Clero. Apesar das notas, das pastorais, dos sermões, da pressão, das ameaças, da intimidação, das ordens, das excomunhões, os católicos na sua esmagadora maioria, estão contra o fascismo e reprovam a política reacçãoária do Alto Clero. Católicos são muitos trabalhadores, estudantes, soldados, intelectuais, que lutam ao lado dos comunistas contra a política de fome, de terror, de obscurantismo, de guerra, de governo de Salazar.

Durante muitos anos, entre os católicos, não se verificou nenhuma tentativa de organização dum movimento político anti-fascista. Até então os católicos anti-fascistas, sacerdotes ou leigos, uniam-se na luta às outras forças democráticas, sem procurarem formar um movimento ou grupo independente. A partir de 1958 a situação mudou. A corajosa atitude do bispo do Porto, A. Ferreira Gomes, animou a criação de um movimento católico liberal em oposição à política fascista do Cardeal Cerejeira e do Alto Clero. O bispo do Porto foi perseguido, afastado do seu cargo, exilado. Mas um movimento de católicos anti-fascistas criou raízes e condensou-se num agrupamento político, que embora com altos e baixos se manteve até hoje.

Apesar de que ser católico não implica uma posição política, a unidade com os católicos é um dos aspectos da unidade anti-fascista. O problema da unidade com os católicos deve considerar-se em três aspectos: um é a unidade na acção de massas, a atracção de católicos, como de não católicos, às lutas de massas, sem que seja necessário sequer considerar o facto de serem ou não católicos, outro é o da participação de católicos como tal, sacerdotes ou não, nas JAP e noutros organismos unitários, locais ou regionais; outro é a unidade com os grupos políticos de católicos progressistas numa base bilateral ou no quadro da Frente Patriótica.

Em qualquer destes aspectos, os católicos participam activamente no movimento unitário. No primeiro não se coloca qualquer tarefa específica em relação aos católicos. Para se participar numa concentração, numa greve, ou numa manifestação política, não se põe sequer o problema das tendências políticas, quanto mais das religiosas. No segundo e terceiro aspecto, deve fazer-se um sério esforço para ajudar os católicos a tornar mais regular e mais activa a sua participação.

Há operários católicos explorados por patrões católicos. Há anti-fascistas católicos torturados por agentes da PIDE católicos, e condenados por juizes católicos. A crença católica não estabelece entre os católicos qualquer laço político. Não é a qualidade de católico que define a posição de classe ou a atitude política. A atracção à luta anti-fascista dos católicos não é por serem católicos, mas por serem anti-fascistas. Uma religião não é, nem pode ser, um programa de acção política.

O Partido tem sempre tomado um posição clara em relação à religião. Nós, os comunistas, somos marxistas-leninistas, somos ateus. Fazemos propaganda das nossas ideias. Mas respeitamos as crenças dos outros e opomo-nos resolutamente a quaisquer persécutões por motivo de concepções religiosas. No Portugal democrático de amanhã haverá liberdade religiosa. Os católicos, como qualquer cidadão, poderão exercer os seus direitos políticos. Apenas se deve exigir que os dignatários da Igreja se não sirvam desta para fazerem política reacçãoária.

7- A burguesia liberal é de todas as forças políticas anti-fascistas, aquela que manifesta mais hesitações. Estas refletem os interesses contraditórios da média burguesia, atingida por um lado pela dominação dos monopólios, inquieta por outro com o ascenso do movimento operário. A burguesia liberal está interessada no derrubamento do fascismo, mas teme a revolução democrática. Está interessada na modificação da política fascista mas teme a independência das colónias portuguesas, e a luta anti-imperialista. Daí as suas vacilações políticas, ora aproximando-se da frente anti-monopolista, ora procurando um compromisso com os monopólios.

Apesar porem destas vacilações, a burguesia liberal procura uma saída e, qualquer que seja a variante essa saída implica o fim da ditadura fascista de Salazar. A burguesia liberal é tímida, é vacilante e incerta, mas está na oposição ao regime fascista.

Há camaradas que dizem que a burguesia liberal não se pode contar com uma força anti-fascista, que há apenas que combatê-la. O Partido coloca a questão de maneira diversa. Ao mesmo tempo que desvenda as suas vacilações, e o perigo da sua tendência para uma política de compromisso, procura a sua participação no movimento nacional anti-fascista, procura a aliança com ela. Além do mais essa política facilita que se subtraíam à sua influencia certos sectores da pequena burguesia.

O movimento democrático não pode nem deve sacrificar os seus objectivos, e a sua acção, às vacilações da burguesia liberal. Não pode nem deve "moderar" a sua actividade revolucionária, para facilitar a política de compromisso que esta procura. De forma alguma pode confiar a esta a direcção do movimento. Mas pode e deve atraí-la a numerosas formas de acção comum. E pode atrair alguns dos sectores por ela ainda influenciados a um movimento unitário organizado.

A Frente Patriótica não se pode considerar um movimento que tenha já fixado as suas fronteiras definitivas. Mal seria se o fizesse. São possíveis muitas formas de acção comum com a burguesia liberal, mesmo que alguns dos seus dirigentes o não queiram. E alguns podem querê-lo.

Ligado ao problema da burguesia liberal, no quadro das forças anti-fascistas, aparece o problema dos "dissidentes do regime" à aliança com os quais a burguesia liberal, ou melhor, alguns dos seus dirigentes, sacrificam a aliança com a pequena

burguesia e as classes trabalhadoras.

Alguns camaradas, apreciando o documento "Perspectivas" saído da reunião do Comité central de Janeiro de 1963, pensam que nesse documento é dada "importância a - mais" aos dissidentes do regime, e dizem não ver onde estão esses dissidentes. Um camarada vai mesmo ao ponto de dizer que o CC mostra "confiar demasiado nos dissidentes", "pôr neles certas esperanças para o derrubamento do regime fascista".

É difícil compreender onde encontraram os camaradas nesse documento base para tal conclusão. Leram-no de facto, ou guiaram-se pela impressão dos outros? Pretendem com a sua opinião dar uma achega ao nosso trabalho, ou procurarem apenas, mesmo deturpando o sentido dos documentos do C. C., arranjar pretexto para insinuar que se continua no "desvio de direita" e defenderem a adopção duma linha sectária e esquerdista?

De facto, tudo quanto se diz no documento acerca dos "dissidentes do regime", não mostra que neles se "deposite esperanças", que o Partido esteja procurando aliar-se com eles em prejuízo da unidade da classe operária e da aliança com o campesinato. É fácil dizer frases bonitas, com um verniz "marxista-leninista", mas completamente vazias de verdade e de sentido!

Não. Esse documento do C.C. desmascara as manobras e intrigas do bastidores (algumas inspiradas pelos Estados Unidos) no sentido de substituição do fascismo salazarista, por um fascismo sem Salazar; alerta contra os perigos de confiar nos "dissidentes" a solução do problema político português; critica severamente aqueles que querem sacrificar o desenvolvimento democrático dos compromissos com os dissidentes e os imperialistas; revela a intenção divisionista de tal política. Ao mesmo tempo mostra justamente como as dissidências no campo do inimigo aparecem" não apenas em resultado das contradições internas do regime como também em resultado do ascenso do movimento democrático e, em especial, da luta popular de massas".

Ao contrário do que opinam esses camaradas, o Partido deve continuar atento às dificuldades políticas no campo do inimigo; às divergências e críticas acerca da política de governo neste ou naquele aspecto, às posições antisalazaristas de alguns fascistas; às sugestões mais ou menos tímidas de alguns no sentido de modificações liberalizadoras; aos contactos que outros procuram com a ala direita da Opção; às intrigas e manobras imperialistas resultantes do jogo das suas contradições. Todos estes factos accusam as débilidades e apreensões que tocam as classes dominantes ante o ascenso do movimento democrático e a luta dos povos coloniais. São índices de enfraquecimento político do regime e anunciam a aproximação dum fenómeno inevitável na medida em que a crise do regime se acentuar: a desorientação de círculos governantes e a procura febril duma solução ante a perspectiva da revolução democrática.

Forças políticas que se propõem conquistar o poder não podem querer ignorar as manobras das classes dominantes. Ao contrário devem acompanhar a situação com atenção e vigilância e saber encontrar a resposta para os acontecimentos novos que desse lado possam surgir. No momento mais ou menos próximo o movimento democrático atingirá uma fase superior, aproximando-se da revolução. Que farão as classes dominantes? Poderão resistir obstinadamente até ao fim, sem qualquer mudança da sua política. Mas poderão tentar mudanças, e bora mais aparentes que reais, para enterrar o processo revolucionário. Não são de excluir tais tentativas, que poderão assumir a forma de conspirações de golpes de palácio, de medidas de "liberalização" e outras. Tais tentativas não representam nem de longe, nem de perto, a conquista da democracia, até porque o seu objectivo único, será impedi-la. Mas a classe operária, as forças democráticas, devem estar suficientemente esclarecidas para se não deixarem iludir e para sabermos beneficiar de tais tentativas de salvar a posição das classes dominantes, a fim de dar novo impulso à luta pela democracia, a fim de levar por diante a revolução democrática.

A solução do problema político português não sairá dos "dissidentes" mas as "dissidências" do regime elevadas a um grau ainda mais elevado, contar-se-ão entre os aspectos da situação revolucionária, na qual se tornará possível o assalto ao poder pelas forças democráticas.

Significa isto que as "dissidências do regime" tenham de ter necessariamente esse aspecto? Significa isso que, seja de excluir, que homens que tem apoiado o regime, possam passar a combatê-lo e vir mesmo a participar no movimento anti-fascista? Afirma-se soria esquecer a história da luta contra a ditadura, numerosos casos e alguns célebres, de todos conhecidos. Nós não dizemos: "estiveste até hoje com Salazar, não tens lugar no movimento anti-fascista." Pelo contrário: procuramos a unidade na acção com todos quantos de há muito ou de agora estejam dispostos a lutar contra a ditadura fascista.

8- Um movimento unitário em que participam forças políticas variadas, e ainda mal estruturadas, em que tão pouco existe uma organização unitária politicamente unida fortemente estruturada, em que existem ainda muitas diferenças de opinião sobre problemas importantes, em que não está ainda formada uma direcção definitiva e com suficiente autoridade e controle político sobre as forças democráticas, em que o grau

de participações e apoio no trabalho unitário é diverso, -é uma coligação com fronteiras ainda mal definidas, cuja orientação política, tática de organização e acção se irão melhor definindo com o tempo.

A Frente Patriótica constitui já hoje uma coligação que abarca as principais correntes políticas no país, que possui uma organização própria, meios próprios de propaganda, uma importante base de trabalho no estrangeiro. Mas seria um erro se a Frente pretendesse desde já adoptar métodos de excessiva centralização, de orientação e de acção política. Seria um erro pôr as coisas assim: "quem quiser venha conosco nos precisos termos que nós colocamos; quem não quiser fique à margem". Uma tal orientação, a ser adoptada no momento presente de nenhuma forma contribuiria para o reforço interno da frente, a sua consolidação ideológica e orgânica, o seu papel unificador, a sua influência e autoridade no movimento anti-fascista.

Já na história do movimento democrático, se têm por vezes manifestado opiniões no sentido de se formar um super-partido, a cuja orientação traçada pelos organismos superiores, se teriam de submeter as forças participantes. Estas em nenhum caso teriam o direito de criticar o trabalho do super-partido. Quem assim pense pode formar um novo partido, mas não um movimento ou uma organização unitária. Só quem tivesse perdido completamente a noção das realidades poderia supor que o Partido Comunista Português do proletariado, de longe o mais forte partido da Oposição, pudesse estar interessado em aceitar a participação num "super-partido" anti-fascista.

A ideia de "um super-partido" é a ideia de quem pense fazer dum movimento unitário, expressa ou tácitamente, o seu partido. Num movimento unitário, se as decisões se tomam em comum, e são respeitadas, anda-se para diante, se assim não sucede, se um ou vários participantes pretendem tornar o movimento unitário o seu partido, criam-se sérias dificuldades e a unidade obtida corre o risco de se quebrar.

Nunca o Partido Comunista procurou transformar o movimento unitário em que participa num segundo Partido Comunista. Mas também nunca participará num movimento unitário que seja o partido de outras forças políticas.

Ligadas a esta ideia de fazer de uma coligação de forças um partido próprio, têm aparecido por vezes, na história do movimento anti-fascista, curiosas opiniões. Por exemplo: que um dirigente comunista (mesmo quando expõe os pontos de vista da coligação) fala só em nome do Partido Comunista e não envolve a responsabilidade da coligação, e que dirigentes de outras correntes (mesmo quando expõem os seus pontos de vista próprios), falam em nome da coligação envolvendo a responsabilidade desta. Ou que o Partido Comunista deve apontar como dirigentes da coligação os dirigentes das outras correntes participantes, mas que estas podem silenciar que dirigentes do Partido são dirigentes da coligação mesmo quando aberta e publicamente o são.

Podem admitir-se muitas espécies de movimentos unitários. Pode admitir-se que, em alguns casos, se não declare a participação comunista. Mas, se esta é declarada, como aceitar tais discriminações?

Também na história do movimento anti-fascista apareceu por vezes da parte de algumas pessoas uma singular noção da independência dentro do movimento unitário. Elas podiam dizer o que lhes desse na real gana, mesmo contra as decisões tomadas em comum, podiam criticar livremente as outras forças participantes, podiam em especial atacar livremente o Partido Comunista, fazer intriga junto de militantes há cerca da Direcção e até procurar meter-se nas questões internas. Mas, se o Partido Comunista esclarecia publicamente a sua posição em relação a qualquer problema político, gritavam-lhe "aqui d' El-Rei! que o Partido está a violar a unidade!". É evidente que o Partido, participando em qualquer movimento unitário, tem sempre reservada a sua liberdade de crítica e o direito de defender a sua orientação tanto dentro como fora do movimento.

O Partido Comunista participa na Frente Patriótica. Ninguém negará a contribuição do Partido, para a formação, para o desenvolvimento e para o progresso da Frente. Ninguém negará o esforço do Partido para que se realizem as decisões tomadas em comum. Continuamos a mesma linha de actuação, com vista a tornar a Frente um grande e poderoso movimento unitário capaz de conduzir o povo português à derrota do fascismo. Dentro do movimento unitário que abarca forças sociais e políticas diversas, continuamos a ser o Partido da classe operária, a vanguarda dos trabalhadores. Continuamos a nossa acção independente como Partido marxista-leninista e em nenhum caso abdicaremos dela.

O LEVANTAMENTO NACIONAL, PERSPECTIVA REVOLUCIONARIA NO MOVIMENTO ANTI-FASCISTA

1- O povo português ha muito que está convencido de que, para derrubar a dita dura fascista e instaurar a democracia, será necessário o recurso à força. Trata-se de uma conclusão geral sobre a qual se não ouvem vozes discordantes na Oposição.

Isto não significa que a vida não possa trazer surpresas. Em condições imprevisíveis, pode suceder que as dificuldades, contradições e dissídios das classes dominantes, batidas pela luta popular e pela guerra colonial, sejam tais, que as forças e manobras abrindo novas possibilidades de procurar uma solução pacífica, se isso se viesse a dar, não deixaríamos de aproveitá-las. Mas hoje, nas condições existentes e nas previsíveis, tal solução não aparece. Num Estado fortemente centralizado como é a ditadura fascista, com um aparelho militar, policial e judiciário cuidadosamente organizado e depurado; num Estado onde não existem quaisquer liberdades e as mais modestas reclamações recebem a violência como única resposta; num Estado em que os círculos governantes manifestam a sua firme determinação de resistir pelas armas até ao fim; num tal Estado, defender a via pacífica como a mais viável, seria, parafraseando uma expressão de Engels "tirar a parra ao fascismo e cobrir com ela a nuudez do proprio corpo". Só por ingenuidade indigna de dirigentes políticos se poderia pretender desarmar e vencer um bando armado até aos dentes e de armas aperradas, empurrando-o com as mãos.

Todas as possibilidades legais de defender os interesses vitais do povo e da nação, todas as possibilidades constitucionais, embora limitadas e contingentes, de provocar uma alteração na política portuguesa, foram tentadas repetidas vezes pelas forças democráticas, apoiadas pelas massas populares. Se o governo fascista respeitasse os preceitos constitucionais e legais que ele próprio decretou há muito teria sido varrido do poder. Forçado inúmeras vezes pela pujança do movimento popular a recuar, no terreno da luta legal, logo o governo mobiliza as forças armadas e repressivas e retoma a ofensiva terrorista.

A ditadura fascista é uma forma de governo despótico que explicitamente de clara não fundamentar o poder na vontade do povo. Apenas para aparentar um apoio popular, os fascistas inscreveram na Constituição "eleições" para a paródia do Parlamento que é a Assembleia Nacional e para a paródia de "chefe de Estado" que, segundo a mesma Constituição, nomeia o presidente do Conselho, mas que, segundo a ética e a prática fascistas, é escolhido por este. Para montar devidamente a farsa, os fascistas elaboraram cuidadosamente as leis "eleitorais" e vários anos a coisa funcionou. Mas de cada vez que as forças democráticas, fortes pelo apoio das massas, impuzeram a sua participação na campanha "eleitoral", exigiram o cumprimento das leis, apesar de todas as limitações e desvantagens destas, e desencadearam um poderoso movimento político, de cada vez que o fizeram logo o governo em pânico organizou a violação da Constituição e das leis por todo o aparelho do Estado, arrastou ruidosamente as espadas, pôs as forças armadas na rua e lançou todo o peso do aparelho repressivo contra o povo e as forças democráticas, intimidando, perseguindo, prendendo, torturando, espingardeando.

Em 1949, quando da campanha Norton de Matos, Salazar, assustado com a amplitude do movimento de massas, declarou que pela última vez tinha sido possível "um golpe de Estado constitucional". Depois a acção das forças repressivas, o refluxo do movimento democrático, a desunião das forças da Oposição, tranquilizaram-no um pouco. Salazar arriscou novas farsas "eleitorais". Mas, quando, em 1958, o movimento popular bateu em vagas ainda mais ameaçadoras a ordem existente, logo o governo correu a alterar inconstitucionalmente a Constituição, acabando de vez com as "eleições" para a Presidência da República. Em todos os aspectos da vida nacional, a atitude e os métodos são os mesmos. Para Salazar e a sua camarilha o regime fascista é imutável e intocável e todos os meios são legítimos para defendê-lo: a ilegalidade, o arbitrio, a violência, o terror. É essa sempre a sua resposta, a sua única resposta, às reclamações do povo português.

Foi e é o governo fascista que cortou e corta o caminho para uma solução pacífica do problema político português. É a sua determinação de resistir até ao fim através duma política terrorista, que impõe para o seu derrubamento uma solução violenta.

O convencimento geral da necessidade dessa solução, num amplo movimento em que participam tão diversos agrupamentos políticos, foram os acontecimentos que o deram. Foram as prolongadas e duras experiências da luta anti-fascista. Foi a implacável política de repressão do governo fascista. A resposta terrorista do governo de Salazar a todos os esforços para encontrar uma saída para

a situação política, varreu as ilusões acerca da natureza do regime fascista que, num ou noutro momento, e num ou noutro sector, puderam germinar. O regime ^{mostrou} não entenderá outra linguagem que não seja a da força. O povo disso está convencido. E toda a Oposição hoje o aceita e defende.

2-E qual é o acto de força que pode provocar o derrubamento do governo fascista e levar ao poder um governo democrático? O Partido Comunista responde: é o levantamento nacional, é a insurreição popular, é a luta armada do povo e dos militares revolucionários, vencendo e destruindo o aparelho militar e repressivo fascista.

Uma insurreição não se decreta porém ao sabor do mesmo desejo daqueles que pretendem conquistar o poder. Se as condições não estão maduras, nenhuns apelos da vanguarda à luta armada conseguirão desencadear a insurreição. Pode a vanguarda lançar-se ao combate. As massas não a acompanharão. Teremos então uma revolta, condenada ao fracasso, ou, mesmo apenas acções violentas isoladas, não uma insurreição popular vitoriosa.

É o que significa "estarem maduras" as condições para a insurreição? Para nós marxistas-leninistas que não esquecemos os ensinamentos de Lénine, significa duas coisas: significa por um lado existir uma situação revolucionária (condições objectivas); significa por outro lado estarem as classes revolucionárias preparadas para conduzir a acção decisiva e derrubar o poder existente (condições subjectivas).

Segundo Lénine, uma situação revolucionária caracteriza-se pela existência de uma crise que atinge as "classes superiores" e as "inferiores", por um agravamento anormal das dificuldades e sofrimentos das classes oprimidas, por uma intensificação considerável da actividade das massas, independentemente da acção das forças políticas. Lénine ensinou que "em geral para que uma revolução tenha lugar não basta, que as "classes inferiores" não queiram, é também necessário que "as classes superiores" não possam viver como até então" (Obras Completas vol. 21 pag. 189)

Esse "não querer" das classes oprimidas traduz-se no recurso espontâneo à luta, se as forças políticas organizadas não sabem prever a crise, não sabem auscultar os sentimentos e as disposições das massas, não sabem conduzir o descontentamento a formas práticas de luta. Esse "não poder" das classes dominantes abalada pela bancarrota da própria política, traduz-se em dissídios, desorientação e confusão, procura apressada e contraditória de soluções para as suas dificuldades.

Estas condições objectivas não são porém bastantes para que a revolução possa ter lugar. É necessário que, além delas estejam preenchidas as condições "subjectivas" para a revolução, isto é, que exista um "grau de consciência de classe e de organização" correspondente às exigências da luta na situação revolucionária (Lénine "Duas Tácticas", Obras Completas, ed. Ing. Vol. 9, pag. 28).

Que vemos nós em Portugal? A guerra colonial, com as despesas incomportáveis para a economia nacional, com as vidas que custa, com a indignação que provoca com as derrotas militares diplomáticas e políticas que já trouxe e inevitavelmente trará aos colonialistas, agrava em todos os aspectos a crise do regime que evolui no sentido duma verdadeira crise nacional. A intensificação da exploração das classes trabalhadoras, a subida veloz do custo de vida, o desemprego maciço nos campos, a ruína e liquidação compulsiva da pequena indústria e da pequena lavoura, a subida vertical dos impostos que atingem as classes não-monopolistas, a brutalidade cega que atinge vastos sectores da "intelectualidade" são razões de profundo descontentamento. No campo fascista, embora no fundamental coeso em volta do governo de Salazar, manifestam-se indícios de inquietação e aparecem cada vez com maior frequência, divergências e deserções políticas. Embora ainda duma forma irregular, incerta, espaçada, grandes lutas políticas e explosões de indignação popular anunciam um amontoar de energias revolucionárias. As lutas dos soldados contra a guerra colonial muitas das quais partindo duma organização rudimentar, muitas outras sob a mera influência da agitação do Partido, refletem o crescente espírito de combate das massas. Não existe ainda uma situação revolucionária, mas todos estes factos objectivos são indícios certos da sua aproximação.

É tarefa do Partido e das forças democráticas em geral não só impulsionar a luta popular que, por si, agrava a crise do regime, como preparar-se para poder conduzir o povo à luta decisiva e final na situação revolucionária que se aproxima, devemos ter presente, que a aproximação da crise revolucionária pode ser estimulada por eventuais acontecimentos súbitos, que elevem a indignação popular e lancem a confusão nos círculos governantes. Derrotas militares sérias nas colónias, por exemplo intervirão certamente como "aceleradores" do processo revolucionário.

As forças políticas devem estar atentas a todos estes acontecimentos e mesmo a acontecimentos "menores" que conforme Lénine ensinou, "existindo as condições objectivas para uma profunda crise política", pode ser um "motivo incitador, como gota que faz transbordar o vaso". (Opinião sobre o momento actual, 1908).

O Partido Comunista tem insistido no atraso do trabalho político e da organização das forças democráticas (incluindo o do próprio Partido) em relação às exigências da situação política. Se esse atraso não for vencido, pode surgir uma situação revolucionária sem que as forças anti-fascistas estejam em condições de desencadear com êxito a insurreição.

Esta a verdadeira situação que o fraseado pseudo-marxista de alguns não modifica em qualquer medida. Quando ouvimos um ex-camarada, com pretensões a catedrático de leninismo, afirmar, atacando o nosso Partido, que em Portugal existe "indubitavelmente" uma crise revolucionária porque "se iniciou o ciclo das revoluções de libertação nacional nas colónias", porque "o movimento operário e democrático nacional passou a uma etapa superior" e porque, "dentro do movimento anti-fascista a corrente revolucionária se separou definitivamente da corrente reformista" ficamos sem saber, se alguma vez leu Lénine ou se já o esqueceu. E, quando ouvimos um trotskizante isolado nas Américas, sem nada saber do estado de organização das forças democráticas, acrescentar, também atacando o nosso Partido, que as condições subjectivas para a insurreição estão indubitavelmente criadas, ficamos sem saber se havemos de rir, se de chorar, perante tanta ligeireza e fatuidade.

Uma situação revolucionária é uma situação objectiva, que não se amolda a esquemas "teóricos" separados da vida e da experiência. As condições subjectivas para a revolução são outra realidade que não se amolda a quem imagine e invente. Na elaboração da orientação do Partido, não esquecemos que os factos são "o único alicerce sólido em que a tática pode apoiar-se" (Lénine, "Cartas de longe", In. "Essentials", vol. II, pag 740). Guiados pelo marxismo-leninismo, definindo a nossa orientação apoiados nos factos, trabalhamos para apressar a criação duma situação revolucionária e para criar as condições políticas e de organização de forma a estarmos à altura das exigências dessa situação. Esse é o dever do nosso Partido, como vanguarda da classe mais revolucionária. Faremos por cumpri-lo.

3-Não é por acaso que o Partido designa a insurreição por "levantamento nacional". Com isso traduz-se a ideia de que o choque decisivo e final contra a ditadura será desencadeado não como resultado duma "conspiração" feita à margem da luta popular, antes numa situação de luta política intensa e generalizada das massas populares. Como tempos atrás se escreveu "a insurreição armada contra a ditadura fascista, para ser vitoriosa, tem de ser o resultado, a forma superior, a conclusão natural exigida pelo povo, da luta de massas".

Alguns camaradas manifestam sérias dúvidas de que a luta popular de massas possa atingir um nível mais elevado do que já atingiu quando das grandiosas manifestações populares do 1º e 8 de Maio de 1962. "Acima disso (dizem) só a luta armada". Estes camaradas têm razão num aspecto e não a têm noutro. Têm razão quando, considerando isoladamente as manifestações do 1º e 8 de Maio em Lisboa, concluem que elas alcançaram um nível dificilmente ultrapassável como manifestações pacíficas. Não têm razão, precisamente porque isolam as manifestações de Lisboa do nível incomparavelmente inferior da luta popular no resto do país, porque não têm em conta a falta de continuidade das lutas populares e o insuficiente grau de organização do Partido e das forças democráticas em geral. Não é de esperar, nem de exigir, que depois de manifestações como as do 1º e 8 de Maio de 1962 se sucedam outras lutas pacíficas, num grau ainda superior à escala local. Mas é necessário trabalhar para multiplicar e generalizar a novos sectores as acções de massas, para lhes dar mais continuidade, para criar as organizações capazes, não só de desencadear acções de massas, numa escala local, como de acompanhar e dirigir o seu desenvolvimento numa escala mais ampla. Pode por isso dizer-se: Antes do levantamento nacional não é obrigatório que haja muitas manifestações como as do 1º e 8 de Maio de 1962. Mas haverá certamente, terá de haver, uma vaga de lutas mais geral, mais variada, mais insistente, mais coordenada, mais dirigida. Haverá, terá de haver, lutas populares de camadas diversas da população (de operários, de camponeses, de soldados, de estudantes, de intelectuais) lutas conduzidas eventualmente em níveis diferentes por formas diferentes e com objectivos diferentes, mas fundindo uma única torrente revolucionária contra a ditadura fascista, o descontentamento, a indignação e a vontade de luta das amplas massas populares.

Muitos camaradas perguntam: "E como se passa dessas lutas para o levantamento nacional? Em que momento se dá a transformação qualitativa dessas lutas pacíficas para a insurreição armada?"

Uma insurreição popular não se pode confundir com uma ou várias manifestações de massas, por muito grandiosas que sejam. Uma insurreição popular é a culminância dum amplo e insistente movimento de massas, em que greves e manifestações se sucedem, em que a greve política pode eventualmente ser declarada. Na medida em que esse movimento se desenvolve e se generaliza, os choques com as forças repressivas tornam-se mais agudos, acentuam-se as hesitações e resistências nas forças militares, as massas ganham experiência e decisão para o combate final, as acções violentas aparecem com frequência crescente.

A perspectiva é elevar a luta a esse nível superior, multiplicar rapidamente as suas organizações e forjar os seus quadros no decurso deste processo revolucionário, orientar então as massas na procura das armas necessárias, passar audaciosamente no momento devido a formas violentas de acção popular, e, na base duma forte organização ligada às massas populares e com fundas raízes nas forças armadas, decidir o momento do assalto final à fortaleza fascista, o momento de desoncar a insurreição.

Não se pode nem deve elaborar um esquema. A luta trará variantes inesperadas. É necessário estar atento aos acontecimentos, aprender com eles e com as massas e escolher as formas de luta mais apropriadas em cada momento. Mas a perspectiva do levantamento nacional é essa.

Há quem, vendo certas pausas na luta popular de massas, duvida de que as massas populares possam vir a ter alguma voz forte bastante para derrubar o fascismo. Essas pessoas descreem da força popular laçante, desconhecem que as massas populares têm em si tremendas reservas de energia, que se expandem de forma surpreendente nas épocas revolucionárias, que nessas épocas, como escreveu Lênine, "o Proletariado pode desenvolver uma energia para a luta com vozes maior que em tempos normais e pacíficos" ("Conferência sobre a Revolução de 1905", Obras escolhidas, ed. Ing., Vol. III, pg. 5). Desconhecem que "a revolução ensina indubitavelmente com uma rapidez e uma perfeição, que parecem incríveis nos períodos pacíficos do desenvolvimento político" (Profácio a "Duas Tácticas").

Há quem, pelo contrário, pense que as massas populares estão já hoje dispostas, prontas e preparadas para a luta armada. Essas pessoas quando dizem "hoje" querem dizer sempre, nas actuais condições políticas. Mesmo durante largas pausas do movimento de massas, mesmo quando, embora temporariamente, as massas estão "paradas", cuidam que permanecem sempre essa disposição e preparação. Essas pessoas ignoram que, se as massas estão paradas, não estão dispostas nem prontas para a luta armada. Ignoram que a aprendizagem revolucionária das massas se faz no decurso da própria luta.

A compreensão da necessidade duma solução violenta é coisa diversa da disposição das massas populares para dar a vida na revolução. Essa disposição só a ganham as massas nas lutas que travam, no treino que adquirem, no desespero que as toma. Esse processo de educação das massas pode ser mais ou menos rápido. Mas é inevitável.

Aquelles que dizem, de há 3 anos para cá, que as "massas" estão prontas para a insurreição, que exigem mesmo a "insurreição" e bradam que resta apenas "arranjar armas", "distribuir armas" e lançar a "insurreição", falam em "insurreição" mas pensam num "putcho" ou em acções terroristas. Falam em "massas", mas pensam na vanguarda.

Em qualquer momento, um agrupamento político pode "arranjar armas" e distribuí-las por alguns grupos. Mas só no decurso dum movimento revolucionário de massas que atinja as próprias forças militares, o povo se pode armar para a insurreição. Em qualquer momento se pode lançar a vanguarda na luta armada. Mas só numa situação revolucionária e com um elevado grau de consciência política e de organização, se pode lançar uma insurreição popular vitoriosa.

4 - Ao colocarem a perspectiva revolucionária, as forças democráticas precisam de ter uma ideia exacta das forças do inimigo que se propõem derrotar. O principal apoio do governo fascista são as armas de que dispõe: é o exército, é a marinha, são os corpos especificamente repressivos especialmente a GNR e a PSP. Nenhum dirigente político responsável pode ignorar ou fingir ignorar que contra o movimento popular estão apontadas as armas de quase 100.000 soldados. Não se trata apenas de espingardas; trata-se também de metralhadoras, canhões, tanques, carros de assalto e aviões. Não se trata apenas do equipamento militar. Trata-se de corpos militares organizados e cuidadosamente preparados, não para a guerra entre Estados, mas para a guerra civil, para a repressão daquilo a que os fascistas instruídos pelos seus mestres norte-americanos chamam a "guerra subversiva".

Todo o esforço de organização militar do governo de Salazar tem sido feito em duas direcções fundamentais: a guerra colonial e a repressão do movimento democrático. Com este último objectivo, o governo diminui progressivamente a capacidade militar dos sectores das forças armadas que sofrem mais directamente a influência do movimento popular (o Exército e a Marinha) e melhora o armamento e o treino das forças profissionais da repressão especialmente da GNR. Os soldados são operários e camponeses temporariamente fardados e ongu-

drados em unidades militares. Como as lutas dos soldados o mostram eles levam para as forças armadas o espírito revolucionário e a vontade combativa do proletariado. O exército, apesar do comando por um corpo de oficiais depurado ao longo dos anos, deixou já de ser, aos olhos do governo, a espada de confiança suspensa sobre o povo desarmado.

Salazar ainda afirma que "O Exército é o último quadrado que, nas crises mais graves, defende o destino e a consciência da Nação. Os generais fascistas ainda afirmam que o Exército é o grande "pilar" ou "esteio" do regime, que ele está "unido em volta do seu chefe" para todas as contingências de tentativas de agitação em grande escala" (Ministro do Exército, "O Século" 14/4/62). Repetem tais afirmações em todos os tons e por vezes com brilho literário digno da sua ignorância e mediocridade. Apesar porém das afirmações de Salazar e dos generais fascistas, o governo desconfia do exército e com razão.

É essa desconfiança que explica a criação dentro do exército do serviço de "ordem pública" (OP) que corresponde à criação, dentro do exército, dum exército especial com a missão de reprimir o movimento insurreccional popular, de vigiar e eventualmente jugular o resto do exército. Para esse exército especial são escolhidos os oficiais de mais confiança e os soldados de mais confiança e destinadas armas de que o resto do exército não dispõe. Conhecemos medidas tomadas a este respeito. E se o facto de que as conhecemos indica que, também entre a gente de "confiança" do governo há gente nossa, isso não exclui que demos a importância devida a essa preparação do inimigo para defrontar a revolução democrática.

Vejam os como a OP estava organizada em determinada altura. Os planos da OP têm sofrido e continuam a sofrer de tempos a tempos modificações impostas pelas exigências em homens e material de guerra nas colónias. As regiões militares dividiam-se em destacamentos e cada destacamento em sub-agrupamentos. Um sub-grupo de OP podia contar com uma companhia de atiradores e seções de metralhadoras e morteiros, cujo armamento incluía 10 canhões sem recuo, cerca de 50 metralhadoras pesadas e ligeiras, cerca de 20 lança-granadas, cerca de 100 pistolas-metralhadoras, meia dúzia de morteiros e cerca de 400 espingardas. Contava ainda com o apoio dum esquadrão blindado disposto de 4 a 6 carros de combate. Cada destacamento e sub-agrupamento tinha planos de acção estudados no plano nacional e regional para tentar abafar tentativas insurreccionais. Estes planos modificaram-se mas a preparação da OP continua. A coordenação entre as forças do OP do Exército com a Marinha, GNR, PSP, Guarda-Fiscal e Polícia de Viação, está cuidadosamente estudada. O papel da GNR na repressão, não só do movimento popular, mas também de eventuais revoltas no Exército, ficou bem evidenciado em Beja. Não foi a outras unidades do Exército que o governo confiou a liquidação da revolta: foi à GNR. O governo reforça o dispositivo do OP e associa-se à preparação intensa das forças especificamente repressivas (GNR, PSP, Legião), como um elemento básico da sua defesa.

Um movimento político que se propõe derrubar a ditadura fascista através da revolução tem de conhecer e estudar cuidadosamente os recursos e planos do inimigo; tem de conhecer a força de que ele dispõe e que será oposta a essa mesma revolução. Planos insurreccionais que não tenham isso em conta, conduzirão necessariamente a trágicos fracassos. A insurreição tem perante si como tarefa derrotar o aparelho militar fascista. Pode este objectivo ser conseguido nas condições existentes actualmente em Portugal, apenas pela acção popular? O Partido Comunista tem respondido negativamente a esta questão. Para que uma revolução seja vitoriosa é necessária a participação nela e a neutralização da parte considerável das forças armadas.

Lénino ensinou-nos que o "militarismo nunca e em nenhum caso pode ser vencido e abolido senão pela luta vitoriosa duma parte do Exército nacional contra a outra parte" ("Relatório sobre a Revolução de 1905" Obras Completas, ed. ing. vol. 23, pág. 269). A conquista, para a causa da revolução dessa "parte" do exército é essencial para a vitória e é por isso uma tarefa de importância primordial para as forças democráticas.

Há quem defenda que uma acção armada audaz e confiante, um golpe militar ou uma insurreição popular de âmbito local, seria o bastante para provocar o desmoronamento da máquina militar fascista. Uma tal concepção, se fosse seguida, custaria certamente caro ao movimento democrático. O Partido Comunista tem insistido em que um movimento insurreccional que baseia a sua crença na vitória da espontaneidade da revolta militar está condenado à derrota.

Conquistar para a revolução uma parte considerável das forças armadas não significa "imaginar", sem quaisquer elementos sólidos de juízo, que ela já está conquistada. Significa conquistá-la de facto, através da luta, através da acção, através da organização.

Neutralizar outra parte, não significa "imaginar" que as forças armadas lançadas pelo governo contra o movimento democrático, se recusarão a bater-se. Significa sim neutralizá-la de facto, através da pressão do movimento político, através da força do movimento popular, que, num momento dado, por essa mesma força, se oferece aos olhos de governantes e governados com a perspectiva duma vitória próxima.

Na medida em que o movimento popular atinge um grau superior, na medida em que greves, manifestações, batam com as suas vagas sucessivas os alicerces do regime, muitos filhos do

povo fardado decide-se também à acção, e muitos outros hesitam. Vacilações se dão também entre a oficialidade. Quem conhece de perto e tenha estudado com atenção as grandes lutas travadas contra o regime (em 1949 e mais particularmente em 1958), sabe bem como a pujança do movimento popular de massas teve logo reflexos desse tipo nas forças armadas.

As grandes batalhas políticas do povo português contra a ditadura nos últimos anos (as grandes manifestações de rua, as greves dos camponeses, as lutas dos estudantes) estão na raiz da radicalização política dos soldados e do sector crescente da oficialidade. É isso que explica que, nas lutas travadas nas forças armadas, se destaquem tantos operários e camponeses de centros industriais e de terras onde se tem travado grandes lutas, e onde a posição do Partido é particularmente forte, assim como oficiais milicianos.

A guerra colonial trouxe factos novos altamente favoráveis a essa radicalização. As inúmeras lutas dos soldados e as cada vez mais frequentes acções de resistência dos oficiais, são um produto do ascenso do movimento democrático em Portugal e do impacto da guerra colonial, que intervém como um poderoso "estimulante" da luta revolucionária. É assim que se está ganhando a tropa para a causa da revolução democrática. Este processo acentua-se com o agravamento da crise do regime. A intensificação da luta popular e das acções de resistência dentro das forças armadas contra a política fascista criarão numa fase posterior numa parte considerável do Exército a disposição para a luta decisiva contra a ditadura.

Não é porém através dum processo automático inevitável que se decide a participação num movimento insurreccional dum parte do Exército contra a outra parte. Lênine ensinounos que "as oscilações das tropas, que são inevitáveis em qualquer movimento verdadeiramente popular, conduzem a uma real luta pelas tropas onde quer que a luta revolucionária se torne mais aguda" ("Lições da insurreição de Moscovo"). Não é apenas pela pressão da luta popular e pelos apelos feitos de fora num momento em que a luta se agudiza e em que as forças políticas revolucionárias se decidam ao assalto final, que as tropas são ganhas para a acção revolucionária. Essa luta "pelas tropas" exige um trabalho em profundidade "entre as tropas", um sério trabalho anterior de agitação, de propaganda, de mobilização. É necessário que entre as tropas estejam os militantes revolucionários organizados, capazes de as decidir pela sua palavra e pelo seu exemplo.

Isto explica toda a importância da organização militar revolucionária, toda a importância do trabalho sistemático, persistente, incansável, de organização das forças armadas entre os soldados, os sargentos, os oficiais, à medida que se desenvolve o movimento popular. Só quem tenha perdido todo o sentido das realidades, pode super ter chegado a hora da insurreição vitoriosa, se não se dispoe nas forças armadas dum forte organização revolucionária.

Há entretanto quem pense poder dispensar-se desse difícil trabalho e como o Partido lhe não faça a vontade e se não lance no terrorismo individual nem em acções aventureiras e precipitadas, inventa que os "traços principais" da concepção do levantamento nacional do Partido são os seguintes: "a) O proletariado e as massas devem conduzir lutas pacíficas; b) a luta armada revestirá a forma dum pronunciamento militar; c) a conquista do Exército far-se-á pela criação dum organização secreta". Quem isto diz nada quis perceber. Prefere atribuir aos outros a construção dum castelo de cartas, para com uma sapatada o derrubar triunfalmente.

5 - Uma crise revolucionária não existe por se gritar muitas vozes que existe. Se o aparelho militar repressivo da ditadura fascista não está fortemente abalado, se a luta política aberta não ganhou as massas populares, se as forças democráticas não estão suficientemente organizadas para conduzi-las ao grande e decisivo combate, precipitar a insurreição é caminhar para a derrota. Dizer que "as condições estão maduras para a insurreição" (um jornalista anti-comunista diz que "estão mais que maduras") significa dizer que "as forças democráticas estão em condições de se lançar ao assalto final pelo poder", que "chegou o dia e a hora para esse assalto". Lançar a palavra de ordem de "insurreição" corresponde a desencadear a luta armada final que derrubará o governo fascista e levará ao poder um governo democrático. Para isso, é necessário ter força bastante, ou seja, ter as massas populares em movimento e altamente radicalizadas numa luta diária e insistente, ter um exército político organizado, ligado às massas e controlando e dirigindo a sua acção, ter uma parte das forças armadas já ganha para a revolução no período anterior em que a luta política se agudizou.

O movimento popular, desenvolve-se por um período mais ou menos largo de tempo. Mas a decisão de lançar na luta insurreccional, lançar o assalto final pelo poder, surge num dia e num momento em que a luta popular já adquiriu extrema agudeza, em que as massas mostram, na própria acção política conduzida pela vanguarda, que estão dispostas a dar a vida pela revolução, em que as forças do inimigo vacilam e se decompõem.

Nenhuma decisão é mais séria num movimento revolucionário que essa de desencadear a insurreição. Desencadear a insurreição é jogar tudo por tudo. É pôr a luta na alternativa: ou a vitória final, ou uma derrota que pode causar tremendos prejuízos e atrazar longos anos

a vitória almejada. Uma insurreição comporta sempre um risco. Mas deve exigir-se do dirigentes responsáveis a análise realista da situação e a avaliação objectiva das suas forças e das forças do inimigo, em que basciam a conclusão de que estão em condições de derrotá-lo. Se essa conclusão é válida, então para a frente e audácia, audácia e ainda audácia. Mas se a decisão é tomada, sem ter feito tal análise e tal avaliação, e apenas porque se tomam os desejos por realidades, então cai-se na aventura e no aventureirismo e a derrota é certa.

O Partido Comunista insiste: no momento presente não se vive em Portugal uma situação revolucionária, não estão criadas as condições para a insurreição. Talvez porque nenhum outro agrupamento político da Oposição faz mais para que essas condições sejam criadas, talvez porque nenhum outro agrupamento político tem mais forças organizadas e mais íntima ligação com as massas populares, o Partido bascia a sua opinião em factos, e muitos outros basciam a sua opinião em idealizações e em esquemas.

Há quem imagine que a insurreição é um "golpe" decidido a frio numa situação de relativa calma política, em qualquer altura votada pelos "conspiradores". Desenvolver-se-ia assim: 1º um grupo de homens faz apelo à insurreição armada; 2º começa embora com meios reduzidos a acção armada com um golpe militar ou com uma insurreição popular local; 3º o valor do exemplo terá o efeito duma "chispa" e faz generalizar-se a luta. É evidente que o que se tem em vista não é a insurreição, mas um putche ou um golpe. Antes os revirralhistas também pretendiam lançar o assalto decisivo à ditadura fascista por meio dum golpe de militares e civis. Mas pensavam fazê-lo dispondo de trunfos no aparelho militar, de oficiais colocados em postos-chave, de um plano de acção revolucionária que (a seu ver) lhes garantia obter uma superioridade física sobre o inimigo. Agora há quem pense começar o "golpe", a que chamam insurreição, sem fazer sequer a avaliação das próprias forças e das forças do inimigo. Pensam "começar", mas não pensam talvez devidamente como acabarão.

Num inflamado boletim de emigrados publicado recentemente podemos ler: "Que todos os grupos de acção revolucionária procurem armar-se imediatamente. Que todos os grupos de acção revolucionária se armem o mais depressa possível. Que todos os grupos de acção revolucionária comecem desde já a estabelecer planos para acções ofensivas contra os organismos vitais do poder fascista. Estamos prontos para a violência revolucionária. Estamos prontos para a acção revolucionária. Estamos prontos para a luta armada. As nossas estão dispostas para o desencadeamento imediato da acção armada. Enceto-se a luta armada e elas solidarizar-se-ão."

Se estes anti-salazaristas têm razão, se eles estão prontos, se as massas estão prontas, e basta eles começarem para elas se solidarizarem - está visto que a libertação de Portugal irá de vento em popa.

As coisas não são porém assim tão fáceis. E apesar de serem tudo no "imediato", o boletim é de Janeiro, estamos em Abril e nada se viu ainda. No mesmo boletim se diz que "passou a altura das violências verbais". Mas que são estas afirmações, estas considerações, estas promessas, estas certezas, são "violências verbais"?

Nós gostaríamos de não ter de falar assim. Mas o boletim em questão é duma Junta Patriótica, integrada na FPLN, a que o Partido Comunista pertence. Trata-se portanto de um boletim de amigos nossos, de aliados nossos, dum boletim dum movimento a cuja acção política a responsabilidade do Partido Comunista está ligada. Devemos por isso dizer fraternalmente a estes nossos amigos: "Não é esse o caminho, não assim ireis lá, não assim contribuis para provocar a insurreição".

É sabido que o Partido Comunista se pronuncia contra o desencadeamento duma insurreição prematura. Mas já o citado boletim acusa: "Não desencadear a curto prazo a luta pelo derubamento do fascismo é uma indignidade". Eles estão prontos, para a luta armada, dizem que, se a guém a começar, as massas seguem na esteira, mas se as coisas não se passaram como dizem, então (está-se a ver) a culpa decerto será do Partido por ter cometido a "indignidade" de não lançar já a insurreição. Sabemos que há quem esteja disposto a sacrificar-se até ao último comunista. Não lhes faremos a ventado. Os comunistas sacrificam-se, como nenhuns outros, para levar à vitória o povo português, mas não para queimar forças revolucionárias em holocausto à "violência verbal". Tal forma de apresentar a insurreição nacional é uma forma típica de quem quer resolver o problema capital da revolução anti-fascista, sem forças para resolvê-lo, tomando os desejos por realidades, confundindo uma revolução com acções espontâneas e desligadas das massas de alguns grupos de combate.

O perigo de tal concepção que aparece de uma ou de outra forma em sectores pequeno-burgueses da Oposição, não está só em que possa animar "acções directas" isoladas e descontroladas e tender a desviar as forças democráticas das tarefas imediatas de mobilização popular e de organização, de cuja realização depende a própria insurreição. O perigo está também em que algumas forças democráticas embora num plano diverso e com outros recursos possam ter concepção semelhante e precipitar acções de maior vulto, onde prematuramente joguem tudo por tudo, esperanças em que as massas os seguirão e o fascismo cairá de pôdre.

A revolta de Beja contém a este respeito uma lição que se deve manter bem viva. Todos prestam homenagem à valentia dos participantes na revolta, à frente dos quais se achava o capitão Varela Gomes. Todos prestam homenagem à valentia do general Humberto Delgado, entrando clandestinamente em Portugal para dirigir a acção numa fase posterior. A valentia não basta porém. Não basta, para desencadear a insurreição, "chispa" golpista num qualquer ponto do território. Não são deficiências de detalhe na execução que explicam o fácil esmagamento da revolta. Ela facilmente esmagada porque foi iniciada fora duma situação revolucionária, por um só agrupamento, isolado da acção das massas populares, sem organização nem meios de acção suficientes para a tarefa oncotada, fazendo depender a vitória do contágio e da espontaneidade. Se esta rica experiência não é aproveitada pelas forças democráticas, novas iniciativas semelhantes poderao vir a ter lugar sem resultados sensivelmente diferentes dos da Revolta de Beja.

A precipitação de acções insurreccionais pode ter desastrosas consequências; queimar com mais glória que proveito corajosos combatentes de vanguarda nas forças armadas e foras, oferecer ao desmantelamento pela acção repressiva organizações democráticas, perder posições preciosas e pouco ou nada ganhar em troca além da experiência.

6 - Alguns amigos nossos ficam perplexos ou desanimados com "tantas condições" que o Partido Comunista coloca para o desencadear da insurreição. "Assim nunca mais se lá chega", dizem eles. Chega-se, sim, respondemos nós. E chega-se tanto mais depressa quanto mais depressa as forças democráticas compreenderem que, para se chegar, tem que bascar a sua acção na confiança no povo, tem que trabalhar para conduzir as massas populares à luta, tem que desenvolver um grande trabalho de organização. Se formos capazes de criar pelo nosso esforço as condições subjectivas necessárias para a revolução, se estivermos atentos à evolução das condições objectivas não tardará que se venha a pôr na ordem do dia a batalha final e decisiva.

Há outras pessoas que, não contando, nem com partidos, nem com organização, nem com larga influência pessoal, vão bastante mais longe nas suas objecções à linha do Partido. Essas accusam o Partido de não querer a revolução. Alguns, seguindo a moda dos trotskistas dos nossos dias, accusam o Comité Central do Partido de "tor pânico perante a revolução" e outros insinuam que se a revolução não se faz é porque o Partido não quer...

E caso para dizer: "Faz-la, valentes, quem é que vos impede?"

E como querer eles faz-la? A ideia de brincar à revolução está de tal forma exaltando as imaginações que alguns pequeno-burgueses, à falta de espingarda, pegam na caneta e cuidam que disparando três pingos de tinta atiram abaixo o fascismo. Uma pessoa (accitamos que com dois ou três amigos) resolve criar um "agrupamento" político. Ao baptizá-lo não lhe chama "partido" nem "grupo". Porque isso seria demasiado pouco para dar uma ideia da "largueza" do "movimento". Chama-lhe "Frente". Escreve um papelucho. Que pretende o Senhor Frente? Para já, como objectivo imediato a pretensão não é grande. Para já pretende apenas (segundo diz) "preparar o desencadear a insurreição popular"... possivelmente fazendo voz grossa.

Porque razão succede que o Partido Comunista, sendo o partido da classe mais revolucionária, e sem qualquer dúvida o mais forte agrupamento democrático, põe "tantas condições" para desencadear a insurreição, ao passo que gente que nonhumas forças conta não põe nenhuma? Uma razão que salta à vista é a diferença entre a responsabilidade e a irresponsabilidade, entre decisões que serao postas em execução por muitos milhares de homens e opiniões gratuitas. Não, não é o Partido que tem medo da revolução. São os impacientes e desesperados radicais pequeno-burgueses que tem medo das dificuldades de prepará-la. Esta gente, no fim de contas, quer brincar com a revolução, ao passo que o Partido quer faz-la, junto com os seus aliados.

O caminho para a insurreição é ainda um caminho difícil que exigirá de todos os verdadeiros revolucionários grande tenacidade e grande espirito de sacrificio. Teremos de travar ainda muitas grandes batalhas que prepararao a batalha final. Teremos de muitas vezes ser modestos nos objectivos. Teremos ainda de realizar muito trabalho silencioso de organização. Sofreremos golpes de que teremos de nos recompor. Atentos ao evoluir da situação politica, à disposição das massas, aos factos novos, teremos de insistir sempre e sempre no trabalho de massas, procurando dar a justa direcção ao descontentamento popular e procurando encontrar em cada caso as formas apropriadas de luta e de organização. Aquellos a quem falta ânimo e tenacidade para percorrer tal caminho, ou impacientes e desesperados se lançarao para a frente em aventuras em que sequebrarao ou ficarao para trás, irremediavelmente ultrapassados pelos acontecimentos.

A dificuldade do caminho a percorrer, a multiplicidade e complexidade que temos por diante, não significam que o caminho seja muito longo. A evolução da situação politica não se dá num ritmo certo e lento, mas com bruscos avanços, em que se revela a energia revolucionária acumulada pelas massas populares e a força organizada silenciosamente preparada.

O Partido deve estar prevenido, por um lado, contra a tentação de aventuras e agir, por outro lado, de forma a colocar-se sempre à frente das massas e não na esteira dos movimentos espontâneos. A fase da luta em que vivemos exige do Partido o reforço da ligação estreita com a classe operária e com as massas populares, exige que consigne às massas e aprenda com elas, que conheça o seu sentir, as suas disposições, as suas experiências.

Devemos fugir à tentação do espectacular, à tentação de "não ficar para trás" das iniciativas de desespero da pequena burguesia radical. Orientamos toda a nossa actividade política com as preocupações supremas de unir, de mobilizar as massas, de organizar. E realizando o seu trabalho quotidiano que o Partido deve ter em mira a perspectiva revolucionária do trabalho de massas e de organização: o levantamento nacional, o derrubamento da ditadura fascista e a instauração dum regime democrático.

Lénine aconselhava aos revolucionários: "Nunca deveis brincar com a insurreiçao, mas, começando-a, deveis ir até ao fim" (Obras Completas, Ed. inglesa, vol. 26, pag 187). Procuramos seguir este ensinamento de Lénine. Não brincamos com a insurreiçao. Trabalhamos para criar condições para ela. E no dia em que, com os nossos aliados, nos lançarmos à batalha final, iremos até ao fim.

1- O único caminho para o levantamento nacional é a luta popular de massas. O próprio levantamento nacional contra o fascismo, será uma luta popular de massas. Essa luta final só pode atingir-se na sequência de grandes lutas anteriores, que, na última fase, batam, em vagas sucessivas, as muralhas do Estado fascista, abrindo brechas, tornando cada vez mais difícil a defesa, lançando a desorientação no campo do inimigo, provocando as deserções e defecções e preparando as condições para o assalto final, para a insurreição armada.

Toda a actividade do Partido e das forças democráticas deve estar dirigida nesse sentido, vindo à frente essa perspectiva revolucionária.

Não será porém longínqua uma tal perspectiva, de cuja aproximação não há ainda indícios? Ver-se-ão hoje lutas de massas que tornem legítimo admitir que tal situação se venha a criar?

Tais dúvidas podem surgir a quem esteja à margem da luta popular, ou apenas presente num restrito sector dessa luta. Mas no Partido Comunista, que vive enraizado nas massas, que acompanha o processo revolucionário no seu conjunto e tem nela um papel determinante, só a cegueira sectária poderia impedir de ver como a acção das massas revela consciência política crescente, energias crescentes e um confluír dessas energias numa única direcção cada vez mais nítida: o derrubamento da ditadura.

Este processo não se desenvolve em linha recta. A estrada da revolução é sinuosa e irregular. Há direcções que se tentam e se têm de abandonar. Num ou noutro ponto, o inimigo concentra forças e impede que se prossiga. Avança-se num sector, recua-se noutro. Há pausas aqui e além. Há sectores que caminham a distância de outros. Há vitórias e ha derrotas. Há baixas nos quadros e nas organizações dirigentes que afectam temporariamente a condução da luta. Mas, com todas essas irregularidades, desenvolve-se no conjunto o processo revolucionário, as várias classes vão sendo ganhas para a acção, passa-se de formas elementares para formas superiores, passa-se da luta económica à luta política, de reclamações e petições a greves, a manifestações, a choques com as forças repressivas.

Há quem refute este avanço geral do movimento popular de massas, porque ele se não dá em cada sector da luta, duma forma contínua e ininterrupta. Desanimam porque as manifestações do 1º de Maio de 1963 foram inferiores às de 1962. Desanimam, porque o grande movimento dos estudantes teve uma pausa. Logo concluem que aí se "andou para trás", que será muito difícil repetir o grande que se fez, que se perderam oportunidades. Logo concluem que as manifestações do 1º de Maio ou as lutas dos estudantes dentro das Associações deram o que tinham a dar, que os operários, o povo em geral, os estudantes, não repetirão lutas semelhantes. E quando o Partido, confiante no Povo, diz: "Voltaremos e iremos mais longe", eles duvidam. Como explicarão essas pessoas as novas e grandes lutas de estudantes em 14 e 15 de Março último? Que dirão se tivermos novas grandes jornadas do 1º de Maio?

Outros, no extremo contrário, dizem que as massas, por si, vão sempre mais e mais adiante. Ao verem uma "baixa" do movimento estudantil em 1963 em relação a 1962, atribuem as culpas ao Partido porque, depois das lutas de 1962, não havia que insistir mais na luta pelos direitos associativos que deixaram de interessar os estudantes mas lançar os estudantes na "acção directa". E ao verem que as manifestações do 1º de Maio de 1963 foram inferiores às de 1962, atribuem as culpas ao Partido, porque depois do 1º de Maio de 1962, não havia que pensar mais em manifestações semelhantes, mas na luta armada. Não veem outra razão para o facto porque "não podem admitir um retrocesso nas condições revolucionárias das massas"... Como se os factos se modificassem porque eles o "não admitem"... No processo de desenvolvimento do movimento popular, cada luta considerada isoladamente, não irá sempre subindo de nível e de importância até à insurreição. Também nas "condições revolucionárias das massas" haverá oscilações e irregularidades nas diversas frentes de luta e no conjunto da batalha resultantes de um sem numero de factores entre os quais as contra-ofensivas do inimigo que influenciam as disposições de luta das massas num dado momento.

Quem cuide que, fora da fase final, pré-insurrecional, se caminha visivelmente sempre e sempre para diante, quem não compreenda o desenvolvimento irregular e desigual do processo revolucionário, nunca conseguirá compreender a situação política hoje existente em Portugal, nunca poderá compreender como chegaremos à insurreição popular e como nos estamos aproximando desta.

Considerando o panorama da luta popular nos últimos anos verifica-se que as lutas reivindicativas dos operários industriais, as lutas dos assalariados agrícolas por melhores jornadas e pelas 8 horas, as lutas de soldados e oficiais contra a guerra colonial, as lutas dos estudantes pela autonomia da universidade e o direito associativo, as lutas dos intelectuais em defesa da cultura, as lutas abertamente políticas exigindo a demissão do governo e as liberdades democráticas

-cas, separadas umas vezes, coincidindo noutras, travadas em níveis diferentes, to-
mando formas variadas que vão desde a modesta reclamação duma comissão a greves
e grandiosas manifestações de rua, multiplicam os pontos de ataque contra a di-
tadura, influenciam-se e animam-se reciprocamente e dão uma forma cada vez mais
nitida e indicam uma direcção cada vez mais clara a todo o movimento anti-fas-
cista.

Em todas essas lutas, vistas em conjunto, se verifica como as energias popula-
res, acumuladas em longos anos de sofrimento e de resistência à politica fascis-
ta, começam a irromper simultaneamente em multiplos lados, unificando-se numa
mesma vaga revolucionária.

2- Se não fosse a resistência da classe operária guiada pelo Partido Comu-
nista, contra a exploração, a situação seria hoje incomparavelmente mais grave.
Sem a luta persistente pelo aumento de salários, pelo pagamento das horas extra-
ordinárias, por igual salario a trabalho igual, pela fixação do dia de pagamento,
pelo cumprimento do horário de trabalho, pelo trabalho semanal assegurado, contra
a intensificação do trabalho e o aumento da produtividade, contra o trabalho ao
domingo e o prolongamento da jornada de trabalho por conta dos feriados, contra
a exploração no trabalho de empreitada, pelo pagamento do abono de familia, contra
os castigos, as multas e os despedimentos, pela libertação de companheiros presos
e outras, os salários seriam hoje incomparavelmente mais baixos e as condições
de trabalho incomparavelmente mais penosas.

A luta reivindicativa pelos interesses económicos da classe operária provo-
ca cada vez mais a raiva do patronato e das autoridades fascistas. A muitas re-
clamações responde com uma negativa brutal, com a acção da PIDE ou da GNR, com
castigos, com despedimentos, com prisões. Mas, no conjunto do movimento operário, os
trabalhadores não se intimidam, fazem frente à repressão, prosseguem a luta e
conseguem importantes vitórias.

Em defesa dos seus interesses vitais, a classe operária encontra-se unida. Só
em casos raros, uma parte dos operários, e sempre mínima, não acompanha a luta. No
geral, todos os operários duma empresa participam na luta unidos e solidários. A
unidade da classe operária na luta pelos seus interesses económicos fundamentais
é uma demonstração do seu elevado espírito de classe e da sua confiança no Par-
tido Comunista, cuja direcção conhecem e aceitam.

Lutando pelas suas reivindicações imediatas, a classe operária sente diante de
si o inimigo, tem a consciência de que não está a lutar apenas contra um patrão,
um individuo, mas contra a classe exploradora e o Estado fascista. A luta por mel-
hores salários e por outras reivindicações imediatas é, nas condições presentes
na luta anti-fascista, uma escola em que a classe operária desenvolve a sua cons-
ciência política.

Há sectários que o não compreendem. Desligados dos problemas diários da clas-
se operária, são insensíveis aos êxitos, às melhorias consideráveis na situação
que se conseguem através da luta, ao significado da unidade alcançada, ao tremen-
do potencial combativo que se revela nas lutas económicas, ao carácter anti-fas-
cista que as lutas assumem, à grande escola que estas lutas constituem para a
classe operária, ao significado de que, nessas lutas, a classe operária segue a
sua vanguarda, o Partido Comunista, e se liga cada vez mais a este.

A luta reivindicativa em que se sente o pulsar do coração revolucionário do
proletariado é hoje uma luta generalizada, em que participam diariamente dezenas
de milhares de trabalhadores.

Trinta anos atrás, quando os aprendizes do Arsenal da Marinha formaram uma
comissão, se concentraram junto dos escritórios e exigiram um aumento de salários,
essa luta foi um grande exemplo, um exemplo único a indicar o caminho. Hoje lutas
semelhantes têm lugar todos os dias por todo o País. Isto mostra a mudança radi-
cal verificada na consciência de classe, no espírito combativo e na experiência
da classe operária.

O panorama da luta reivindicativa económica do proletariado industrial nos
últimos três anos não apresenta lutas grandiosas. Mas mostra uma resistência cons-
tante, sistemática, persistente, à exploração. São milhares e milhares de lutas, mul-
tas travadas modestamente nas empresas, passando despercebidas fora das empresas,
outras adquirindo uma amplitude que faz delas acontecimentos nacionais.

A forma mais corrente, mais simples e mais generalizada continua a ser a luta
dos operários na empresa apresentando, por intermédio de Comissões de Unidade, as
suas reivindicações ao patronato. Esta forma nunca deve ser desprezada. Tanto pelo
seu valor próprio, como pelo facto de que é frequentemente o ponto de partida
para outras formas de luta. Muitas vezes esquece-se, quando a luta reivindicativa
entra em fases mais espectaculares, que atrás dela está a luta mais modesta, pro-
longada, difícil, dentro de cada empresa, através das Comissões operárias.

Para defesa dos seus interesses os operários continuam também a utilizar o
sindicato, enviando aí as suas comissões, acompanhando-as por vezes para as apoiar,
e exigindo que a direcção do sindicato intervenha em defesa dos interesses da

classe.

Tanto na acção das Comissões, como na luta junto dos sindicatos, com frequência os operários utilizam os abaixo assinados, que concretizam as reivindicações, que as justificam, e que ao mesmo tempo atestam o apoio amplo (muitas vezes total) dos operários interessados à sua Comissão.

Um aspecto muito positivo da evolução da luta reivindicativa é a generalização (que se tem vindo a verificar) das concentrações dos operários nas empresas e nos sindicatos. Elas verificam-se um pouco por todo o país, umas em importantes empresas (João Afonso de Tortozendo, Companhia das Águas de Lisboa, C.P., Mundet, Socorque, Teodoro Rubio, Minas de S. Pedro da Cova) outras em empresas com menor número de operários. Não se trata de "grupos" hesitantes, que suplicam esmola; trata-se da massa que reclama e exige resposta: 200 tecedeiras na Empresa Fabril do Norte, 200 e 300 na Trefilaria, 400 e 500 na CNN, 500 nos estaleiros da CUF, 1000 na Carris de Lisboa, 1000 e 15000 nos Telefones de Lisboa, 3000 na Siderurgia. Por vezes os operários não se limitam a fazer uma concentração. Fazem séries delas. Na SCTP do Porto foram feitas no sindicato 13 concentrações, 5 delas com mais de 1000 operários, uma com mais de 2000. Na APT de Lisboa foi feita uma concentração de 1000 operários na empresa e 6 concentrações no sindicato com a participação de 1000 a 1500 operários. As concentrações reúnem todos os trabalhadores numa mesma acção, revelam-lhes a sua força, mostrando-lhes de maneira palpável e directa o antagonismo entre os operários e os capitalistas, solda mais estreitamente a sua unidade e solidariedade.

Só quem não viva nem sinta a luta da classe operária pode deixar de ver o que representa como motivo de confiança na sua força combativa, a realização (num país fascista em que todas as manifestações operárias são proibidas) de tão magníficas manifestações de operários e operárias dentro das próprias fábricas e em sindicatos controlados pelo governo e cercados de forças repressivas.

Nestes 3 últimos anos, salvo o caso dos assalariados rurais, têm-se verificado poucas greves operárias demorando mais de um dia: mineiros de Aljustrel, têxteis de Mira, pescadores de Peniche, de Matosinhos, Ilhavo e Aveiro, salineiros e apanhadores de ostra de Setubal, empregados do aeroporto de Faro. É um balanço pobre que reflecte debilidades da organização partidária e da organização das lutas reivindicativas. Em compensação têm-se tornado muito frequentes as paralizações de trabalho, ou seja, greves de menos de um dia e em que o operário não larga o local de trabalho.

As paralizações adquirem aspectos diversos pelo tempo que demoram, pela forma como são realizadas, pelo número de operários que participam, pelas reivindicações. O mais geral é demorarem de meia-hora a duas horas mas há casos de demorarem quase todo o dia e outros de demorarem apenas dez minutos (UFACEC). O momento da paralização varia também. Umhas vezes a paralização tem lugar a meio da jornada de trabalho, outras logo ao pegar, outras ao largar. Na empresa Amaral da Covilha os operários não pegaram ao trabalho sem que o patrão explicasse descontos que tinha feito. Os estivadores de Santa Apolonia não pegaram no trabalho nos armazéns por terem sido contratados para os navios. E na Pablo do Montijo, como o novo contrato fixasse uma jornada de trabalho e o patrão não quisesse cumpri-la, todos largaram à hora legal.

As paralizações dos pescadores adquirem, por vezes aspectos originais, como aconteceu na Terra Nova, em que se recusaram a arrimar os "dories" antes de terem comido.

Há paralizações que envolvem toda a fábrica ou empresa, outras que envolvem apenas uma ou várias secções. Há paralizações em grandes fábricas (Mundet, Pablo, CNN, Siderurgia, Sorefame, CUF) outras em pequenas oficinas. Mas em todas elas se manifesta sempre a unidade de classe. É muito raro que, uma vez decididas, não sejam observadas por todos os operários.

Através de paralizações têm os operários conseguido a satisfação das mais diversas reivindicações. O aumento de salário (como sucedeu na Sorefame, na Parry, & Son (8 escudos), na CNN (8 escudos), na Raione, nos estivadores de Aveiro, na Gafanha da Nazaré); o pagamento de salários atrasados (Pólvora de Moscavide, cerâmica de Vale de Figueira); a anulação da exigência de aumento da produção (na CORFI de Espinho) ou de horas extraordinárias para pagar feriados (CUF, Hard do Montijo, Calandra da Vitoria); o pagamento de horas extraordinárias (Siderurgia, Gafanha de Aveiro); a exigência de uns tantos dias de trabalho por semana (Tortozendo); etc..

Além das formas mais usuais de luta reivindicativa (acção de comissões, abaixo-assinados, concentrações nas empresas, idas ao sindicato, paralização do trabalho e greves) outras formas de luta são utilizadas aqui e além, como "fazer cera" (1000 operários na Pablo do Montijo) como idas em grupos às gerências

(fábrica de Sabões), e outras novas e originais, acusando ou "excessiva prudência" (sucessivas cartas escritas aos patrões assinadas pelo "pessoal" do Arsenal do Alfeite), ou acusando bastante audácia (inutilização de tecidos com a aplicação excessiva de certos produtos na tinturaria de Chelas, até pequenos actos de sabotagem das máquinas).

As lutas da classe operária o patronato responde por vezes castigando, despedindo, mandando prender. Mas muitas outras vezes, os patrões não enveredam por esse caminho, e algumas vezes (por cautela...), castigam por um lado, mas satisfazem as reivindicações por outro (SIP)...

Há empresas nas quais, pelo tipo de trabalho, os patrões podem despedir em massa, como sucede na Empresa Geral de Transportes, onde uma vez foram despedidos por exigir melhores salários todos os descarregadores. Mas geralmente evitam represálias maças por receio, e justificado receio, de que, em vez de abafarem a luta, não a façam recrudescer.

Na verdade, sucede que as represálias contra pequenas lutas provocam novas lutas e, com frequência, em nível superior. Em resposta aos despedimentos feitos para intimidar a acção duma comissão, tem havido casos de concentrações nos escritórios; aos despedimentos feitos para intimidar os operários que fazem uma concentração, tem havido casos de paralização do trabalho. A solidariedade da classe operária para com os seus companheiros castigados ou presos por motivo da sua participação na luta reivindicativa é um dos motivos frequentes de lutas magníficas. Os protestos são feitos de maneira geral em concentrações do pessoal e em paralizações curtas (meia hora na fábrica João Afonso), mas as valentes operárias têxteis de Mira, fizeram 3 meses de greve como protesto contra despedimentos. E não são tão raros como podem parecer os casos em que os patrões directamente responsáveis pelas represálias não passam sem levar uma boa sova (Soc. Abel Pereira da Fonseca). Tais lutas de solidariedade conseguem em muitos casos o objectivo: readmissão de operários despedidos (Senhora da Hora, Parry & Son, Sousa e Ramos de Tortozendo) e mesmo a libertação e readmissão de operários presos (EGT e UNN).

Quando se trata de concentrações e de paralizações em grandes empresas o patronato chama com frequência em seu auxilio o aparelho repressivo. Quando das concentrações e na Carris de Lisboa, nos serviços de Gás e Electricidade e na Carris do Porto, por exemplo, as empresas foram cercadas por forças da GNR, PSP, PIDE, com grande aparato de armamento e fizeram-se prisões. O mesmo sucede em algumas lutas de pescadores. Mas, se os trabalhadores se mantêm firmes, se não picam o anzol da provocação, conseguem prosseguir na luta e em muitos casos triunfar.

Nas lutas reivindicativas da classe operária mostra-se que acções ocasionais não são em geral eficientes. Para conseguirem ver satisfeitas as suas reclamações, os operários têm que insistir sempre, mostrar uma indefectível unidade, não se deixarem iludir pelas promessas, não aceitarem demasiados adiamentos para a solução do caso, darem prontas respostas às tentativas de intimidação, defendem os seus companheiros que encabeçam a luta, serem severos, firmes e por vezes ameaçadores, resistirem à repressão com coragem e confiança na sua própria força.

Para que na Carris do Porto conseguissem a satisfação de algumas reivindicações lutaram meses inteiros. Desenvolveu-se a luta na empresa. Depois uma comissão de 40 operários foi ao sindicato apresentar uma exposição com 730 assinaturas exigindo salários iguais aos da Carris de Lisboa. Repetiram-se as idas ao sindicato. Como não fosse dada resposta favorável, os operários realizaram 13 concentrações no sindicato. Nos Telefones de Lisboa desenvolveu-se a luta na empresa, houve duas reuniões da Comissão Sindical dos trabalhadores com a direcção no sindicato, houve sucessivas concentrações em massa: 6 no sindicato e houve mais 4 reuniões no sindicato com os operários e os empregados para discutir o novo contrato colectivo que acabou por ser publicado.

Noutas lutas de menor projecção, igualmente foi necessária unidade, organização, persistência, combatividade para chegar a um fim vitorioso. Em centenas, e mesmo em milhares de lutas, os operários têm alcançado a vitória.

Nestes ultimos anos, as lutas reivindicativas da classe operaria têm apresentado como principais deficiências o débil nível da sua organização, o isolamento da luta dentro de cada empresa e o raro recurso à greve que não seja a paralização durante uma parte da jornada de trabalho.

Em compensação as concentrações nas empresas e nos sindicatos e as paralizações de trabalho tornaram-se uma forma mais generalizada de luta. As deficiências verificadas não diminuem os grandes êxitos da luta reivindicativa, mas impoem um sério esforço para melhorar toda a organização para sair da luta à escala da empresa e para tornar mais frequente o recurso à greve. As lutas reivindicativas, nas suas diversas formas, constituem, no conjunto, um grande movimento de resistência contra a exploração patronal e a politica fascista. Tendo lugar debaixo de sucessivas vagas de repressão, num ambiente de terror e de guerra civil, a luta reivindicativa mostra o elevado espirito combativo da classe operária e constitui uma demonstração admirável da sua unidade.

Mesmo que outras lutas operárias não houvesse, mesmo que a classe operária não contasse (como conta) no seu activo grandiosas lutas políticas, as lutas reivindicativas seriam motivo de confiança bastante na força, energia e combatividade da classe operária e constituiriam, só por si, uma boa base para o desenvolvimento da luta anti fascista.

3- O governo faz completo silêncio acerca da continuada, persistente e hercica batalha dos assalariados rurais do sul pelo pão e pela liberdade. As lutas dos assalariados rurais pelo melhoramento das suas condições de vida dirigem-se directamente contra os agrários, mas, estando o Estado fascista por trás destes, ampará-los e defende-los, essas lutas são, de facto e na consciência dos trabalhadores, lutas contra o governo de Salazar. Há lutas pequenas e grandes, desde reclamações de algumas dezenas de trabalhadores, a concentrações de centenas e a greves de dezenas de milhares.

As lutas estão tão generalizadas que é impossível citar todas as aldeias, as herdades, os locais, onde se têm travado. Admirável impossibilidade esta! Ela mostra por si a grande maré da luta popular nos campos a sul do Tejo.

Alcacer do Sal, Alcôrrigo, Almodôvar, Alpiarça, Arraiolos, Alvalade, Avis, Baleizão, Benavila, Beringel, Cercal, Coruche, Couço, Ermidas, Escoural, Evora, Grândola, Melides, Montargil, Montemor-o-Novo, Moura, Palma, Pias, Ponte de Sôr, Rio de Moinhos, Rio Frio, Santiago de Cacém, S. Cristovao, Sines, Sousel, Vale de Vargo, Vendas Novas, são nomes que deixaram de ter apenas um significado como terras portuguesas. Aos ouvidos das classes trabalhadoras soam hoje como nomes de campos de batalha contra a exploração capitalista e alguns deles (Couço, Montemor, Baleizão, Alpiarça, Grândola) como nomes de sólidas fortalezas dos trabalhadores e do seu Partido.

Há pessoas que tomam atitudes desdenhosas em relação à luta nos campos. Não consideram, nem a sua importância, nem o seu significado. Esquecem que vivem há 38 anos nas condições de uma ditadura fascista; que os assalariados rurais não têm qualquer organização sindical; que todo o sul está permanentemente em estado de sítio; que os fascistas tudo fazem para impedir as reuniões de trabalhadores e os contactos entre os trabalhadores de diversas localidades; que a GNR corta as estradas com barragens, patrulha os campos, faz esperas e embuscadas, identifica, prende e com frequência espanca os trabalhadores quando os encontra fora da sua localidade; que os patrões por tudo e por nada chamam as forças repressivas; que em constantes ofensivas de larga envergadura, as autoridades fazem caça aos militantes do Partido. E que, nestas condições, os assalariados rurais desencadeiam lutas unificadas à escala do Alentejo e parte considerável do Ribatejo, exigem em todo o lado as mesmas reivindicações, mantêm firmemente a sua unidade e alcançam grandes vitórias. E que nestas condições o Partido ajuda os trabalhadores, os orienta, esclarece, organiza e dirige. As lutas e vitórias dos assalariados rurais do sul em qualquer país onde existam liberdades políticas e sindicais seriam grandes lutas e grandes vitórias da classe e do Partido. Num país que vive há 38 anos sob uma ditadura fascista são além disso um aviso da vaga revolucionária que se forma e avança.

As maiores lutas dos proletários rurais pelo melhoramento das suas condições de vida nos últimos anos, que são ao mesmo tempo as maiores lutas desde sempre, foram as de Abril-Maio de 1962, que culminaram pela conquista numa vasta região e pela primeira vez no nosso país das oito horas de trabalho. A conquista das 8 horas de trabalho pelo proletariado rural é uma vitória histórica. E porque as lutas que a ela conduziram, se desenvolveram em volta da grande jornada política do 1º de Maio, o dia 1 de Maio de 1962 será sempre lembrado como um marco fundamental na história da luta do proletariado português pela sua libertação do jugo do capital. Foi uma grande conquista de carácter económico e uma grande vitória política.

A luta pelas 8 horas vinha de trás. Muitas e muitas lutas se haviam já travado por essa reivindicação. Em 1961 a luta pelas 8 horas ganhou mais vastos sectores do operariado agrícola. Mas foi em Maio de 1962 que, no sul, as 8 horas foram exigidas e alcançadas, como uma reivindicação comum e geral.

Só uma elevada consciência de classe, a unidade, a combatividade, a organização dos assalariados rurais, só lutas grandiosas em que participaram duas centenas de milhares de trabalhadores, só a direcção de um Partido experiente e enraizado nas massas, puderam conduzir a tal resultado.

O Partido Comunista que dirigiu desde início a luta, pode orgulhar-se desta vitória histórica dos assalariados rurais como vitória sua.

Um camarada dirigente das organizações camponesas do Partido, salientou justamente a elevada consciência política que mostra a escolha do mês de Maio pelo proletariado rural para travar tal batalha, ligando-a com a luta política do 1º de Maio, (em que a classe operária de todos os países comemora a conquista das 8 horas) e ligando-a à luta por melhores jornadas, quando dos trabalhadores das ceifas e dos arrozais. A luta foi cuidadosamente preparada em amplas reuniões de trabalhadores. Concentrações, greves, levantamentos de rancho, choques com

as forças repressivas, tiveram lugar no mês de Abril. Os trabalhadores de Montargil conquistaram nesse mês, isolados, as 8 horas. No dia 1º de Maio muitas dezenas de milhares de proletários rurais participaram, ao lado dos proletários industriais, na greve, nas paralizações, nas manifestações de rua. A par das consignas políticas apareceu a reclamação das 8 horas de trabalho. No dia 2 os trabalhadores começaram impondo o novo horário.

Há um aspecto que nunca é demais salientar. Os assalariados rurais não reclamaram de ninguém o horário das 8 horas. Eles não pediram que lhes fossem concedidas as 8 horas, que fosse instaurado pelo governo ou fosse por quem fosse o regime das 8 horas. Eles prepararam-se apenas, unidos, firmes, confiantes, fortalecidos pelas grandes lutas políticas do dia 1, para pôrem em prática o novo horário. No dia 2 começaram a fazê-lo.

"No dia 2 de Maio (conta o relatório da luta em Alcácer do Sal) os trabalhadores apresentaram-se ao trabalho às 7.45 minutos. Naquele dia eram eles que determinavam as horas. Não fizeram caso dos capatazes. As 8 horas, marcadas no relógio de um dos trabalhadores, pegaram ao trabalho. Às 10.30, hora antiga do almoço, as sinetas tocaram o seu habitual sinal. Os trabalhadores não ligaram. Às 12 foram almoçar. Às 13 pegaram e às 17 foram para casa, impondo assim o novo horário."

Este extraordinário e comovente documento relata, em relação a Alcácer, o que se passou em todo o Alentejo litoral. No dia 2, os trabalhadores de Torrão, Santa Catarina, S. Romão, Aguas de Moura, Grândola, Ermidas, Sines, Alvalade, Odemira, S. Domingos, Abela, Adela dos Rins, Barros, Vila Nova de Milfontes, Lousal e de muitas outras localidades impuseram a jornada de 8 horas. Ranchos de algarvios e de beirões solidarizaram-se com os trabalhadores da região.

Uma semana depois, os trabalhadores do Alto-Alentejo seguiram o exemplo. Em Montemor-o-Novo, Vendas Novas, Escoural, S. Cristovão, Alcaçovas, Viana do Alentejo, Pótel, Évora, Azaruja, Évora Monte, Mora, Santa Margarida, Avis, Alcorrego e muitas outras localidades as 8 horas foram conquistadas, assim como, em geral, jornadas de 40 escudos. Nas semanas seguintes a vitória foi alcançada noutras regiões.

A luta não se desenvolveu por todo o lado como no Alentejo-Litoral. No Escoural, os trabalhadores concentraram-se na praça de jornadas, fizeram greve e exigiram as 8 horas e 40 escudos. A noite alguns patrões cederam. Os restantes trabalhadores estiveram 4 dias em greve até à vitória. Em Montemor-o-Novo 5000 trabalhadores estiveram 4 dias em greve até à vitória. Em Coruche, milhares de trabalhadores estiveram em greve vários dias. Em Avis, Alcorrego e Ervidel estiveram 4 dias em greve. Em Baleizão 2 dias em greve. Em Benavilla a greve foi mais demorada: só no fim de 3 semanas os agrários cederam. Depois de concentrações, paralizações e greves a vitória foi também alcançada em Setúbal, Palmela, Cabanas, Azeitão, Coima, Pinhal Novo, Moita, Montijo, Canha, S. Torquato, Forros da Fajada, Santana, Benavente, Salvaterra e muitas outras localidades.

A luta não foi fácil. Os agrários e os fascistas procuraram resistir. A GNR foi atirada contra os trabalhadores. Houve choques e recontros em numerosas terras do Alentejo. Prisões em massa, espancamentos, agressões. O Alentejo esteve praticamente em estado de sítio. Mas ao sul do Tejo, da zona ribeirinha até ao Algarve salvo a região de Portalegre, Almodôvar e a região a leste do Guadiana, foram conquistadas as 8 horas.

Impotentes ante a unidade inultrapassável de todo o proletariado rural do sul os fascistas tudo fizeram posteriormente para roubar aos trabalhadores as 8 horas. Mas desde então, baseados na sua unidade, na confiança nas suas forças, na sua experiência, na sua combatividade, lutando sempre e sempre, os assalariados rurais têm sabido defender a sua conquista. Recentemente, a luta por um contrato colectivo, entre outros aspectos, pretende uma definitiva sanção legal e a generalização da jornada de 8 horas.

É com melancolia e subida hipocrisia que os fascistas se lamentam. "Os trabalhadores rurais (disse à dias o ministro da Justiça) aspiram a um horário de trabalho ou pretendem melhor remuneração do seu esforço. Lamentamos antes que eles próprios se tenham visto forçados a pugnar por direitos e regalias que espontaneamente lhes deveriam ter sido reconhecidas há muito tempo, por imperativo elementar da justiça social. ("O Século", 9-3-64). É fácil apresentar a impotência como falta de desejo.

Estas grandiosas lutas não aparecer desligadas de milhares de outras lutas que travam os assalariados rurais do sul. Lutas como as de Abril-Maio de 1962 só as pode levar a cabo uma classe com grande experiência, educada em incessantes combates, com quadros treinados, com hábitos de organização, com prática de resistência às forças repressivas.

De facto de há muito as lutas dos assalariados rurais do sul por melhores jornadas e melhores condições de vida adquiriram uma amplitude e um desenvolvimento único nos campos portugueses. As organizações do Partido, o jornal

"O Campôes" e todo o restante trabalho de agitação do Partido chamam a si, com legítimo orgulho a direcção dessas lutas. É uma impressionante manifestação da unidade e da influência e da autoridade do Partido verem-se, em vastas regiões, dezenas de milhares de assalariados exigirem a jorna fixada pelo Partido (depois de amplas reuniões de trabalhadores) e recusarem-se a trabalhar por menos.

A acção das comissões, as concentrações junto dos patrões e nas praças de jornas são ainda formas fundamentais da luta. Mas as suspensões de trabalho e as greves tornaram-se constante e geralmente utilizadas e, em muitos casos, a resposta imediata dos assalariados rurais quando não são atendidas as suas reivindicações. São tantas, tão frequentes, abarcam tantas localidades, que seriam necessàrias longas horas para dar, um resumo que fosse, daquelas que se travam num só ano. As suspensões de trabalho e as greves dos assalariados rurais do sul, se são ainda "exemplo" para os assalariados rurais do resto do país e para o Povo português em geral, são no sul acontecimentos correntes na vida e luta de quem trabalha. Não pegar no trabalho, largar o trabalho, suspender o trabalho por uns minutos ou longas horas, fazer greve de um dia a algumas semanas, tornaram-se armas de luta contra a exploração capitalista, que os proletários rurais do sul empunham com coragem e que a repressão mais brutal não consegue arrancar-lhes das mãos.

Apesar de que a acção das comissões, as concentrações, as paralizações e as greves se tornaram as formas mais generalizadas de luta por melhores jornas e pelas 8 horas de trabalho os assalariados rurais não desprezam outras formas. Faz-se "cera" para impor melhores jornas. Faz-se "cera" quando os agrários pretendem diminuir as jornas ou prolongar a jornada de trabalho. O aproveitamento das Casas do Povo tem também sido eficiente. Nas Casas do Povo de Montemor-o-Novo, do Escoural, de Grândola, de Plas, de Sousel, de S. Cristóvão, Benavila, Aljustrel, Nessejana e em muitas outras os trabalhadores reúnem-se, discutem os seus problemas, apresentam as suas reivindicações. Com estas formas de luta por vezes associam-se outras: abaixo-assinados às autoridades locais, exposições ao governo, etc.. Nos períodos de desemprego os trabalhadores concentram-se com as suas Comissões nas Câmaras Municipais; nos governos civis, e nas Casas do Povo exigindo trabalho. Em muitos casos, as autoridades vêem-se forçadas a distribuir os desempregados pelos lavradores ou a abrir obras nas estradas ou a dar emprego em pedreiras.

Apesar porém de se tratar de épocas de desemprego, de "trabalho para desempregados", mesmo aí os trabalhadores não se vergam às condições de trabalho que lhes querem impor. Mesmo aí, senhores de rica experiência, ganha na luta dos campos, continuam unidos e combativos a luta por melhores salários e contra as diversas formas de exploração. Desempregados ontem, ameaçados de serem novamente lançados ao desemprego, mesmo aí formam as suas Comissões, fazem concentrações, paralizações e greves e alcançam importantes vitórias.

Nesse período negro do ano muitos trabalhadores seguem a palavra de ordem do Partido: "ir buscar o pão onde o houver". Apesar da vigilância e intervenção da GNR, invadem as grandes herdades, cortam cortiça dos sobreiros para vender, apanham azeitona e outros produtos. Há casos em que, para estas acções, os trabalhadores se organizam em grupos de 10 a 15 homens e mulheres, montando a vigilância com piquetes armados, prontos a defender os seus companheiros. Uma vez, um agrário chamado Alfacinha respondeu aos que pediam trabalho: "Já comeram o que ganharam durante as 8 horas? Então comem palha." Os trabalhadores não se deram por achados. Foram a uma propriedade do sujeito, levaram um borrego e deixaram um papel: "Enquanto houver carne, não se come palha" (Montemor-o-Novo). Bom exemplo camaradas.

As mulheres têm uma participação muito destacada. Não só acompanham lado a lado os seus companheiros quando com eles trabalham em conjunto, dando iguais provas de esclarecimento, firmeza e coragem, como defendem unidas os seus interesses próprios, e, em ranchos de mulheres, organizam elas próprias as suas lutas, reclamam as jornas e os horários de trabalho, fazem frente às ameaças e à repressão, suspendem o trabalho e vão para a greve. As mulheres do sul têm dado ao longo dos anos, admiráveis exemplos de combatividade e abnegação e muitas delas contam-se entre os dirigentes das lutas da classe. Catarina Eufémia, caída à frente dos trabalhadores, é o justo símbolo do heroísmo das mulheres trabalhadoras e dos comunistas do Alentejo.

Todas estas lutas não se travam sem uma encarniçada resistência dos agrários e das autoridades fascistas. Ameaçam, intimidam, despedem, e estabelecem no Alentejo forças impressionantes da GNR, postos de 12, 20 e mais praças em pequenas aldeias fazem exhibições de força com capacetes de aço, metralhadoras e jeeps, estabelecem uma vigilância tão intensa que o Alentejo e parte do Ribatejo parecem um país ocupado por tropas estrangeiras. A GNR e a PIDE intervêm nas lutas, apontam as armas para obrigar a pegar no trabalho os grevistas, predem, espancam.

E, apesar de tudo isso, os trabalhadores insistem, continuam com as suas Comissões, continuam a fazer as suas concentrações e as suas greves e vencem. Dizemos

vencem, porque, se há casos de derrota, há muitos casos de vitórias.

As vitórias têm mostrado às massas a justeza da orientação do Partido, e a eficiência das formas de luta. As vitórias criaram uma inabalável confiança nas suas próprias forças e no Partido. Hoje qualquer trabalhador do sul pode dizer: "Viveria incomparavelmente pior, se não tivéssemos lutado e se à nossa frente não estivesse o Partido Comunista".

Os trabalhadores resistem à repressão insistindo na luta e mantendo um elevado espírito de solidariedade. Um operário agrícola pede isolado o aumento de 2 escudos e é por isso despedido? Logo os seus companheiros, vão ter com o patrão reclamam também os 2 escudos e a readmissão do camarada e conseguem-no (herdade "Maceira" em Grândola).

Por vezes a paciência esgota-se. Querem impor condições desumanas de trabalho, os assalariados fazem cera e um engenheiro ameaça provocantemente com a GNR? Vão-se a ele, viram-lhe o jeep, sovam-no merecidamente e quando a GNR vem fazer prisões, procuram libertar os seus companheiros apesar de atacados à coronhada (herdade de Rio Frio).

Um "senhor" contrata um grupo de mulheres e cuidando lidar com o "sexo fraco" despede-as depois de engajar outras? As mulheres vão-se a ele e deixando-o bem sovado mostram-lhe o que vale o "sexo fraco" (Ermidas).

A indefectível e completa unidade, a unificação das lutas à escala regional e provincial, o grau de organização, a combatividade, a consciência de classe dos proletários rurais do Alentejo e do Ribatejo fazem deles uma das principais bases sociais e políticas do movimento nacional contra a ditadura fascista.

No resto do país a luta nos campos está consideravelmente mais atrasada. Mil centenas de milhares de assalariados rurais não entraram ainda na luta económica e muito menos na luta política. As condições sociais são no geral muito diferentes a Norte do Tejo, onde rareiam as muito grandes explorações agrícolas. Nas chamadas regiões de pequena propriedade os proletários e semi-proletários rurais, embora muito numerosos, vivem mais dispersos, frequentemente na situação de "criados de lavoura" e de "peões auxiliares" dos pequenos produtores. O seu nível de vida é atroz, a sua consciência de classe muito baixa, nula a sua organização. Esta é uma grande deficiência do movimento operário e do movimento anti-fascista, ao qual tem faltado em todo o norte do país uma base sólida de acção nos campos. Apesar da complexidade do problema, é nossa tarefa vencer esse atraso, criar uma base de trabalho organizado no proletariado rural nortenho, e, evitando copiar as experiências do sul, procurar as formas apropriadas de movimentação.

Também a luta dos pequenos agricultores está em manifesto atraso. Contam-se pelos dedos cada ano as suas lutas contra a exploração de que são vítimas. As mais das vezes são lutas espontâneas, explosões de indignação por acontecimentos que, de surpresa e com violência, atigem os seus interesses: luta de camponeses serranos contra o roubo dos baldios pelo Estado para os entregar aos serviços florestais (Bemposta, Vinhais), lutas dos foreiros e rendeiros contra a expulsão das suas terras (Almada, Benavente, Quarteira), lutas contra o roubo das águas de rega para obras do Estado (Ilha da Madeira, 1961). São no geral, lutas desesperadas, com choques violentos com as forças repressivas. As metralhadoras crepitavam na Bemposta: 5 feridos. Crepitavam na Madeira: dezenas de feridos, uma mulher morta. Outras lutas se têm verificado ainda por interesses diversos. Mas são ainda lutas dispersas, primitivas, sem sequência. O Partido, tem ultimamente feito um esforço para vencer o atraso do movimento entre os pequenos agricultores. O jornal "A Terra" tem tido um papel positivo. É porém necessário dar passos mais decididos neste terreno. Dada a situação da pequena lavoura, profundamente atingida pela política fascista, as condições são favoráveis para o desenvolvimento deste trabalho.

Hoje, a base política do movimento democrático nos campos está situada quase exclusivamente no Alentejo e Ribatejo. Aí porém a consciência de classe e política é de tal forma elevada que anuncia novas e maiores batalhas contra a ditadura.

4- A resistência dos soldados contra a guerra colonial não é apenas um dos aspectos mais brilhantes da solidariedade do povo português para com os povos coloniais. É também um elemento novo na luta contra a ditadura fascista, um índice do enfraquecimento do aparelho do Estado fascista, da radicalização política das massas populares e da combatividade da juventude.

Já antes da guerra de Angola se vinha notando um descontentamento crescente nas forças armadas contra a brutal disciplina fascista, contra os maus tratos aos soldados, contra a má alimentação, contra as arbitrariedades e abusos constantes dos comandos. A guerra de Angola deu novas razões para o desenvolvimento

e a generalização da luta dos soldados. Se, nas condições de brutal disciplina fascista e de espionagem política existente nas forças armadas, se tivessem registado em 3 anos meia dúzia de acções massivas de soldados contra a política fascista, isso bastaria para apresentá-los como uma amostrada resistência do povo e da juventude à política fascista e à guerra colonial. Não se registaram, porém meia dúzia. Nestes últimos 3 anos têm-se registado centenas de lutas de soldados.

A resistência contra a mobilização e o envio para as colónias verifica-se por toda a parte, nas paradas dos quartéis, nas casernas, nos barcos, nos hospitais militares. Os soldados manifestam colectivamente o seu descontentamento e o seu ódio ao governo fascista juntando-se e protestando contra a guerra colonial, recusando-se a entrar em formatura, não obedecendo às ordens de dispersão e conseguindo em diversos casos o adiamento dos embarques (Infantaria 16, de Évora, Centro de Instrução de Lamego, Engenharia 2, do Porto, Caçadores 5, de Lisboa, infantaria 1 da Amadora, Infantaria 16 e 17 dos Açores, em Santa Margarida, destacamento da Pontinha, marinheiros do "Nuno Tristão", médicos militares de Lisboa, etc.). Muitas vezes a resistência dá-se no momento do embarque, acompanhada de manifestações populares (Caçadores Especiais em Évora, Caçadores 10 em Chaves, várias unidades em Castelo Branco e no Porto de Lisboa). Quando as forças repressivas procuram fazer dispersar os manifestantes, em mais de um caso os soldados tomam o partido do povo e entram em escaramuças com a PSP (Estação de Castelo Branco e Porto, porto de Lisboa).

As deserções adquirem considerável volume. Nos primeiros tempos de guerra verificaram-se importantes deserções colectivas: 40 caçadores especiais e Infantaria 16 em Évora, 80 em Infantaria 1 da Amadora, 100 em Infantaria 3 de Beja. Embora sem adquirir a forma de deserção definitiva, em muitos casos os soldados mobilizados não aparecem às convocatórias (26 no aeroporto de Lisboa, 400 na Escola Prática de Engenharia de Tancos) e noutros casos saem às dezenas dos quartéis licenciando-se por sua conta, abandonam os centros de concentração das tropas mobilizadas para as colónias e apresentam-se nos seus primitivos quartéis (Infantaria 11 em Lamego, Caçadores 5 de Lisboa, Escola Prática de Infantaria de Mafra).

O enfraquecimento da disciplina fascista no Exército aparece claramente nos numerosos casos de insubordinação e desobediência aberta dos soldados às ordens dos oficiais fascistas. Em alguns casos, protestando violentamente, os soldados desobedece^m em massa às ordens, insultaram os oficiais, defenderam os seus companheiros que estes queriam prender (Caçadores 5 de Lisboa) noutros recusaram-se à instigação, sentaram-se na parada, fizeram assuadas aos oficiais, resistiram energeticamente às ameaças de castigos (Infantaria 3 de Beja, Cavalaria 7 de Lisboa). Em mais de um caso os soldados defenderam em massa os seus camaradas das agressões e dos castigos, não permitindo que os oficiais tirassem o número aos cabeçilhas, interpondo-se entre eles e os oficiais fascistas, levando-os guardados para as casernas e recusando a entrada aos oficiais (Artilharia Pesada nº 2 de Gaia, Escola Prática de Engenharia em Tancos, Cavalaria 8 de Castelo Branco). Noutros casos, os soldados subordinados resistiram às agressões, soando oficiais e sargentos fascistas (Hospital da Estrela de Lisboa por 2 vezes, Artilharia 1 de Lisboa, Artilharia Anti-Aérea Fixa de Queluz). Em mais de um caso, outros soldados, mandados reprimir os seus companheiros insubordinados, recusaram-se a fazê-lo, chegando a abandonar ostensivamente as armas (Telegrafistas e Caçadores 5 de Lisboa).

As insubordinações são por vezes acompanhadas de pequenos actos de violência. Os soldados queimam as enxergas ou partem vidros no quartel, destroem o mobiliário das casernas (Infantaria 3 de Beja, Infantaria 11 de Setúbal, Pontinha, Abrantes, Artilharia Anti-Aérea de Queluz). Num caso conhecido, 2 soldados procuraram tomar conta de armas e distribuí-las pelas companhias, tendo sido abatidos a tiro (Cavalaria 7 de Lisboa).

A originalidade, o aspecto criador, o humor heróico não tem também faltado. Procuram isolar os soldados insubordinados evitando o seu "contágio". Os soldados utilizam para os apelos à resistência as próprias instalações sonoras do quartel (Telegrafistas de Lisboa). Os oficiais fascistas para pôrem à prova o desejo de se bater dos futuros oficiais de carreira, perguntam-lhes qual a sua arma preferida? 300 cadetes escolhem a Administração Militar (Academia Militar). Gansam com exigências arbitrarias os alunos duma escola de sargentos? 800 do total de 840 fazem uma exposição pedindo férias, e noutra altura 40 vão passar o fim de semana em Lisboa e deixam-se lá estar mais de 15 dias (Escola de Tavira). O comandante de uma unidade ameaçou os soldados? Um escreveu numa parede: "Quem se oferece para matar o comandante faça um risco na parede" e no dia seguinte a parede estava cheia de riscos (Cavalaria 3 de Estremoz).

Uma forma de luta numerosíssimas vezes utilizada pelos soldados contra as arbitrariedades dos oficiais, contra a má alimentação, contra a guerra colonial têm sido os levantamentos de rancho. Muitas das insubordinações que acabam de

ser relatadas começaram por essa forma de luta mais elementar. Por vezes porém os levantamentos de rancho não conduzem a tão sérias insubordinações (Regimento de Aveiro, Cavalaria 3 de Estremoz, CIM de Santa Margarida, Escola de Sargentos de Tavira, Forte da Trafaria, Base Naval do Alfeite, Base Aérea de Sintra, etc.) Mas, como este provoca sempre reacção violenta dos oficiais fascistas, exige, para ser realizado, grande unidade e decisão dos soldados, e é ao por si uma magnífica demonstração de combatividade.

Além destas importantes lutas, muitas de tipo muito variado se têm verificado nestes 3 anos: recusa em massa a trabalhos "voluntários" (Caçadores 1 de Portalegre), boicote a festas organizadas para soldados (Força Aérea de Monte Junto), silêncio completo durante as refeições (Escola de Infantaria de Mafra), greves de fome (Colégio Militar de Lisboa), concentrações e reclamações por comissões de soldados (Base Aérea nº 1).

Além das acções colectivas dos soldados, que implicam a coragem individual de muitos, não são raras as corajosas atitudes individuais de soldados e oficiais. Um soldado de Artilharia Anti-Aérea, mobilizado, escreve ao comandante dizendo que em Angola se recusaria a matar. Um aspirante de Lanceiros 2, declara ao comandante que se recusa a partir para a guerra colonial, porque esta é contrária aos seus ideais. Um soldado de Infantaria 7 declara o mesmo na formatura. Quatro oficiais de Infantaria 5, das Caldas da Rainha, protestam contra os espancamentos dos soldados. Um soldado de Infantaria 10 de Aveiro, no acto de juramento de bandeira de 1700 recrutas e ante milhares de pessoas, recusa-se a jurar, dirige-se em corrida ao comandante da unidade e lança aos pés deste a arma, correias e capacete, declarando que se recusara a jurar porque não nascera para matar o seu semelhante.

Se tais atitudes individuais são em muitos casos um sintoma de debilidade da acção organizada, são um índice valioso do descontentamento e da disposição de luta de muitos militares que hoje se encontram sem ligação com as organizações revolucionárias.

Aspecto importante da radicalização política dos soldados é a sua participação nos movimentos populares de massas. Nas grandiosas jornadas de luta que foram o 1º de Maio de 1962 e 1963 em Lisboa, ao lado dos operários, ao lado dos estudantes, ao lado do heroico povo da capital, numerosos soldados e marinheiros filhos do povo fardados exigiram as liberdades democráticas, bateram-se contra as forças repressivas.

A luta do povo português contra a guerra colonial estende-se às próprias colónias. Arriscando a vida, muitos soldados se têm recusado a partir para a frente ou a participar nas atrocidades. Aviadores têm-se recusado a fazer bombardeamentos com napalm ou fazem má pontaria. Oficiais e soldados organizam a resistência. Outros desertam no próprio terreno das operações.

Das lutas dos soldados nas próprias colónias merecem referência especial as lutas do Batalhão de Caçadores Paraquedistas em Luanda, em 1961 e 1962. Partindo duma luta reivindicativa contra a irregularidade do pagamento dos vencimentos, depressa os soldados passaram a uma luta contra a guerra colonial e os comandos fascistas. Dando provas de iniciativa, estabelecendo contactos e comités dirigentes da luta, os soldados começaram por recusar as formaturas, uns, por destroçar quando as companhias eram enviadas para a instrução, outros, por exigir o pagamento devido e a demissão do próprio comandante do batalhão. A primeira expressão directamente política da luta deve-se ao 3º pelotão da 3ª companhia que fez dentro da própria Fortaleza de S. Miguel onde estava aquartelada uma manifestação dando morras a Salazar e à guerra colonial, vivas à democracia e ao comunismo, e sovando e expulsando das casernas um oficial que pretendia intervir. O comando, temendo uma revolta, procurou ignorar a manifestação e dispersou as 3 companhias por aquartelamentos diferentes.

Em Janeiro de 1962, com novas irregularidades no pagamento, de novo o movimento recomeçou registando-se frequentes incidentes entre soldados e oficiais. A luta atingiu o momento mais elevado na reunião de soldados, na ilha de Luanda. Aproveitando a presença em Luanda das 3 companhias do batalhão no mês de Abril de 1962, mais de 300 soldados fardados fizeram uma assembleia, guardados por plantões, que elegeu um comité dirigente para cada companhia, aprovou as reivindicações a apresentar e decidiu que desde aquele momento nenhum soldado saltaria dos avioes. A luta continuou corajosamente, os soldados alargaram os seus contactos a outras unidades e prepararam uma revolta com vistas a tomarem conta de Luanda. A infiltração dum provocador, permitiu a descoberta da conspiração dos soldados e a prisão dos seus dirigentes, que foram enviados para o Forte de Tróvas.

As grandes lutas dos soldados, e as acções, ainda isoladas, de oficiais exigem grande coragem e decisão. Os fascistas procuram abafá-las espancando soldados, prendendo-os, enviando-os para a PIDE e para presídios militares, matando-os em alguns casos. É constante a chegada a Portugal sob prisão, de soldados e oficiais que nas colónias resistem contra a guerra colonial. So a unidade dos soldados, so o carácter massivo das suas lutas tornou possível impedir aos fascistas uma mais

violenta repressão. Se nas paradas dos quartéis não foram abatidos a tiro solá dos revolucionários, isso deve-se ao medo dos fascistas ante a unidade combativa dos soldados, de provocarem revoltas de alcance imprevisível. Os fascistas prepararam-se é certo para uma repressão mais violenta. O estabelecimento da pena de morte para os militares é uma prova do seu pânico e dos seus propositos. Mas, se a unidade dos soldados se mantiver e se reforçar, o governo será impotente para impedir o desenvolvimento do movimento revolucionário nas forças armadas.

O nosso Partido tem razões para se sentir orgulhoso destas heroicas lutas dos soldados. Sem a acção do Partido elas não teriam tido lugar. Elas devem-se, duma forma decisiva, à acção política do Partido contra a guerra colonial, às justas palavras de ordem do Partido. Em muitos casos foram as organizações do Partido nas forças armadas, ou comunistas isolados, que tomaram audaciosamente a cabeça destes movimentos. Noutros, foi o trabalho de agitação do Partido, foram os milhares de tarjetas e manifestos do Partido que orientaram a disposição de luta dos filhos do povo fardados.

Todas estas heroicas lutas mostram a profundidade dos sentimentos democráticos e anti-colonialistas da juventude e do povo português e são, ao mesmo tempo, um aspecto do amadurecimento das condições objectivas para a luta decisiva contra a ditadura (enfraquecimento do aparelho do Estado) e das condições subjectivas (vontade e capacidade de luta do povo português). As lutas dos soldados travadas desde 1961 são coisa nova no movimento democrático português: são um índice de crise do regime e da aproximação duma crise revolucionária.

5- A resistência dos soldados contra a guerra colonial é um aspecto da luta dos jovens operários e camponeses contra a ditadura fascista. Os soldados educaram-se na luta persistente contra a exploração, que se trava nas fábricas e nos campos, nas lutas reivindicativas dos operários industriais e assalariados rurais, nas greves e manifestações de rua, em que a juventude tem tido um destacado papel. É aí que os jovens fazem a sua aprendizagem política, é daí que levam para as forças armadas o espírito revolucionário. Da mesma forma os jovens oficiais, que corajosamente se erguem contra a política colonialista do governo, fizeram a sua aprendizagem política no grande movimento democrático dos estudantes.

Nos últimos 3 anos, as lutas dos estudantes atingiram uma amplitude e uma extensão nunca anteriormente atingida.

Partindo duma intensa actividade associativa nos seus aspectos pedagógicos, sociais, culturais, de convívio, editoriais e desportivos, que unem e mobilizam a quase totalidade dos estudantes, os jovens anti-fascistas nas escolas alargam o campo dos interesses e das reivindicações estudantis, que se chocam directamente com a política fascista.

As lutas travadas, são-no com objectivos imediatos diversos. Os estudantes lutam pela liberdade das suas associações. Lutam contra os decretos fascistas que pretendem afogar o direito associativo. Lutam pela autonomia da Universidade. Lutam contra as interferências do governo na luta estudantil. Lutam pela reforma do sistema de exames. Lutam pela substituição dos reitores da Universidade e de ministros da Educação. Lutam por pequenas reivindicações relativas à vida escolar contra a marcação de faltas aos alunos que chegam com pequenos atrasos, pela baixa de 16 para 14 valores da média de dispensa das provas orais, contra a proibição dos rapazes falarem às raparigas que numa escola do Porto quiseram impor...

Apesar porém da diversidade dos objectivos imediatos, os estudantes lutando pelo direito associativo, pela autonomia da Universidade, por reivindicações relativas à vida escolar, lutam contra o fascismo e pela democracia. O conflito entre os estudantes e governo tornou-se um conflito político aberto, que se agudizou extraordinariamente nos últimos 3 anos.

A luta dos estudantes caracteriza-se pelo facto de que, desenvolvendo-se em volta dos direitos das Associações Académicas e das suas actividades específicas, não se dá lugar a grandes movimentos nos quadros das Associações, como em resultado dos progressos do movimento associativo, "transborda" para fora das associações em acções políticas de massas contra o fascismo.

Os estudantes têm sabido adoptar formas muito variadas de luta e passar rapidamente duma forma a outra segundo as circunstâncias e as necessidades. Em todas elas se revela uma ampla participação da massa estudantil, um entusiasmo, uma segurança e altivez nas atitudes que se podem ser dadas por uma radicalização política geral. Desde abaixo-assinados, aos cortejos, aos "convívios", aos jantares e festas, às comemorações, aos comícios, aos lutos, às concentrações, às greves, às manifestações de rua, a grande maioria dos estudantes (muitas centenas, nuns casos, muitos milhares, noutros) aparece animada por magnífica combatividade.

Na generalidade, as diversas formas de luta são sucessivamente utilizadas. Em 1962, reclamando a participação estudantil na direcção das instalações da Cidade Universitária de Lisboa e contra a exploração comercial dos seus serviços, os estudantes recorreram a negociações com o reitor, à distribuição massiva de comuni-

-cados, à criação duma comissão geral representando todos os estudantes da capital, à convocação de assembleias gerais em diversas escolas, à ocupação das salas da cantina, à recusa de 400 ceias encomendadas nesta, à composição de musicas satíricas rapidamente popularizadas, e a uma reclamação escrita com 3000 assinaturas exigindo que a cantina fosse entregue a uma administração mista de professores e alunos, objectivo este que foi finalmente alcançado.

A mesma utilização sucessiva ou simultânea de formas variadas se tem verificado nas maiores lutas. Os estudantes têm sabido aliar a maleabilidade à firmeza, decisão e audácia. Têm sabido ligar as diligências junto do governo e autoridades universitárias feitas dentro da máxima legalidade, com as formas agudas de luta (grandes concentrações, greves e manifestações de rua) que os põem em confronto com o aparelho repressivo, ao qual fazem corajosamente frente.

Nunca como desde 1961 os estudantes sofreram uma mais brutal ofensiva da repressão. O governo procura privar os estudantes das mais elementares liberdades (decreto 44632 e decreto de 20 de Maio de 1963); publica notas officiosas falsas, insultuosas, caluniosas e ameaçadoras que faz secundar por históricas campanhas da imprensa, da rádio e das organizações fascistas; proíbe comunicados das associações, procura impedir as iniciativas de convívio; expulsa de uma só vez e por períodos de 12 meses a 3 anos, estudantes das universidades de Lisboa e Coimbra; demite os dirigentes das associações e encerra estas; atira brutalmente as forças repressivas contra o movimento estudantil, invadindo as universidades, agredindo, espancando, prendendo dirigentes ou prendendo em massa.

Mas os estudantes não se têm deixado intimidar e têm respondido às prisões com grandes acções de solidariedade: movimento de Maio de 1962 contra as 1800 prisões em Lisboa e Coimbra; Plenárias de 1963 em Lisboa, contra a prisão de dirigentes estudantis; concentrações de Fevereiro de 1964 contra a prisão duma estudante de Letras; e muitas outras.

Apesar de toda a repressão, as greves, as concentrações, as reuniões plenárias, as manifestações de rua, adquiriram tal amplitude e continuidade que se tornaram um sério problema para o governo. Apesar da repressão, o movimento estudantil reforça-se, alarga-se, politiza-se, torna-se uma das mais importantes frentes de combate contra a ditadura fascista.

Pela sua amplitude, pelo seu vigor, pela direcção hábil e corajosa, as grandes lutas de 1962 colocam os estudantes portugueses numa das primeiras filas do movimento anti-fascista. O que tem dado força aos estudantes, o que os tem educado politicamente, o que lhes tem permitido resistir vitoriosamente à repressão fascista, é a sua unidade, o carácter de massas do movimento, e o seu apoio em organizações legais que conseguem defender todas as tentativas de liquidação. Cada vez que os dirigentes estudantis seguiram o caminho das acções isoladas das massas, seja por oportunismo, seja por esquerdismo, o movimento estagnou, recuou, e o governo pode retomar a ofensiva e abafar temporariamente os justos anseios dos estudantes. Sempre que os estudantes seguem a justa linha de unidade, compreendem o papel e a necessidade da organização e atraem e conduzem à luta as massas estudantis, o governo é impotente para impedir grandiosas acções.

Assim sucedeu em 1962, quando, durante 3 meses, defrontando a brutalidade fascista e desmascarando as mentiras e ardis do governo os estudantes se mantiveram em greve, realizando repetidas e insistentes manifestações. Assim acaba também de suceder nas comemorações do Dia do Estudante.

O desenvolvimento desta luta é uma valiosa experiência. Em Fevereiro as Associações dos Estudantes de Lisboa solicitaram ao ministro da Educação autorização para realizarem o Dia do Estudante. Passadas semanas o ministro decidiu proibir as comemorações. A 13 de Março, os dirigentes das Associações consideraram a decisão do ministro mais um atentado contra a liberdade associativa e a autonomia da Universidade e resolveram levar por diante o programa já elaborado. No sábado, dia 14, no IST, sessão de abertura, colloquios e jantar de confraternização; no domingo um serão cultural. No dia 14, encontrando o IST encerrado e cercado por numerosas forças policiais, cerca de 1000 estudantes que ali se dirigiam resolveram seguir a pé para a Cidade Universitária, em manifestação e empunhando cartazes: "Unidos venceremos", "Não cederemos perante a força". A policia carregou para dissolver a manifestação e durante mais de uma hora sucederam-se as cargas e correrias. Tendo conseguido concentrar-se na Cidade Universitária que fica a alguns quilómetros do IST, resolveram dirigir-se em pequenos grupos para a Faculdade de Ciências, onde 2000 estudantes, entre os quais as delegações do Porto e de Coimbra ao Dia do Estudante, ocuparam o edificio cercado por grandes forças policiais. Durante toda a tarde, fizeram uma entusiástica assembleia criticando o governo e reclamando a demissão do ministro, iniciaram em seguida os colloquios e realizaram o jantar de confraternização. No dia seguinte, 600 estudantes reuniram-se numa merenda na Cidade Universitária. Atacados por mais de 400 agentes da policia e expulsos do local, os estudantes não deram por terminadas as comemorações do seu Dia.

Durante horas, novas manifestações de rua tiveram lugar numa vasta zona da cidade, apesar das constantes e brutais cargas das forças repressivas.

Esta luta, como outras anteriores, estando os estudantes unidos e organizados e agindo em massa, podem realizar as suas iniciativas, quer o governo queira, quer não. Tudo quanto tenda a afastar os estudantes deste justo caminho causa enormes prejuízos ao desenvolvimento do movimento estudantil.

Duas tendências igualmente perigosas se têm manifestado. Uma recusa o "transbordar" do movimento para fora do quadro das Associações e, dentro destas, procura formas moderadas de luta que não provoquem um choque aberto com as autoridades, ou envereda mesmo pelo caminho de compromissos que põem em causa as reivindicações mais sentidas pelos estudantes. Outras consideram que o quadro associativo é já inadequado para desenvolver a luta e que a direcção fundamental devem ser acções extra-legais e até violentas. A seguir-se a primeira, o movimento estudantil seria em pouco tempo amordaçado e metido no colete de forças da legalidade fascista. A seguir-se a segunda, os estudantes mais radicalizados lançar-se-iam isolados em acções que a massa não acompanharia e esta acabaria por se reduzir à inacção. Num caso e noutro o magnífico movimento estudantil poderia ser em pouco tempo abafado e desmantelado.

A ampla unidade dos estudantes tem sido um factor decisivo de sucesso; vendo todas as resistências, não se forjaram a unidade de acção dentro de cada academia, como deram enormes passos para a sua unidade à escala nacional, lançando as bases de movimentos associativos conjuntos de Lisboa, Porto e Coimbra. Nestes 3 anos realizaram-se mais reuniões das 3 Academias do que nos 15 anos precedentes.

Os estudantes são hoje um aguerrido destacamento do movimento nacional antifascista. Não é apenas o seu movimento próprio que dão a sua contribuição. Eles protestam em massa e arrancam da prisão colegas africanos presos (Coimbra). Eles intervêm activamente nas lutas populares, como sucedeu nas manifestações de Novembro de 1961, do 31 de Janeiro e 8 de Março de 1962 no Porto, do 1º e 8 de Maio de 1962, do 1º de Maio de 1963 em Lisboa. Pela sua luta mereceram a simpatia e a solidariedade dos trabalhadores e de todos os portugueses progressistas.

Se os estudantes mantiverem e reforçarem a sua unidade, se continuarem a agir em massa, se continuarem a defender com tenacidade o direito associativo, caminham para novas e grandes batalhas e para novas e grandes vitórias, que serão batalhas e vitórias do povo português na luta pela democracia.

6- Ao lado do povo, os intelectuais estão contra o fascismo. Tudo quanto há de melhor na ciência, na literatura, na arte, nas profissões liberais, está pela democracia, a paz, o progresso social. A ditadura fascista não conseguiu nem ganhar, nem corromper, nem abafar a voz dos intelectuais portugueses. Nem a censura nem a apreensão de livros, nem a liquidação de jornais e revistas, nem a proibição de jornais e revistas, nem a proibição do trabalho científico, nem a fiscalização fascista das associações culturais, nem o encerramento de muitas puderam impedir a formação e o desenvolvimento do poderoso movimento democrático da nossa "intelligentsia".

Como pode isto suceder num país em que há 40% de analfabetos, em que 70% dos habitantes nunca frequentaram uma escola? Num país em que a tiragem total dos jornais diários, quase todos dominados pelos grupos monopolistas, não atinge 80 exemplares por 1000 habitantes e por dia? Em que as tiragens das obras literárias não ultrapassam em geral os 5000 exemplares? Em que cada 1.000 habitantes tem menos de 100 receptores de rádio e 5 de televisão? Em que em média, cada português vai ao cinema menos de 3 vezes por ano e ao teatro uma vez em 10 anos? Em que a ditadura tira o pão, demite, força ao exílio, persegue ou faz prender os melhores cientistas, escritores e artistas?

A atitude geral dos intelectuais portugueses contra a ditadura fascista é por um lado, a manifestação do isolamento desta, da falta de uma base de massas, da sua política obscurantista; é, por outro lado, a manifestação da amplitude do movimento democrático, do facto que este ganhou todas as classes e camadas da população não monopolistas.

A luta dos intelectuais portugueses contra a ditadura fascista tem sido uma luta corajosa e desassombrosa. Os intelectuais antifascistas declaram-no abertamente e na actividade profissional, no comportamento cívico, na vida artística, na acção política, tomam atitudes correspondentes a essa qualidade. Se fossem poucos o fascismo te-los-ia há muito eliminado. Mas eles são muitos e são melhores e têm a apoio das massas populares.

Nas grandes batalhas políticas contra o fascismo, os intelectuais aparecem nas primeiras filas. Eles manifesta-se contra a política governamental. Eles protestam contra a repressão e os crimes das autoridades. Eles reclamam as liberdades democráticas. Eles defendem o direito à instrução e à cultura. E fazem-no tomando a responsabilidade da sua atitude, assinando corajosamente as suas opiniões e reclamações.

E não só isso. Animados pelo amplo movimento democrático de opinião, encorajados pela resistência das massas populares contra o fascismo, conhecidos pelo povo e ligados ao povo, eles têm conseguido no domínio da sua actividade própria defender e dignificar a cultura portuguesa, apesar de trabalharem nas condições de uma ditadura fascista.

Só a vitalidade e a amplitude do movimento democrático, só um movimento revolucionário com profundas raízes no povo, tornou possível que em condições tão adversas, particularmente na literatura, se tenha criado, desenvolvido e ganhado uma expressão superior, um grande movimento artístico realista, profundamente ligado à criação popular e às aspirações populares. Apesar de amordaçada, de impedida de uma expressão clara, de perseguida pela censura e pela policia, a voz do proletariado, dos camponeses, da pequena burguesia radicalizada, por intermédio de artistas talentosos, eleva o conto, o romance e a poesia a um nível geral raro vezes atingido na história (alias tão rica) da literatura portuguesa.

Romancistas como Ferreira de Castro, Namora, Castro Soromenho, Domingos Monteiro, Manuel da Fonseca e Branquinho da Fonseca; dramaturgos como Rebelo e Santarém; críticos como Óscar Lopes e Dionísio, têm dado corajosa e esclarecida contribuição à luta contra o fascismo e à defesa da cultura. Citam-se apenas alguns nomes, entre os mais significativos, mas poderiam citar-se centenas de outros talentosos escritores. O mesmo em relação à poesia. São de tal forma dominantes as tendências democráticas na literatura que se pode afirmar sem qualquer sombra de exagero: a literatura portuguesa de hoje é a literatura enraizada no movimento popular anti-fascista.

Na pintura e no desenho, na escultura e na música, embora de formas menos nítidas, um grande movimento progressivo domina o panorama nacional. Lopes Graça, Lima de Freitas, Pomar, tantos e tantos outros artistas são conhecidos e respeitados pelo povo a cujas aspirações ligaram o seu trabalho criador.

Mesmo em grande parte da literatura e arte influenciada pelo formalismo, nos encontramos (a par das deficiências de expressão) o reflexo tanto da obstinada resistência dos escritores, dos poetas e dos artistas a servirem o fascismo, como da ansia de uma aproximação com o povo e a sua luta.

Tal como na arte, também na ciência e na técnica os melhores valores estão com a democracia. Pelo seu alto valor como profissionais e pela sua corajosa luta contra o fascismo são bem conhecidos os nomes de professores universitários demitidos, de investigadores, de médicos, de arquitectos, de engenheiros, para citar os quais seriam necessárias muitas linhas. Alguns dos melhores foram forçados a exilar-se para países distantes, onde prestigiam os cientistas portugueses. Valadares trabalha em Paris, Ruy Gomes no Brazil, Aniceto Monteiro na Argentina.

O grande movimento democrático dos intelectuais portugueses é um factor de importância primordial para o desenvolvimento geral do movimento anti-fascista até à vitória contra ditadura e para a realização das tarefas que depois se colocarem ao povo português. As forças democráticas portuguesas têm já hoje os quadros necessários para dar um primeiro impulso ao desenvolvimento geral do país no Portugal democrático de amanhã.

Tem-se assistido nos últimos tempos a uma pertinaz ofensiva contra escritores, actores, médicos, engenheiros, economistas. Essa ofensiva não fará senão reforçar o espírito combativo dos intelectuais e as suas ligações com o povo.

7- As lutas políticas abertas contra a ditadura mais que qualquer outras mostram a radicalização, o grau de indignação e de revolta, a combatividade e o heroísmo das massas populares.

Nos últimos 2 anos e meio, a partir da farsa "eleitoral" de 1961, a luta política adquiriu novos aspectos.

Nas "eleições" de Novembro de 1961 escaldado pelas experiências anteriores e especialmente pelas lutas de 1958, o governo procurou impedir qualquer espécie de acção da oposição. Reprimindo ferozmente as manifestações do 5 de Outubro, prendendo dezenas de destacados democratas em todo o país, conseguiu de facto atemorizar a burguesia liberal e leva-la, descrente por um lado e receosa por outro da força popular (e esperançada em golpes militares), a preconizar logo a abstenção e depois, ainda muito antes da data das "eleições", a desistência. Desta atitude procurou justificar-se afirmando "esgotadas" as possibilidades legais de actuação política. Foi porém uma atitude de verdadeira capitulação. O Partido apoiado por vários sectores democráticos, opôs-se resolutamente a tal orientação e defendeu primeiro a apresentação de candidatos e depois a insistência na luta política até à data das "eleições".

É de sublinhar que, de 1945 a 1958, a atitude do governo fascista foi "tolerar a presença da oposição na campanha "eleitoral", embora procurando amordaçá-la, limitar-lhe as possibilidades de propaganda e de organização e impedir

com toda a espécie de violências falsificações e irregularidades, qualquer ve-
 leidade de uma surpresa numa votação. Em 1961, temendo o desencadear de um movi-
 mento de massas semelhante ao de 1958, procurou afastar totalmente a Oposição
 do terreno "eleitoral". A apresentação de candidatos da Oposição e a intensa
 acção política desenvolvida no período "eleitoral" apesar dos violentos esfor-
 ços do governo para impedi-las constituíram uma grande vitória política das
 forças democráticas e do Partido.

Esta justa orientação tornou possível o rápido desenvolvimento da luta popu-
 lar de massas que culminou com as grandiosas manifestações de protesto contra
 a burla "eleitoral". As manifestações de Almada dos dias 11 e 14, em que dezenas de
 milhares de manifestantes ocuparam as ruas durante longas horas, lutando heroi-
 camente contra as forças repressivas aos gritos de "Liberdade, Fora Salazar,
 Abaixo o fascismo, Amnistia, Que regressem os soldados", ficarão para sempre na
 história do movimento anti-fascista como páginas gloriosas. Em Lisboa, em Alpiar-
 ça, em Coimbra, no Couço, na Covilhã, em Grândola e noutras localidades, tiveram
 também lugar manifestações de protesto.

Qual o significado destas grandes lutas políticas após a farsa "eleitoral" de
 1961? Porquê, precisamente depois da farsa quando não havia mais uma justificação
 legal de acção à volta das candidaturas e a repressão se acentuava, o povo vem
 à rua em grandes manifestações gritando que "terminou o medo"? Porquê precisa-
 mente então têm força e coragem para arrancar das mãos das forças repressivas
 nas ruas de Almada manifestantes presos, organizar em Alpiarça piquetes para im-
 pedir prisões de noite e, quando estas se vão efectuar, vir em massa para a rua
 e obrigar a GNR a recolher ao quartel? Porquê em Almada, em Alpiarça, na Covilhã,
 em Lisboa o povo não recua ante as forças repressivas, antes lhes dá resposta
 com pedras, com paus ou lutando desarmada?

As manifestações políticas de Novembro de 1961 marcaram um ponto de viragem
 no movimento democrático. Com a repressão brutal contra as candidaturas da Oposi-
 ção e com a farsa "eleitoral" de 1961 caíram por terra as ilusões constitucionais
 que pudessem ainda subsistir. As massas populares compreenderam que não havia
 mais que "esperar uma aberta" de novas "eleições", alguns anos mais tarde.

Até Novembro de 1961, as grandes lutas políticas de massas contra a ditadura
 travaram-se quase exclusivamente aproveitando e alargando audaciosamente as
 possibilidades de actuação legal e semi-legal abertas nos períodos "eleitorais".
 Em Novembro de 1961 mostrou-se estarem criadas as condições para passar à luta
 política aberta das massas populares fora de tais períodos. As manifestações de
 Novembro de 1961 mostraram a decisão popular em passar à ofensiva contra o Es-
 tado fascista, em opor abertamente a força popular à força do aparelho repres-
 sivo sem esperar por um novo período de liberdade condicionada. Alguns sectores
 democráticos confiantes na combatividade do povo precipitaram a luta armada no
 dia 1 de Janeiro. O assalto ao quartel de Beja, à frente do qual estava o capitão
 Varela Gomes que se havia destacado na luta popular contra a burla eleitoral,
 aparece na continuidade das lutas populares de Novembro. Não se tratou de um
 putch vulgar, porque os revolucionários não esperavam vencer com as forças orga-
 nizadas de que dispunham, antes tentavam levar as massas populares à insurreição
 geral através do exemplo de um pequeno grupo de vanguarda. Para isso contavam

com o grande prestígio e influência do General Humberto Delgado que dando o
 exemplo de decisão entrara clandestinamente no país para dirigir superiormente
 a revolta. A revolta de Beja marca uma tentativa de canalizar o descontentamen-
 to e a indignação popular no sentido insurrecional. Foi rapidamente dominada
 não pela falta de coragem dos que a realizaram mas porque um erro básico est
 va na sua concepção: pensar que a acção de um grupo de homens decididos pode
 arrastar o povo e as forças armadas à sublevação espontânea contra a ditadura,
 pensar que uma insurreição se pode realizar vitoriosamente fora de um momento
 de grandes lutas populares sem existir uma decomposição do aparelho repres
 sivo e sem uma organização adequada.

Compreendendo a viragem no movimento democrático e o sentir das massas, o
 Partido orientou a sua actividade numa outra direcção. Apesar de ter sofrido em
 fins de 1961 o mais profundo golpe desde 1935, lançou-se audaciosamente à orga-
 nização de luta política nas novas condições. As manifestações do 31 de Janeiro
 e do 8 de Março de 1962 no Porto, e de 1 e 8 de Maio em Lisboa e muitas outras
 terras do país assim como as greves e manifestações de estudantes a partir de
 Março mostram a justeza da orientação do Partido. 50.000 pessoas manifestaram-
 se no 31 de Janeiro no centro da cidade do Porto. Durante 6 horas o povo ocupou
 as ruas, não se intimidou com os jactos de água dos auto-tanques da PSP, nem com
 os tiros, fez frente às forças repressivas, e libertou manifestantes presos e
 encheu a cidade com os gritos de "Liberdade", "Amnistia", "Paz em Angola" e ou-
 tros. No dia 8 de Março, pela primeira vez em Portugal se comemorou a Jornada
 Internacional das Mulheres com uma manifestação de massas. Apesar da brutal

repressão, do elevado número de feridos, 20000 pessoas se manifestaram novamente no centro do Porto.

As lutas do 1º de Maio de 1962 com a repetição das manifestações em Lisboa no dia 8 de Maio e a onda de greves camponesas no sul constituíram uma das maiores se não a maior jornada de luta anti-fascista desde o advento da ditadura e a maior de sempre do Partido Comunista na mobilização de massas populares para uma jornada política. Apesar da mobilização de todo o aparelho repressivo, 100.000 manifestaram-se nas ruas de Lisboa. O povo respondeu heróicamente às cargas brutais da policia e às rajadas de metralhadora, atirando pedras arrancadas do pavimento, empunhando postos de sinalização igualmente arrancados dispersando num lado para se reagrupar noutro, ocupando as ruas durante longas horas.

Em Aljustrel, no dia 28 de Abril como resposta às prisões de 2 operários que falavam num grande comício preparatório do 1º de Maio, o povo em massas reagiu numa grande manifestação que encurralou a GNR e procurou libertar os presos.

Em Almada, no Porto, no Barreiro, Ervidel dezenas de milhares de pessoas manifestaram-se nas ruas exigindo o fim da ditadura fascista, ripostando sempre corajosamente à repressão brutal das forças repressivas.

Noutros pontos do país as greves acompanhadas ou não de manifestações foram a principal característica da jornada. Só no Alentejo litoral cerca de 50.000 trabalhadores, dos quais 35.000 assalariados rurais pararam o trabalho. No Ribatejo, Alto e Baixo Alentejo, arredores de Lisboa e algumas outras regiões tiveram também lugar greves e paralizações. Em Montemor, Escoural, Alcaçovas, Aldeia Nova, Pias, Ervidel, Val de Vargo, Beja, Portalegre, Alcácer, Ermidas, Grândola, Alpiarça, Couço, Vila Moreira, Pero Pinheiro e muitas outras localidades praticamente ninguém trabalhou nesse dia. Em muitas destas e noutras localidades tiveram lugar manifestações, apesar da violenta repressão.

No dia 8 de Maio em Lisboa, repetiram-se manifestações em que participaram dezenas de milhares de pessoas numa jornada quase tão grandiosa como o 1º de Maio. Greves e manifestações tiveram lugar no mesmo dia em Alpiarça, Almada, Porto, Balizão, Val de Vargo e muitas outras localidades.

Em todas as grandes lutas do 1º e 8 de Maio, o governo atirou desenfreadamente as forças repressivas contra o povo. Cargas à coronhada, rajadas de metralhadora, selváticos espancamentos. Alguns mortos e centenas de feridos marcaram com sangue estas heróicas jornadas. Em todas elas também, o povo não se intimidou e ripostou com coragem.

As lutas do 1º de Maio de 1962 tiveram continuidade durante todo o mês nas greves dos assalariados rurais do sul pelas 8 horas de trabalho, nas greves e lutas dos estudantes, nos protestos populares do dia 28 de Maio (grandes manifestações de rua em Setúbal com recontros com as forças repressivas, manifestações em Grândola, Barreiro e outras terras, paralizações de trabalho, etc.). Tiveram também continuidade no recrudescimento imediato da luta reivindicativa económica em numerosas fábricas e empresas.

O 1º de Maio de 1963 não teve a mesma amplitude. Constituiu porém também uma grande jornada contra a ditadura. O governo querendo evitar a todo o custo a repetição das jornadas de 1962, fez no mês de Abril muitas centenas de prisões, mobilizou todo o seu aparelho repressivo, ocupou militarmente o centro da capital. Entretanto dezenas de milhares de pessoas, sobretudo operários e jovens, vieram de novo à rua e novamente fizeram corajosamente frente às forças repressivas. No mesmo dia apesar da acção das forças repressivas, em Silves, em toda a região de Montemor-o-Novo, Escoural, Alcorrego, S. Cristóvão, Coruche, houve greve geral. Em Grândola e muitas outras localidades houve greves e paralizações.

Estas admiráveis jornadas são ricas de ensinamentos. Nelas se mostrou a enorme influência do Partido que, apenas secundado por organizações juvenis e algumas Juntas Patrióticas, as preparou, organizou e dirigiu. Nelas se mostrou que, se o Partido sabe auscultar os sentimentos e a disposição de luta das massas, estas o seguem, quando o Partido, mesmo só, as chama à luta. Nelas se mostrou a elevada radicalização política das massas, a sua vontade combativa e o seu heroísmo. Mas nelas se mostrou também contra a opinião de alguns, que, enquanto no aparelho repressivo se não verificarem sérias defecções, enquanto o governo fôr obedecido pela totalidade das forças militares e repressivas enquanto não houver uma forte organização revolucionária nas forças armadas, não será possível partir de manifestações por muito poderosas que sejam, para a arrancada final, para a insurreição.

Quando alguns perguntam: "Se no dia 1º de Maio, quando as massas se confrontam com as forças repressiva, 2 ou 3 unidades militares se sublevassem em Lisboa distribuissem armas pelo povo, saíssem para a rua, atacassem com decisão os pontos vitais do aparelho governativo, não podia ser o fim do fascismo?" - nós respondemos que podia. A dificuldade é organizar a coincidência. Mas quando outros dizem: "Se o Partido tivesse organizado e armado alguns grupos de acção para enquadrarem os manifestantes e os dirigirem ao assalto do poder, teria sido a insurreição?" - nós refutamos tal ideia. Apesar da admirável combatividade do povo não seriam alguns grupos armados que decidiriam do confronto com todo o aparelho repressivo fascista quando nele não se verificavam fortes hesitações e defecções. E se um amplo e prolongado movimento político de massas as provoca inevitavelmente não é de admitir que o mesmo possa resultar duma só manifestação por muito grande que seja.

É verdade que, se no 1º de Maio, acções de outro tipo tivessem sido levadas a cabo (atacando alguns pontos sensíveis do aparelho repressivo ou da propaganda fascista, por exemplo), isso teria sido um valioso estímulo à luta popular de massas. O Partido deve ter isto em consideração. Não se pode duvidar de que as massas sentiram essa "falta".

Depois das lutas de Maio de 1962, sucedeu-se uma longa pausa na luta política de massas. Não era de esperar o contrário. Isso era inevitável dado o tipo de manifestação, dado que não havia objectivos imediatos concretos que animassem as massas a lutas posteriores. Ou melhor: havia o protesto contra o governo, a exigência do fim da ditadura fascista, mas foi evidente para as massas, como o era para o Partido, que essa exigência não podia converter-se numa insurreição porque muitas condições faltavam para esta. Por isso, não existindo uma situação revolucionária e não havendo objectivos imediatos mais limitados, as manifestações de rua de protesto geral contra o governo não podiam suceder-se umas atrás das outras.

Por isso não ter sido compreendido, por se começar a imaginar que para realizar em série grandes manifestações de rua basta dizê-lo, as massas não corresponderam ao apelo da organização de Lisboa para fazerem novas grandes manifestações (desta vez com ida a S. Bento) no dia 28 de Maio de 1962.

Quando uma manifestação como a do 1º de Maio é bem sucedida, se não há de momento uma situação especial, se não há objectivos concretos imediatos, não se deve ter a pretensão de organizar em seguida mais e mais manifestações, umas a seguir às outras. A "pausa" é inevitável. Isso voltou a suceder no dia 1º de Maio de 1963 e voltará ainda a suceder noutras manifestações que venham ainda a ter lugar. Manifestações deste tipo têm alto significado, educam as massas, habitua-se à luta de tipo superior, podem em determinadas circunstâncias, conduzir a situações novas, mas, em condições semelhantes às de 1962, e de 1963, não podem constituir a arrancada final.

As manifestações e as greves não são nem podem ser a única forma de luta política. Há porém quem pense o contrário. Abaixo-assinados? (dizem) - são papéis para o lixo. Jantares no 5 de Outubro? - não é a comer que se faz a revolução. Diligências junto das autoridades? - é vergonha pedir batatinhas. Deixar de beber cerveja para não pagar o imposto para a guerra? - não é por não se beber que o governo cai. Pensando só nas garndezas, esta gente faz lembrar aqueles milionários que deitam fogo a uma nota de 20 para procurarem no escuro uma de 100 que lhes caiu. A preparação de grandes lutas nunca deve fazer desprezar formas mais modestas e aparentemente menos revolucionárias de actuação. Os trabalhadores do Couço, por exemplo, fazem greve quando é preciso, continuam sempre nas primeiras linhas da luta apesar das constantes arremetidas do aparelho repressivo que tem atirado para as prisões e para a clandestinidade dezenas de filhos da terra; e entretanto não desprezam fazer piqueniques com centenas de pessoas, onde cantam, comem e falam. Os sêctarios dirão que não é comendo e cantando que se faz a revolução. Mas os trabalhadores do Couço sabem que o piquenique é uma forma de prepará-la. A GNR também o sabe e aparece em força.

A grandeza das manifestações e a importância de qualquer greve política não deve levar a desprezar formas mais modestas de luta com objectivos concretos (luta pela Amnistia, reclamações do direito associativo e da liberdade de imprensa, protestos contra prisões, comemorações de outras datas com significado político, etc.) e sob formas diversas (abaixo-assinados, diligências junto das autoridades, publicação de documentos, etc.).

Muitas acções desse tipo têm sido realizadas e, se são ofuscadas pela luz que irradia das grandes manifestações de rua, nem por isso deixam de constituir uma contribuição positiva e indispensável.

8 - A luta popular de massas nas condições da ditadura fascista, só se pode desenvolver associando correctamente as formas legais, semi-legais e ilegais de acção e de organização.

A necessidade de organização e acção ilegais não oferece dúvidas a ninguém. Desistir dela seria não só desistir de qualquer oposição ao regime fascista, como da defesa dos interesses vitais imediatos do povo português. A organização, a imprensa e a acção clandestinas do Partido Comunista, têm sido, ao longo dos anos, o instrumento principal da luta da classe operária e do povo português contra a exploração, a opressão política, o obscurantismo. Pode dizer-se com verdade: sem a existência do Partido Comunista clandestino, sem a sua propaganda e agitação, sem o trabalho das suas organizações, a luta das massas populares contra a ditadura não teria ainda saído duma fase primária e rudimentar, de esporádicas explosões espontâneas de descontentamento e indignação.

O recurso a formas de lutas ilegais (a greve, as concentrações, as manifestações) e a forma de organizações ilegais (organismos coordenadores da luta económica e política, comités de greve, brigadas de agitação, organizações revolucionárias nas forças armadas) é essencial para o desenvolvimento da luta popular, para o progresso do movimento democrático.

Entretanto, se as formas ilegais de acção e de organização fossem as únicas adoptadas, que sucederia? O Partido (assim como quaisquer outras organizações clandestinas) viveria fechado em si mesmo, não poderia estabelecer ligações com as massas, nem mobilizá-las, nem orientá-las, nem ganhar o seu apoio directo. Não poderia ser senão um grupo sectário, agindo à margem dos problemas, das ansiedades, das necessidades da classe operária e do povo em geral. Nunca poderia ser de facto o "Estado maior do proletariado". Nunca se poderia ter tornado uma força política dirigente, seguida por centenas de milhares de portugueses. Para que isso se tivesse tornado possível e continue a ser possível foi e é necessário associar ao trabalho ilegal o trabalho legal e semi-legal. Sob a ditadura fascista é necessário sempre exercer uma actividade legal sem ilusões legalistas e uma actividade clandestina sem preconceitos sectários.

Esta necessidade não se coloca hoje apenas ao Partido Comunista. Coloca-se a todas as forças revolucionárias, a todas as forças anti-fascistas. Agrupamentos anti-fascistas clandestinos que desprezem as formas legais e semi-legais de acção e de organização, pouca influência poderão ter nos acontecimentos políticos do país. Com o aproveitamento de todas as possibilidades de luta legal e de organização legal -- mesmo as mais limitadas e contingentes -- podem-se tocar as amplas massas do povo, esclarecê-las, mobilizá-las, criar-lhes hábitos de organização e de luta, elevar a sua consciência política e revolucionária. A utilização

da possibilidade das mais variadas reclamações legais, a utilização das organizações (como os sindicatos, as ordens, as associações académicas, as associações culturais), a utilização da imprensa legal e da possibilidade de publicar livros e outros escritos, apesar da existência de uma férrea censura, estão na base de muitos dos êxitos do Partido e de outras formas democráticas. Muitas das grandes batalhas políticas contra a ditadura fascista partiram do aproveitamento das possibilidades legais de acção.

As experiências do Partido e do movimento anti-fascista em geral são particularmente ricas a esse respeito. Poucas vezes, na história do movimento revolucionário, nas condições de terror duma ditadura fascista e terá visto as forças anti-fascistas utilizarem tão largamente as possibilidades de acção legal, oporem-se ao governo fascista baseando-se na própria constituição e leis fascistas e desenvolverem nesse terreno movimentos populares tão poderosos que, mais de uma vez, mais de uma vez, ameaçaram de perigo mortal o próprio regime. As lutas quando das "eleições" fascistas são um magnífico exemplo de como se podem desenvolver poderosos movimentos de massas partindo duma justa associação do trabalho legal e do trabalho ilegal.

Em 1943 foi criado um movimento clandestino de unidade das forças democráticas: O Movimento de Unidade Nacional Anti-fascista (MUNAF). Este movimento consolidou-se, alargou-se, constituiu uma direcção unitária e ao acabar a Segunda Guerra Mundial, pertenciam a ele junto com o Partido Comunista praticamente todas as forças da Oposição. O Conselho da MUNAF, órgão directivo supremo, era constituído por cerca de 40 membros que representavam essas forças. Aproveitando habilmente as condições criadas pela derrota do fascismo na guerra, as forças democráticas decidiram exigir a sua participação nas "eleições" fascistas para a Assembleia Nacional. Foi então criado o Movimento de Unidade Democrática (MUD) que apoiando-se no MUNAF (clandestino), impôs a sua existência legal, conduziu nessa base uma ampla campanha de esclarecimento, e mobilizou largamente as massas para a luta política. Muitos exemplos semelhantes de justa associa-

ção do trabalho legal e ilegal, se verificaram posteriormente.

Quando a actividade tem atrás de si um trabalho clandestino em que apoiar-se e está voltada para a acção de massas, longe de criar ilusões legalistas e constitucionais, longe de afastar a vanguarda e as massas da luta revolucionária, não só é em si uma actividade revolucionária, como é uma condição para o esclarecimento e a educação das massas e o desenvolvimento ulterior do movimento.

Toda a experiência no terreno "eleitoral" mostrou a justeza de se lutar nesse terreno. Por isso, as novas assembleias para a Assembleia Nacional tiveram lugar sem alteração sensível na situação política, haveria que novamente aproveitar tal situação para reclamar eleições sérias, para apresentar candidatos da Oposição, para tentar estruturar uma organização legal da Oposição, para desenvolver novamente nessa base um amplo movimento político de massas.

É certo que é sempre difícil, nas condições do fascismo determinar nítidos extremos entre a legalidade e a ilegalidade. Há a legalidade consentida pelo governo e há a legalidade imposta pelas massas. Há graus de actividade onde a lei não proíbe, mas tampouco autoriza. Nessas zonas intermédias entre a legalidade e a ilegalidade, um tipo de actividade determinada não está de antemão classificada como legal ou como ilegal. As autoridades insistem que é ilegal porque a lei não autoriza e as massas populares insistem que é legal porque a lei não proíbe. O que decide então é a força relativa do governo e das massas populares ao defrontarem-se na questão em causa.

Quando, em 1945, se formou o MUD, o governo Não reconheceu a legalidade da organização. Ameaçou, intimidou, procurou impedir a sua actuação. Mas um momento de grande ascenso do movimento democrático, apoiado na unidade das forças anti-fascistas (estabelecido numa base clandestina) e apoiado por um amplo e profundo movimento de massas, o MUD continuou a actuar "legalmente" e durante muito tempo o governo não teve forças para impedi-lo. Então as autoridades gritavam "o MUD é ilegal!" e o MUD continuava a agir à luz do dia.

Mas quando em 1954, num momento de refluxo revolucionário o Movimento Nacional Democrático (MND), insistia em manter a sua actividade legal, sem ter a apoio uma sólida unidade das forças democráticas nem um poderoso movimento de massas, o governo pôde colocá-lo de facto na situação de ilegalidade. Então eram os militantes do MND que gritavam à polícia "o MND é legal" e a polícia espancava e fazia condenar os corajosos declarantes e impedia de facto qualquer actividade à luz do dia.

Depende pois da força das massas numa situação dada a possibilidade de impôr como legal uma actividade cuja legalidade o governo contesta.

Na luta das classes trabalhadoras, diariamente se verificam exemplos de tal situação. Reconhecem os fascistas a legalidade das Comissões de Unidade dos Operários industriais e assalariados rurais? Todos sabem que o patronato reaccionário e o governo fazem tudo para que tais Comissões se não constituam, declarando que são ilegais, que são organizações comunistas, que a defesa dos interesses dos trabalhadores está confiada aos sindicatos nacionais, etc.. Que sucede então? sucede que, ali onde as Comissões agem isoladas das massas, ali onde as massas se não colam ao trabalho das Comissões, apoiando-as nas suas diligências, estando vigilantes às pressões, ameaças e represálias, facilmente o patronato reaccionário desatende ou ignora as Comissões, despede os seus membros, ou fá-los prender pela PIDE. Mas ali onde as Comissões são apoiadas e defendidas pelos trabalhadores, elas são toleradas, e, por vezes reconhecidas pelos patrões e pelas autoridades fascistas, que não deixam naturalmente de fazer toda a espécie de ameaças e intimidações. Não há dia nenhum em que se não registem uns casos e outros nas fábricas e nos campos.

A experiência de luta da classe operária e das forças democráticas em Portugal, assim como a rica experiência internacional, mostram que, nas condições de um regime reaccionário, o aproveitamento das possibilidades legais de actuação e a luta para criar novas possibilidades, são indispensáveis para conduzir e desenvolver a luta popular das massas e o movimento revolucionário em geral.

Críticando o esquerdismo, a "doença infatil do comunismo", Lenine Mostrou que "os revolucionários que não sabem aliar às formas ilegais de luta todas as formas legais são pobres revolucionários" ("A doença infantil do Comunismo" ob. comp. ed. fran. vol. 31, pag 93). Por lástima, há ainda tais esquerdistas, tais pobres revolucionários.

Aparecem hoje pessoas dizendo que estão "esgotadas" e "ultrapassadas" todas as possibilidades legais de luta e de organização, que nada se pode fazer mais nas organizações legais incluindo os Sindicatos Nacionais, que se devem pôr de lado quaisquer ilusões a este respeito que "as lutas legais devem ter acabado" é que todos os esforços se devem consagrar ao trabalho clandestino e mesmo à

"acção directa". E dizem mais. Dizem que só o Partido, "afastado das realidades", acredita em que existem possibilidades de acção e organização legal. As massas tendo aprendido pela própria experiência que tais possibilidades são apenas "mitos", estariam desinteressadas de tal orientação e por isso os esforços e os apelos do Partido não encontrariam qualquer apoio nas massas. Estas estariam somente a arder para a acção directa. As massas puxariam para diante o Partido insistindo no aproveitamento das possibilidades legais, estaria a "puxar para trás".

Um exemplo recente mostra bem quem está "fora das realidades" e quem "puxa para trás".

Quando em 1962 o governo fascista reprimindo as grandes manifestações de estudantes, encerrou as associações académicas, alguns esquerdistas defenderam a opinião de que "estavam esgotadas as possibilidades" de luta legal dos estudantes; que "as associações académicas deram o que tinham a dar", que a luta "não poderia ter mais sequência nessa direcção", que esse era o sentir geral da classe estudantil e que portanto as organizações revolucionárias deveriam daí em diante dirigir todos os seus esforços para o trabalho clandestino. Esses esquerdistas não se limitaram a manifestar tal parecer. Eles procuraram que o movimento estudantil seguisse a sua orientação.

A orientação do Partido foi completamente oposta. Defendemos que era necessário insistir na luta pelo direito associativo, que ao mesmo tempo que se deviam reforçar as organizações clandestinas de estudantes, a acção deveria continuar a estar fundamentalmente voltada para as associações académicas. A orientação defendida pelo Partido e por estudantes de vanguarda triunfou.

Que se viu? A luta pelo direito associativo prosseguiu. As Assembleias Gerais das Associações rejeitaram corajosamente os estatutos elaborados pelo governo. O numero de socios das associações académicas subiu, em alguns casos, atingiu numeros record (1.206 socios na Faculdade de Ciências de Lisboa, por exemplo). Nas eleições realizadas em fins de 1963 as listas dos estudantes progressivos obtiveram grandes vitórias; na Associação Académica de Coimbra 900 no total de 1.600 votantes; na Faculdade de Ciências de Lisboa de 323 a 356 votos no total de 542 votantes; no IST 170 no total de 198 votos, etc. O movimento estudantil, enraizado nas associações, dispozo delas como duma poderosa arma de luta, continua a desenvolver-se. Contra a proibição do Ministro, as associações resolveram comemorar o Dia do Estudante. E em 14 e 15 de Março de novo os estudantes se manifestaram em massa, de novo o governo atirou contra eles poderosas forças repressivas, de novo os estudantes resistiram valentemente, de novo o povo de Lisboa confraternizou com os estudantes, de novo as lutas dos estudantes se converteram em manifestações populares contra a ditadura.

Se tivesse triunfado a orientação dos esquerdistas, se se tivessem abandonado as possibilidades de luta legal nas associações, se se tivesse considerado essa forma de luta como "ultrapassada", o movimento estudantil estaria agora abafado, com os seus quadros mais combativos encerrados na concha estreita das organizações clandestinas, talvez já até destroçadas pela repressão.

A realidade, se os esquerdistas quisessem aprender nela, indicava-lhes como as suas opiniões acerca das possibilidades de acção e organizações legais não têm qualquer base sólida em que apoiar-se. Eles não querem porém aprender. Querem andar "mais depressa" e cuidam que andar mais depressa é abandonar o trabalho de massas como "ultrapassado" e atiram-se à "acção directa". Compreende-se que perguntem incrédulos: "Que actuação legal se pode realizar sob o fascismo?" É evidente que só lhes interessaria a "actuação legal", na medida em que fosse legal a "acção directa" a única que consideram actual, adaptada à situação presente, revolucionária. Como não o é, não veem para que serve aproveitar as possibilidades legais.

O processo revolucionário não anda porém ao toque de frases ultrarevolucionárias. A luta dos estudantes, como muitas outras, mostra como os esquerdistas, andam "fora da realidade", como desconhecem os sentimentos das massas, como se enganam nas perspectivas. Se se quizer impulsionar o movimento popular de massas tem que continuar a associar-se o trabalho ilegal com o trabalho legal e semi-legal, tem que continuar a aproveitar-se as possibilidades de acção e organização legais ao mesmo tempo que se reforça o trabalho clandestino.

9- As lutas económicas são indispensáveis para defender os interesses vitais e immediatos das classes trabalhadoras, para fazer frente à exploração desenfreada conduzida pelo grande capital, para conseguir melhores salários e melhores condições de vida. Se não fosse a luta persistente, incansável dos operários industriais, dos assalariados agrícolas, dos empregados, qual seria hoje a sua situação? Sem dúvida alguma que seriam maiores a fome e a miséria, os salários seriam ainda mais baixos, o trabalho seria ainda mais intenso, a jornada de

trabalho ainda mais prolongada, as multas, os descontos, os despedimentos mais frequentes, a exploração das mulheres e dos jovens mais revoltantes. Isto não necessita de qualquer demonstração. Qualquer trabalhador o sabe por experiência.

Só gente que não vive nem sofre na carne a exploração patronal, só gente diferente e insensível à exploração dos trabalhadores portugueses, desconhecida da sua vida e da sua luta, pode afirmar que a luta económica é "uma questão secundária e que "não tem qualquer eficiência". Não há melhoria alguma na situação dos trabalhadores que não seja o resultado da sua luta. Mesmo aquelas "concessões" que o patronato e o governo fazem sem aparente ligação com qualquer luta em curso, são resultado de lutas anteriores. Só podem estar interessados no afrouxamento da luta económica, aqueles cujo bem-estar, cuja riqueza, cuja ociosidade, assentam na exploração das classes trabalhadoras.

É dever do Partido, como Partido do proletariado, como guia efectivo das lutas dos trabalhadores pelos seus interesses vitais, prosseguir incansavelmente essa sua acção, saber aproveitar as experiências passadas, colher as experiências presentes, encontrar as formas de organização apropriadas, e, através das suas organizações e da sua agitação, impulsionar sempre e sempre a luta económica dos trabalhadores pelo melhoramento das suas condições de vida.

Mas há pessoas que dizem: "A luta económica estará bem para defender os interesses imediatos das classes trabalhadoras. Mas pouco representa no quadro da luta anti-fascista e pouco contribui para o seu desenvolvimento".

Tal opinião mostra também um profundo desconhecimento da história do movimento operário e do movimento anti-fascista. As lutas das classes trabalhadoras em defesa dos seus interesses imediatos estão na raiz do desenvolvimento do movimento nacional, político, contra a ditadura fascista. A consciência política da classe operária e das massas trabalhadoras em geral é hoje incomparavelmente superior aquela que existiu anos atrás. Isso deve-se em parte decisiva à luta económica, à compreensão viva e directa, que só a experiência da luta pelos interesses imediatos pode dar, de que o inimigo fundamental é o Estado fascista ao serviço do grande capital e dos latifundiários. A larga participação dos trabalhadores na luta política aberta contra o fascismo deve-se à sua longa aprendizagem na luta económica.

E não só isso. Nas condições da ditadura fascista, a luta económica, tem hoje, um significado político, e é, muitas vezes, uma luta de carácter político. Quando, reclamando aumento de salários, os operários encontram pela frente, não apenas o patrão, mas o Instituto Nacional do Trabalho e a PIDE; quando as oficinas são cercadas por forças da GNR com grande alarde de carros e de metralhadoras; quando os membros das Comissões e operários que se destacam são presos e espancados; e quando, apesar de toda a acção repressiva, os operários continuam corajosamente a luta, quem negará que nas condições actuais essa luta por reivindicações de carácter económico se torna uma luta política, uma luta aberta contra o governo fascista?

Há circunstâncias históricas em que uma "luta económica contra o governo" pode não ser uma luta política. Isso sucede, se se trata de uma luta que exige uma concessão mas não põe em causa o regime político existente, ou nem sequer põe em causa o governo existente. Mas na actual situação política portuguesa, uma luta das classes trabalhadoras contra o governo, mesmo que se trate de reivindicações económicas, põe precisamente em causa tanto o governo que está, como o regime fascista. As "lutas económicas contra o governo" bem como todas as lutas económicas que tropeçam com o aparelho repressivo são, nas condições actuais, lutas políticas. E não é apenas objectivamente que o são. São-no também na própria consciência dos trabalhadores. As reivindicações económicas têm implícita, na consciência dos trabalhadores, a reivindicação política das liberdades democráticas.

Isto não significa que alguma vez o Partido tenha reduzido ou que possa hoje reduzir a luta contra a ditadura fascista aos limites da luta económica. O Partido associa a luta económica com a luta abertamente política.

Na medida em que a crise do regime se agrava, na medida em que se desenvolve a consciência política da classe operária e das massas populares em geral, a luta política ganha cada vez mais importância. Nos últimos três anos a partir da "campanha eleitoral" de 1961, nas lutas dos soldados contra a guerra colonial, nas lutas dos estudantes, nas grandes manifestações de rua dos últimos anos, mostrou-se a elevada consciência política da classe operária e das massas populares em geral, a rápida radicalização política das massas. Cabe ao Partido aproveitar as condições favoráveis para desenvolver a luta política nas suas múltiplas formas e levar as massas populares a novas grandes batalhas políticas. A luta económica não fica porém por esse facto "ultrapassada", as massas não se desinteressam delas. Pelo contrário. Não se pode intensificar e alargar a luta política e elevá-la a um nível superior se se menosprezar a luta económica. Não só a defesa dos interesses vitais das classes trabalhadoras impõe a continuação e intensificação da luta económica como esta é indispensável para alargar e intensificar a luta política.

A maturidade política dos operários e das massas populares em geral não é igual em todos os sectores industriais e populacionais, nem em todas as regiões. Num momento, há sectores dispostos e prontos para a luta política e outros que o não estão. Afirmar que as massas populares, altamente radicalizadas, estão desinteressadas da luta económica porque dispostas à luta política; afirmar que por isso, procurar conduzir a luta económica, é "puxar para trás o movimento", é negar o que está diante dos olhos, é ignorar completamente as realidades e a experiência revolucionária, é idealizar condições objectivas em esquemas separados da vida. Mesmo numa época revolucionária, de grandes batalhas políticas abertas, desenvolver a luta económica não é "puxar para trás o movimento", mas, em muitos casos, a forma decisiva de o puxar para diante.

Falando das lições da revolução de 1905 e das grandes lutas políticas travadas pela classe operária russa, Lenine sublinhava que "só a luta pelo melhoramento imediato e directo da sua sorte pode abalar as camadas mais atrasadas das massas exploradas, educá-las verdadeiramente e, na época revolucionária, fazer delas, em alguns meses, um exército de combatentes políticos" ("Relatório sobre a revolução de 1905", Obr. Compl. ed. ingl. vol. XXIII, pag. 265).

Supor que já não há "camadas mais atrasadas", ou que estas não são necessárias à revolução; supor que as massas populares se lançam na luta política aberta, não apenas numa manifestação isolada, mas num amplo movimento revolucionário, sem uma educação anterior uma ampla luta por interesses imediatos, e apenas porque a vanguarda dá o exemplo, - é completa ilusão.

As lutas do 12 de Maio de 1962 dos assalariados rurais dão a este respeito valiosos ensinamentos. Só o facto de que a luta política se inseriu num amplo e organizado movimento reivindicativo da classe pela jornada de 8 horas e por melhores jornas, permitiu que às manifestações políticas do 12 de Maio se sucedesse uma onda de greves, de novas manifestações, de choques com as forças repressivas, que conduziram ao triunfo histórico da conquista das 8 horas.

Nas condições presentes, grandes manifestações de rua são de organizar. Mas deve procurar-se, não apenas fazer manifestações que serão um fim em si mesmas, realidades em datas escolhidas anteriormente sem ligação com o nível de luta nesse momento, mas manifestações que estejam ligadas a amplos movimentos por reivindicações económicas e políticas concretas que apareçam na sequência imediata de outras lutas. Só assim se poderá, não só levar a cabo grandes manifestações (o que está bem) mas abrir na sua sequência, perspectivas de novas lutas (o que será melhor). Só assim se poderá caminhar para um amplo e generalizado movimento das massas populares.

Quando alguns dizem que a luta económica está ultrapassada, que chamar à luta económica e à luta política por reivindicações concretas é "puxar para trás o movimento", eles mostram não compreender que, se isso não for feito, jamais poderá o movimento popular subir ao nível duma insurreição. Mas não é isso, na verdade, o que eles pretendem. Eles cuidam que uma ou duas grandes manifestações políticas são condição bastante para lançar em seguida a insurreição. Eles queriam que logo a seguir a uma grande manifestação a palavra de ordem fosse: "insurreição armada". Pensando assim, é lógico que digam que tudo quanto não seja esta palavra de ordem, é "puxar para trás o movimento".

E como imaginam eles a insurreição armada? Como imaginam eles o papel do Partido? Eles imaginam a insurreição como a "acção directa" de grupos armados, e julgam que "as massas vão atrás" do exemplo dos heróis. Nenhuma outra condição pensam ser necessárias para a vitória. Os quadros do Partido lançam-se na "acção directa", "puxariam para a frente" e a insurreição estava feita. O que aconteceria na verdade seria que os quadros se atirariam para a frente, mas não "puxariam" as massas, porque cortariam a ligação com elas. As massas abandonadas, sem a direcção do Partido, ficariam para trás e cada vez mais para trás. E a vanguarda, isolada, sem o apoio activo das massas seria destruída.

O papel dirigente do Partido é totalmente diverso. Na actual fase de luta o Partido tem de organizar e desenvolver a luta económica e a luta política, tem que procurar desenvolver as lutas económicas no sentido da sua "politização", tem que procurar dar às lutas objectivas concretos imediatos, sentidos pelas massas, possíveis de alcançar, pelos quais elas estão já hoje dispostas a lutar e não apenas uma acção isolada. Só assim se poderá vir a fundir numa mesma corrente revolucionária que conduza à batalha final armada, contra a ditadura fascista, a indignação, o espírito combativo, as aspirações mais sentidas das amplas massas populares.

10- Impulsionar a luta popular de massas e elevá-la a formas superiores é a direcção, a perspectiva da nossa actividade. Como se eleva porém a luta de massas a formas superiores?

Pode alguém pensar que esse objectivo se pode alcançar desprezando as formas "inferiores" de luta, fazendo propaganda intensa das formas superiores e preparando directamente estas. Sem dúvida que há lutas de tipo superior (manifestações políticas, acções dos soldados contra a guerra) que, nas condições actualmente existentes podem em certos casos ser directamente organizadas sem exigirem que, para cada uma delas, recomeçemos o caminho das formas mais elementares. E isso pode ser feito porque se travaram já antes muitas lutas num nível inferior, porque nessas lutas as massas ganharam experiência e sobretudo porque se continuam a travar insistentemente lutas dos operários industriais, lutas dos assalariados agrícolas, dos estudantes, dos intelectuais com objectivos concretos imediatos mais limitados, em formas "menos elevadas".

A justa preocupação de conduzir a luta de massas a formas superiores leva alguns a dizerem que, hoje "interessam sobretudo aquelas que conduzam a formas superiores de luta". Esta fórmula está de certo em moda, mas nem por isso ganha mais acerto. O que pode ela significar? Quais são as lutas especiais que conduzem a formas superiores? Isso não ^{os} esclarecem os autores e ser-lhes-ia um tanto difícil fazê-lo. A verdade é que não existem tais lutas especiais. A única condição para que uma luta possa conduzir a formas superiores é que seja "inferior"... Preenchidas certas condições, todas as lutas "inferiores", convenientemente desenvolvidas, podem evoluir e adquirir formas superiores. Mais ainda: As formas superiores de luta são sempre o resultado (imediato ou mediato) de lutas travadas anteriormente num nível inferior.

Se queremos elevar o conjunto da luta popular de massas a um nível superior, é necessário insistir com pertinência, com confiança, com espírito organizador, em toda a espécie de lutas mais modestas e menos espectaculares.

A greve é nas condições do fascismo, uma forma de luta superior que acarreta sempre uma intervenção violenta das autoridades. Mas, como se pode conduzir os trabalhadores à greve? Como se poderá desenvolver no país um largo movimento grevista? Poderá o Partido dizer: "De hoje em diante, para a luta por melhores salários, a palavra é: ou a reivindicação é atendida ou vamos para a greve"? Não, não o poderá fazer, se o fizesse, lançaria palavras ao vento. Em cada caso em geral, há que começar a luta em formas mais elementares, com a reclamação feita por Comissões, com a concentração na fábrica ou no Sindicato, com a pequena paralização de trabalho. É no decorrer dessa luta, perante a recusa do patronato e do fascismo em aceder às reclamações apresentadas, que se forja e consolida a unidade operária, que os trabalhadores ganham consciência da sua força, que aumenta a combatividade e a indignação e que o recurso à greve se torna um novo passo necessário compreendido e sentido como tal. Esta evolução de uma luta pode ser extremamente rápida, mas só em casos ainda pouco frequentes, se pode, ao começar uma luta reivindicativa, colocar logo o problema da greve como única arma possível para forçar o patronato a ceder.

É certo haver casos em que um acontecimento (porventura de natureza secundária) sobrevindo no decurso duma luta ou não, emocione e indigne tão profundamente as massas, que estas se dispõem logo a lutas de tipo superior. Devemos estar atentos a todos os acontecimentos da vida nacional, conhecer de perto a reacção das massas populares para podermos tomar a tempo a iniciativa. Mas, além desses saltos bruscos e inesperados, há um curso mais geral e comum das lutas reivindicativas, partindo de formas mais elementares para formas superiores.

A tarefa das organizações do Partido é estarem atentas em cada passo ao desenvolver do movimento, auscultar os sentimentos das massas, e saberem escolher o momento para lançar a palavra. Deve dizer-se que muitas vezes, as organizações do Partido limitam desde início, o âmbito da luta, insistem rotineiramente numa só forma (Comissões e concentrações, por exemplo) e não sabem empurrá-la para diante. Em muitos casos as organizações do Partido são demasiado tímidas e cautelosas, não sabem acompanhar a evolução da disposição das massas, não têm suficiente confiança na classe operária e na voz do Partido, não veem com suficiente nitidez a perspectiva, e falta-lhes a coragem de, no momento devido, quando de facto existem já condições para isso, indicar com decisão o recurso à greve. Falta-lhes o "engodo pela baliza".

Devemos inculcar às organizações operárias do Partido essa perspectiva, esse "engodo", para que elas próprios a inculquem à classe operária. Mas isso não pode significar, como a alguns parece, que as reclamações por Comissões, as diligências, as idas ao sindicato, os abaixo-assinados, as concentrações, as pequenas paralizações possam ser atirados borda fora como "metas já ultrapassadas". Ao contrário, se queremos chegar à generalização desta forma superior de luta, à greve, temos que, na generalidade dos casos e em cada caso, voltar a cortar todas ou algumas dessas metas.

É uma ideia absurda aquela segundo a qual o proletariado industrial não só considera já essas formas "inferiores", como "metas ultrapassadas", como assim considera a própria greve. Há sectários inteligentes que raciocinam assim: "Os pescadores fazem greve e os operários industriais, sobretudo das grandes empresas e mais importantes centros industriais, não o fazem. Os pescadores constituem uma camada politicamente mais atrasada do proletariado que os operários industriais. Isto significa que a greve é uma forma de luta das camadas mais atrasadas e uma meta já ultrapassada" para os operários industriais. Quem assim raciocina esqueceu uma série de factores e entre eles a repressão altamente organizada nas grandes empresas e nos mais importantes centros industriais. Mas será de facto a greve a tal "meta já ultrapassada"? Será verdade a pretensão desses sectários inteligentes de que os operários industriais não fazem greve porque a sua consciência política chegou a tal ponto que para eles só se pode pôr a questão da luta armada?

É evidente que segundo essas pessoas, se a própria greve é "uma meta já ultrapassada" para os operários industriais, muito mais para trás ficaram já outras formas mais elementares: as reclamações, os abaixo assinados, etc. De facto assim o dizem. Criticam o Partido por procurar conduzir a luta operária nessas formas de luta, acusam de estar a "puxar o movimento para trás". Ridicularizam por exemplo os abaixo-assinados que (como diz um camarada J) "há muito deram o que tinham a dar" e afirmam com ar seguro: "Os trabalhadores querem lá saber disso".

Mas que vemos nós? Fazendo o balanço dos abaixo assinados feitos pelos operários nos últimos anos, verificamos que têm sido largamente utilizados, em milhares de lutas. Destacamos algumas das mais significativas.

Em 1962: 150 assinaturas nos estaleiros da NAVALIS; 200 assinaturas na CAVAN; 400 assinaturas no Abel Pereira da Fonseca; 421 assinaturas na fábrica Nacional de Sabões; 2.000 assinaturas dos enfermeiros ao ministro da Saúde; 3.000 assinaturas dos corticeiros da margem sul do Tejo.

Em 1963: 115 assinaturas dos motoristas da Siderurgia; 200 assinaturas dos operários da secção de fiação da CUF; 550 assinaturas dos mineiros de Aljustrel; 800 assinaturas na UFA; 1874 assinaturas dos operários têxteis do Porto; 4.000 assinaturas na CUF, além das 300 dos reformados da empresa; centenas de assinaturas na Srefame, Mundet, Navalis. Em muitos casos, as reclamações são assinadas praticamente pela totalidade dos operários das fábricas e empresas, (70 assinaturas no total de 78 operários da Brindley, por exemplo), em alguns casos pela totalidade (algumas das empresas acima citadas e ainda as Foncar, a Lionesa e muitas outras). Não se julga que é preciso andar a convencer os operários a assinar: as 800 assinaturas da exposição da UFA, por exemplo, foram obtidas num só dia.

É certo que abaixo-assinados embora ajudem, não derrubam so por si o fascismo. Mas também não é isso que deles se exige. Os abaixo assinados expõem em geral uma série de reivindicações e são em muitos casos documentos que pelos seus termos, pela precisão do que se reclama, pela firmeza e serenidade da linguagem, honram a classe operária portuguesa. Dão consciência dos objectivos da luta e

unificam as aspirações e a vontade de todos os trabalhadores. São cadernos reivindicativos numa forma nova apurada e superior autenticados, através das assinaturas, pela aprovação de todos. Servem de base a uma luta mais larga, à acção de Comissões, à concentração do pessoal, nas empresas e nos sindicatos, muitas vezes a paralizações de trabalho.

Mas os sectários inteligentes, cegos pelas suas lucubrações, afirmam que os "abaixo-assinados" são coisas "velhas" e "ultrapassadas". Inventam que os operários quando convidados a assinar, voltam as costas indiferentes e não assinam. Segundo eles, a classe operária já não quer saber das lutas reivindicativas económicas, e o que quer é armas para a "acção directa". Entretanto dezenas de milhares de trabalhadores assinam os seus cadernos reivindicativos com entusiasmo, fazem concentrações e paralizações de trabalho, e eles, os homens da "acção directa", andam a afirmar, há anos, que a classe operária o que quer fazer é atentos e sabotagens e não arranjaram ainda um a quem dar uma pistola para matar um Pide... Decerto os há capazes disso. Mas o confronto mostra o absurdo da afirmação segundo a qual a classe operária já não está disposta à greve e muito menos a formas elementares de luta porque estas são "metas ultrapassadas".

Bem vistas as coisas, estas concepções sectárias pretendem simplificar o processo revolucionário em meia dúzia de frases exaltadas são produto do desespero daqueles a quem falta uma nitida perspectiva revolucionária. Em alguns, elas são até o produto do pânico ante o agudizar da situação, ante a dureza das batalhas que é necessário travar para se chegar à luta final: Para alguns são uma desculpa para a retirada. Um camarada de determinada empresa comunica à direcção do Partido que "a luta reivindicativa só serve para queimar as pessoas e não resolve nada". Mas logo acrescenta que "está muito queimado" e "se houver lutas será logo preso". Pergunta-se-lhe o que pensa que se deve fazer, e o que ele próprio deseja fazer. Responde: "Queimar-se a gente em coisas de nada, não vale a pena. O que é necessário é começar a acção revolucionária". Pergunta-se-lhe que tipo de acção. Responde que, por exemplo, dar um apertão a um traidor. "Muito bem (diz-se-lhe), fá-lo". Claro que não o fez. Não é evidentemente com gente desta que o Partido pode conduzir a luta popular a uma fase superior. Os trabalhadores não estão dispostos a dar a vida pela revolução, se não estão dispostos a correr o risco de uma luta reivindicativa. E quanto à greve económica e política, podem estar certos os amadores da fraseologia revolucionária: ela será uma arma poderosa até à insurreição armada.

Para conduzir a luta a formas superiores há que impulsiná-la a partir das formas mais elementares, há que desenvolver estas, há que fortalecer nelas a unidade e a organização, há que procurar o pequeno êxito e animar com ele a luta posterior, há que procurar objectivos comuns a várias empresas e vários ramos, há que fazer um sério esforço para a coordenação das várias lutas em curso, procurar fundi-las à escala de uma localidade, à escala das fábricas, de uma mesma empresa ou de um ramo industrial. E em todo esse trabalho, "puxar para a frente" para uma movimentação mais ampla e de tipo superior, para a frequência das concentrações e pequenas paralizações, para a sua coordenação para a greve.

Nesta aspecto é do mais alto valor a experiência dos assalariados rurais do Alentejo. A greve tornou-se uma forma corrente de luta no Alentejo, porque esta ligada a constantes e generalizados movimentos reivindicativos, porque não é apenas uma explosão de cólera, mas a continuidade lógica duma luta ampla, ordenada e generalizada. Esta experiência devia ser estudada por todos quantos dirigem o movimento operário.

Tal como na luta reivindicativa económica, também na luta política se deve procurar a continuidade, a coordenação, o alargamento da acção. As manifestações do 1º de Maio são também a este respeito valiosos ensinamentos. Em Lisboa e algumas outras cidades, elas foram preparadas a "frio" sem se enquadrarem numa ampla movimentação com objectivos concretos. As grandes manifestações fizeram-se, constituíram uma admirável vitória. Mas depois, para que as massas insistissem em novas manifestações, em greves, em lutas variadas, faltou um objectivo imediato capaz de as interessar, além do objectivo geral de "protestar" contra a política fascista. Ao passo que as lutas políticas dos assalariados rurais no 1º de Maio, porque enquadradas numa luta anterior mais ampla, proseguiram em formas novas, ganharam um novo vigor e abriram caminho a uma série de greves em que participaram cerca de 200.000 trabalhadores e que culminou pela conquista das 8 horas, as manifestações nas cidades constituíram em si mesmas uma grande vitória política, têm e terão reflexos em todo o desenvolvimento do movimento anti-fascista, mas não tiveram, nem podiam ter, nas condições existentes, continuidade. E que se não diga que a continuação lógica era a insurreição armada. Para isso, como já mostrámos, não estavam criadas condições objectivas, nem condições subjectivas.

Nos períodos "eleitorais" a continuidade tem sido assegurada pelos objectivos imediatos com mira no acto "eleitoral". Mas fora desses períodos? Para que

grandes manifestações políticas possam ter lugar, repetir-se com insistência e alargar-se, não basta "comemorar datas", embora tenha grande importância continuar a comemorá-las. É indispensável que, na sua base, estejam muitas outras lutas com objectivos mais limitados, que não são necessariamente objectivos políticos.

Quando o Partido insiste em desenvolver a luta de massas em todas as direcções, em associar as formas clandestinas de acção às formas legais e semi-legais, em desenvolver a luta económica e a luta política, as pequenas e as grandes lutas, segue o único caminho que pode conduzir a luta popular de massas a um nível superior. Isto não significa que, num momento dado, todos os esforços, em todos os sectores e no conjunto devam estar dispersos por todas as formas de luta, dando a todas elas igual atenção e iguais energias. Pelo contrário. É necessário em cada sector e no conjunto do movimento saber escolher, num momento dado a direcção fundamental, que pode ser uma luta económica, pode ser uma luta sindical, pode ser um movimento de solidariedade, pode ser uma luta política. Isso é uma condição para levar para diante o movimento, para intensificar e alargar a luta de massas, para a conduzir a uma etapa superior.

11- O agravamento da crise do regime fascista, o desenvolvimento da luta política de massas, a radicalização destas, a brutalidade do aparelho repressivo e a evolução da guerra colonial, colocam ao Partido uma tarefa nova: a tarefa de organizar acções de auto-defesa das massas, acções que visem atingir mais directamente a aparelho militar da guerra colonial, que criem dificuldades ao aparelho repressivo, que dificultem a propagação fascista e dêem novos aspectos à agitação e propagação anti-fascista. A execução de tais acções não pode ser deixada à espontaneidade. Tem de ser encarada no terreno prático.

O Partido tem vindo a apresentar tal perspectiva no quadro do desenvolvimento da luta popular. O Comité Central, nas suas reuniões de Janeiro e Agosto de 1963 indicou-a com clareza o mesmo sucedendo numa entrevista dada à Rádio Portugal Livre com a responsabilidade da direcção do Partido. O Comité Central tem acompanhado a evolução da situação política e tem considerado questões diversas relativas a essa perspectiva e às tarefas que coloca e colocará diante do Partido.

Mas temos dado a esta tarefa a atenção necessária? Tirámos a tempo as lições das manifestações de rua de 1961-62? Não, não tirámos. Se é certo que, na organização do 1º de Maio, o Partido tomou a iniciativa de criar numerosos grupos de auto-defesa e alguns intervieram corajosamente, não é menos certo que o esforço e a preparação foram insuficientes, as tarefas dadas a esses grupos não foram convenientemente estudadas e não se tomaram as medidas apropriadas para que eles tivessem os meios materiais para realizá-las.

Quando, à voz do Partido, 50.000 pessoas vieram à rua no Porto no 31 de Janeiro de 1962, quando novamente vieram à rua no dia 8 de Março, havia que tomar decisões sérias para o 1º de Maio. Se, nas manifestações do 1º e 8 de Maio em Lisboa, os 100.000 manifestantes tivessem sentido esse trabalho de auto-defesa organizado pelo Partido, se quando as massas estavam na rua defrontando o aparelho repressivo, destacamentos especialmente preparados tivessem atingido aqui e além o aparelho repressivo ou realizado outras acções que mostrassem encarar-se a sério uma nova fase de luta, teríamos dado um novo estímulo às lutas de massas e teríamos facilitado a repetição noutras datas a seguir de manifestações semelhantes. A este respeito, têm razão os camaradas que criticam a falta de preparação e actividade do Partido nesse domínio e não aqueles que, ao falar-se nesse tipo de acções ligadas ao movimento de massas, dizem que se trata de "terrorismo" e de "putschismo". Têm também razão os camaradas que notam que há ainda militantes que, falando embora da linha do levantamento nacional, parecem ainda, na actividade prática, amarrados às concepções da "solução pacífica do problema político português".

Não se trata de facto duma "definição de princípios", mas duma tarefa exigida pelo desenvolvimento da luta política de massas e a ser executada em ligação com esta. Aqueles que vêm insistindo que é para essas acções que estão dispostos, que têm aguardado baldadamente que o Partido tome iniciativas práticas nesse sentido, nós aqui dizemos: "Apresentem-se, amigos, temos trabalho para vós". E temos. Mas que fique claro. Não é de fazer "apelos" que se trata. É de realizar actos em ligação com as acções de massas. Não precisamos de propagandistas da "acção directa", mas de homens para ela.

Queixam-se alguns camaradas de que, nos documentos do Partido, não se desenvolve esta questão e não se indica concretamente às organizações do Partido o que devem fazer. Esses camaradas não têm razão. Se o Partido, ao encarar, na actual fase de luta, acções desse tipo, não tem em vista lançar "um movimento de acção directa" e muito menos começar a luta armada e insurreccional; se o Partido na actual fase de luta, concentra os seus esforços fundamentais na organização e na intensificação do movimento popular; se o Partido considera um perigo o radicalismo pequeno-burguês e anarquizante que pretende afastar as organizações democráticas e o próprio Partido destas tarefas fundamentais; seria um grave erro fazer propaganda de acções desse tipo, procurar conduzir para elles as atenções e esforços do Partido, da classe operária e das massas populares em geral. Se o fizéssemos animaríamos apenas as tendências golpistas e terroristas e afastar-nos-íamos do único caminho que pode conduzir à insurreicção.

Neste sentido, deve sublinhar-se que, algumas medidas tomadas anteriormente pelo nosso Comité Central não foram convenientemente executadas. Outras mostraram-se insuficientes. Daí a necessidade de tomar novas resoluções. Mas estas não devem ser divulgadas. As acções desse tipo não constituem, na fase actual, uma tarefa para todas as organizações do Partido. Exige-se, de momento, um trabalho silencioso, que não tem em vista "escaldar" a imaginação.

Alguns raros camaradas tocados pelo radicalismo pequeno burguês e anarquista ficarão insatisfeitos com este silêncio. Eles gostariam antes ouvir do Comité Central apelos exaltados para a acção armada e insurreccional, gostariam antes que o Comité Central lançasse em cheio o Partido na "acção directa" ou, pelo menos na propaganda de "acções directas". Por isso diriam talvez da reunião presente o que têm dito das outras, que "não trás de novo". Para eles, "alguma coisa de novo" seria a mudança da linha do Partido. Mas o Comité Central apoiado pelo Partido não lhes fará a vontade. Melhorando o trabalho do Partido, seguirá a linha traçada, sem deixar que o Partido do proletariado se torne uma secção do radicalismo pequeno-burguês.

12- Alargar, intensificar, coordenar, unificar, elevar a um nível superior as lutas do proletariado, dos camponeses, dos estudantes, dos militares, dos intelectuais, contra a política do governo fascista, tal é o sentido fundamental de toda a actividade do Partido. Tal deve ser também o sentido fundamental da actividade das outras forças democráticas.

Hoje como sempre, ao longo de muitos anos de ditadura fascista, o Partido Comunista marcha na vanguarda da classe operária e das massas populares. O Partido é o grande animador, organizador e dirigente das lutas populares. O Partido vai à frente com as suas palavras de ordem com a sua propaganda e agitação que tocam muitas centenas de milhares de portugueses, com a acção das suas organizações. E como para que provar a sua acção de vanguarda nas grandes lutas, greves e manifestações o Partido não se limita a ir à frente: deixa lá a sua marca.

No dia 11 de Novembro de 1961, nas grandes manifestações de Almada, caiu morto por uma rajada de metralhadora, o operário Cândido Capilé: era membro do Partido. Em 28 de Abril de 1962 nas grandes manifestações de Aljustrel caiu morto, a tiros de metralhadora, o mineiro António Adângio: era membro do partido. No dia 19 de Maio de 1962, nas grandes manifestações de Lisboa caiu morto a tiro o operário Estevão Giro: era membro do Partido. No dia 19 de Maio de 1963 nas manifestações de Lisboa caiu, morto a tiro, o tipógrafo Agostinho Fineza: era membro do Partido. Não é por acaso que em manifestações de dezenas de milhares de pessoas os que caem são comunistas. As forças repressivas não conhecem pela cara quem o é. Caem os comunistas, porque vão à frente das massas, porque lhes dão o exemplo de combatividade e heroísmo.

Organizar e desenvolver a luta de massas, tal como o fizeram Capilé, Adângio, Giro, Fineza e tantos e tantos outros, - tal o dever dos comunistas. Hoje nas lutas reivindicativas, nas concentrações, nas greves, nas manifestações, amanhã na luta armada, os comunistas provam e provarão, na acção prática, o papel de vanguarda do Partido. Sempre à frente das massas pela luta pela liberdade. Estreitamente ligados aos proletários, aos camponeses, aos estudantes,

aos militares, aos intelectuais, conhecendo as suas necessidades os seus anseios, o Partido tem como tarefa central desenvolver a luta popular em todas as frentes, elevá-la a um nível superior, fundir numa mesma inextinguível torrente todas as energias revolucionárias do nosso povo.

O movimento popular desenvolver-se-á irregularmente até ao levantamento nacional. As greves que vierem a ser desencadeadas não se seguirá um movimento grevista ininterrupto até a uma greve geral política. A uma manifestação de rua, não se seguirão outras sempre mais e maiores até ao levantamento nacional. Isso poderá suceder no arranque final. Não nos tempos imediatos. No processo da revolução democrática portuguesa, haverá ainda, sucedendo-se às grandes lutas momentos de aparente acalmia, que podem surpreender os radicais pequeno-burgueses, mas não revolucionários experimentados. Já Lenine ensinava que "a acumulação de forças pelo proletariado por vezes faz-se nos bastidores, de modo imperceptível dando muitas vezes lugar à decepção dos intelectuais quanto à solidez e vitalidade dos movimentos de massas" ("Novas Tarefas e Novas Forças", 1965). Alargar, intensificar, impulsionar, conduzir a formas superiores a luta popular de massas, não elimina a irregularidade do desenvolvimento do processo revolucionário, não elimina o que um camarada chamou "a sucessão de claros e escuros". Com isso podem "decepcionar os radicais pequeno-burgueses". Não os comunistas e operários de vanguarda, ligados à classe operária e às massas, empenhados inteiramente nas tarefas de unir, mobilizar e organizar, confiantes nas energias revolucionárias do povo português.

É com esta noção de realidade, com esta confiança, que devemos trabalhar para conduzir a luta popular de massas até ao levantamento nacional. A tarefa agora é trazer à luta contra a ditadura fascista em batalhas insistentes, repetidas, variadas, ainda que irregulares, centenas de milhares de portugueses. É criar uma movimentação geral, que por um lado não dê descanso ao inimigo, disperse e enfraqueça as suas forças, e por outro eduque as massas, as treine, as prepare, as una e as organize para o assalto final, greve de operários industriais e de assalariados rurais, lutas de soldados e estudantes, manifestações de rua, acções dos intelectuais, umas vezes umas; outras vezes outras na linha mais avançada de combate, acabarão por coincidir, por unificar-se, numa ofensiva única contra a ditadura fascista.

Que acontecimentos irão precipitar a criação da situação revolucionária, ao seja a crise simultânea das classes dominantes e das classes dominadas? Bancarrota provocada pelas despesas de guerra? Súbito e vertical agravamento do custo de vida? Sérias derrotas militares na Guiné? Ou qualquer imprevisível acontecimento que eleva ao rubro a indignação popular? Ou outro que lança desorientação e pânico nos círculos governantes e que abram uma brecha por onde possa irromper a torrente da acção revolucionária do povo? O dever dos revolucionários é estarem atentos ao evoluir da situação nacional é, como ensinou Lenine "saber encontrar, presentir, determinar exactamente a via concreta ou a volta dos acontecimentos que conduzirá as massas para a grande luta revolucionária verdadeira, decisiva e final" (Obras Compl. Ed. fr. vol. 31, pag. 93).

No decurso da crise revolucionária, cabe às forças políticas dirigentes, de harmonia com as condições que se apresentem no campo do inimigo e das forças revolucionárias, escolher as formas de luta mais apropriadas (greve geral política? Sucessivas manifestações?) que numa situação dada, conduzam rapidamente a luta de massas à insurreição.

Há quem diga que há já três anos existem condições para a insurreição. A acreditá-los, em qualquer momento, no decurso destes três anos, se poderia lançar a luta insurrecional por mera decisão dos dirigentes políticos. É evidente que estão pensando num golpe, num putch, ou na acção terrorista. As condições para uma insurreição popular vitoriosa não se prolongam por anos. Num dia pode ser demasiado cedo, dois dias depois demasiado tarde. É necessário trabalharmos para que o dia justo não nos escape.

SEM ORGANIZAÇÃO NÃO HÁ VITÓRIA POSSÍVEL

1- O Partido insiste em que a tarefa de organizar é uma tarefa central e decisiva. Insiste na necessidade, não só de fortalecer a sua própria organização, a organização do Partido, mas de fortalecer todas as formas de organização não partidárias, legais, semi-legais ou ilegais. Insiste na necessidade de aproveitar as organizações legais existentes e tentar mesmo criar novas organizações. E insiste em que, sem cumprir essa tarefa, não se poderá conduzir o movimento anti-fascista à vitória.

Nas condições actualmente existentes, não havendo liberdade de associação, sendo as organizações legais estreitamente controladas e vigiadas, não podendo as organizações clandestinas tornar-se organizações de massas, o trabalho de organização oferece numerosas dificuldades. Exige grande tenacidade, paciência, método e imaginação. Exige que se saiba dar apuro aos pequenos êxitos, pois muitas vezes é necessário caminhar passo a passo. Exige a um tempo prudência e audácia, disciplina e iniciativa.

Por todas as dificuldades que apresenta, o trabalho de organização não é do agrado daqueles que pretendem resolver os complexos problemas duma revolução vitoriosa sem grande trabalho preparatório. Quando ouvem dizer que é necessário organizar as forças políticas anti-fascistas, e organizar os operários, e organizar os camponeses, e organizar os pescadores, e organizar os estudantes, e organizar os intelectuais, e organizar os militares, e organizar os jovens, e organizar as mulheres, e organizar as lutas, sejam pequenas ou grandes, acham decididamente que se trata de um trabalho demasiado moroso e difícil e dizem que "assim nunca mais se lá chega". A verdade é a inversa. A verdade é que chegaremos se soubermos organizar, e nunca chegaremos se o não soubermos.

Compreende-se que agrupamentos que nunca criaram hábitos de organização, vendo diante de si todo o trabalho por fazer, se sintam intimidados pela imensidão da tarefa. Então procuram vias de acção que estejam ao nível das suas debilidades orgânicas, que não exijam uma forte organização. Mas que meios de acção podem esses ser? Podem sê-lo uma agitação feita "de cima", sem que haja qualquer contacto com as massas. Pode sê-lo a "acção directa" de alguns grupos isolados. Sem organização, não se pode passar disto. Atingidos os agitadores ou os terroristas pela repressão, nada fica a dar continuidade ao seu esforço. Nós, comunistas, que construímos o nosso partido na clandestinidade e devemos em larga medida ao trabalho de organização a nossa capacidade para conduzir amplas lutas ano após ano, a nossa influência, a nossa resistência às mais ferozes ofensivas policiais, a nossa própria sobrevivência, sabemos por experiência própria que de organização depende o êxito.

Ao dizermos que de organização depende o êxito, não nos referimos apenas à constituição de organizações partidárias. Referimo-nos também à organização das lutas económicas e políticas, às constituições de variados organismos de unidade para conduzirem tais lutas, à utilização de organizações legais para reforçar o contacto com as massas, alargar o movimento de massas e dirigi-lo no melhor sentido.

O Partido Comunista não é apenas o mais forte da Oposição pelo facto de ser o Partido dos trabalhadores e estar armado com a ideologia revolucionária do proletariado: o marxismo-leninismo. Sabe-se haver países onde o Partido marxista-leninista está longe de ser o mais forte. O nosso Partido é o mais forte e distingue-se com vantagem de todos os outros da Oposição porque, ao contrário dos outros, tem uma organização partidária sólida, estruturada e definida, e porque essa organização partidária, por sua vez, assenta a sua actividade num mais largo trabalho de organização não partidária.

A organização não é uma palavra mágica de que resultem efeitos pelo facto de muitas vezes se proferir. Se se diz mil vezes que é necessário organizar e nada se organiza, mais vale estar calado. A organização é trabalho concreto e quotidiano. A propaganda da necessidade de organizar só tem valor, se é acompanhada de um trabalho de organização efectivo.

Sem organização podem "fazer-se coisas". Mas não se podem lançar grandes lutas, dar-lhes continuidade, elevá-las a um nível superior. A agitação pode por as massas em movimento, mas não pode manter com elas o contacto, encabeçá-las, dirigi-las, orientá-las ante as surpresas que a cada passo surgem. Isto que é válido em relação a qualquer luta reivindicativa económica, a qualquer manifestação de rua, com mais razão é válido em relação com a tarefa grandiosa que as forças democráticas portuguesas têm diante de si: conduzir o povo até ao levantamento nacional, até à insurreição armada, que ponha fim à ditadura e instaure uma ordem democrática.

2-O Partido tem de dar uma muito maior atenção à organização da luta reivindicativa do proletariado industrial. Os organismos dirigentes e locais do Partido não conhecem suficientemente as experiências de organização da luta reivindicativa, não fazem um esforço sério para aprender com as massas, não levam as experiências novas a todo o Partido e a toda a classe operária. Passam-se meses e até anos sem que cheguem de alguns sectores ao Comité Central quaisquer experiências de organização da luta reivindicativa. A rotina instalou-se em muitos sectores, que repetem ao longo de anos as mesmas fórmulas. Falta a muitas das nossas organizações operárias a iniciativa, a maleabilidade e audácia para conduzirem a luta reivindicativa nas condições da actual crise do regime. É fundamentalmente as debilidades da organização do Partido e as debilidades da organização do movimento reivindicativo que se deve uma certa estagnação que se observa neste. A luta reivindicativa do proletariado industrial não está correspondendo à sua radicalização política. Isso resulta de que se tem em larga medida menosprezado a organização da luta, caindo-se muitas vezes no marcar passo, porque se não criaram os instrumentos orgânicos necessários para elevar a luta em cada empresa e em cada região a uma nova fase. O descontentamento existe. A combatividade mostra-se diariamente em centenas de lutas, através das quais, tenazmente em todo o país, a classe operária reage à exploração e procura o melhoramento das suas condições de vida. Mas essa luta aparece fragmentária, tímida, sem uma organização capaz de transformar as lutas isoladas em movimentos mais amplos, mais insistentes e mais poderosos, abrangendo ramos industriais e regiões. Para impulsionar decididamente as lutas reivindicativas da classe operária é indispensável o fortalecimento da organização do Partido e a organização, audaz, enérgica, virada para a perspectiva revolucionária dessas lutas.

Devem manter-se as formas já "tradicionais" de organização; mas devem considerar-se insatisfatórias na situação política que atravessamos.

As Comissões de Unidade nas fábricas e noutros locais de trabalho continuam a ser uma forma básica de organização do movimento reivindicativo a escala de uma fábrica ou empresa. Esta não se pode porém limitar à formação das Comissões. Se a formação de Comissões não é acompanhada de reuniões de trabalhadores, se a Comissão aparece agindo sozinha, sem um apoio constante e organizado dos trabalhadores que representa, com facilidade o patronato e as autoridades racistas, ou fingem ignorar a sua existência, ou a liquidam, despedindo ou prendendo os seus membros. Daí a necessidade de considerar a formação das Comissões de Unidade apenas como um aspecto da organização do movimento reivindicativo. Em muitos casos, as reuniões de trabalhadores para discutirem e decidirem da luta reivindicativa, escolherem as Comissões, tratarem com elas a melhor forma de orientar as lutas, tem-se revelado uma forma maleável e eficiente de organização. Deve insistir-se em orientar a organização nesse sentido.

Tão pouco podemos assistir passivamente à tendência para limitar as lutas a uma fábrica ou empresa. A luta em cada fábrica ou empresa é sem dúvida de decisiva importância. Há sempre em cada fábrica ou empresa problemas próprios e reivindicações próprias dos que aí trabalham. Além disso, a fábrica ou outro local de trabalho é o sítio onde os trabalhadores vivem em comum diariamente muitas horas por dia, onde discutem naturalmente a sua situação e os seus interesses, onde podem encontrar-se e combinar o que fazer. Mas, além dos problemas próprios dos trabalhadores duma fábrica ou empresa, existem os problemas comuns dos operários do mesmo ramo industrial ou da mesma profissão e esses problemas comuns adquirem cada vez maior relevo dados os acordos entre as entidades patronais e dada a demagogia fascista dos contratos coletivos de trabalho. Esta situação impõe, a par da luta dentro de cada fábrica ou empresa, a unificação da luta dos operários do mesmo ramo ou da mesma profissão.

Há exemplos de trabalho positivo neste domínio, mas são ainda pouco numerosos em relação à situação que se está vivendo. Impõe-se um esforço decidido para vencer este atraso. Há que encarar como importante tarefa o contacto regular entre as Comissões de Unidade de várias empresas e a criação de Comissões com delegados operários de várias empresas, que possam coordenar a luta, dirigi-la, e sem prejuízo da acção em cada empresa, conduzir a acções comuns os trabalhadores de todas as empresas interessadas. Acções comuns não são apenas diligências de Comissões junto do sindicato e do Instituto Nacional de Trabalho, são também grandes concentrações, paralizações simultâneas ou greves, se as condições estiverem criadas para isso.

Na organização da luta reivindicativa, seja numa só empresa, seja num conjunto de empresas, uma preocupação determinada pela experiência deve ter-se presente: quanto mais larga participação de trabalhadores tiver lugar na preparação e na condução da luta, quanto mais reuniões de trabalhadores forem realizadas, quanto mais Comissões forem criadas, quanto mais trabalhadores participarem nas Comissões, mais poderoso será o movimento, mais estarão ao abrigo da repressão os seus dirigentes, mais condições haverá de dar continuidade à luta e conduzi-la a um desfecho vitorioso. Se se trata de uma fábrica, há toda a vantagem de formar não só uma Comissão, representando todo o pessoal, mas de Comissões de secções e, em alguns casos, Comissões de mulheres e de jovens, ligados àquela. Se se trata dum movimento unificado num ramo industrial, há toda a vantagem de desenvolver uma ampla organização dirigente do movimento, com numerosas Comissões de delegados operários. Quando se consegue numa luta reivindicativa, criar uma organização em que participem muitas dezenas e mesmo centenas de operários e operárias, tem-se uma condição fundamental para lutar até alcançar a vitória.

Na organização da luta reivindicativa os mais instrutivos exemplos vêm hoje do proletariado agrícola do sul. As grandiosas lutas reivindicativas que aí se tem travado, devem-se em larga medida à sua organização. As amplas reuniões de trabalhadores, a formação de Comissões, os enlances entre elas, as reuniões de delegados de várias localidades para resolverem a orientação geral da luta à escala regional e provincial, a íntima ligação das Comissões com as massas na sua actividade quotidiana, estão na base das grandes vitórias alcançadas.

A organização das lutas dos assalariados rurais do Alentejo e Ribatejo tem mostrado a necessidade e as vantagens da grande maleabilidade, da escolha em cada momento das formas de organização mais apropriadas à situação, aos objectivos, à disposição das massas, ao grau da sua radicalização, às posições do Partido.

Tratando-se de lutas reivindicativas à escala regional, o tipo de organismos dirigentes, o número dos seus membros, o processo do seu enlace e coordenação, os processos de ligação com as massas, devem variar segundo as condições que em cada caso se apresentam. A estruturação de uma organização regional para dirigir amplas lutas de massas deve resultar naturalmente da evolução da luta e da força e características das organizações de base.

É uma tal orientação que as organizações do Partido do Alentejo devem em grande parte os seus êxitos de organização das lutas reivindicativas.

Entretanto, não há muito, uma iniciativa foi tomada que deve considerar-se um afastamento dessa linha justa e a manifestação duma concepção esquemática dos problemas de organização que pode ter influência negativa no trabalho do Partido entre os assalariados rurais.

Há tempos, "O Camponês" lançou numa separata, a palavra de ordem da criação duma "larga rede de Comissões de Unidade". Pretendia-se criar no Alto e Baixo Alentejo, Alentejo Litoral e Ribatejo uma organização unificada com o objectivo de dirigir as lutas dos trabalhadores. Formar-se-iam dirigindo numa rosca comissões de base, Comissões de Unidade locais. Com delegados destas formavam-se-iam Comissões Regionais ou Distritais, com delegados destas, Comissões Provinciais e com delegados destas, uma Comissão Inter-Provincial. Mesmo que se tratasse duma iniciativa ligada a uma luta determinada num momento determinado, o esquematismo seria evidente e não poderia conduzir ao sucesso. Pior ainda é ter-se a ideia duma organização de carácter permanente, rígida, pesada, que apareça como a tentativa da criação dum "sindicato" legal, mas tenderia a ilegalizar-se e a substituir-se ao Partido. As organizações que têm surgido por escolha dos trabalhadores ou com o apoio destes, nas lutas de massas, ligadas a estas amplas reuniões voltadas para lutas concretas e objectivos concretos, correriam o risco, no caso de realização do "plano", de ser substituídas por organizações com uma actividade mais geral, mais abstracta, mais burocratizada, e que por isso mesmo não estariam em condições de dirigir com eficiência a luta popular. A participação activa que se tem verificado, em formas maleáveis e diversas de organização de centenas de trabalhadores na direcção das próprias lutas tenderia a apagar-se, sendo assim menosprezada uma das formas mais vivas e eficientes de organização dos assalariados rurais do sul. Disso resultariam o enfraquecimento da organização e da luta. Daí a necessidade de corrigir tais tendências para o esquematismo.

A organização de greves deve merecer particular atenção. As greves não se decretam, mas decidem-se e declaram-se. Para o fazer com êxito é necessário conhecer de perto a disposição das massas, conhecer a evolução da luta e escolher o momento justo. A percepção revolucionária e a audácia dos militantes

representa um importante papel. Vinte anos atrás, o êxito de algumas importantes greves dirigidas pelo Partido deveu-se em grande parte à acção dum militante destacado: Alfredo Dinis, operário da Parry & Son, assassinado pelo PIDE em 1945. Alfredo Dinis conhecia profundamente os problemas da classe operária, conhecia a classe, acompanhava dia a dia as lutas dos sectores que lhe estavam confiados, era um óptimo organizador das lutas reivindicativas e mais de uma vez foi ele a dizer audaciosamente à direcção do Partido: "O momento para a greve é agora!" E acertava. As organizações operárias do Partido devem trabalhar, na luta reivindicativa, com o entusiasmo e a confiança com que trabalhava Alfredo Dinis. Tal como ele, ao organizarem as pequenas lutas reivindicativas, devem olhar sempre audaciosamente em frente, procurando incansavelmente alargar as lutas, unificá-las, fundi-las, conduzi-las a etapas superiores, encontrando em cada fase formas eficientes de organização.

As condições económicas e políticas estão criadas para um rápido ascenso do movimento reivindicativo da classe operária. Depende de nós, saber organizar-lo.

3- O trabalho nas organizações legais é da maior importância para estabelecer ligações com as massas, defender os seus direitos, conduzi-las à luta. Em especial, os Sindicatos Nacionais têm sido insistentemente utilizados pela classe operária para apresentar as suas reivindicações e insistir para que sejam satisfeitas. A ida de comissões ao Sindicato, as concentrações, a participação nas assembleias gerais são hoje formas correntes de luta.

Alguns camaradas concordam que o sindicato seja utilizado para lutas de massas, mas perguntam que tem a ver com o trabalho de organização tal actividade. Outros perguntam que tipo de organização se deve lá criar. O que parece escapar a esses camaradas é que cada Sindicato Nacional não é apenas uma sede, mas uma organização com centenas ou milhares de sócios. É essa organização ampla, de massas, que se aproveita para estabelecer e assegurar contactos com as massas, para as esclarecer, para as levar à luta. Fazer funcionar os sindicatos sob a pressão do movimento de massas é organizar os trabalhadores.

A compreensão da necessidade de trabalhar nos Sindicatos Nacionais tem sido geral no nosso país. Na base desse trabalho têm-se obtido importantes êxitos para o Partido e para as classes trabalhadoras. As organizações do Partido e os trabalhadores viram, pela sua própria experiência, as vantagens de aproveitar os Sindicatos Nacionais.

A este respeito no nosso Partido, muitas vezes têm sido citadas as palavras de Lênine: "A ridícula "teoria" da não participação dos comunistas nos sindicatos reaccionários prova com toda a evidência, a ligeireza com que os comunistas "de esquerda" encaram o problema da influência sobre as "massas (...). Para saber ajudar "a massa" e ganhar a sua simpatia, a sua adesão e o seu apoio, é necessário não temer as dificuldades, as chicanas, as armadilhas, os insultos, as perseguições por parte dos "chefes" (...) e trabalhar obrigatoriamente ali onde está a massa. É necessário saber aceitar todos os sacrifícios, vencer os maiores obstáculos, para realizar um trabalho de propaganda e de acção metódica, constante, perseverante, paciente, precisamente nas instituições, sociedades, organizações—mesmo nas mais reaccionárias—em toda a parte onde há massas proletárias e semi-proletárias" ("A doença infantil do comunismo", Obr. Compl. ed. fr. vol. 31, pag 48).

Pareceria que, neste domínio, o sectarismo estava morto. Mas não, não está.

Aparecem porém hoje novamente alguns esquerdistas procurando desviar o Partido do trabalho dos Sindicatos Nacionais. Agora diz-se que tal trabalho é coisa "ultrapassada", que deixou de interessar as massas. E como o Partido chama os trabalhadores a utilizar o sindicato, dizem que o Partido está "puxando para trás o movimento" (é moda agora dos radicais pequeno-burgueses dizerem assim a propósito de tudo). Segundo um desses teorizadores sectários, há vinte anos era uma posição revolucionária ir em massa aos sindicatos. Apoiando-se nos sindicatos (ainda segundo ele) os trabalhadores passaram à luta económica legal, depois à luta económica ilegal, depois à greve, da greve à luta política, e agora dispõe-se à luta armada. Segundo ele, os trabalhadores, "precisamente porque utilizaram os sindicatos" é que hoje já não têm interesse em utilizá-los. Aos fazedores de esquemas não falta por vezes lógica aparente. Apenas é fácil apontar lógica quando em vez de se analisarem os factos e de se tirarem conclusões, primeiro se tiram as "conclusões" e depois se baralham os factos para se ajustarem a elas.

Se por exemplo, consideramos a luta operária desde a reorganização do Partido de 1940-41, ter-se-ão passado as coisas como pretende este teorizador, ou seja: primeiro, trabalho nos sindicatos, depois luta económica legal, depois ilegal, depois greve, depois luta política? Não, não verificamos nada disso. As grandes greves de Outubro de 1942 (luta ilegal) tiveram lugar antes de ter tomado vulto a luta legal nas empresas. Só em Dezembro de 1942, pela primeira vez se fala na formação de comissões legais e semi-legais para dirigirem as lutas, e elas ~~as~~ começam a desenvolver-se depois das grandes greves até às quais a mobilização de massas era feita por organismos clandestinos. Nos anos de 1942-45, apesar das lutas nas empresas, das grandes greves de 1942-43 e 1944, apesar do trabalho das comissões, etc., nada praticamente se fez nos sindicatos fascistas. Quer dizer: em tudo isto parece que só para contrariar o fazedor de esquemas, a ordem real dos factos aparece precisamente ao inverso do que pretende.

Por muito que custe aos fazedores de esquemas, a utilização dos sindicatos fascistas, a capacidade da classe operária em utilizá-los, exige uma grande aprendizagem na luta reivindicativa e uma elevada consciência de classe. A utilização dos sindicatos fascistas deu-se na medida em que se desenvolveu, se generalizou, se tornou um poderoso instrumento, a organização unitária da classe operária para a luta reivindicativa, na medida em que os trabalhadores se treinaram em milhares de lutas grandes e pequenas pelos salários e outras reivindicações. Até às grandes greves de Julho-Agosto de 1943 nenhum trabalho sério se tinha realizado nos sindicatos. E na segunda metade desse ano que, sob o grande impulso do movimento reivindicativo, se começaram obtendo os primeiros sucessos. E só em 1945, depois portanto de uma série de grandes greves e movimentos reivindicativos, os trabalhadores seguindo as palavras de ordem do Partido acorrem às eleições nos sindicatos e arrancam aos fascistas dezenas de direcções. Seguindo a lógica do fazedor de esquemas, ter-se-ia de chegar à disparatada conclusão de que, quando se obtiveram as primeiras grandes vitórias nos sindicatos fascistas já a luta nestes era "uma forma ultrapassada". Ou seja: o trabalho nos sindicatos fascistas teria perdido a actualidade antes de a ter tido.

O aproveitamento dos sindicatos fascistas não é uma luta primitiva, rudimentar, indicando uma baixa consciência de classe e um grande atraso político. Não é exato que com a radicalização política das massas, quando os trabalhadores recorrem à greve e à luta política aberta deitam para trás das costas o trabalho nos sindicatos fascistas. Quanto mais a luta reivindicativa se torna massiva e enérgica, quanto maior é a radicalização política, mais fácil é levar os trabalhadores a utilizarem o sindicato. Não será verdade que em 1961, quando da eroica greve dos mineiros de Aljustrel, (que foi o ponto culminante de uma demorada luta no sindicato), ao mesmo tempo que uns faziam greve no fundo da mina, se realizavam grandes concentrações na sede do sindicato, em assembleia geral permanente durante 25 horas seguidas isto no momento em que as minas e a vila estavam ocupadas militarmente? Não será verdade que como sequência dessa magnífica luta os mineiros escorraçaram os fascistas da direcção do sindicato? Não será verdade que foi também na sequência de importantes lutas, que os mineiros de S. Pedro da Cova acorreram às eleições no sindicato e obtiveram magnífica vitória? Não é verdade que em 1962, precisamente acompanhando o rápido desenvolvimento da luta política de massas se verificou uma grande reanimação da luta nos sindicatos: têxtil de lanifícios na Covilhã, têxtil e carros eléctricos do Porto, corticeiros da margem sul, telefones, operários químicos e pessoal do tráfego do porto de Lisboa e muitos outros? Se charlatões podem dizer que as massas se desinteressam da luta nos sindicatos fascistas quando se radicalizam politicamente.

Além de toda a experiência de luta nos Sindicatos Nacionais o que se está a passar com as Casas do Povo desmente rotundamente tal afirmação. Onde estão a ser utilizadas as Casas do Povo pelos trabalhadores? Nas regiões onde é maior o atraso político? Não. Elas estão a ser utilizadas de forma crescente onde é mais intensa a luta, onde a consciência de classe e a consciência política estão mais evoluídas, onde há experiência de concentrações, paralizações e greves. É precisamente no Alentejo e designadamente nos locais onde o proletariado rural se tem mostrado mais revolucionário, que os trabalhadores utilizam a Casa do Povo, particularmente nos períodos de desemprego para aí se concentrarem exigindo trabalho.

Nesta actividade há formas que há mais de 20 anos se utilizam e há outras que se devem audaciosamente encarar.

Um artigo publicado no "Militante" de Abril de 1943 indicavam-se três direcções fundamentais do trabalho nos Sindicatos Nacionais: a primeira, fazer pressão sobre as direcções sindicais por intermédio de comissões e de concentrações; a segunda, entrar em massa para os sindicatos, frequentá-los, desmascarar nas assembleias as traições das direcções fascistas e procurar transformar os sindicatos de organismos defensores dos interesses do patronato em organismos defensores dos interesses da classe operária; a terceira, eleger direcções de trabalhadores honestos que gozem a confiança da classe.

Mantém esta orientação a actualidade? Mantém. E isso sucede porque não foram criadas desde então novas organizações de massas da classe operária, porque os Sindicatos Nacionais continuam sendo os únicos sindicatos, porque a sua orgânica se mantém desde então sem alterações sensíveis. Aquelles que dizem que insistir nessas formas de actividade é imobilismo, é não ter em conta tudo o que mudou na situação desde 1943, pode responder-se que pretender abandonar essas formas de actividade é não ter em conta aquilo que não mudou nos últimos vinte anos: a existência da ditadura fascista, a orgânica corporativa, a falta de uma organização sindical livre.

Ora bem. A situação não é de facto a mesma de há 20 anos. Hoje o regime fascista atravessa uma crise que não atravessava há 20 anos e a consciência política da classe operária e das massas trabalhadoras é superior. Hoje toda a luta económica está mais "politicizada" e travam-se lutas políticas abertas impossíveis de travar 20 anos atrás. Deve insistir-se nas apontadas três direcções da actividade nos Sindicatos Nacionais, pelo facto de que há condições que não mudaram. Mas devem encontrar-se novas formas de luta, novas reivindicações, novas direcções no trabalho correspondentes às mudanças verificadas.

Também na actividade dos Sindicatos Nacionais, estão criadas condições para "politicizar" a luta. Se as massas trabalhadoras exigem em grandes manifestações as liberdades democráticas, é necessário e é possível, se o Partido souber trabalhar, que a classe operária empunhe, como importante reivindicação política, a exigência da liberdade sindical. De duas formas o pode fazer: na luta política em geral e na actividade dos Sindicatos Nacionais. A palavra "queremos que os sindicatos defendam o interesse da classe" devem juntar-se outras: "Queremos que os sindicatos sejam nossos, queremos mandar na nossa casa, queremos eleições. Uma tal luta não será fácil mas oferece perspectivas favoráveis. Se sabemos como o governo intervém por intermédio das forças repressivas em toda a vida dos Sindicatos Nacionais, também sabemos que, quando os trabalhadores acorrem em massa aos Sindicatos, o governo tem grande dificuldade em impedir-lo. Se, na assembleia geral, aparecem 40 ou 50 operários sindicados é fácil às direcções fascistas fazerem ouvidos moucos e mandar evacuar a sala. Mas se em concentrações e assembleias dos sindicatos aparecem muitas centenas e mesmo mais de um milhar de operários, como já tem sucedido, e se aparecem unidos, firmes, decididos, sabendo o que querem, logo se vê que a sala não se evacua só porque o presidente o queria.

Aos sectários que dizem que o trabalho nos sindicatos nacionais "já está ultrapassado", que os sindicatos já deram o que tinham a dar, nós dizemos: Nunca o Partido considerou a actividade nos sindicatos fascistas (assim como nas casas do povo) a actividade decisiva, como hoje inventam certos detractores da linha do Partido. Mas as lutas políticas travadas em Portugal nos últimos anos não alteram a orientação segundo a qual a actividade nos sindicatos fascistas continua a ser muito importante. Pode mesmo dizer-se: com o desenvolvimento da luta política das massas populares, a utilização dos Sindicatos Nacionais pode vir a tornar-se ainda muito mais importante.

Muitas e grandes lutas se têm travado utilizando os Sindicatos Nacionais. Com o desenvolvimento da luta popular de massas, com o alargamento e intensificação da luta política aberta, maiores batalhas aí se travarão.

5- O primeiro grande problema de organização que defronta o movimento anti-fascista é o da organização do "exército político" do movimento, isto é, dos partidos políticos e das organizações políticas unitárias capazes de conduzir o povo português à vitória sob a ditadura fascista.

Uma verdade que salta aos olhos, e salta com tanta evidência que até a reconhecem aquêles para quem mais incómodo é reconhecê-lo, é que o Partido Comunista Português, partido da classe operária, partido dos trabalhadores, é o único Partido da Oposição que como tal se pode considerar, o único grande partido político anti-fascista hoje existente em Portugal. Isto é tão verdade

que, quando qualquer português seja qual for a sua tendência política, fale no "Partido", toda a gente sabe que se refere ao Partido Comunista.

Esta situação confere ao Partido Comunista um papel de primeira importância e uma grande responsabilidade no movimento anti-fascista. É uma realidade que nenhum político esclarecido hoje pode ignorar que, sem o Partido Comunista e o movimento anti-fascista não poderia desenvolver-se o caminho até à vitória sob a ditadura.

Entretanto o facto de ser o Partido Comunista o único verdadeiro grande partido da Oposição não significa que não existam outras correntes políticas anti-fascistas tocando e influenciando largos sectores da população. Mas não estão organizadas em grandes partidos, mas contam com numerosos agrupamentos e com personalidades influentes. A situação económica e política do país determina que o movimento anti-fascista seja um movimento anti-monopolista e anti-imperialista, em que participam classes diversas que embora objectivamente estejam interessadas na realização completa ou parcial do programa do Partido, subjectivamente não podem aceitar a direcção exclusiva do Partido do proletariado.

Nestas condições, a organização do movimento anti-fascista oferece sérias dificuldades. Se às outras correntes políticas correspondessem partidos políticos, com a sua organização nacional própria, a sua imprensa, a sua acção, o problema da organização do movimento anti-fascista estaria em parte simplificado. A unidade estabelecida entre os vários partidos daria desde logo, por via das organizações respectivas, um instrumento organico para a acção unitária à escala nacional. Mas, como não existem outros partidos organizados à escala nacional além do Partido Comunista, como se pode então resolver o problema da organização do movimento contra a ditadura?

Já alguns têm dito: para que esse problema se possa resolver é necessário que as outras correntes organizem os seus próprios partidos. Alguns agrupamentos da pequena burguesia mais radicalizada, apoiando-se sobretudo em alguns sectores estudantis e intelectuais tentam de facto fazê-lo. Admitindo que esses agrupamentos conseguem estruturar-se terão eles consigo um factor novo que altera radicalmente o panorama do movimento anti-fascista no que respeita à organização? A nosso ver não trazem. Tornar-se-á, é certo, em alguns casos, o em alguns sectores de actividade, mais fácil a coordenação de esforços da esquerda da Oposição, mas, não só falta muito para que esses agrupamentos se tornem verdadeiros partidos nacionais, como ficam ainda de fora correntes políticas e numerosos pequenos grupos cujo papel e influência se não podem e não devem monoposar.

Dada a debilidade de organização das forças anti-fascistas, exceptuando o Partido Comunista, já têm aparecido vozes aconselhando o Partido a interessar-se na organização das outras correntes, e ajudá-las com a sua experiência e até como quadros seus a resolver o problema da sua própria organização partidária. E, como está hoje em voga acusar os comunistas de que os outros não fazem, já apareceu mesmo quem acusasse o Partido de não resolver tal problema. A tais opiniões não falta originalidade, mas nem por isso ganham em espírito realista. Seria de facto tão original como inconcebível ver o Partido do proletariado a organizar partidos da burguesia.

A solução do problema da organização política das forças anti-fascistas não pode encontrar-se, nas condições presentes, através de organizações de grandes partidos, pela razão de que essas organizações não existem. Os acordos e enlaços entre os agrupamentos existentes são indispensáveis para a organização das forças anti-fascistas, mas não asseguram por si ao movimento a organização necessária, o "exército político" necessário para conduzir à vitória o povo português.

A este respeito tem-se discutido a possibilidade de criar formas legais ou semi-legais de organização política. Não se deve excluir que com a acentuação da crise do regime e com o desenvolvimento popular de massas, se possam eventualmente vir a criar condições para tais formas de organização. Não devemos ter os olhos fechados para quaisquer possibilidades novas que se venham a oferecer. Mas, de momento, tais possibilidades não existem. As forças democráticas têm de recorrer a formas clandestinas de organização política e devem concentrar nesse sentido todos os seus esforços.

Já noutra parte deste relatório se abordaram-se os problemas da unidade das forças democráticas e patrióticas, se tratou de problemas de organização do movimento anti-fascista em geral e da Frente Patriótica de Libertação Nacional em particular. Sublinhamos a par da importância da cooperação e enlaço entre os agrupamentos existentes, a importância decisiva do desenvolvimento

de organizações unitárias. Sublinhamos que as JAP têm, presentemente condições para se tornarem a ossatura do movimento democrático nacional. E sublinhamos também que outras formas de organização unitária são de admitir. O que é essencial e decisivo para o desenvolvimento do movimento democrático é que o movimento esteja organizado. A organização é um insubstituível instrumento para a acção política.

Aqui fica claro o que entendemos por organização do movimento anti-fascista. Não se trata de constituir organismos sem vida, limitando-se a reunir e a discutir problemas gerais. Nada significa de positivo para a luta anti-fascista a criação de organismos que se fecham em si e nada fazem, nem para desenvolver a acção popular, nem para alargar a organização anti-fascista. Algumas JAP se têm formado, que despresam completamente ou se negam a realizar qualquer tarefa, e passam o tempo a discutir no campo da "teoria" qual o melhor caminho a seguir. A acção não lhes interessa. Só lhes interessa chegar a uma conclusão "teórica". Tais organismos não são evidentemente o instrumento de acção que o movimento necessita. Organismos unitários que sejam tertúlias de discussão académica ou aquilo a que alguém chamou "asilos dos inválidos da democracia", ou grupos que esperam que os outros façam a revolução para depois apresentarem os seus direitos como "dirigentes" nacionais, regionais, ou locais - não ajudam, antes entropçam e entoram o desenvolvimento de organização do movimento contra a ditadura.

A organização tem de ser actuante, voltada para a acção popular e voltada para o seu próprio alargamento.

6-A organização política deve significar a organização da acção política. Pequenas ou grandes, todas as lutas políticas, para serem eficientes, têm de ser organizadas. Mas, se nas lutas políticas mais elementares (um assassinato ou uma diligência para a libertação de um preso por exemplo) não é requerido um elevado grau de organização, tratando-se de grandes lutas, a falta de uma cuidadosa e sólida organização faz gerar o êxito da iniciativa.

Como para lançar uma grande acção política, é indispensável organizá-la. Mas, para o êxito, não basta lançar a acção. É necessário dirigi-la. Se o Partido, só ou com outras forças democráticas, lança um movimento mas não assegura uma ligação orgânica com as massas, não conta com um destacamento político organizado especialmente para dirigir esse movimento, perde o contacto com as massas, perde o controle do movimento, e este, ante a repressão inevitável, desmonta-se, desagrega-se, perde-se, extingue-se. Se, na preparação de uma grande luta foi débil o trabalho de organização, não só a mobilização das massas é limitada, como depois com facilidade, no decurso dele, falta a informação, não se conhece dia e hora a disposição das massas, deixa-se de poder orientar e dirigir. Ao contrário, quando uma acção política é convenientemente organizada, não só se consegue lançar, como se pode acompanhar e dirigir.

Há que tenha em relação às lutas políticas, o culto da espontaneidade. Pensam alguns que a questão se resolve com um apelo. Pensam que se faz um apelo "à greve!" e se faz a greve; um apelo à "manifestação!" e se faz a manifestação. E até há quem pense que a mais complexa de todas as lutas políticas, a insurreição, se pode resolver da mesma forma. Um apelo "à insurreição!" e aí a tomas. Não. Hoje uma greve ou uma manifestação ou outra qualquer luta política, amanhã a insurreição, só podem ser bem sucedidas se convenientemente bem organizadas.

As manifestações políticas de rua adquiriram nos últimos anos uma importância que, salvo nos períodos de algumas "eleições" fascistas, nunca haviam tido sob a ditadura. O Partido que, quase só, as tem organizado, pode em alguns casos determinar com exactidão as razões dos grandes êxitos alcançados e também de alguns insucessos. Para a manifestação de 3 de Março de 1962 no Porto, a organização feminina do Partido promoveu anteriormente numerosas reuniões amplas de mulheres, onde foi discutido e estabelecido o plano de manifestações, chamou à sua colaboração numerosas mulheres democratas sem partido, editou 40.000 trajectas, manifestos e cartazes, organizou a sua distribuição à mão nos bairros pobres, mercados e escolas, preparou cartazes para erguer na manifestação ("Paz em Angola", "Amnistia", "Baixa do Custo de Vida"). O resultado foi uma grande manifestação no centro da cidade de 10 a 20.000 pessoas.

Para as manifestações de 12 de Maio de 1962 no Sul do país, realizaram-se por toda a parte numerosíssimas reuniões preparatórias com trabalhadores, jovens e mulheres e estruturou-se toda uma vasta organização especialmente destinada a dirigir a jornada de 12 de Maio.

Em Aljustrel formou-se uma Comissão geral com 17 membros, que reunia 2 vezes por semana. Os membros da Comissão geral controlavam outras comissões

que tinham de cinco a catorze pessoas. No total, a comissão geral tinha à sua volta 150 pessoas organizadas que reuniam também 2 vezes por semana. Criaram-se 12 Juntas Patrióticas que promoveram reuniões de massas, distribuíram cartazes e manifestos e fizeram inscrições, além disso, os jovens organizaram passeios para o campo onde discutiam a jornada.

Em Bruidas, também se realizaram numerosas reuniões: uma de 30 jovens; outra de mineiros, corticeiros, assalariados agrícolas, mulheres e jovens, tendo cada um destes grupos elogiado a sua comissão própria; outra de 250 representantes de numerosas localidades em que se discutiu e aprovou o plano da jornada.

Em Grândola, reuniões com dezenas de jovens, uma reunião larga de dezenas de operários agrícolas, reuniões onde foram eleitas comissões, reuniões de operários de uma importante fábrica, uma reunião de 350 pessoas das quais 80 jovens, 55 operários industriais e muitas dezenas de assalariados rurais, e bastantes comerciantes, e ainda outra reunião nas vésperas do 1.º de Maio, com 200 pessoas.

No Couço, onze reuniões com a participação de 50 a 70 pessoas e uma última preparatória com 300 pessoas.

Na Cova da Piedade e Almada, uma reunião de 40 pessoas onde foi formada a Comissão para o 1.º de Maio, uma tentativa de reunião de 500 pessoas impedida pela GNR e uma última reunião preparatória com 80 pessoas.

Em Alcacer do Sal, no Barreiro e noutras localidades fizeram-se também numerosas reuniões preparatórias, elegeram-se Comissões, estabeleceram-se planos.

Acompanhado este trabalho de organização, desenvolveu-se um intenso trabalho de agitação: dezenas de milhares de trajetas, numerosas inscrições, 66 em Aljustrel foram editados 5.000 manifestos e trajetas. Em muitas localidades falava-se em "inundação" pela propaganda.

Vê-se que, só o trabalho preparatório do 1.º de Maio se pode considerar como um verdadeiro movimento de massas, donde sai uma vasta organização, um pequeno exército político, dirigente da jornada. Na preparação e direcção das lutas do 1.º de Maio intevieram, de uma forma organizada, muitas centenas de dirigentes populares, tendo à sua frente o Partido Comunista. Daí a grandiosidade da jornada, a clareza dos objectivos e a continuação da luta dos assalariados rurais para além do 1.º de Maio até à conquista da jornada das 8 horas.

Aqueles que "assistem" às grandes lutas populares de massas e se pronunciam sobre elas sem nada saberem da sua preparação, muitas vezes imaginam que elas aparecem por encanto, apenas como resultado da indignação espontânea do povo, ou quando muito, de alguns apelos exaltados. A verdade é que só uma cuidadosa organização pode garantir o sucesso.

A preparação do 1.º de Maio de 1962 no Alentejo e Ribatejo é um exemplo brilhante do trabalho de organização que merece o estudo de todo o Partido, de todas as organizações democráticas, de todos quantos estão dispostos a lutar contra o fascismo.

Vê-se que quando o Partido fala na necessidade de forjar centenas e milhares de quadros dirigentes das lutas populares, não parte do vago, não exprime apenas uma aspiração, mas parte de uma experiência, dum trabalho realizado, do êxito. Ao estudarem-se estas grandes lutas políticas de massas, que aparecem com razão? Aqueles que dizem que, se é necessário um trabalho de organização em profundidade, "nunca mais se chegará lá", ou o Partido que defende e mostra na prática que só com tal trabalho "lá se pode chegar"?

Muitas outras experiências de lutas políticas mostram o papel decisivo da organização. A própria agitação, para ser eficaz, para tocar largas massas, precisa também de ser organizada, como se fez, por exemplo, a agitação, para o 1.º de Maio em Lisboa? A rádio Portugal Livre, durante mais de um mês, insistiu na preparação da jornada. Ao mesmo tempo, o Partido editou 23.500 exemplares de manifestos da organização regional; 20.000 da petição dos trabalhadores; 6.000 de manifestos aos jovens; 30.000 trajetas impressas; 68.000 trajetas copiografadas; 90.000 golos; 10.000 cartazes e postais com um desenho do Dias Coelho. As Juntas Patrióticas de Lisboa editaram 15.000 exemplares dum manifesto e 30.000 trajetas. Isto dá um total de 292.500 manifestos e trajetas. Se os jovens, à sua parte organizaram 100 brigadas de agitação. Os manifestos e trajetas foram lançados nos salas de espectáculos, no metropolitano e nas ruas centrais de Lisboa, foram distribuídos também em fábricas e bairros operários, foram afixados em numerosos sítios e enviados pelo correio. Ao mesmo tempo brigadas de jovens operários e estudantes fizeram centenas de inscrições. Só 3 brigadas fizeram num dia 80 inscrições.

Como se vê, a agitação para poder ser eficiente, necessita duma cuidadosa organização e não basta, como cuidam alguns "espectadores", que meia dúzia de pessoas se resolvam a escrever os apelos, a editá-los e a distribuí-los.

Também, quando nas grandes manifestações de rua, se viram os manifestantes arrancar pedras do pavimento para fazer frente às forças repressivas, os espectadores não deixaram de gabar a espontaneidade e de comentar gratuitamente que o Partido não previra a combatividade das massas e não tomara quaisquer medidas. Sabem porventura esses "espectadores" que o Partido trabalhando com jovens de vanguarda, organizou para o efeito 60 brigadas especiais?

A direcção da manifestação, depois de estar na rua, põe complexos problemas de organização. É muito importante, estabelecer uma direcção da manifestação que procure orientá-la no seu próprio decurso, que dê palavras de harmonia com a situação criada pela repressão ou por êxitos das massas, que tome iniciativas no sentido de "deslocar" a manifestação para sítio mais favorável, que reagrupe forças dispersas, etc. O Partido tem procurado resolver este problema, mas, a experiência mostra que é necessário aperfeiçoar estes aspectos do trabalho de organização.

Um exemplo muito positivo da direcção duma manifestação foi dada pelos estudantes em 14 de Março último. Quando, chegados ao IST para as comemorações do Dia do Estudante que fora proibido pelo governo encontraram as portas fechadas e o edifício bloqueado pelas forças repressivas. Alterando rapidamente o plano, resolveram seguir em manifestação para a Cidade Universitária. Apesar das cargas da polícia sobre os 1.000 manifestantes, conseguiram chegar ao seu destino. Ali reuniram-se e resolveram continuar as comemorações dirigindo-se em pequenos grupos para a Faculdade de Ciências onde em breve estavam concentrados em assembleia 2.000 estudantes. Este exemplo mostra a possibilidade de orientar um movimento de massas nos próprios momentos em que as forças repressivas procuram abafá-lo; mostra a possibilidade e as vantagens de resoluções rápidas e mudanças bruscas de planos de acção, para prosseguir com a luta apesar da intervenção das forças repressivas. A condição essencial é que os dirigentes se encontrem no meio das massas. Saibam rapidamente decidir perante acontecimentos inesperados e saibam dirigir as massas.

A organização de uma luta presupõe a existência anterior de uma organização política em condições de realizar aquela. Porque pode o Partido Comunista chamar a si a iniciativa e a direcção de tão grandes batalhas? E porque não o têm podido fazer as outras forças da Oposição? Uma razão essencial é que o Partido tem aquilo que aos outros falta: organização. E porque será que nos períodos "eleitorais" também outras forças políticas têm sido capazes de tomar a iniciativa de importantes acções? Porque, nesses períodos, aproveitando as condições, têm podido constituir rapidamente à volta das candidaturas uma organização semi-legal que estimula e encaminha as lutas de massas.

Toda a luta política necessita de organização. Aquilo que se diz de uma manifestação, pode dizer-se de um amplo movimento de solidariedade às vítimas do fascismo, de uma campanha pela amnistia, de uma campanha pela libertação dos presos em "Medidas de segurança", de uma larga acção contra a guerra colonial ou contra a presença de tropas estrangeiras em território português. Com qualquer destes fins, estão condições políticas criadas para emprender grandes lutas. Apenas tem faltado a iniciativa e a capacidade de organizá-las.

Um aspecto muito importante para o desenvolvimento da luta política, é a solidariedade para com os movimentos em curso: dos intelectuais para com o movimento operário, dos operários para com o movimento estudantil, dos estudantes para com o movimento operário, das mulheres para com os jovens em luta, etc... Há já exemplos e as condições amadurecem para tornar mais frequentes tais tipos de acção, sendo por isso necessário estudar em cada caso as condições e tomar a iniciativa. Mas tais acções de solidariedade exigem, tanto ou mais que as outras, um sério trabalho de organização.

Assim como as massas se educam e preparam na luta diária para as lutas superiores, assim só na organização diária das lutas as forças democráticas e as massas populares ganham hábitos e experiências de organização indispensáveis para uma fase superior do movimento anti-fascista. Não basta que um pequeno núcleo de direcção política esteja organizado. É necessário criar toda uma ampla e forte organização enraizada nas massas, é necessário ter centenas e milhares de dirigentes da luta popular enquadrados num trabalho organizado, com fins

determinados de acção de massas, é necessário chamar cada dia novos lutadores de vanguarda à direcção do movimento de massas, é necessário levar até às massas a prática da organização.

Que se não diga "não há gente"! Algumas grandes lutas políticas, quando bem conduzidas, desmentem uma tal afirmação. A experiência mostra que, para a condução das grandes lutas políticas é necessário, possível e decisivo, atrair à sua preparação e direcção centenas de lutadores de vanguarda.

Quem pensa resolver o movimento popular até à insurreição a partir apenas dum estreito círculo de dirigentes organizados, navega num mar de ilusões. Só com a organização da luta se podem fazer confluir num mesmo caudal todas as forças revolucionárias, todas as energias latentes no povo, e encaminhá-las para o objectivo superior do levantamento nacional.

A insurreição vitoriosa não se poderá jamais realizar se se pensa que bastará, para dirigir o povo no grande assalto final contra a ditadura, tomar conta da Emissora Nacional e dar pelo microfone todas as ordens. A Emissora Nacional poderá ser um valioso instrumento. Mas a acção insurrecional vitoriosa, incluindo a tomada da Emissora, presuppõe a acção de poderosas forças populares organizadas. A experiência mostra claramente que não só não é uma "utopia" essa perspectiva, como ela é a única perspectiva que existe para a vitória.

CAMINHOS ILUSORIOS E OS PERIGOS QUE COMPORTAM

1-Três tendências erradas se tem ha muito manifestado no movimento democrático: o terrorismo, o golpismo e o legalismo. Conforme as épocas, uma ou outra destas tendências ganha mais adeptos e se tem mostrado a mais prejudicial. São tendências inspiradas pela pequena burguesia e alguns sectores da média burguesia e correspondem às ilusões existentes ou às desilusões sofridas no difícil e complexo processo revolucionário. Qualquer destas tendências reflecte falta de confiança no proletariado e nas massas populares. Qualquer delas reflecte a tentativa, por parte da pequena e média burguesia, de ganhar a hegemonia e de impedir o papel determinante do proletariado e do seu partido na revolução democrática.

Conforme as épocas, uma ou outra destas tendências se tem revelado a mais forte nos meios políticos anti-salazaristas. Desde 1945 até 1961, a tendência legalista e a tendência golpista, umas vezes separadas, outras vezes associadas; desde 1961 a tendência terrorista.

Todas estas tendências reflectem as ilusões dos que estão inclinados, pela fraqueza dos seus recursos, pela sua instabilidade e falta de persistência, a idealizar o caminho mais fácil. "Eleições" fascistas? Logo imaginam a possibilidade de uma vitória eleitoral. Meia dúzia de oficiais corajosos? Logo imaginam o triunfo de um golpe. Grandes manifestações de massas? Logo imaginam a insurreição. Necessidade duma solução violenta? Logo imaginam meia dúzia de grupos armados.

Comparando o que dizem algumas pessoas, verifica-se um fenómeno curioso: quanto menos força têm, mais fácil lhes parece o derrubamento do fascismo. A sua táctica não corresponde às exigências da situação; responde apenas às possibilidades próprias. Se não têm e não vêem como ganhá-las para a insurreição votam pelo golpe; se não têm força para o golpe, votam pelo grupo de acção directa; e se não têm força para o grupo, votam pelas frações inflamadas, que no fim de contas são uma actividade económica e deva ser vistosa.

Hoje o radicalismo pequeno-burguês, o revolucionarismo verbal só insiste numa coisa: na "acção directa" imediata, na acção violenta imediata, na luta armada imediata. Há pessoas que assim falam e ficam doentes quando ouvem falar de lutas de massas e de organizações. Para eles isso são inutilidades, velharias, coisas que só servem para "fazer marchar para trás" a "revolução", que verdadeiramente não sabem bem o que seja. A única tarefa que dizem existir é a "acção directa". E quando se pergunta que tipo de "acção directa", falam na "liquidação de Pides", no atentado pessoal, em assaltos não se sabe bem a quê. O que querem é dar tiros, e alguns, nem isso querem: querem que os dêem os outros.

Esta tendência anarquista é sobretudo prejudicial pela orientação que pretende imprimir à luta democrática. Causa enormes prejuízos na medida em que influi as forças democráticas a afastarem-se das suas tarefas essenciais, instantes, imediatas, sem realizar as quais nunca poderão vir a lançar uma insurreição victoriosa, as lutas de massas e a organização. As pessoas que a defendem não consideram, como o partido considera, a acção directa como uma expressão de luta popular, como associada à luta popular de massas. Não. Eles são mais "revolucionários": de facto consideram-na como a única tarefa do momento. Um homem com pretensões a marxista mal viu os primeiros encontros com as forças repressivas: logo descobriu que a luta armada (entende-se "a acção directa" terrorista, isolada das massas) é o "centro de gravidade do movimento". Ó grandes descobertas científicas!

Visando afastar as forças democráticas incluindo o Partido, das tarefas de intensificar a luta popular de massas e o trabalho de organização, tal tendência influi no sentido de enfraquecimento de todo o movimento democrático. Essa uma primeira razão para ser combatida.

Outros perigos comporta porém: lançar a vanguarda em "acções directas", separando-a por completo das massas. Mesmo quando os seus defensores admitem em palavras a vantagem das lutas de massas, consideram como tarefa da vanguarda, não a organização e direcção dessas lutas, mas a "acção directa". As lutas de massas só podem ter lugar (diz um) "se a vanguarda souber impulsioná-las, apoiá-las, guiá-las pelo exemplo superior, pela acção armada. O esquema é simples: a vanguarda lança-se à "acção directa" e as massas, mais atrasadas, sob a influencia desses exemplos fazem greves e mani-

festações. Vê-se que consideram a vanguarda, não como uma força política dirigente, um estado maior da revolução, mas como uma minoria de "heróis" a iluminarem o caminho com o seu sacrifício...

Se tal tendência viesse a ser seguida, as forças da vanguarda, não só deixariam de concentrar os seus esforços nas tarefas fundamentais, como separadas das massas se lançariam isoladas em combates, nos quais seriam desarticuladas, reduzidas e finalmente aniquiladas. Essa uma segunda razão para ser combatida.

Ainda um aspecto. As "acções directas" que alguns defendem ou projectam são típicos actos de terrorismo individual, "não só daria pretexto para uma repressão ainda mais bestial que atingiria muitos militantes democráticos de vanguarda, como provocaria hesitações e recuos de importantes camadas da população, cuja participação na luta democrática é entretanto indispensável e levantaria sérias dificuldades para a acção comum das forças democráticas.

Alguns dizem que esta apreciação indica que o Partido teme os sacrifícios, que procura descer o nível da consciência da vanguarda ao nível das camadas mais atrasadas, que sacrifica a acção à unidade por cima. Quem assim fala, nada compreendeu das objecções do Partido ao terrorismo individual.

Até ao derrubamento do fascismo serão sem dúvida necessários muitos sacrifícios, haverá choques violentos com o aparelho repressivo, haverá uma repressão "ainda mais bestial", mesmo que não sejam realizados actos terroristas. Mas uma coisa é estar o movimento popular, pela sua amplitude, intensidade, generalização, em condições de prosseguir o seu caminho defendendo a vanguarda. Outra é lançar a vanguarda separada das massas, sem a defesa que o apoio destas dá, a expor-se perante o inimigo, a desafiá-lo, a chamar a si os golpes numa fanfarronice tão romântica como infantil.

Uma coisa é encabeçar as massas, orientá-las e indicar-lhes o caminho e escolhendo as formas de luta que as movimentem, fazê-las avançar. Outra é avançar separado delas e empreender acções que suscitem a sua repressão e as faça recuar. Tal teria sido o caso se terroristas realizassem o plano de 1961 lançado pela DRIL (bombas nos transportes, "sabotagem da economia, etc.)

Uma coisa é não sacrificar (e de nenhuma maneira sacrificamos) as formas de luta das massas às conveniências de acordos por cima. Outra é lançar forças democráticas numa orientação terrorista que as afaste, e afaste outras da unidade para a acção política comum, para a acção popular, para a organização.

Por tudo isto também o terrorismo deve ser combatido.

Ressuscitando velhas concepções anarquizantes, alguns partidários do terrorismo falam agora de "fazer avançar as massas enquadradas por grupos de combate" e de provocar "o confronto militar de manifestantes com as forças repressivas". Essas ideias comportam grandes perigos. Uma coisa é organizar a auto-defesa das massas em manifestações de rua, e dificultar com acções apropriadas a intervenção das forças repressivas. Outra coisa é querer misturar o terrorismo com manifestações de rua, e pretender estabelecer o combate armado em grande escala no decurso duma manifestação. O Partido Comunista faz a este respeito uma séria advertência. Se grupos terroristas enveredam por esse caminho, poderão arcar com a grave responsabilidade, não só de não assegurarem a defesa das massas, como ao contrário, dar pretexto para uma sangrenta repressão de pessoas desarmadas.

Dizemos e repetimos que o Partido considera que, com o desenvolvimento popular de massas, com a resposta repressiva do governo fascista às reclamações populares com a guerra colonial, "acções directas" são não só inevitáveis como necessárias. Mas o que está em jogo é coisa diversa. É a direcção fundamental da actividade do Partido e das outras forças democráticas, é a orientação a dar à classe operária e às massas populares. Para estas as palavras radicais pequeno-burguesas são as mesmas que dirigem à vanguarda: "acção directa", "acção directa", "acção directa". Eles despresam as lutas de massas e a organização porque, no fundo, no fundo, descreem do potencial revolucionário das massas populares.

Aqueles que cobrem a sua orientação tendente ao terrorismo individual com a palavra "insurreição", aqueles que dizem pretender, no momento presente, não a "acção directa" de alguns grupos, mas sim de milhares de grupos, a "acção do povo em armas" mostram uma incompreensão, mais, mostram não compreender que não vivemos ainda uma situação revolucionária, que

ainda não estão criadas as condições objectivas e subjectivas para a insurreição. Se a sua orientação fosse seguida, poder-se-iam realizar acções isoladas. Nunca a insurreição.

Alguns jovens combatentes anti-fascistas são levados pelo seu entusiasmo e decisão a aceitarem tais concepções. Falta-lhes um partido ligado ao povo, e não lhes falta a coragem para isso. A esses nós dizemos: o vosso trabalho não é em aventuras descontroladas, mas ligados à luta popular de massas. Se quereis arriscar a vida, já hoje tendes muito em que arriscá-la. Se quereis participar em "acções directas", tendes ocasião de o fazerdes conosco se o desejais. Mas não tendes a ilusão de que elas dispensarão a luta popular de massas, porque, no fim de contas, serão o seu resultado e só serão úteis se compreendidas nela. A vossa acção será útil se enquadrada e acompanhando o movimento popular.

2- As ideias da "acção directa" começaram a aparecer com a quebra das ilusões constitucionais quando das "eleições" de 1958 e com o fracasso posterior de alguns golpes militares em preparação. Foram estimulados por uma preocupação de adaptar mecanicamente em Portugal a experiência de outros países e começaram a ser consideradas como "tarefas" depois do começo da insurreição em Angola e da espectacular tomada do "Santa Maria" por Henrique Galvão.

Alguns acreditavam então em que, acções armadas por pequenos grupos de vanguarda poderiam destruir a ditadura fascista. Do estrangeiro vieram manifestos incendiários de grupos anarquizantes apelando para o início imediato de acções armadas, de atentados, de actos de sabotagem. Com os manifestos apareceram uns explosivos e umas armas. Anunciou-se que ia começar a "acção directa" e chegou-se a anunciar o prazo da queda de Salazar. E qual foi o balanço da iniciativa? Não se ouviu o estouro das bombas, não se teve notícias das destruições, não apareceu o grupo de combatentes armados. Nem as massas, nem quaisquer forças da vanguarda responderam aos apelos incendiários então feitos. Que seja do nosso conhecimento, verificou-se é certo um acto de "sabotagem contra a economia Salazarista". Mas a "sabotagem" foi "demasiado" "bem feita" que ainda hoje, salvo aqueles que a fizeram e salvo o Partido comunista que na altura tomou conhecimento do caso é ideia geral que se tratou dum acidente...

Como os grupos que se formaram para a "acção directa" não eram comunistas, não conhecemos muito do que fizeram. Agora, sim, sabemos que alguém andou de um lado para o outro sem rumo nem arrimo e que alguém bateu à porta do Partido, oferecendo material explosivo ao qual não sabia o que fazer. A isto se resumiu em 1961 a grande iniciativa de "acção directa".

É evidente que, se então existisse uma situação revolucionária, se as massas exigiam então (como diziam) a acção armada, alguém teria respondido aos apelos, alguém teria realizado "acções directas". Podemos dizer mais: Se existisse uma tal situação, se existisse uma tal exigência das massas, mesmo que não tivesse havido os apelos nem a iniciativa de formar grupos especializados, as "acções directas" teriam surgido como surgirão espontaneamente das massas, se não houver quem as dirija, no dia em que tal situação existir.

Marxistas-leninistas, defendemos que as forças revolucionárias de vanguarda não devem esperar que as massas iniciem espontaneamente a acção para depois se colocarem na cauda do movimento espontâneo. Mas sabemos também da inevitabilidade de acções espontâneas quando as condições estão criadas para elas e a vanguarda as não encabeça. Destratores da linha política do Partido gritam que dizer isto corresponde a afirmar que o Partido espera que as massas comentem actos violentos para depois ver o que há-de fazer. O Partido não espera nem esperará. Nos longos anos de luta contra a ditadura tem-se visto quem vai à frente das massas e quem corre atrás delas. Também se verá quando uma situação revolucionária for criada. O que nós dizemos em relação à questão em debate é que nos períodos de crise revolucionária, as massas também "não esperam" se as forças de vanguarda não se colocam audaciosamente à sua frente.

Assim também o facto de não se terem registado quaisquer acções armadas espontâneas no período considerado é um índice de que a situação existente em 1961 não era a duma crise revolucionária, um índice de que a disposição para recorrer às armas não havia ganhado as massas populares, ao contrário do que diziam os tais grupos anarquizantes.

Podemos mesmo dizer: nem sequer havia ganhado aqueles que a defendiam e se julgavam elementos da vanguarda. Se assim fosse teriam empreendido as acções que propunham.

Não reconheceram porém a incorrecção da tactica preconizada. E alguns

como tivessem feito aquilo a que se propuseram, justificaram-se com o facto de que o Partido Comunista não ter apoiado e realizado uma tal orientação. A coisa não foi por diante (disseram) porque o Partido Comunista se opôs. Ao que chega a vontade de se justificar perante os próprios olhos! Acções directas isoladas não necessitam de grandes organizações, nem de grandes recursos técnicos, nem de muitas armas, nem de muita gente. Como poderia o Partido evitar que eles levassm por diante os seus actos de sabotagem e terrorismo? Como poderia o Partido evitar que aqui ou acolá, entre as massas, surgisse meia dúzia de homens dispostos à acção directa?

Não "a coisa não foi por diante por duas razões: Não foi da parte deles porque (como a Comissão Política do CC do Partido já sublinhou no seu documento de Maio de 1960)" é mais fácil ser terrorista na teoria que na prática e por isso haver quem defenda acções terroristas não significa haver quem as pratique. Não foi da parte das massas em resposta aos apelos feitos, porque a situação não era objectivamente aquela que eles, tomando os seus desejos por realidades, imaginavam.

Esta experiência deveriam tê-la em conta todos quantos hoje discutem a questão da "acção directa". A situação evoluiu desde então. Mas a lição não deixaria de ser proveitosa.

3- Há tempos um camarada exigiu que o Partido fizesse uma crítica, do ponto de vista da classe operária, às tendências radicais da pequena burguesia, que lutasse contra a influência da ideologia liberal nas fileiras do proletariado e do Partido; que em vez de ir a reboque da burguesia liberal e pequena burguesia radical, se guiasse e guiasse o movimento anti-fascista pela ideologia do proletariado, estabelecendo a hegemonia deste. Esta exigência era justa nos seus termos aparentes e o Partido não deixa de trabalhar no sentido apontado. O estranho é que esse camarada fizesse essa exigência para defender o desencadeamento imediato da "acção directa" e acusar o Partido de, por não apoiar essa orientação, estar a ser influenciado pela pequena-burguesia.

É na verdade estranho, e até caricato que exija com tanto vigor a luta de um ponto de vista da classe contra as concepções e tendências burguesas (e acusa o Partido de o fazer) quem tenha sido nesta questão de tática como aliás em muitas outras) um porta-voz dentro do Partido precisamente em tais concepções e tendências. Diz que o Partido vai a reboque e é ele que vai. Veja-se um pequeno-burguês mascarado com facto de ganga dizendo de si próprio ser o mais proletário dos proletários e a gritar ao Partido para desmascarar a pequena-burguesia!

Na verdade no momento presente, a concepção de que a luta armada por grupos de "acção directa" é a forma central e decisiva, quase exclusiva, da luta contra a ditadura fascista ligada à afirmação de que está criada uma situação revolucionária e a vitória sobre o fascismo será fácil, tem todas as marcas da pequena-burguesia.

Ela traduz a impaciência e o desespero da pequena burguesia ante a ofensiva implacável do governo do capital monopolista, e a sua pressa numa solução política que se anteceda à sua ruína e liquidação como classe.

Ela traduz o individualismo e falta de persistência da pequena-burguesia e a sua incapacidade de dirigir grandes movimentos de massas, a sua fraqueza de organização e a sua incapacidade de superar essa fraqueza.

Ela traduz o desânimo da pequena burguesia perante o agravamento da repressão fascista e a restrição das possibilidades de acção legal, o súbito desfazer das suas ilusões constitucionalistas e legalistas, a sua impaciência, o seu desespero, a sua falta de perspectiva revolucionária.

Ela traduz o receio da pequena burguesia ante o papel determinante do proletariado na revolução democrática que se exerce atrás do peso determinante da acção da classe operária e das massas populares, a aspiração e a tentativa de ganhar ela própria tal posição através da acção de pequenos grupos.

Ela traduz o pecado incurável da pequena burguesia de tomar os desejos por realidades fechando os olhos aos factos, idealizando uma situação política, idealizando as condições objectivas e subjectivas, e sonhando um esquema simples e acessível que conduza ao resultado desejado.

Tal a crítica, dum ponto de vista de classe, da concepção segundo a qual a via para o derrubamento do fascismo consiste em concentrar os esforços na formação de grupos de acção directa e iniciar já a luta armada. Faz-se a vontade ao pequeno-burguês vestido de fato de ganga e ele aparece nuzinho como ele é.

Em meados do ano passado, princípio de férias, um intelectual membro do Partido, funcionario público, foi demitido do seu cargo por razões políticas. Tinha apenas dinheiro para viver uns meses, que na altura do ano significava para ele gozar as suas férias. Encontra-se com um camarada do do nosso Comité central e diz-lhe: "Camarada, isso de movimento de massas e de organização, ainda leva tempo. É necessário atirar a ditadura abaixo numa forma ou doutra, até ao mês de Outubro. Comecem já a luta armada matem o Salazar, façam o que quiserem, mas lembrem-se de que no fim das férias eu estarei desempregado". "Que infantil inocência (dizia Engels), apresentar a impaciência como argumento teórico convincente".

É evidente que a tática do Partido não se orienta por considerações e interesses desta natureza. Mas as tendências da pequena burguesia para a precipitação da luta armada têm, na escala dum classe, a mesma raiz de impaciência, que neste caso individual.

4 - Uma outra tendência que se continua a manifestar é o golpismo. Os golpistas consideram que o fascismo será derrotado por uma acção militar de oficiais e que essa acção se prepara pelo aliciamento de conspiradores. Segundo a tradição do golpismo no nosso país, não se põe sequer a necessidade da constituição de uma organização militar revolucionária, mas apenas o estabelecimento de uma rede de pessoas "comprometidas". A participação popular resume-se para os golpistas à "participação de grupos civis" auxiliares do golpe dos oficiais, sobretudo com missões de sabotagem ou de polícia.

Estas concepções acerca do derrubamento da ditadura fascista são tão antigas como a própria ditadura. Variam por vezes no pormenor. Uma vez considera-se o golpe sobretudo à base de oficiais superiores, outras vezes de oficiais inferiores. Uma vez admite-se, outras não a participação de organizações revolucionárias de soldados. Uma vez admite-se a participação de "grupos civis". Uma vez aparece como uma conspiração exclusivamente de militares, outras vezes com a direcção ou apoio de agrupamentos políticos. Uma vez exclui outras vezes procura a participação do Partido Comunista. Mas, quaisquer que sejam essas diferenças de pormenor, no fundamental, a concepção permanece a mesma.

O erro básico de tal concepção, consiste em encarar a acção decisiva contra a ditadura como uma questão que "compete aos militares" (mais correctamente: aos oficiais) e a sua preparação independente da evolução da situação política, da intensidade e do grau do movimento popular, da radicalização política das massas. Esse erro básico tem conduzido a fracassos que surpreendem sobretudo os próprios conspiradores.

Os golpistas não reparam que as possibilidades de "aliciamento" para o golpe dependem em larga medida do ambiente revolucionário existente no momento dado. Os oficiais também são membros de tal ou tal classe social. A formação de uma casta militar não quebrou completamente nas condições existentes até hoje em Portugal, a ligação entre os militares e a sua classe de origem. Há oficiais fascistas vindos da pequena e média burguesia que hoje são serventuários do capital monopolista. Mas ainda há muitos oficiais não fascistas, cujos sentimentos e disposições políticos, acompanham os sentimentos da pequena e média burguesia. A sua decisão a participarem numa acção revolucionária aparece quando essas classes estão empenhadas numa luta política aberta. Contar com a sua adesão e a sua participação num movimento revolucionário separado dessas circunstâncias é uma ilusão.

A experiência mostra que os militares anti-fascistas se decidem à luta, quando a vaga do movimento popular faz estremecer os alicerces do fascismo. Em 1947, em 1949, em 1959, foram as grandes lutas políticas de massas que empurraram e decidiram a acção grupos de militares anti-salazaristas. Mas mesmo quando isso é evidente, subjectivamente, eles pensam, não que o povo os inspirou, lhes deu força e confiança, mas apenas que, muito independentemente escolheram o momento favorável.

Devem naturalmente considerar-se dois objectivos diversos que têm apresentado os golpes militares. Há tentativas de golpes que têm visado apenas ante o ascenso do movimento popular, antecipar-se a evitar uma revolução e encontrar uma saída para as classes dominantes. Mas há também tentativas de golpes de sinceros adversários do fascismo, de homens que desejam de facto a instauração das liberdades democráticas em Portugal. É a estes últimos que interessa que saibam aproveitar as lições do passado. Em vez de estarem voltados para o golpe é necessário que não o vejam como perspectiva de insurreição.

Os insucessos dos golpes militares, na grande maioria descobertos na fase preparatória representam sérios revezes para as forças democráticas. Perdem-se com eles decididos e corajosos oficiais. Provocam uma série de novas

medidas de depuração das forças armadas. Permitem remodelações e transfe rências que tiram anti-fascistas de pontos chaves no aparelho militar. De les tem resultado em muitos casos a quase total destruição de importantes grupos anti-fascistas nas forças armadas.

Mas não são apenas estes resultados os prejudiciais da tendência golpista no movimento democrático. A preparação de um golpe é em geral demorada e mesmo que não transpirem os nomes dos conspiradores (o que nem sempre sucede), é "tradição" em Portugal transpirar sempre que qualquer coisa se prepara. Quando um golpe está em preparação, alvoroçam-se os políticos liberais, afirmam e repetem que "está para breve", aconselham a "nada se fazer" para não prejudicar os conspiradores, quase exigem que parem os movimentos de massas para não assustar alguns oficiais mais moderados com promettidos no golpe, e chegam a anunciar um "segredo" que passa de boca em boca, o próprio dia da revolta. Quando as promessas falham, quando as datas anunciadas se sucedem, vão marcando novas datas — "amanha, amanhã sempre o mesmo" diz a canção — até ao fracasso final.

Por esta forma, o golpismo, não só conduz a graves baixas nas fileiras revolucionárias das forças armadas, como sacrifica o desenvolvimento da acção política aos projectos ou simples desejos dos conspiradores, afasta as atenções dos anti-fascistas das tarefas fundamentais, cria ilusões e estimula a passividade. Por tudo isto tem-se revelado sempre uma tendência nociva ao desenvolvimento da luta anti-fascista.

Por vezes, partidários do golpe militar pergutam: Ao contrariar um golpe armado, não está o Partido Comunista a entrar e a adiar o derrubamento da ditadura fascista?

Temos ouvido muitas vezes estas perguntas e temos ouvido também o mesmo: sob a forma de pergunta mas sob a forma de acusação. Interessa portanto considerar esta questão um pouco mais de perto.

Em primeiro lugar: o Partido previne e aponta os perigos da concepção e da prática golpista, mas, se os defensores de uma tal orientação a levam por diante, não é o Partido que o pode impedir. Nos 38 anos da ditadura muitos golpes têm sido tentados, uns morrendo no ovo, outros com o bico de fora, e em alguns casos o Partido nada mais pode fazer que avisar antes e comprovar a lição depois.

Quando o Partido, praticamente sózinho, organizou e dirigiu as grandiosas lutas do 10 de Maio de 1962 e 1963, grupos políticos que nada fizeram para eles e alguns até que prudentemente se recusaram, chamavam a si um pouco de "glória". Nós contestamos a legitimidade de tal posição, mas não lhes atribuímos as culpas por não terem sido mais poderosas essas jornadas. Em relação aos golpes militares tomamos uma atitude coerente: fiquem os conspiradores com a glória dos golpes mas não nos atribuímos a culpa dos fracassos.

Em segundo lugar: Ao longo da história do Partido, por diversas vezes, cometeu-se o erro de proceder em relação ao golpe militar como o vicioso que combate o tabagismo quando não tem tabaco e fuma quando o tem. Por isso, por considerações de ordem diversa aconteceu o Partido considerar algumas vezes a possibilidade de tomar uma posição positiva em relação ao golpe. Mas logo nos conspiradores nasceu o receio de que quiséssemos "empalmar" o movimento. A este respeito uma coisa deve ficar clara; quem quer que o Partido confie, tem também que confiar. As alianças não podem fundar-se na confiança em sentido único.

Em terceiro lugar: Há quem nos pergunte: Se em determinadas circunstâncias, como tem sucedido noutros países, as posições anti-governamentais nas forças armadas (mais concretamente: entre os oficiais) fossem de tal forma poderosas que oferecessem uma real possibilidade de vitória com ou sem participação das massas populares, qual a posição do Partido? Negaria a verdade dos factos agarrando-se a uma pertensa "verdade teórica absoluta"? Oporia as suas ideias feitas à própria realidade?

Só quem ignore completamente o que é o Partido Comunista poderia pensar-lo. Numa tal eventualidade muito pouco provável dadas as sucessivas depurações fascistas na oficialidade haveria que ir para diante. Mas, para julgar de tal eventualidade e para poder concluir que haveria que ir por diante, não bastaria naturalmente ao Partido que alguém dissesse ter todos os trunfos escondidos na mão. Isso ouvimos já não poucas vezes nas antevésperas dos golpes fracassados. Por muita confiança que mereçam as pessoas, em casos destes é necessário que as cartas estejam na mesa. Ou seja, é necessário saber as forças com que se conta e o acerto dos planos.

Somos muito realistas. O marxismo-leninismo e a dura experiência, ensinaram-nos a estudar as condições para a acção revolucionária com o máximo de objectividade e serenidade. Se alguém nos diz por exemplo que a PSP

tem mais de 30 esquadras com um efectivo de cerca de 5.000 homens, não será legítimo pormos as nossas dúvidas?

Não excluimos que, em determinadas condições, uma acção revolucionária decisiva dos militares anti-fascistas possa ser de encerrar. Mas na base de elementos concretos e não de fantasias, de sonhos e de promessas vagas.

Finalmente: A regra é quererem os conspiradores que o Partido os sirva com homens, recursos e acções, mas quede completamente afastado do comando. Eles determinam os objectivos políticos, elaboram os planos de acção armada, e, quando consideram a coisa madura dizem ao Partido: "Está o Partido disposto a apoiar e ajudar o nosso golpe? Está disposto a dar-nos os militares que têm, e dar-nos as suas organizações de civis para fazerem aquilo que nós mandarmos?" É evidente que, independentemente da viabilidade ou não dos golpes militares, o Partido nunca poderia apoiar as cegas uma "revolução", jogar nela igualmente às cegas, e confiar às cegas num comando cuja composição e cujos políticos e militares inteiramente desconhece. O Partido Comunista não é um grupo menor da Oposição anti-fascista. É um forte Partido, indiscutivelmente o mais forte agrupamento anti-fascista. Em relação a um golpe militar como em relação a qualquer acção unitária deve esclarecer-se: a participação do Partido Comunista na acção é condicionada pela participação na direcção.

Aos militares anti-fascistas dizemos fraternalmente: temos concepções diferentes do desenvolvimento do processo revolucionário. Para nós as condições subjectivas para um movimento revolucionário vitorioso, têm de ser criadas pela luta popular e por um tenaz trabalho de organização. O desenvolvimento da organização revolucionária nas forças armadas depende em larga medida do desenvolvimento da luta popular. Para vós essas condições criam-se através de uma rede de compromissos de acção que se estabelecem independentemente da evolução da situação política e do movimento democrático. Para nós, as forças armadas devem preparar através das lutas de massas e do trabalho de organização, a insurreição nacional, na qual os militares (soldados e oficiais) têm um importante papel a desempenhar. Para vós os militares (os oficiais) devem preparar um golpe militar independentemente da situação política.

Entretanto, apesar desta e doutras diferenças há pontos em que coincidimos: Uns e outros pensamos que é necessário para derrubar o fascismo a acção de uma parte das forças armadas. Sendo assim, trabalharemos afinadamente para atingir esse objectivo, acompanhamo-nos e auxiliamo-nos reciprocamente, e, se quereis realmente trabalhar connosco, formemos uma forte acção revolucionária dentro das forças armadas.

5 - Outra tendência ainda: o legalismo. O legalismo, surgiu após a segunda guerra mundial ligado ao amplo aproveitamento das possibilidades legais de actuação revolucionária nos periodos das "eleições" para a Assembleia Nacional fascista e para a Presidência da República. Ele provinha da incompreensão da natureza do regime fascista, duma errada avaliação das forças em presença, duma subestimação dos dissídios no campo inimigo. Os legalistas pretendiam limitar o movimento democrático à luta legal, e entendiam a luta legal sobretudo com as diligências, reclamações e pressões dos dirigentes liberais e a concorrência às "eleições" quando as houvesse. Os legalistas tinham receio do movimento operário, das greves, das lutas populares de massas, tinham receio do Partido Comunista e da imprensa clandestina, porque a seu juízo, tudo isso podia levar o governo a assustar-se e não atender as reclamações da oposição liberal. Os legalistas entravavam o desenvolvimento da luta popular de massas e das organizações clandestinas, dificultavam a unidade das forças anti-fascistas e causavam graves prejuízos à luta pelo derrubamento da ditadura fascista.

A partir de 1958 dada a cada vez maior limitação das possibilidades da actuação legal, dado o desaparecimento das "eleições" para a Presidência da República, dada a intensificação do terror fascista desde o início da insurreição angolana, a tendência legalista foi perdendo a sua influência e tem hoje um peso muito reduzido no movimento democrático. Mas embora reduzido a pequenos núcleos da burguesia liberal, continua a existir. O legalismo que muitas vezes tem sido animado pelas ilusões pequeno-burguesas é hoje uma característica da média burguesia que ao mesmo tempo que se opõe à ditadura do grande capital e é por isso empurrada para a união com a classe operária e a pequena burguesia, procura soluções de compromisso: no imediato, a aceitação pela ditadura da sua existência legal como Oposição; como prospectiva, uma modificação liberalizadora do regime levada a cabo por elementos descontentes com os quais têm ligação.

(1) planos

Daqui resulta, não só a recusa a exercer qualquer actividade ilegal como o receio pela actividade ilegal dos outros. Daí o receio pela actividade do Partido Comunista, pela unidade com o Partido Comunista, porque a seu ver uma e outra dão pretextos à repressão contra democratas de todas as tendências sob a acusação de "comunistas" ou "criptocomunistas". Daí a sua opposição à acção de movimentos unitários e às acções de massas populares que, segundo eles são susceptíveis de comprometer as suas possibilidades de actuação legal, de fazer recuar o governo nas suas boas posições para com a ala mais moderada da Oposição e de aumentar as Hesitações dos dissidentes que estariam dispostos a liberalizar o regime.

Esta tendência é prejudicial e deve ser combatida.

Em primeiro lugar: forças anti-fascistas que fundamentam as suas maiores esperanças numa dicidência do regime, tornam-se irreparavelmente piões no jogo dos que pretendem derrubar o regime fascista sem nada alterar a sua essência. A sua posição é duplamente errada por uma ou outra razão. Tais dissidências não são de excluir. Mas o que pode determiná-las? Fundamentalmente as dificuldades do regime resultantes da luta do povo português e da luta dos povos coloniais. Os dissidentes não procuram uma saída democrática, não procuram a substituição da ditadura por um regime que assegure a defesa dos interesses das vastas massas populares. Procuram sim uma saída para a grande burguesia ameaçada pelo ascenso do movimento democrático e nacional libertador em Portugal e nas colónias portuguesas. Pode por isso dizer-se, ao contrário do que pretendem os legalistas, que, quanto mais poderoso for o movimento popular de massas, quanto mais poderosas forem as organizações clandestinas, mais possibilidades há de tal dissidência no regime. Esta não pode ser um "objectivo" de forças políticas. Pode quanto muito, ser uma consequência do ascenso do movimento popular anti-fascista e uma consequência que não substituirá, embora facilite a conquista do poder pelas forças democráticas.

Em segundo lugar: a experiência mostra que, nas condições do fascismo, a actividade legal, sem ser associada à actividade clandestina não possibilita a criação de amplos movimentos políticos contra a ditadura. Em 1945 e 1949, por detrás do MUD estava o MUNAF e em 1958, ao lado dos movimentos legais das candidaturas, a organizar e a impulsionar a luta, estavam diversas forças políticas anti-fascistas sem vida legal. Se queremos impulsionar grandes movimentos legais, temos de ter instrumentos orgânicos clandestinos.

É contra o Partido Comunista que está concentrado o maior peso do aparelho repressivo. São os comunistas os mais perseguidos, os mais torturados, os que sofrem mais pesadas penas. Mas o governo fascista deixou de poupar aqueles que não sendo comunistas levam a cabo uma actividade revolucionária. E sejam eles socialistas, ou republicanos ou católicos, são sempre acusados de "comunistas". Pois não chegou já o governo ao ridículo de acusar de comunista o General Humberto Delgado? Para efeitos de repressão, a alternativa que hoje se põe é a de capitular perante as dificuldades e desistir de julgar a acção revolucionária ou persistir nesta. Nas condições de hoje, o legalismo é uma tendência capitulacionista.

Em quarto lugar: a actividade legal pode ser um fim em si nem nas actuais condições do fascismo, se oferece uma saída constitucional e legal para a situação política. A grande Burguesia instalada no poder faz sempre as leis que lhe convém, a seu bel-prazer as elabora, as modifica e as revoga. Mas não entende seu dever respeitá-las. Ao mesmo tempo que faz cumprir as leis pelas classes dominadas, viola ela própria quando o entende vantajoso e a lei substitui o arbítrio, a violência, o terror, o crime. Tal é o princípio dominante do direito fascista e da prática política do governo. Ninguém ousa (parece) defender que o povo português tem razões morais para respeitar leis feitas contra si pelos seus maiores inimigos. E como também não tem quaisquer razões táticas para se circunscrever a uma actividade legal que não lhe abre caminho da vitória, o desrespeito pela legalidade fascista, o recurso a formas ilegais de organização e actuação, é um dever moral e uma necessidade política do proletariado revolucionário e de todos quantos lutam para por fim à ditadura fascista. A par do aproveitamento das possibilidades legais de actuação é necessário reforçar o trabalho clandestino, tendo sempre presente a perspectiva revolucionária e insurreccional.

Por todas estas razões, grupos políticos ou individualidades anti-fascistas que se limitam a actuar legalmente, nas condições da ditadura fascista tornam-se elementos com fraca influência nos acontecimentos e sem direito a qualquer pretensão dirigente do movimento democrático. Mas nem eles

(1) possa

(2) nem

próprios podem circunscrever a sua actividade aos limites que pretendem traçar aos outros. Quando se fala na acção dos dissidentes para liberalizar o regime como iriam eles fazer essa liberalização? Como iriam eles afastar Salazar? Procurando muito legalmente que o Tomás (pobre criado com farda de Almirante em vez de libré) usando do direito que lhe dá o artigo 81, nºI da Constituição fascista, demita o presidente do Conselho, seu patrão? Naturalmente que não é essa a sua perspectiva. Por isso alguns legalistas que põem reservas à actividade clandestina dos outros, em particular à do Partido Comunista, se quiserem fazer alguma coisa, terão que exercer, embora à socapa, a sua própria actividade à margem da lei fascista.

Tudo quanto se acaba de dizer não significa que tomemos uma posição negativa em relação às iniciativas de acções legais ou que pretendem sê-lo.

O facto de o governo fascista negar aos seus opositores políticos a possibilidade de actuarem dentro do preceituado na Constituição e nas leis e de os condenar por "actividades subversivas" quando ousam fazê-lo, o facto de o governo desrespeitar ostensivamente a Constituição e as leis que ele próprio fez ao passo que as forças democráticas exigem frequentemente o seu cumprimento, mostra por si só o isolamento da camarilha governante, a fragilidade das suas bases sociais e políticas e a força poderosa do movimento democrático que torna a legalidade fascista uma insuficiente linha de defesa.

Há que prosseguir neste caminho, há que continuar exigindo a aplicação dos preceitos da lei e o respeito pela lei, sempre que isso seja favorável à defesa dos interesses do povo português e ao desenvolvimento do movimento democrático. O Partido tem insistido e continua a insistir na necessidade de aproveitar todas as possibilidades legais para desenvolver a acção popular e a organização. É ainda possível desencadear grandes lutas económicas e políticas, partindo duma base legal e semi-legal.

Discutimos princípios. Discutimos orientação. Discutimos tendências. Fazêmo-lo fraternalmente com todos quanto sinceramente desejam pôr fim ao regime fascista. No movimento de unidade da Oposição participam correntes políticas diversas e por isso o debate é necessário para se acertar um caminho comum. Discutindo, temos de expor as razões e rebater as razões. Como podem estranhar os nossos aliados que refutemos alguns dos seus pontos de vista? Pois não refutam também eles os nossos? Não será verdade que aliados nossos, ou que deviam sê-lo, com frequência não só discutem com o Partido, mas acusam o Partido, por escrito quando calha e verbalmente quando podem, em público se há ocasião e nos bastidores que há, sempre? Não será verdade que, nas questões táticas, muitos caluniam para aí que a revolução não se faz porque o Partido a não quer?

Discutamos fraternalmente, amigos e companheiros de luta contra o fascismo. E demor mais passos em frente no reforço da nossa unidade na orientação tática, na orientação de organização. Apesar das divergências, estamos cada vez mais próximos. Na Frente Patriótica muitos êxitos neste domínio se têm alcançado e muitos mais se podem alcançar. Temos confiança em que saberemos aproximar os nossos pontos de vista e encontrar o caminho comum que nos levará à vitória.

UM GRANDE PARTIDO COMUNISTA
FACTOR DECISIVO PARA O TRIUNFO DA CAUSA DEMOCRÁTICA

1 - No quadro das forças políticas anti-fascistas, o Partido Comunista Português é o único que tem uma organização nacional estruturada, trabalhando regularmente, ao longo dos anos, apesar da constante repressão que se abate sobre ele; o único que tem uma imprensa clandestina, que pela sua regularidade, expansão e nível político é uma façanha raras vezes excedida no mundo por qualquer partido trabalhando nas condições duma ditadura fascista; o único que tem uma rádio clandestina (Radio Portugal Livre) ouvida por dezenas de milhares de portugueses; o único que tem um núcleo dirigente central estável, numeroso, unido, trabalhando colectivamente; o único que tem um Programa e uns Estatutos.

Pela sua ideologia, pela sua organização, pela sua actividade, pela sua experiencia, pela sua história, pela solidariedade do movimento comunista internacional, o Partido Comunista Português goza de prestígio, que nenhuma outra força política ousa contestar. O Partido Comunista Português é o mais forte e influente agrupamento político da Oposição anti-fascista. Não é possível o desenvolvimento vitorioso do movimento anti-fascista sem a participação determinante do Partido Comunista. Um grande Partido Comunista é factor decisivo para o triunfo da revolução democrática nacional.

Para que o Partido possa porém cumprir a sua tarefa, é necessário aperfeiçoar todos os aspectos do seu trabalho. O Partido tem enormes sucessos, mas ainda também debilidades. Confiantes pelos sucessos obtidos, o nosso dever é vencer as nossas debilidades. O reforço da defesa, um superior trabalho de direcção e a sua continuidade, uma justa política de quadros, o desenvolvimento da organização, o melhoramento da agitação e propaganda, a intensificação do trabalho ideológico, a melhor aplicação dos princípios do centralismo democrático, o restabelecimento de uma firme unidade de pensamento e acção de todo o Partido — são tarefas decisivas de cujo cumprimento depende que o Partido esteja à altura da missão que tem a desempenhar na revolução democrática e nacional.

2 - Nos onze anos decorridos desde a reorganização de 1929 até à reorganização de 1940-41 o Partido teve uma vida irregular, atravessando graves crises, cada vez que a direcção era atingida. A situação foi particularmente difícil nos cinco anos que se seguiram à prisão do Secretariado do Partido em 1935, durante os quais o Secretariado foi de novo atingido por quatro vezes. Qual a razão da vulnerabilidade do Secretariado e qual a razão por que a cada golpe na direcção do Partido se sucedia imediatamente uma grave crise em toda a vida do Partido? A razão é que a direcção central era constituída na prática apenas pelo Secretariado e o aparelho central clandestino se limitava praticamente ao Secretariado e às tipografias. Não existindo um corpo de funcionários do Partido (salvo durante um curto período e de forma limitada em 1937-38), a direcção estava demasiado exposta e um golpe na direcção provocava uma interrupção efectiva de todo o trabalho do Partido e a necessidade de "reorganização".

Foi após a reorganização de 1940-41 que, pela primeira vez no período de vida clandestina do Partido, se criou um Comité Central, uma direcção colectiva e um forte corpo de revolucionários profissionais, que embora com períodos difíceis, e alterações e renovamentos na sua composição, se tem mantido até hoje. Foi a constituição e a defesa deste núcleo directivo central que permitiu a continuidade do trabalho de direcção nos últimos 24 anos, apesar da intensificação da repressão fascista e de graves golpes sofridos. Trata-se de um grande êxito do Partido, que está na base do desenvolvimento da sua acção política e da sua organização, do estreitamento da sua ligação com as massas populares, da sua capacidade para dirigir infatigavelmente ao longo dos anos grandes lutas contra a ditadura fascista.

A perda, a partir de 1961, de muitos dirigentes do Partido mais qualificados e provados como Pires Jorge, Elnaqui Teixeira, Octávio Pato, Dias Lourenço, Carlos Costa, Américo de Sousa e de numerosos funcionários do Partido, e a ofensiva geral cada vez mais intensa do aparelho repressivo fascista, criaram novas dificuldades ao trabalho partidário. E se, no fundamental, o Partido tem conseguido manter a continuidade do trabalho de direcção, um sólido núcleo dirigente de funcionários do Partido e o aparelho clandestino central, não é menos certo

que se agravaram deficiências no trabalho directivo e existem perigos que se não podem ignorar nem menosprezar: Devemos ver a situação de frente e com objectividade. Precisamente quando, em virtude de golpes sofridos e da intensificação da repressão é necessário um tremendo esforço para manter a continuidade do trabalho de direcção, as tarefas presentes e futuras colocam novas exigências ao trabalho directivo. A evolução da situação política, a crise do regime, o amadurecimento e aproximação duma situação revolucionária, exigem, não só que se mantenha, mas que se reforce radicalmente o trabalho do núcleo dirigente central e se assegure a sua defesa.

Justamente inquietos pela perda de muitos dirigentes mais conhecidos e prestigiados, alguns militantes perguntam: "tem presentemente o Partido forças para fazê-lo?" A esta pergunta, respondemos: Sim, tem forças para fazê-lo.

O Partido dispõe ainda, em liberdade, de muitos dirigentes experimentados e provados, conta com quadros mais jovens que estão revelando boas qualidades de militantes, nas tarefas responsáveis a que foram chamados, conta com milhares de comunistas e simpatizantes, conta com o apoio da classe operária e dos trabalhadores. Existem reservas bastantes de quadros, de dedicações e de energias para reforçar radicalmente o trabalho e a defesa do núcleo dirigente central.

Para alcançar este objectivo, é primeira condição, o melhoramento da actividade do próprio Comité Central, a elevação do nível do seu trabalho político, uma intervenção mais pronta na direcção do trabalho quotidiano, o melhor funcionamento dos seus organismos.

Uma segunda condição é a integração de facto de todos os organismos dirigentes do Partido na orientação traçada pelo Comité Central, o respeito pelas decisões, a execução obrigatória das medidas tomadas, uma maior unidade da acção política, uma maior disciplina política.

Uma terceira condição é o desenvolvimento coordenado tanto no ponto de vista de orientação, como no de execução do trabalho de organização e de agitação e propaganda do Partido.

Uma quarta condição é a adopção de métodos de trabalho que assegurem a defesa do Partido contra a repressão e o estabelecimento de uma disciplina de ferro nesta matéria.

Uma quinta condição é a realização duma justa política de quadros, que permita o seu melhor conhecimento, selecção, educação e promoção.

Para que o trabalho de direcção do Partido possa estar à altura da actual situação política, para que se consiga um radical reforço do trabalho e da defesa do núcleo dirigente central, estas cinco condições tem de ser simultaneamente preenchidas. Não é fácil a tarefa. Há muitas incompreensões e debilidades. Mas, se o Comité Central souber trabalhar, se souber criar uma sólida unidade de concepções e processos de acção no corpo de funcionários e nos organismos de direcção regional e local, se imprimir a todo o Partido um novo estilo de trabalho, a um tempo seguro e audacioso, prudente e confiante, a tarefa será realizada.

A política de quadros adquire neste momento uma importância decisiva. Durante muitos anos a direcção do Partido viveu em larga medida, da recuperação de camaradas presos através da sua evasão. Um apreciável numero dos quadros da direcção central actualmente em actividade foram recuperados por essa forma. Fugir das prisões fascistas é porém cada vez mais difícil, e por isso não é com a reserva dos camaradas presos que presentemente se pode contar. É necessário cuidar seriamente da preparação de quadros mais jovens, de forma a que possam assegurar a direcção de importantes sectores do trabalho partidário e possam, em caso de novamente perdermos militantes experimentados, tomar nas suas mãos o trabalho que a estes está confiado.

A preparação de novos quadros tem que partir do seu conhecimento e dum bom critério de selecção. Têm sido a este respeito erros clamorosos. Há casos de terem sido chamados ao quadro de funcionários camaradas apenas com alguns meses de Partido, jovens de 20 anos sem qualquer experiencia, membros do Partido que pouco mais se sabia além da "impressão" daqueles que os conheciam e da sua "disposição" de passar à clandestinidade. Há um caso em que foi chamado a uma tarefa que exigia certa preparação cultural um camarada, bom camarada decerto, mas que ao querer pegar na tarefa não o pôde fazer porque era analfabeto. É evidente que se se persistisse em tal leviandade na selecção de quadros, viríamos a ter novas desagradáveis surpresas. A selecção e preparação de quadros numa tal base é autentica lotaria.

As qualidades exigidas aos quadros para o trabalho clandestino são muito diversas. Pode um camarada assimilar bem os problemas políticos, desenvolvê-los correctamente pela palavra ou por escrito e entretanto ser um péssimo organizador, ou um desleixado em matéria conspirativa. Pode um camarada ser bom organizador e entretanto não ter em si forças morais para resistir à prova duma passagem pela polícia. Pode um camarada cometer graves faltas conspirativas e depois, caído nas mãos do inimigo, portar-se heróicamente. O conhecimento dos quadros não pode ser unilateral. Tem que ter em conta o conjunto das suas qualidades e defeitos, das suas possibilidades e limitações.

É por isso extremamente difícil a um só camarada, mesmo que acompanhe estreitamente a actividade de outro, fazer um juízo seguro das suas possibilidades. Por muito atento que seja escapam-lhe sempre traços importantes. Isto explica que cheguem por vezes ao Secretariado do CC, para apreciação de problemas de quadros, sobre os quais havia boas informações de camaradas que com eles trabalharam durante anos, informações tardias de outros camaradas que mostram importantes características desses quadros antes completamente desconhecidas. A experiência mostra a absoluta necessidade, para formar uma justa opinião acerca de um quadro, de ouvir aqueles que o conhecem, tanto controleiros como controlados, e sempre que possível, a opinião dos companheiros de trabalho profissional, dos amigos e dos familiares.

Os quadros revelam-se no trabalho quotidiano do Partido, nas provas que vão dando através das situações diversas que se lhes apresentam, na sua conduta partidária e na sua conduta pessoal. Mas seria errado pensar que um quadro se revela sempre de maneira igual e em qualquer tarefa que lhe seja confiada. Há um camarada que está dando magníficas provas de dedicação e aplicação num trabalho técnico, quando tempos atrás, desanimado, sem perspectivas, desorientado, esteve a pontos de afundar-se como quadro porque lhe fora atribuída uma tarefa de organização completamente inadequada para ele. Ao contrário há camaradas que se têm perdido por perda de perspectivas em tarefas técnicas, e teriam tido possibilidades de progredir e melhorar em tarefas de organização. A distribuição correcta das tarefas pelos quadros é uma forma essencial para os ajudar e educar.

A formação ideológica é um aspecto importante da preparação dos quadros, em que se tem dado importantes passos em frente. Aparecem entretanto a este respeito duas concepções igualmente incorrectas. Alguns camaradas subestimam a importância da formação ideológica, consideram-na dispensável, consideram que é exclusivamente o trabalho prático que revela e educa os quadros. Outros sobrestimam a formação ideológica, considerando que esta é susceptível, só por si, de fazer de homens fracos e vacilantes, militantes capazes e decididos. A formação ideológica tem de ser vista como indispensável para o progresso dos quadros. Mas o juízo acerca dos quadros não pode resultar apenas da sua capacidade para assimilar, no plano "teórico", o Marxismo-leninismo. É essencialmente no trabalho prático que se revela o grau de assimilação da teoria. São militantes igualmente limitados e com fracas condições de trabalho de direcção, tanto aqueles que sabem muita "teoria" e falham na actividade prática, como aqueles que vão realizando as tarefas práticas imediatas de organização sem um conhecimento teórico elementar e sem mesmo terem uma ideia clara da orientação política do Partido. Deve sobretudo auxiliar-se a formação ideológica dos militantes que já deram provas no trabalho prático do Partido, que já têm experiência de trabalho clandestino, e do trabalho de massas. Seguindo tal orientação pode dar-se um importante e rápido impulso à preparação de quadros qualificados.

Dados graves erros verificados em promoções e dada a traição ante a PIDE de elementos presos, alguns camaradas duvidam da possibilidade de conhecer os quadros a ponto de se poder estar seguro da sua conduta no caso de prisão. Começa por isso a gerar-se uma hesitação em fazer promoções, o que entrava o desenvolvimento do Partido. Erros de apreciação serão sempre inevitáveis. O necessário é que se procure conhecer bem os quadros nas suas diversas características, se a companhe atentamente a sua evolução, a sua actividade e a sua conduta. Mas as promoções são indispensáveis para que o Partido possa viver e progredir.

Para garantir, nas condições da cada vez mais intensa repressão fascista, a continuidade do trabalho de direcção central e um forte núcleo de revolucionários profissionais, o Partido necessita de seguir, em todos os escalões, uma justa política de quadros.

3 - As vitórias do Partido contra a repressão fascista são motivo de orgulho para todos os comunistas. O governo lança contra o Partido todo o peso do seu aparelho repressivo, que conta com 38 anos de experiência, dispõe de dezenas

de milhares de homens, gasta enormíssimas somas de dinheiro e está cuidadosamente organizado, instruído e equipado para atingir as organizações clandestinas do Partido. Hoje não é só a PIDE, apesar do elevado número dos seus agentes e dos recursos ilimitados de que dispõe que cabe a perseguição ao Partido. É também a uma rede de milhares e milhares de informadores que actuam nos transportes, nas fábricas, nas escolas, em todos os locais de trabalho, nos mais diversos meios sociais portugueses. É também a Legião que em larga medida se tornou um aparelho de espionagem política. É também a GNR à qual sobretudo na província, cabe uma grande parte da vigilância; procurando descobrir os activistas locais, localizar instalações clandestinas, apanhar funcionários do Partido, elementos de ligação e transportadores da nossa imprensa. É também a PSP que, sobretudo nas cidades, desempenha funções idênticas. É também a polícia de trânsito, cuja actividade, patente nos consecutivos e gigantescos "stops", está quase toda voltada para a caça aos funcionários clandestinos do Partido. É ainda a Guarda Fiscal e a Polícia Militar. Nunca, como nos últimos anos, o governo desenvolveu uma tão intensa, constante e geral ofensiva contra o Partido Comunista, tentando desesperadamente aniquilá-lo.

E entretanto, apesar das sérias baixas sofridas, apesar de ter perdido muitos dos seus mais qualificados dirigentes, apesar de atingidas muitas das suas organizações de base, apesar das dificuldades no trabalho clandestino provocadas por esta gigantesca ofensiva, o Partido vive, trabalha, alarga a sua influência e a sua acção de massas. O Partido mantém firmemente o seu aparelho clandestino central. Mantém o seu núcleo dirigente no interior do país. Mantém um corpo de funcionários, entre os quais se contam camaradas com 10, 15 e 20 anos de vida clandestina. Mantém a publicação regular da sua imprensa ilegal e o seu aparelho de imprensa, cujas tipografias centrais há já 15 anos a polícia não consegue tocar. Mantém a sua organização à escala nacional. Mantém as suas ligações com a classe operária e as massas populares. E não só mantém estes aspectos essenciais do seu trabalho. Mantém-nos e reforça muitos deles.

Esta é uma admirável vitória do Partido que só uma sólida organização, uma grande experiência, correctos métodos de trabalho, a dedicação ilimitada dos militantes, e o apoio dos trabalhadores portugueses, tornou possível.

Mau seria porém que esta vitória nos impedisse de ver as debilidades, os erros e os reveses. O Partido tem sofrido nos últimos anos muitas e graves baixas. O estudo atento das condições em que se verificaram revela que, apesar da grandeza da ofensiva policial e de enormes recursos nela utilizados, a maioria das baixas não foi tanto um sucesso directo da acção do inimigo, mas a consequência de faltas no trabalho do Partido. Um cálculo aproximado relativo ao aparelho clandestino central indica que se no trabalho partidário e particularmente na defesa se tivesse seguido a orientação traçada e se se tivesse cumprido sempre e nos diversos domínios da nossa actividade as resoluções do Partido, o inimigo teria apenas atingido 20% dos camaradas que prendeu. Quer dizer: cerca de quatro quintos das baixas sofridas devem-se directamente a deficiências do trabalho partidário: deficiências no cumprimento dos métodos conspirativos, deficiências de organização, deficiências na disciplina, deficiências na política de quadros. Sem dúvida que tais deficiências explicam os golpes sofridos. Mas o que os membros do Partido perguntam é a razão por que foram possíveis tantas. Anos atrás considerou-se que deficiências semelhantes tinham sido consequência da tendência anarco-liberal. Perguntam membros do Partido: "Se essa tendência foi criticada e combatida, a que pode atribuir-se agora a reincidência?"

A verdade é que a tendência anarco-liberal, embora sujeita a áspera crítica, não foi eliminada do Partido. Muitos camaradas viciados nas concepções e nas práticas da tendência anarco-liberal, continuaram a agir como dantes. Nos "desastres" de 1961, 1962 e 1963 ficaram bem patentes as marcas do liberalismo, do espírito de facilidade, da descompartmentação, do "democratismo" e "igualitarismo" pequeno-burgueses, do amolecimento da vigilância e da disciplina, da ligeireza na selecção e promoção de quadros, da falta de coincidência entre o que se resolve e o que se faz. Isto significa que, para assegurar a defesa do Partido, não basta apontar o método justo de defesa. É fundamental um amplo e profundo trabalho político.

Na reunião de Agosto de 1963, o Comité Central traçou as direcções fundamentais da actividade do Partido para assegurar a sua defesa: o melhoramento dos métodos de trabalho conspirativo, o estabelecimento duma disciplina de ferro, o fortalecimento da organização, o bom conhecimento, selecção, educação e promoção dos quadros, a guerra aos traidores, a luta contra a provocação. Em qualquer destas direcções se verificaram progressos, mas eles são ainda insuficientes.

As debilidades do trabalho político e a falta de vida política dos organismos do Partido estão na raiz de todas as outras debilidades. Discutem-se os métodos de trabalho conspirativo. Mas não se tem desenvolvido e é imprescindível que se desenvolva uma acção política educativa intensa que convença os militantes, que os eduque, que lhes eleve a consciência política e o sentido da responsabilidade, e os ganhe assim, na sua acção directa junto dos outros e na sua própria conduta, para a causa da defesa intransigente do Partido nos seus múltiplos aspectos.

Quanto propriamente às condições fundamentais da actividade do Partido para assegurar a sua defesa, a experiência mostra que, se o enunciado geral da orientação nova não é seguido pelo estudo atento das medidas práticas correspondentes, e, uma vez estando aprovadas, não há um constante controle da execução, pouco ou nada se modifica. Há resoluções que ficam no papel e há medidas que se encaram, se consideram necessárias, mas em breve são esquecidas ou subestimadas. A instauração dum severo controle de execução em todos os escalões do Partido a começar pelos escalões superiores é essencial para o melhoramento da defesa do Partido. Apesar das dificuldades hoje existentes no trabalho de direcção central, têm-se a este respeito verificado importantes progressos e é imprescindível que estes se acentuem.

4 - Para conduzir as classes trabalhadoras e as massas populares na luta contra a ditadura, o Partido necessita de ter uma forte organização, baseada nos centros industriais, nas concentrações de assalariados agrícolas, nos portos, nos transportes, nas mais diversas empresas, nos quartéis, nas escolas, nos meios intelectuais. Nos últimos anos fez-se um grande esforço para alargar e fortalecer a organização e ele foi, nas linhas gerais, coroado de sucesso. Bastou porquê que a grande ofensiva policial atingisse fortemente algumas organizações importantes, bastou que alguns indivíduos mal seleccionados traíssem na polícia, para logo surgirem camaradas a pôr em causa o esforço para o aumento da organização, a acusar de inconveniente e perigosa a preocupação de alargar a organização e aumentar os seus efectivos.

Estes camaradas não têm razão. Na "campanha" para o desenvolvimento orgânico do Partido cometeram-se, é certo, alguns erros. O erro não está porém no esforço para alargar a organização e aumentar os efectivos numéricos do Partido mas em alguns métodos que foram seguidos.

Na reunião de Agosto de 1963, o CC tomou uma resolução sobre o problema da organização. Insistindo na necessidade de continuar a alargar e aprofundar a organização do Partido, dada a sua debilidade ou ausência em importantes centros industriais, zonas rurais, centros populacionais, empresas e outros locais de trabalho, o CC desaprovou os "planos de organização" anteriormente estabelecidos, segundo os quais tinha sido fixado com antecedência, em cada sector e no conjunto do Partido, o número de membros e simpatizantes a atingir até determinada data. Considerou que tais "planos" não tinham em conta "as condições em que se desenvolve a organização na clandestinidade, as dificuldades e surpresas impostas pela repressão. O CC criticou a emulação estabelecida em volta de tais "planos" e o consequente afrouxamento da vigilância e precipitação perigosa no recrutamento.

Infelizmente muitas vezes as resoluções do CC parecem ficar como letra morta. Quatro a cinco meses depois da reunião do CC fazendo os seus relatórios acerca do balanço de organização feito em Dezembro de 1963, camaradas responsáveis de grandes sectores do Partido falam como se não tivessem discutido a resolução do CC. Num desses relatórios, faz-se uma auto-crítica por não se ter cumprido o "plano", que "teria grande repercussão na vida futura do Partido" e atribui-se a causa do não cumprimento ao facto de ter faltado no sector "uma verdadeira compreensão dos problemas orgânicos". Noutros relatórios são indicados novos "planos" segundo os quais se deve, dentro de um prazo marcado, alcançar determinado número de militantes em diversas organizações. Como se vê, métodos já criticados pelo CC continuam a ser utilizados, o que mostra que o problema não foi discutido convenientemente nem sequer com os responsáveis do sector.

Tais métodos esquemáticos de trabalho devem ser abandonados. Mas isso não significa que deva ser abandonado o esforço para a alargar e aprofundar a organização.

Criar organização partidária em importantes fábricas com as quais nenhuma ligação existe, criar organizações de assalariados rurais e camponeses em regiões onde a organização partidária se limita a alguns camaradas nos centros urbanos, criar novas organizações partidárias entre os pescadores, criar organizações partidárias em regimentos e bases militares, e, duma maneira geral,

criar organizações partidárias em todos os centros urbanos, empresas, e locais de trabalho ou estudo de certa importância, continua a ser uma tarefa fundamental de todo o Partido. Com isto não se pretende formar um "Partido de massas", (como alguns camaradas dizem) mas apenas criar "núcleos de quadros" do Partido que estabeleçam a ligação entre o Partido e as massas e possam dirigir estas na sua luta pelos seus interesses vitais e contra a ditadura fascista.

Se o Partido quer dirigir o movimento popular, se quer ser a vanguarda reconhecida da classe operária e do povo, tem de levar a cabo com êxito esta tarefa. Se, num determinado sector, onde existem dezenas de importantes fábricas, o Partido só tem dois ou três camaradas numa delas; se em concelhos onde existem 2000 a 5000 assalariados rurais, o Partido não conta um só entre os seus membros, se o mesmo se passa em diversos portos de pesca e unidades militares, o Partido não está em condições de dirigir de facto e de conduzir a um nível superior as lutas de massas.

A propaganda e agitação (pela imprensa e outras publicações clandestinas e pela Rádio) faz chegar a voz do Partido a amplas massas populares com as quais não temos outras ligações. Em inúmeros casos o Partido tem conseguido por essa forma levar as massas à luta. Mas só a organização do Partido, só a presença activa de comunistas no seio das massas permite que se dirija qualquer movimento e se tirem dele todos os resultados no plano político e organizativo.

Esta deficiência do trabalho partidário, têm-a sentido particularmente com toda a gravidade, na condução de importantes lutas reivindicativas de operários, de camponeses, de pescadores, assim como na luta dos soldados contra a guerra colonial. Estamos-la também sentindo fortemente na preparação do 1.º de Maio.

Atravessa-se uma fase em que às grandes batalhas populares se sucederão novas e maiores batalhas, em que o descontentamento e a indignação contra o regime fascista se convertem e mais há-de converter-se em vontade combativa e em participação activa na luta política. As grandes lutas nos últimos anos mostram que as energias populares se acumulam para uma grande explosão revolucionária. Para que o Partido possa estar à altura da situação é necessário, que a organização se desenvolva, se alargue, se enraíze, acompanhando o desenvolvimento da luta de massas.

Entretanto a preocupação de alargar a organização e aumentar os efectivos do Partido, não deve sobrepor-se ao cuidado do recrutamento, à vigilância, ao esforço de estruturação. Uma coisa não exclui a outra. Na medida em que o recrutamento é mais cuidadoso, vêm ao Partido melhores militantes. Na medida em que se estrutura a organização, passa a haver mais organismos com funcionamento regular. Uma coisa e outra facilitam que se alargue mais e se enraíze mais a organização e que o recrutamento aumente. Tem razão um camarada quando escreve que a elevação da qualidade dos militantes cria condições para o aumento numérico dos efectivos do Partido.

Não devemos ter o fetiche do número. Se numa fábrica de 200 operários, uma célula de cinco membros do Partido tendo à sua volta alguns simpatizantes, assegura a ligação com a classe e consegue cumprir as suas tarefas políticas e dirigir as lutas reivindicativas, não é forçoso que aumente o seu número, a não ser que se revelem na fábrica valorosos lutadores operários que queiram aderir ao Partido. Mas, se numa fábrica de 500 operários há apenas alguns camaradas numa secção desligada de todas as outras e sem real influência, é necessário um esforço para atrair para o Partido os melhores operários da fábrica. Diz-se justamente: "Mais valem poucos e bons que muitos e maus". Mas isto não pode significar que não procurem recrutar mais... dos bons. O que se impõe é andar sem pressas, recrutar com segurança, saber quem se mete no Partido. Sempre porém com a ideia de que, selvo a rara excepção de algumas poucas organizações, os efectivos do Partido são muito inferiores ao que necessitamos que sejam.

Um problema que se levanta também é a dificuldade, quando escasseiam os quadros, de chegar a todo o lado. Se, em tais situações, se procura fazer tudo de uma vez, acaba por fazer-se pouco ou mesmo por construir um castelo de cartas que desmorona ao primeiro sopro da repressão. É justo por isso saber corajosamente deixar temporariamente o que é secundário e voltar o grosso dos esforços para o que é fundamental. Mais tarde quando se vencerem as dificuldades existentes num momento dado, lá se voltará. Dada a escassez de quadros experimentados e provados é também necessário tornar mais rigorosa a compartimentação, o que pode exigir que se reduza a extensão de sectores confiados a tais ou tais organismos e a tais ou tais camaradas.

Nem a correcção de alguns métodos adoptados no trabalho de organização, nem as necessárias medidas de defesa que podem temporariamente aqui e além travar o desenvolvimento daquela, devem afastar os militantes da ideia de que, para que o Partido possa cumprir as suas tarefas, é necessário que seja muito mais forte que actualmente, tanto pela qualidade como pela quantidade. Precisamos de muito mais quadros preparados e precisamos de estar convenientemente organizados em muitos locais onde estamos ausentes.

Nada há a criticar à orientação geral seguida no sentido de chegar a importantes fábricas, empresas, cidades, aldeias, portos, quartéis, escolas, onde hoje nada temos. É puro disparate dizer que alguma vez a direcção do Partido teve em vista criar um "partido de massas", entendendo-se com isso que se pretendia que as "massas" estivessem dentro do Partido. Mesmo que o Partido tivesse cinco vezes mais militantes do que actualmente, seria apesar disso um "partido de quadros". Nas condições de clandestinidade queremos de facto forjar um partido de quadros. Mas para que esse partido de quadros esteja em condições, precisamos das duas coisas: de ter melhores militantes e de chegarmos a muitos pontos importantes onde ainda não chegámos ou dos quais estamos desligados.

As críticas ao esforço do Partido para alargar e enraizar a organização são feitas com particular vivacidade por camaradas segundo os quais a direcção fundamental da actividade do Partido deveria ser a "acção directa". Como para eles a tarefa do Partido não é dirigir como vanguarda a luta de massas populares, mas lançar os efectivos do Partido "em acções directas" a que chamam "de vanguarda", é evidente que os efectivos do Partido actualmente existentes chegariam e sobriam para tais acções. Como porém o Partido coloca como sua tarefa política conduzir e dirigir a classe operária e as massas populares na luta contra o fascismo, necessita ter uma organização que permita cumprir essa tarefa.

Sob a pressão fascista, a organização do Partido não se pode desenvolver de uma forma regular. São inevitáveis as baixas e os recuos. Mas não é acertado dizer (como fazem alguns camaradas) que vivemos num círculo vicioso: "organização - repressão - reorganização". Havendo uma situação favorável e um bom trabalho do Partido, as baixas e os recuos temporários e parciais não alteram a marcha ascendente para um Partido mais forte, mais estruturado e maior.

5 - Dada a complexidade da situação nacional e internacional há muitos camaradas que se sentem desorientados e inquietos. Há dúvidas, há interrogações, há por vezes desespero em alguns dos nossos camaradas. Os desvios na orientação e na actividade prática são numerosos e respeitam aos mais diversos sectores da actividade partidária. Esta situação resulta da complexidade da situação nacional e internacional, mas resulta também das debilidades do trabalho ideológico e político no nosso Partido, incluindo o Comité Central.

Temos nós respondido a todas essas dúvidas e interrogações? Temos nós sabido explicar e convencer todo o Partido da justeza da sua orientação? Tem estado o trabalho ideológico e político do Partido à altura das exigências da situação nacional e internacional? A resposta a estas perguntas não pode deixar de ser negativa. Faltam documentos da nossa direcção central, têm faltado relatórios de conjunto, a imprensa central não corresponde às necessidades e ela própria parece hesitar quanto à linha política do Partido.

Para que o Partido possa cumprir as suas tarefas tem de recuperar o atraso neste aspecto da sua actividade, tem de ser ideológica e politicamente esclarecido e preparado, tem de estar todo conscientemente integrado numa linha justa e tem de levar essa linha à classe operária e às massas. E por isso é necessário vencer nas próprias fileiras do Partido, as vacilações, as dúvidas, os desvios. Uma sólida unidade ideológica e política é condição essencial para o êxito da acção de massas, para o progresso da organização, para o papel determinante da classe operária e do Partido no movimento democrático e nacional.

Não se podem porém vencer as dúvidas e hesitações se se responde a elas, apresentando um texto e dizendo: "Está aqui toda a verdade". Para vencê-las é necessário elevar o nível de todo o trabalho político do Partido. O Comité Central tem como tarefa definir com mais precisão a orientação do Partido para todos os aspectos da actividade, tem de fazer uma elaboração criadora tendo em conta as condições existentes no país e as experiências que se vão obtendo, tem de demonstrar e convencer da justeza da orientação seguida, e tem de fazer qualquer coisa mais. Tem de combater com energia, não energia no terreno disciplinar, mas energia no terreno político, as tendências negativas, os erros e desvios que se manifestam. Temos de passar duma posição "defensiva" a uma posição "ofensiva" que eduque, que esclareça, que varra do Partido as influências da ideologia burguesa e pequeno-burguesa, que una todo o Partido e dirija toda a sua

actividade.

O Partido tem hoje diante de si, como tarefa essencial, uma grande batalha ideológica, em defesa dos princípios do marxismo-leninismo, em defesa da sua justa orientação.

As direcções fundamentais da batalha ideológica do Partido são, no momento presente, contra o esquerdismo, e o sectarismo, em relação à linha política e tática; contra a tendência anarco liberal que continua a manifestar-se nos problemas relativos à vida interna do Partido.

As tendências oportunistas não desapareceram totalmente depois da crítica a que foi submetido o desvio de direita em 1961. Elas manifestam-se ainda nas opiniões de alguns camaradas acerca de um ou de outro aspecto da orientação do Partido e na actividade de algumas organizações. Recentemente, por exemplo, um camarada preso, apreciando a resolução do Comité Central de Agosto de 1963 acerca da linha política e tática do Partido, manifestava a sua discordância com a afirmação de que "ao mesmo tempo que conduz, junto com os seus aliados, a luta contra os poderes dos monopólios, o proletariado continua conduzindo a sua luta de classes contra a burguesia no seu conjunto, contra a exploração capitalista, em defesa do pão, de melhores salários, de melhores condições de vida!" Segundo esse camarada, tal orientação é susceptível de criar dificuldades à unidade.

Qual o camarada conhecedor da história do Partido que não reconhece nestas ideias uma concepção que há cerca de 20 anos apareceu ligada à "política de transição" e que 10 anos mais tarde viria ressurgir no desvio de direita? O exemplo mostra que não está completamente eliminado o oportunismo de direita.

No momento presente, dado a espectacular derrocada, a partir de 1958, das ilusões legalistas e constitucionais e dada a posição atentista da burguesia liberal, o oportunismo de direita não encontra terreno favorável para se desenvolver. Mas continua sendo um perigo potencial e não restam dúvidas de que renasceria com força, se a evolução da situação política viesse a abrir possibilidades novas à oposição no terreno da luta legal.

O oportunismo de direita tende a reduzir o Partido à passividade, a colocar o Partido e a classe operária a reboque da média burguesia dentro do movimento democrático, a refrear a acção das massas populares, a roubar-lhes uma perspectiva revolucionária, a impedir a luta independente do proletariado e do seu Partido.

Dá a necessidade de continuar a luta contra ele.

Mas as tendências erradas que hoje se manifestam são as tendências sectárias e esquerdistas. Dizem alguns camaradas que não existem já quaisquer possibilidades de actuação legal e nada interessa o trabalho nos sindicatos nacionais e outras organizações de massas. Dizem outros que a luta económica "está ultrapassada". Dizem outros que as "manifestações pacíficas de ruas deram já tudo quanto tinham a dar". Condensando numa forma mais nítida todas estas concepções e levando-as correntemente às suas consequências lógicas, dizem outros que o Partido deve concentrar os seus esforços na "acção directa" ou lançar-se desde já à preparação técnica da insurreição. Outros ainda afirmam que estão criadas as condições em Portugal para passar directamente do fascismo para o socialismo.

Como estes camaradas reproduzem quase literalmente o que dizem certos agrupamentos da pequena burguesia, seria bom que fizessem a si próprios as perguntas: "Porquê tal coincidência? Será porque tais agrupamentos se converteram subitamente ao marxismo-leninismo e assimilaram os seus princípios por obra e graça do espírito Santo? Se os camaradas procurarem com isenção a resposta a estas perguntas verão que tal coincidência resulta do facto, não de que tais agrupamentos tenham passado a inspirar-se pelo marxismo-leninismo que totalmente desconhecem, mas apenas porque eles próprios, esses mesmos camaradas, se tornaram os defensores da ideologia pequeno-burguesa dentro do Partido.

Há camaradas que, aturdidos pelo revolucionarismo verbal, têm receio que o Partido fique "à direita" desses agrupamentos pequeno-burgueses, que seja "me nos revolucionário" que eles, que fique atrás deles na exaltação das palavras.

Na verdade, dizendo que o Partido, aderindo ao revolucionarismo verbal, se deve pôr à frente desses agrupamentos, não pretendem mais, objectivamente, do que colocar o Partido a seu reboque.

O esquerdismo e o sectarismo, tendem a reduzir o Partido à actividade dum pequeno grupo ou seita, a separá-lo da classe operária e das massas, a refrear

o desenvolvimento da luta popular, a lançar a vanguarda em acções precipitadas e aventureiristas, a transformá-lo num agrupamento subsidiário do radicalismo pequeno-burguês. Daí a necessidade da luta intransigente contra o esquerdismo, contra o revolucionarismo verbal.

Durante anos as tendências oportunistas de direita constituíram o perigo principal do nosso Partido. Elas ganharam grande número de militantes e chegaram, nos anos de 1956-59, a influenciar a orientação política e tática do Partido. Essa situação levou a uma luta contra tais tendências que culminou na correcção do desvio de direita de 1961.

Posteriormente, com a agudização da luta política, com a intensificação brutal da repressão, com as limitações progressivas das possibilidades de actuação legal, com as incidências da guerra colonial, as tendências esquerdistas e sectárias começaram a manifestar-se sobretudo nos sectores intelectuais e estudantis e aparecem hoje, tanto no terreno ideológico como na actividade prática, a entravar o desenvolvimento do Partido e a direcção fundamental da sua actividade, a actividade de massas. O esquerdismo constitui hoje o perigo principal no nosso Partido.

As tendências oportunistas de direita ou de esquerda, os desvios duma orientação marxista-leninista, são os reflexos, no partido do proletariado, da ideologia de outras classes sociais. Não é por acaso, nem simples consequência das condições objectivas em dois períodos de luta, que anos atrás se fizeram sentir mais fortemente no Partido as tendências oportunistas de esquerda. Essa diferença corresponde à diferença das concepções dominantes nos sectores burgueses do movimento anti-fascista. Anos atrás predominavam nesses sectores o legalismo e as ilusões constitucionais. Hoje predomina o radicalismo pequeno-burguês.

Mas como pode hoje a pequena-burguesia radical exercer no plano português uma tão larga influência que toca inclusivamente certos sectores operários e alguns dos nossos camaradas? Onde foi ela encontrar força para isso? A explicação do facto é que o radicalismo pequeno-burguês recebe um poderoso estímulo vindo de fora, é animado e incitado por uma intensa propaganda, que se intitula marxista-leninista, mas, que de facto, reflete também, no movimento comunista internacional, a influência ideológica da pequena burguesia. É isso que torna possível a agrupamentos tipicamente pequeno-burgueses, com ideologia tipicamente pequeno-burguesa, afirmarem-se ridiculamente "mais revolucionários" do que o Partido do proletariado. É isso que explica a posição caricata de alguns radicais pequeno-burgueses intitulando-se à pressa marxistas-leninistas...

A nossa luta ideológica tem de continuar a ser conduzida nas duas frentes — contra o oportunismo de direita e contra o esquerdismo e o sectarismo — mas o fogo devemos concentrá-lo contra o esquerdismo e o sectarismo, perigo principal no momento presente.

No trabalho ideológico e político do Partido, a imprensa do Partido desempenha um decisivo papel. Mas a este respeito existem graves deficiências.

O nosso glorioso "Avante!" não corresponde, nem de longe, àquilo que se deve exigir do órgão central do Partido. Não está sendo a voz dirigente do Partido, não está voltado para a acção. Os principais acontecimentos da vida nacional escapam-lhe ou não são tratados com relevo, falta-lhe continuidade na acção política e nas campanhas, faltam-lhe palavras de ordem, apaga as lutas dos trabalhadores, e em contrapartida dá relevo a um tipo de comentários ocasionais e de importância secundária. A maneira como o "Avante" trata as resoluções do Comité Central é também significativa. Dá a notícia e é tudo. Nos números ulteriores não mais se fala nas resoluções, não mais se sentem as directrizes do Comité Central.

O "Militante" como boletim de organização do Comité Central desapareceu também praticamente. Já de há muito limita-se a ser uma espécie de "jornal oficial" que publica as resoluções dos organismos superiores do Partido.

Dadas as tremendas dificuldades de ligação da direcção com os organismos de base, como se pode dirigir o Partido se não se utilizam para tal o "Avante" e o "Militante"? Como se pode dirigir se não se escrevem artigos sobre tarefas que a cada momento se colocam ao Partido? Para o fortalecimento do trabalho ideológico e político, assim como para a direcção geral da actividade do Partido, é necessário corrigir esta situação. Ao "Avante" e ao "Militante" cabe explicar, convencer e dirigir. Cabe-lhes um papel decisivo no estabelecimento da unidade de pensamento e acção em todo o Partido, e na orientação, dentro duma linha justa, da luta da classe operária e das massas populares. É indispensável que a correcção seja feita com urgência.

6 - Está presentemente a ser discutido em todo o Partido o projecto de novos Estatutos. Desde Novembro de 1962 que o projecto está elaborado e aprovado pelo CC

Na reunião de Janeiro de 1963 o CC resolveu editá-lo e pô-lo à discussão do Partido. A discussão faz-se pois com considerável atraso, cuja causa reside nos golpes sofridos nos nossos quadros, nas dificuldades daí resultantes para o nosso trabalho de direcção e também na incompreensão de alguns camaradas à cerca da sua importância.

A discussão dos Estatutos do Partido pode e deve ser uma decisiva para o reforço da unidade ideológica e orgânica do Partido, para o reforço da unidade de pensamento e acção de todo o Partido.

Se esta discussão tivesse tido lugar na momento em que foi decidida pelo CC, sem dúvida que hoje não tropeçaríamos com algumas dificuldades resultantes do desconhecimento por parte de muitos militantes dos princípios que regem a vida do Partido e de graves incompreensões de muitos outros. Pode entretanto dizer-se que a discussão do projecto de Estatutos caiu em boa altura, porque se insere no grande debate ideológico que se trava no Partido.

Os princípios do Partido do proletariado são uma parte essencial do leninismo. As vitórias históricas alcançadas pela classe operária internacional, o triunfo das revoluções proletárias, a formação do campo socialista, os êxitos da construção do socialismo, os progressos do movimento da classe operária nos países capitalistas, devem-se, em parte decisiva, à acção de partidos comunistas organizados segundo os princípios que Lenine definiu.

Se o Partido Comunista Português, pôde desenvolver-se engrandecer-se e tornar-se um grande partido nacional nas condições de feroz repressão fascista, se pôde e pode resistir vitoriosamente aos esforços desesperados que faz o aparelho do estado fascista para o aniquilar, se pôde tornar-se a vanguarda dirigente do proletariado, se pôde criar profundas raízes na classe operária, nas massas trabalhadoras e em todas as camadas progressivas da população, se pôde conduzir grandes lutas de massas, se pôde ganhar um papel determinante no movimento democrático nacional, isso deve-se a que, a par duma linha política justa, o Partido se rege na sua vida interna pelos princípios leninistas.

Os princípios leninistas do centralismo democrático, em que assenta a estrutura orgânica do Partido, asseguram por um lado a participação de todos os militantes na elaboração da linha do Partido, a responsabilização dos dirigentes perante todo o Partido, a discussão franca e livre de opiniões, o direito à crítica, o espírito de iniciativa das organizações e dos militantes. Asseguram por outro lado a unidade e a disciplina do Partido.

É certo que, nas condições de luta impostas pela ditadura fascista, a vida democrática do Partido é gravemente limitada. Essas limitações são porém condições para a própria sobrevivência do Partido vivendo numa rigorosa clandestinidade. Seria por exemplo um crime, aplicar em todos os escalões o princípio da eleição dos organismos dirigentes ou realizar assembleias regionais, locais ou de empresa dos membros do Partido. Isso conduziria à necessidade de que os membros do Partido de cada organização se conhecessem, acabaria com a compartimentação, abriria amplamente o Partido aos golpes policiais e conduziria a curto prazo à destruição do Partido.

Estas graves restrições à vida democrática do Partido não significam porém que os processos democráticos de trabalho não devam obrigatoriamente ser seguidos. O direito de cada militante manifestar livremente, no organismo a que pertence as suas opiniões e exercer o direito de crítica deve ser respeitado com rigor. E tem sido respeitado.

Há porém camaradas que compreendem defeitosamente o que significa para o Partido o exercício de tal direito. As incompreensões são principalmente duas. Alguns camaradas não compreendem que as opiniões e críticas dos membros do Partido são uma contribuição que enriquece e permite melhorar o trabalho geral do Partido. Tais camaradas impacientam-se quando a eles chega uma opinião discordante e a crítica franca e fraternal de camaradas menos responsáveis e de membros anónimos do Partido. Tais camaradas, quando as opiniões são discordantes recusam-nas em bloco, consideram logo que os militantes que as manifestam "vão por mau caminho" e não fazem um esforço para colher nelas o que nelas possa haver de construtivo. Por vezes parece que alguns camaradas condescendem em que os membros do Partido manifestem as suas opiniões e críticas, é apenas para não recusarem ostensivamente o exercício deste direito, para que os membros do Partido não possam dizer que tal direito lhes foi recusado.

Outra incompreensão não menos grave, é a daqueles camaradas que tomam uma posição neutral em relação às opiniões e críticas dos militantes, esquecendo que o Partido tem uma orientação definida e que essa orientação deve ser aplicada. Nos dois últimos anos tornou-se comum em alguns organismos do Partido sobretudo nos sectores intelectuais uma forma de "debate" deveras original.

Cada membro do Partido dava a sua opinião e fazia as suas críticas e o controleiro limitava-se a registar as opiniões críticas individuais e a transmiti-las aos organismos superiores. Em muitos casos, nenhuma referência era sequer feita à linha do Partido, nem havia da parte do controleiro qualquer esforço para explicá-la. Cada militante dizia o que devia ser a orientação do Partido, fazia-se a acta e era tudo. Este tipo de "debate" foi num caso estimulado por um controleiro que estava interessado, não em fortalecer a unidade ideológica e política do Partido, mas em lançar a desorientação, em espalhar dúvidas, em impedir que as organizações do Partido realizassem as tarefas que lhes eram atribuídas. Ultimamente deram-se passos para rectificar tais processos defeituosos e eles devem de facto acabar de vez.

Os debates no Partido são indispensáveis. É indispensável que cada membro do Partido dê a sua opinião e faça as suas críticas. Todos os membros do Partido devem saber e confiar que o Comité Central tudo fará para que seja respeitado de facto esse seu direito e para impedir que camaradas autoritários queiram abafar a voz dos militantes. Todos os membros do Partido devem saber e confiar em que o Secretariado do Comité Central, a quem cabem as atribuições de comissão central de quadros, não aplicará quaisquer sanções a quaisquer camaradas que manifestem as suas divergências e façam fraternalmente as suas críticas desde que, na actividade prática, actuem segundo a orientação do Partido e os princípios do centralismo democrático. Mas todos os membros do Partido devem também saber e sentir que não se aceitará que a discussão se torne um processo de desagregar o Partido, que o objectivo fundamental da discussão democrática é o reforço do trabalho partidário, o reforço da unidade de pensamento e acção de todo o Partido.

A vida democrática do Partido, a responsabilização da direcção perante todo o Partido, harmonizam-se com outros dois princípios do centralismo democrático: a submissão da minoria à maioria e o carácter obrigatório das resoluções e instruções dos organismos superiores para os inferiores. A estes princípios está ligada a necessidade duma rigorosa disciplina e a proibição de existência de grupos ou fracções dentro do Partido, seja em volta de qualquer plataforma política, seja em volta de qualquer ou quaisquer militantes. A aplicação dos princípios do centralismo democrático deve permitir o debate livre, deve permitir que todos os membros do Partido manifestem as suas opiniões e intervenham assim na elaboração da orientação do Partido. Mas ele impõe também que tomada em qualquer organismo uma decisão, esta seja obrigatória para todos, estejam ou não de acordo com ela. Nenhum membro do Partido está autorizado a manifestar fora do seu organismo a sua opinião individual, quando contrária à decisão tomada ou à linha do Partido.

A aplicação dos princípios do centralismo democrático deve permitir que qualquer membro do Partido manifeste aos organismos superiores as suas opiniões, divergências e críticas. Mas se elas não forem aceites, os organismos inferiores devem cumprir as resoluções e instruções dos organismos superiores.

Estes são princípios fundamentais do Partido do proletariado, tal como os definiu Lenine. Serão intransigentemente seguidos e mantidos. A este respeito têm também surgido incompreensões mostrando que não estão mortas as concepções da tendência anarco-liberal, apesar da severa crítica a que em 1961 foi submetida como um dos aspectos do desvio de direita.

Essas concepções aparecem ainda correntemente na actividade diária do Partido, com manifestações de liberalismo, com o enfraquecimento da disciplina, com tentativas para diminuir a autoridade da Direcção. E aparecem também, adquirem do aspectos extremos na opinião de alguns camaradas e nas pessoas estranhas que acusam querer imiscuir-se na vida interna do Partido.

Segundo alguns, havendo opiniões discordantes da linha do Partido, elas deveriam ser divulgadas nas organizações no mesmo pé em que é em linha do Partido para que os militantes pudessem decidir por uma espécie de "plebiscito" quem tem razão. Quando num organismo do Partido (incluindo o Comité Central) não houvesse unanimidade em relação a qualquer problema, as opiniões dos camaradas cujos pontos de vista não fossem aceites deveriam ser igualmente submetidas à apreciação do Partido. Deveriam ser reconhecidas dentro do Partido os direitos às minorias, entendendo-se como tal grupos de camaradas unidos em volta de qualquer plataforma política diversa da linha do Partido. Os membros do Partido que não estão de acordo com qualquer decisão deveriam ter o direito de não cumprir esta. Surgindo numa organização discordância da linha do Partido, deveria ser-lhe reservado o direito, na esfera da sua actividade, de aplicar "a sua própria linha".

Estas outras concepções, completamente estranhas ao marxismo, tendem a enfraquecer e a minar a unidade do Partido. Alguns poucos agitam-se demagogicamen-

te para tentar separar o Partido da sua direcção, para tentarem formar fracções dentro do Partido, para tentarem desagregar e cindir o Partido.

É curioso verificar que esta tendência ligada alguns anos atrás a um desvio direitista, aparece agora ligada a ideias esquerdistas, sectárias e anarquistas sopradas pelo radicalismo pequeno-burguês, é também curioso verificar que noutros países, indivíduos que dizem defender "a pureza do marxismo-leninismo" que (segundo as suas palavras) teria sido abandonado pelas direcções dos Partidos Comunistas respectivos, esquecem e traem sem qualquer vergonha os princípios leninistas do Partido do proletariado.

Que não restem dúvidas a ninguém. Dentro do Partido Comunista Português, segundo os princípios do centralismo democrático, todos os debates são possíveis, a voz dos militantes pode fazer-se ouvir e será respeitada. Mas qualquer trabalho fraccionário será implacavelmente combatido e desarticulado.

Tanto os estatutos aprovados no Vº Congresso do Partido e que estão ainda em vigor, como o projecto de estatutos agora submetidos à discussão do Partido, são inspirados pelos princípios do leninismo. Aqueles a quem estes não sirvam, aqueles que verifiquem que afinal um partido leninista não é o seu partido, são naturalmente livres para não permanecerem nas suas fileiras. Mas dentro do Partido não serão toleradas actividades de sapa que queiram transformar o Partido num agrupamento anarquizante da pequena-burguesia. O Partido do proletariado português continuará guiando-se pelos princípios do centralismo democrático, reforçará o seu trabalho ideológico, político e orgânico sob a bandeira do marxismo-leninismo ou do internacionalismo proletário, e baterá em todos os campos aqueles que, dentro ou fora do Partido, pretendem atingir a sua unidade.

Estamos convencidos de que esta orientação é aprovada por todos os comunistas, incluindo aqueles que manifestam, num ou noutro aspecto, divergências com a linha do Partido.

O Partido Comunista é o Partido do proletariado, o Partido da classe mais revolucionária, da classe que nada tem a perder e tudo a ganhar com a radical transformação da sociedade portuguesa. É o proletariado que, educado pelo seu Partido, dá por sua vez força e energia revolucionárias, e o alimenta com as suas insgotáveis reservas de combatentes de vanguarda. Em 38 anos de ditadura fascista, ao mesmo tempo que os partidos democráticos burgueses foram sucobrando, incapazes de resistir à dureza da luta, e à acção repressiva, o Partido Comunista, ao contrário, forjou-se, desenvolveu-se e aparece hoje como única, brilhante e impar estrela da constelação das forças anti-fascistas. A história do proletariado português, classe numericamente fraca e politicamente pouco desenvolvida 38 anos atrás, e hoje a classe mais numerosa e mais esclarecida no quadro das forças sociais portuguesas.

Mas a história do Partido Comunista Português é qualquer coisa mais. É a história daqueles que, empunhando a bandeira do marxismo-leninismo, o criaram, o construíram, o engrandeceram.

É a história daqueles muitos comunistas a quem os fascistas roubaram a vida, como o secretário geral Bento Gonçalves e os membros do Comité Central Alfredo Caldeira, mortos no Tarrafal; como Alfredo Dinis, membro do Comité Central, o escultor Dias Coelho, funcionário do Partido e o médico Ferreira Soares, assassinados a tiro pela PIDE; como Militão Ribeiro, membro do secretariado, que levou a greve de fome até à morte; como José Moreira, responsável pelo aparelho de imprensa, assassinado com torturas por se recusar a dizer onde estava a tipografia do "Avante"; como Germano Vidigal, Ferreira Marquês e outros, igualmente assassinados com torturas por se recusarem a prestar declarações.

É a história daqueles muitos comunistas como Joaquim Pires Jorge, Fernando Blanqui Teixeira, António Dias Lourenço, Octávio Pato, Manuel Guedes, Sofia Ferreira, Carlos Costa, Américo de Sousa, José Magro, Carlos Aboim Inglês, Alda Mogueira, Afonso Gregório, José Vitoriano, Fernanda Tomás, Aida Paula, Carlos Brito, José Carlos, Jorge Araújo, Guilherme Carvalho, Mário Sena Lopes, Júlio Martins, José Pacheco, Ivone Lourenço, Augusto Lindolfo, Colélia Fernandes, Albina Fernandes, Julieta Gândara, Joaquim Carreira, Orlando Ramos, Maria Piedade Gomes, João Honrado, Adolfo Ramos, José Molim, José Bernardino, Albertina Diogo, Matália David, Adelino Pereira da Silva, Joaquim Velez, Agostinho Saboga, António Santo, Severiano Falcão, Manuel Rodrigues, Luis Mogueira, Armando Norte, e tantos e tantos outros que tiveram de sofrer estóicamente cruéis torturas na PIDE, correndo a boca para não revelar ao inimigo qualquer segredo do Partido.

É a história daqueles muitos comunistas que sempre de cabeça erguida sofreram e sofrem longos anos de prisão, como Manuel Rodrigues da Silva e Francisco Miguel que passaram nas masmorras fascistas respectivamente 23 e 25 anos, como Manuel Guedes que já sofreu nas prisões 18 anos, como Vitoriano preso há 14 anos.

É a história daqueles muitos comunistas que tiveram de arriscar a vida para se evadir das prisões e retomar o seu posto de combate, como é o caso dos membros do Comité Central Francisco Miguel, Joaquim Gomes, António Gervásio, Jaime Serra e Pedro Soares e dos destacados militantes Rogério de Carvalho, Dinis Miranda, Domingos Abrantes, Ilídio Esteves, Manuel Gonçalves, para citar apenas alguns dos que se encontram em liberdade..

É a história daqueles muitos comunistas que tiveram de sofrer as privações e a dureza da vida clandestina durante longos anos, como Sérgio Vilarigues, membro do secretariado, na clandestinidade há mais de 20 anos, como Pires Jorge e Octávio Pato que ao serem presos viviam na clandestinidade há 18 e 15 anos respectivamente, como muitos outros cujos nomes se ocultam por razões de segurança.

É a história daqueles muitos comunistas como Catarina Eufémia, Adângio, Capilé, Fineza, que foram varados pelas balas fascistas quando encabeçavam movimentos populares de massas.

É a história daqueles milhares de comunistas que arriscaram e arriscam corajosamente a liberdade, sacrificaram a sua vida pessoal ao trabalho silencioso e modesto de construir o Partido, de o ligarem às massas populares, de dirigiram as lutas do nosso povo contra a ditadura fascista.

A história do Partido é uma história de dedicação, de sacrifícios, de valentia e de heroísmo.

Os comunistas e os trabalhadores portugueses têm razões para se sentirem orgulhosos do seu Partido. Em 38 anos de tirania fascista, o Partido esteve sempre na primeira fila do combate, sempre ligado à classe operária e ao povo, sempre defendendo os interesses dos explorados e oprimidos, sempre defendendo os interesses da Nação portuguesa contra o domínio estrangeiro.

Partido marxista-leninista, o Partido Comunista Português é membro da grande família dos Partidos Comunistas e Operários, que constituem a maior força política de todos os tempos da história da humanidade. Marchando desde a sua fundação ombro a ombro com o grande Partido Comunista da União Soviética e com todos os Partidos irmãos, o Partido Comunista Português, lutando pela democracia e o socialismo em Portugal, cumpre não só o seu dever para com o proletariado e o povo português, mas também o seu dever internacionalista. Beneficia por sua vez da solidariedade fraternal dos Partidos irmãos e do facto de ser, em Portugal, o porta-bandeira da causa do comunismo internacional, cujas vitórias históricas estão transformando a face do mundo.

Nada poderá impedir o triunfo do comunismo à escala mundial. Sofrendo hoje a tirania fascista, a classe operária e os trabalhadores portugueses devem confiar em que virá o dia em que, com as suas próprias mãos, se libertarão também do jugo do capital. Também em Portugal terminará a exploração, a fome, a miséria, a opressão, a desigualdade social e a guerra. Também em Portugal será edificada a sociedade socialista regida pelo princípio de "de cada um segundo as suas possibilidades, a cada um segundo o seu trabalho". Também em Portugal será posteriormente edificada a sociedade comunista regida pelo princípio "de cada um segundo as suas possibilidades a cada um segundo as suas necessidades". Para quem da revolução democrática e nacional, o Partido Comunista aponta ao proletariado e a todos os trabalhadores portugueses a perspectiva do socialismo e do comunismo e guia-os à na direcção desse futuro luminoso.

Hoje a grande tarefa que se coloca ante o Partido é a união das largas massas populares, de todos os democratas e patriotas, para o derrubamento da ditadura fascista e a realização da revolução democrática e nacional. Esta é a etapa actual da revolução, que só o proletariado, dirigido pelo seu Partido, está em condições de levar até ao fim.

Guiando-se pelo marxismo-leninismo, fortalecidos pelo apoio dos trabalhadores, os comunistas não pouparão esforços, trabalho e sacrifícios e darão a vida, se necessário fôr, para conduzir o povo português à vitória.

Viva o Partido Comunista Português!